

Editora
Civilização
Brasileira
S. A. rua 7 de
setembro, 97
tel.: 242-4144
Rio - GB - Brasil

1

NCr\$

3000
301

Edição publicada com a colaboração do Centro de Bibliotecnia
para o Desenvolvimento do Instituto Roberto Simonsen, do
Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

HISTÓRIA
político - econômica
e
INDUSTRIAL DO BRASIL

BRASILIANA

Volume 347

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

HEITOR FERREIRA LIMA

HISTÓRIA
político-econômica
e
INDUSTRIAL DO BRASIL

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Do mesmo autor:

Castro Alves e sua época. Editôra Anchieta, São Paulo, 1942.

Evolução industrial de São Paulo. Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1954.

Formação industrial do Brasil. Editôra Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

Mauá e Roberto Simonsen. Editôra Edaglit, São Paulo, 1963.

Do imperialismo à libertação colonial. Editôra Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1965.

Em colaboração:

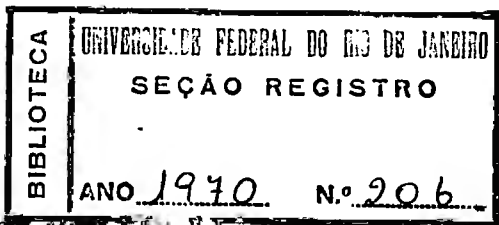
Problemas de política econômica. Edição do Departamento Econômico do CIESP, São Paulo, 1944.

Homens de São Paulo. Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1955.

Capítulos da história da indústria brasileira. Publicação da Coleção "Forum Roberto Simonsen", São Paulo, 1959.

Problemas de economia industrial. Edição do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1962.

Exemplar Nº 1779



Direitos de...
F. E. P. S.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 - São Paulo 2, SP

1970

Impresso no Brasil

“O ensino da história se ressentia quando pouca atenção se dispensa ao seu aspecto econômico; e a teoria econômica se torna monótona, quando divorciada do seu fundo histórico.”

Leo HUBERMAN,
História da riqueza do homem

“O problema último do historiador é em verdade dar, na tessitura do relato, *consciência social* aos acontecimentos inconsciente e orgânicamente evoluídos.”

Vicente Licínio CARDOSO,
A margem da história do Brasil

“Les conditions dans lesquelles les hommes produisent et échangent varient de pays à pays et dans chaque pays de génération à génération. L'économie politique ne peut donc être la même pour tous les pays et pour toutes les époques historiques.”

Friedrich ENGELS, *Anti-Dühring*

S U M Á R I O

<i>Introdução</i>	13
PRIMEIRA PARTE — Período Colonial	23
Produção de açúcar, a primeira indústria nacional	25
Explorações siderúrgicas	37
A produção de tecidos	48
Construção naval	67
Produções diversas	81
Atividade artesanal	101
Balço de uma era	114
SEGUNDA PARTE — Período Imperial	127
<i>Época de D. João VI</i>	129
Fim do sistema colonial	129
Início de nosso comércio internacional	134
Fundação do primeiro Banco do Brasil	144
Reorganização do Arsenal de Marinha	151
Primórdios da siderurgia nacional	156
Manufaturas e atividades artesanais	166
Realizações de uma administração	173
<i>Primeiro Império</i>	181
Fatores econômicos da Independência	181
Liquidação do Banco do Brasil	189
Primeiros empréstimos externos e suas repercussões	194
Depressão econômica	198
Movimento manufatureiro e artesanal	206
Crise geral e transição	215

<i>Segundo Império</i>	223
Golpe da Maioridade	223
Fôrça avassaladora da economia cafeeira	228
Transição do trabalho servil para o trabalho livre	235
Investimentos estrangeiros	248
Finanças e crises	255
Esforços para a industrialização	261
Sociedade e ideologia	271
TERCEIRA PARTE — Período Republicano	285
<i>A República do Café</i>	287
Proclamação e rumos da República	287
O café na vida da República	298
Protecionismo e industrialização	308
Nosso primeiro surto industrial	320
Reflexos da Primeira Guerra Mundial sôbre nossa industrialização	327
Efeitos sociais e políticos da Primeira Guerra Mundial	335
Investimentos norte-americanos e panorama industrial	340
<i>Processo de Industrialização Brasileira</i>	347
A Revolução de 1930 e o seu significado histórico	347
Início do atual processo de industrialização	353
Conseqüências da Segunda Guerra Mundial para a economia brasileira	360
Problemas do após-guerra e nossa expansão econômica	367
Transformação estrutural	378
A era das indústrias de base	388
Capitais estrangeiros na indústria	399
Etapas e fatores dinâmicos de nossa industrialização	406
<i>Índice remissivo</i>	415

HISTÓRIA
político - econômica
e
INDUSTRIAL DO BRASIL

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi planejado e chegou mesmo em parte a ser escrito para abranger três volumes. O primeiro, relativo ao período colonial, foi até publicado em 1961, sob o título de *Formação industrial do Brasil*, resumido aqui na Primeira Parte. Outro, referente ao período republicano, esteve nas mãos de um editor. Entretanto, refletindo melhor e levando em conta a vida absorvente, cheia de mil e uma preocupações e deveres que nos assoberbam diariamente, achamos que três volumes seriam obra extensa em demasia, provocando dificuldades de editor e leitor, além de onerar o custo da obra. Ponderando tudo isso, deliberamos resumir o que já estava escrito e sintetizar ao máximo possível o que faltava, de modo a enfeixar os três livros dentro de um único volume. É o que ora apresentamos ao leitor.

Para alcançar tal objetivo, no entanto, tivemos de eliminar muitos detalhes, suprimir numerosas citações e vários quadros estatísticos, mantendo apenas a essência ou aquilo que nos pareceu mais importante. Se com isso o leitor ganhou em tempo para se amparar do assunto, receamos que tenha perdido em clareza, particularmente os menos familiarizados com nossa história econômica. Assim se explica a brevidade com que muitas questões, por vezes de relevância, são tratadas aqui.

Mas, apesar dessa limitação, não foi nosso intuito fazer um simples esboço da evolução industrial brasileira, e muito menos um mero ensaio sobre ela. Procuramos escrever uma *história* na ampla acepção da palavra, ou seja, uma narração dos mais salientes acontecimentos ocorridos, determinando-lhes as causas e as conseqüências, de modo a torná-los explícitos. Isto porque história, em seu autêntico sentido, não significa apenas menção cronológica dos fatos ocorridos, porém, um *estudo* daquilo que se

verificou, sob todos os seus variados aspectos. É sabido que nada sucede por acaso, mas tudo tem sua motivação e derivação, cumprindo ao historiador buscá-las, apresentá-las, para sua compreensão e julgamento. Dessa maneira, daremos *consciência* aos acontecimentos inconsciente e orgânicamente evoluídos, como queria Vicente Licínio Cardoso.

Nossa história econômica acha-se ainda deficientemente estudada, cheia de claros em suas análises, não existindo quase histórias dos produtos ou dos Estados, de modo a facilitar uma visão de conjunto do panorama nacional em sua dinâmica evolutiva. E sem esse material preliminar, não pode haver um trabalho completo e consciencioso de nossa expansão material com sua conseqüente repercussão na superestrutura ideológica. Não queremos com isso menosprezar ou sequer subestimar a obra até aqui realizada nesse domínio, pois sabemos, por experiência própria, o quanto ela representa de esforço e dedicação, sem qualquer ajuda ou estímulo de quem devia se interessar por ela.

*

O processo de industrialização não é um movimento autônomo, mas constitui uma política econômica total, para o qual deve convergir a maioria dos recursos, materiais e humanos, exigindo ao mesmo tempo uma mobilização psicológica e aproveitamento de certa época histórica. Quase sempre tal processo ocasiona choques com os interesses já estabelecidos, nacionais e estrangeiros, o que o torna penoso e de difícil transição.

Devido a isso, ao historiarmos nossa formação industrial tivemos de acompanhar quase toda a evolução econômica do país com os reflexos por ela provocados e as influências sobre ela exercidas, o que explica o título adotado.

No período colonial, dado nosso *status* jurídico, não podíamos ter uma política econômica própria, nacional, dependendo tudo da orientação imposta pela metrópole portuguesa. As atividades manufatureiras e artesanais então existentes, eram, por isso, pequenas e rudimentares, porém, mesmo assim, após algum tempo, foram proibidas. Com a passagem do Brasil à cabeça de reino, após a fuga precipitada da corte lusitana para cá, criaram-

se condições mais propícias, mas o Tratado de 1810, assinado com a Inglaterra, enchendo nosso mercado com tecidos e outros artigos industriais gozando de tarifas privilegiadas, tornou impossível nossa expansão nesse campo de atividades. O Estado que surge com a Independência é completamente dominado pela classe agrária, bem como pela Inglaterra no campo financeiro. O fim do Primeiro Império assinala a crise da economia açucareira e o aparecimento de um novo produto agrícola — o café — cujo desenvolvimento tem lugar no Segundo Império. Trata-se de mudança de alto significado, econômico e político, que coincide com enorme propagação do capitalismo no mundo: Europa e E. U. A. A produção cafeeira, pelas suas condições de comercialização, interna e externa, determina notável impulso à economia urbana: comércio, artesanato, serviços públicos. Paralelamente incrementa o transporte ferroviário, a imigração estrangeira, a classe média das cidades, ampliando e elevando o mercado interno. Esses elementos materiais e sociais urbanos em crescimento, bem como a deterioração da instituição monárquica, conduziu-nos à República, onde surgiu, no início, uma forte aspiração industrialista, personificada particularmente em Rui Barbosa. Com o Encilhamento, que aparece nesse ínterim, surge o nosso primeiro surto industrial. Entretanto, com a subida dos fazendeiros de café ao poder, a partir da presidência de Prudente de Moraes, a política econômica é traçada exclusivamente em benefício daquele produto, o que coincidia também com os interesses de nossos credores internacionais, especialmente a Inglaterra. Com o permanente incremento da economia cafeeira, os elementos capitalistas nela contidos prosseguiram em sua atuação, contribuindo para ampliação dos centros urbanos, com as implicações econômicas e sociais daí decorrentes. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), acarretando baixa das importações de manufaturados, propiciou ocasião para novo surto na produção desses artigos, dentro das fronteiras nacionais. O término daquele conflito armado internacional, não somente assinalou uma diminuição no ritmo da produção, como trouxe-lhe também dificuldades. A Grande Depressão, ocorrida em 1929, com suas derivações: a crise do café e a Revolução de 1930, alijando do poder os fazendeiros de café, proporcionou elementos para mais outro impulso industrial entre nós. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945),

cortando novamente as importações de manufaturados, se constituiu em mais outra força propulsora de nossa evolução industrial, em condições mais vantajosas, porque já estávamos melhor aparelhados e havíamos crescido mais. O segundo após-guerra, com os problemas que suscita — mercado interno maior, escassez de divisas, várias exigências de nosso crescimento econômico e social — leva-nos a iniciar a implantação das indústrias de base, desempenhando nesse sentido importante papel o Programa de Metas de 1955-1960.

Estas são, em forma muito resumida, as etapas de maior relevância de nossa evolução econômica em suas relações com o desenvolvimento industrial.



O Brasil nunca se manteve isolado do mundo. Depois da sua separação de Portugal, passou a girar sob a influência inglesa, quando esta nação se converteu na mais poderosa expressão do capitalismo moderno, e após a última Guerra Mundial, quando as relações com os E. U. A. se estreitaram bastante assumindo, por vezes, uma forma de dependência, particularmente de caráter econômico, em todas estas fases.

Despontamos para o convívio das nações dentro do ciclo das descobertas, que teve das mais profundas repercussões históricas. Há mesmo quem diga que, com a primeira viagem de Cristóvão Colombo à América, “findava a Idade Média”⁽¹⁾. Mais tarde foi a descoberta do caminho da Índia e posteriormente a travessia da Patagônia, em direção ao Pacífico. É a época em que “o mundo abriu-se para a Europa”⁽²⁾. Com isso, não somente eram percorridos “mares nunca antes navegados”, como realizavam-se descobertas de outras terras e outros povos, que iriam se transformar em outras tantas novas fontes de riqueza material e científica. Na Europa era o tempo da *Renaissance* francesa, do *Cinquecento* italiano, da Reforma Alemã, enfim, da maior convulsão progressista sofrida pela humanidade, “época em que havia

(1) *Enciclopédia Bloch*, ano 1, n.º 11, Bloch Editôres, Rio de Janeiro, março de 1968.

(2) Alfred WEBER, *História sociológica da cultura*, Editora Arcádia, Lisboa, s/d., pág. 398.

necessidade de gigantes e que engendrava gigantes: gigantes do pensamento e do caráter, gigantes da universalidade e da erudição”(3). A ciência dá então passos desmedidos, com a invenção da bússola, do leme, da imprensa, além de outras de menores proporções, como o binóculo, a laca, a pólvora, transmitida pelos chineses, etc. Com a descoberta dos tesouros artísticos da antiguidade, aparece uma série de pintores, arquitetos, escultores, joalheiros, desenhistas erguendo castelos, igrejas, conventos e enfeitando-os de monumentais obras-primas, que até hoje causam admiração e espanto. O *método experimental*, aplicado às ciências, empresta novo colorido *materialista* à filosofia, sobrepujando a escolástica e o *idealismo* aristotélico e tomista. Com as descobertas marítimas, sobretudo com o novo caminho para a Índia, o comércio entre o Oriente e o Ocidente desloca-se do Mediterrâneo para o Atlântico, provocando um florescimento inusitado dos Países-Baixos e da Inglaterra, dando nascimento a um pujante comércio, que adquire novas e crescentes dimensões. Em resultado disso, as atividades artesanais e manufatureiras se avolumam rapidamente, obtendo uma força imensa, de raízes profundas. Os reinos começam a se apoiar nas burguesias das cidades, rompendo o poderio da nobreza feudal, dando origem às monarquias nacionais, de onde brotaram as nações européias modernas e a sociedade burguesa de época atual. O predomínio da religião católica é abalado em seus fundamentos pela Reforma, que primeiro irrompe na Alemanha, com Lutero, estendendo-se mais tarde, em manifestação mais radical, aos Países-Baixos e Inglaterra, onde desempenha uma função de primeira grandeza no estabelecimento da nova ordem de coisas que se ia processando. Era o calvinismo que “estava admiravelmente feito para liberar as forças econômicas e para soldar em uma força disciplinada a burguesia ascendente, consciente do contraste entre seus próprios critérios e aquele de um mundo mais abandonado, orgulhoso de sua vocação de porta-estandarte das virtudes econômicas, e determinado a abrir o caminho à sua concepção de vida, usando tôdas as armas, inclusive a revolução política e a guerra, por não se tratar simplesmente de suas conveniências e seus interesses pessoais, mas da vontade de Deus”. Por isso, “Calvino

(3) Friedrich ENGELS, *Dialectique de la nature*, Editions Sociales, Paris, 1952, pág. 30.

fêz, pela burguesia do século xvi, aquilo que Marx fêz pelo proletariado do século xix⁽⁴⁾. Mas, a “guerra de religião”, provocada pela Reforma, possuía um fundo econômico muito acentuado. Assim, em relação à Alemanha, a pequena nobreza viu na Reforma um meio de “se enriquecer graças à confiscação dos bens da Igreja”⁽⁵⁾. Os negociantes nos Países-Baixos “ressentiram-se — o que não podia deixar de acontecer — das tributações impostas à economia da Neerlândia pelo governo espanhol”⁽⁶⁾. Na Inglaterra, a revolução anticlerical, no dizer de Trevelyan, foi uma verdadeira revolução social, pois, “tornou possível a sujeição do clero à sociedade laica, e a repartição dos vastos domínios e da influência social dos mosteiros entre os laicos”⁽⁷⁾.

Enquanto estas transformações tão radicais e de repercussões tão profundas em seus sentidos sociais e históricos se operavam no continente europeu e na Inglaterra, a “quase ilha ibérica”, na expressão de Sombart, depois dos imensos feitos das conquistas marítimas, cai num marasmo no qual fracassa o espírito de empreza e o interesse pelos negócios se extingue. A Espanha desvia-se de tudo o que se refere à economia, para dedicar-se somente às coisas da Igreja, da côrte e da cavalaria, considerando o comércio, como já sucedera com a agricultura, como ocupação incompatível com pessoas de linhagens, o que levou os europeus a falarem na “preguiça espanhola”⁽⁸⁾. Em Portugal, as viagens marítimas e as guerras da África esvaziaram os campos e os cofres públicos, e ainda uma peste prolongada e destruidora levaram-no a uma decadência terrível, que acabaram conduzindo-o aos braços da Espanha dos Filipes⁽⁹⁾. A Côrte portuguesa só readquiriu certo fulgor novamente no século xviii, com a descoberta e exploração do ouro do Brasil, canalizada quase todo, aliás, para a Inglaterra e a Roma Papal. Ideológica e religiosamente apodera-se dêle a Contra-Reforma, de Inácio de Loyola:

(4) R. H. TAWNEY, *La religion et l'essor du capitalisme*, Librairie Marcel Rivière et Cie., Paris, 1951, pág. 109.

(5) Friedrich ENGELS, *La guerre des paysans*, Éditions Sociales, Paris, 1952.

(6) Will e Ariel DURANT, *História da Civilização*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1964, vol. 3, 7.^a parte, pág. 4.

(7) G. M. TREVELYAN, *Histoire sociale de l'Angleterre*, Payot, Paris, 1949, pág. 96.

(8) Werner SOMBART, *Le bourgeois*, Payot, Paris, 1926, págs. 166 e 167.

(9) Ver, a respeito, Francisco Antônio CORREIA, *História econômica de Portugal*, Lisboa, 1929, vol. I, pág. 275.

“(. . .) nós portugueses filhos desta Espanha em cujo seio o monstro se gerara, acabamos efetivamente triturados pelas tentações frias e potentes de uma serpente de nova espécie — afogados, extenuados, cadavéricos, já sem alma, nem pensamento, nem vontade. (. . .) sem compreendermos o caráter exato do jesuitismo, jamais compreenderemos a história nacional nos séculos xvii e xviii”⁽¹⁰⁾.

Todos êsses fatos não só explicam como determinaram o sentido da política econômica imposta ao Brasil no período colonial.

Outro momento de grande significação em nossa história, tanto econômica quanto política, deu-se no início do século xix, com a fuga da côrte portuguesa para o Brasil e o processamento de nossa Independência. Ao nos emanciparmos de Portugal, caímos na órbita de influência da Inglaterra, como aconteceu, aliás, com tôda a América Latina. É que a Inglaterra, reagindo ao bloqueio europeu, efetuado por Napoleão, não somente apossou-se das colônias francesas, como também conquistou os mercados da América espanhola e portuguesa, abrindo com isso nôvo escoadouro para suas mercadorias e reanimando as atividades de seus centros industriais. Daí a invasão de nosso comércio pelas casas inglêsas, estendendo-se depois tal interêsse pelas minas, serviços públicos, estradas de ferro, bancos, companhias de seguro. Essa influência inglesa, de maneira preponderante, foi incontestável até a Primeira Guerra Mundial. A partir daí, porém, os E. U. A. começaram a intensificar seus negócios conosco. Primeiramente abrindo filiais ou emprêsas montadoras de seus produtos aqui e igualmente fazendo-nos empréstimos. Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, essas transações se intensificaram, passando à instalação de suas próprias fábricas em nosso país e um intercâmbio comercial e financeiro mais intenso, com as diversas conseqüências daí provenientes.

O processo de nossa industrialização, no sentido moderno da palavra, durante todo êsse tempo, tem lugar praticamente em fins do século passado e início dêste, como decorrência, em parte considerável, da expansão econômica cafeeira, incrementando os centros urbanos, desenvolvendo os transportes, aumentando a imigração estrangeira. Após a Segunda Guerra Mundial, com a

(10) J. P. Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, Lisboa, vol. II, págs. 87 e 89.

instalação das indústrias de base, inicia-se um novo período, provocando transformações de imenso significado, que ainda se fazem sentir no momento.

*

Uma grave lacuna, certamente, será observada neste trabalho: a falta de referência ao papel do proletariado no processo histórico que estamos examinando, já que êle faz parte integrante da evolução da indústria moderna. Essa lacuna se deve ao fato de tratar-se de assunto muito vasto e complexo, pouco estudado entre nós⁽¹¹⁾. Em vista do caráter sintético que tivemos de adotar, por razões antes expostas, só poderíamos tratá-lo aqui em forma de simples referência ou de maneira bastante claudicante, prejudicando-o de forma lamentável ou estendendo em demasia estas páginas. Preferimos, nessas condições, eliminá-lo simplesmente, deixando para outro seu estudo dentro de nossa formação industrial, embora, com isso, acarretando grave prejuízo ao nosso trabalho.

*

Quanto à bibliografia utilizada, uma parte vai mencionada nos rodapés das páginas, nas citações feitas. Mas, além disso, lemos tudo o que podemos encontrar e que servisse ao objetivo que tínhamos em vista. Infelizmente, a parte econômica, dentro da abundante literatura histórica que possuímos, é muito fraca e bem mais fraca ainda é a que diz respeito ao nosso desenvolvimento industrial. Só recentemente é que êstes assuntos estão sendo objeto de pesquisas e estudos, alguns dêles de alto mérito, e que muito nos ajudaram.

É por isso, naturalmente, que o estudo da história econômica nacional e de nossa economia em geral é tão deficiente nas escolas e a maioria dos economistas, mesmo dos mais eminentes, conhecem-nas superficialmente, levando-os muitas vezes a conclusões alheias à nossa realidade. É que toda a sua formação se

(11) Ver, a respeito, *História das lutas sociais no Brasil*, de Everardo DIAS, que se ocupa quase que exclusivamente de São Paulo, onde o autor viveu e atuou por longos anos.

baseou em textos, história e exemplos alienígenas, quase sempre sem aplicação ao meio brasileiro.

Com o presente trabalho aspiramos contribuir para despertar interesse e incentivar o estudo pelos problemas nacionais, visando ao seu melhor conhecimento e dêsse modo a encontrar soluções adequadas e justas para êles, sem cópias ou tentativas de adaptações de casos diferentes, de países diferentes, de diferentes estágios de evolução. Se alcançarmos despertar tal interesse, nos daremos por bem pagos pelos esforços despendidos durante tantos anos na confecção dêste trabalho.

PRIMEIRA PARTE

PERÍODO COLONIAL

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, A PRIMEIRA INDÚSTRIA NACIONAL

Tomando-se a palavra indústria no sentido da elaboração da matéria-prima e apresentação no mercado de um produto já acabado, pronto para o consumo imediato, o açúcar é o primeiro produto de ramo industrial que existiu entre nós, não somente do ponto de vista cronológico, como também pela expansão que adquiriu e importância que ocupou no passado, chegando a ser artigo básico, tanto na produção quanto na exportação. Era ele que caracterizava o país; à sua sombra se desenvolveram outras atividades e se operou a criação das riquezas. Foi ele que deu poderio e dinheiro aos primitivos exploradores, originando-se daí a primeira aristocracia rural: os senhores de engenho. Para incrementar sua produção iniciou-se a importação de negros escravizados da África, que ocupariam papel de relêvo na formação do trabalhador brasileiro e em nossa constituição étnica, influenciando poderosamente na formação do espírito nacional. Pode-se dizer, pois, que a produção de açúcar é o núcleo fundamental da nossa economia, da nossa formação racial, da nossa constituição psicológica, da nossa organização histórica, imprimindo sulco profundo na moral e nas artes nacionais.

“O ser senhor de engenho” — diz Antonil — “é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se fôr, qual deve ser, homem de cabedal e govêrno; bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos no Reino”(1). Em tôrno do senhor de engenho, ou melhor, para servi-lo, constituem-se e vivem as outras classes e

(1) André João ANTONIL (João Antônio ANDREONI, S. J.), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1923, pág. 67.

camadas sociais. "Servem ao senhor de engenho em vários officios, além dos escravos de enxada e foice, que têm nas fazendas, e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou occupados em outras partes; barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, alfaiates, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastôres e pescadores. Tem mais cada senhor dêstes necessariamente um mestre de açúcar, um barqueiro, e um contrabarqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho, e outro na cidade, feitores nos partidos, e roças, um feitor-mor do engenho; e para o espirital, um sacerdote seu capelão, e cada qual dêstes officiais tem soldada"⁽²⁾.

Esta divisão de funções na produção determina a posição na hierarquia social. O capelão, os mestres e contramestres, os artífices e diversos encarregados de serviço constituem as camadas intermediárias, os únicos trabalhadores pagos, os protegidos e próximos do "alto", enquanto nas extremidades se situam as duas classes fundamentais da sociedade: o senhor de engenho e o escravo. O primeiro, dono absoluto de tudo, usufruindo da totalidade dos proventos, com direitos ilimitados sobre bens e vidas, e o segundo, mais numeroso, arcando com o maior e mais pesado do serviço, sem direito algum, recebendo apenas alimentação parca e de inferior qualidade, alguma roupa de algodão para cobrir a nudez, a que obrigava a moral, pela qual velava a religião. Simbolizando estas duas forças antagônicas erguiam-se suas moradias características: a casa grande e a senzala. Numa, ambiente de riqueza e poderio, de alegria e fartura; na outra, antro de miséria e dor, de revolta e opressão.

Tal a divisão fundamental da sociedade colonial brasileira, tão expressivamente reunida no engenho, pois os funcionários reais e as milícias não passavam de mantenedores e garantidores desta ordem de coisas, fiscalizadores do poder real e perceptores de seus direitos tributários⁽³⁾.

Entre as duas classes fundamentais da sociedade colonial, situavam-se os lavradores e moradores. Cultivava o lavrador um

(2) *Ob. cit.*, págs. 67 e 68.

(3) Durante o período de domínio holandês no Brasil, surgiu no Recife a classe dos comerciantes (burguesia), que, graças ao seu dinheiro e poderio, colocou em segundo plano os senhores de engenho, sendo este fato a causa da revolta pernambucana contra o invasor estrangeiro, que acabou expulso daqui. Ver, a respeito, as lúcidas e documentadas informações de José Honório RODRIGUES e Joaquim RIBEIRO, *A Civilização holandesa no Brasil*, Editora Nacional, São Paulo, 1940, págs. 224 e segs.

pedaço de terra por arrendamento, sem contudo ter garantia alguma, podendo, de uma hora para outra, ser mandado embora sem formalidade alguma, com o direito de carregar consigo seus negros e seu gado, possuindo, em média, dez escravos. A cana de sua plantação era moída nos engenhos em cujas terras vivia, recebendo metade do açúcar produzido, guardando o proprietário do engenho o melaço, fornecendo-lhe em compensação as caixas para armazenamento do açúcar. Em sua maioria, eram eles brancos e brasileiros, conseguindo, contudo, muitas vezes, resultados em seus trabalhos, chegando a apurar até sessenta quintais de açúcar por ano, acumulando dinheiro, pois levavam uma vida quase miserável, alimentando-se, juntamente com os seus escravos, dos produtos de suas roças, não fazendo qualquer despesa por fora. Muitos, por isso, conseguiram riqueza, tornando-se abastados e orgulhosos.

O morador era um ser à parte, pagando arrendamento e sujeito ao dízimo real, mas também sem garantia sobre a terra em que trabalhava. Suas choças erguiam-se nos bosques, à beira dos rios, no fundo dos vales ou à margem das estradas. Uma décima parte dos seus produtos colhidos cabia ao proprietário da terra. Constituía verdadeira plebe, compondo-se geralmente de mestiços, sujeita ainda ao serviço militar, sendo recrutada em determinados períodos. Por isso viviam quase segregados do resto da população, sendo temidos pelos proprietários e considerados ferozes e vingativos. Insulados em suas roças, viviam afastados das leis do governo e da religião. As mulheres teciam rendas, cozinhavam, lavavam e ajudavam a fazer a farinha.

No litoral, havia ainda os pescadores, gente que se alimentava de peixes, mariscos e frutas agrestes. Suas choças eram de taipa ou folhagem, sem móveis, além de um lastro de madeira ou couro de boi para dormir, utilizando como combustível a lenha e os coquilhos das praias. Andavam descalços e andrajosos, fabricando também rêdes de tucum, e as mulheres preparavam os fios em fusos de madeira. Com as talas das fibras produziam cêstos, munguás, copos e jequis, pelo sistema primitivo dos selvagens.

Estas eram, portanto, as classes e camadas sociais do Brasil colonial.

A plantação de cana e o fabrico do açúcar no Brasil colonial não se deve a mero acaso, nem são fruto de simples capricho de governantes ou colonizadores, mas representa a determinação de produzir um artigo escasso no mercado internacional, por isso mesmo de grande procura e elevado preço, para a qual as nossas terras se prestavam admiravelmente⁽⁴⁾. É o que ressalta claramente destas palavras de Roberto Simonsen: “Dos forais das Donatarias se conclui, entre outras, pelas referências aos direitos sôbre os engenhos outorgados aos donatários, que já era talvez o principal produto que se visava explorar na empresa colonizadora”. E destas outras, de João Lúcio de Azevedo: “Assim como o privilégio, outorgado ao donatário, de só fabricar e possuir moendas e engenhos de água, denota ser a lavoura de açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir” (*ob. cit.*, pág. 235).

Vindo do Oriente, trazido pelos cruzados, durante muito tempo constituiu o açúcar rendoso comércio no Mediterrâneo, tendo Veneza como o seu grande empório. Daí o Infante D. Henrique, fundador da célebre Escola de Sagres, pai das navegações marítimas portuguesas, e por isso mesmo o principal artífice da expansão colonial de Portugal, com sua aguda visão do que representava o comércio para a riqueza de uma nação, transportou-o para as ilhas da Madeira e São Tomé, dominando em breve tempo o negócio, o que levou ao aniquilamento das culturas do Mediterrâneo.

Das ilhas lusitanas, a cana veio para o Brasil no tempo de Martim Afonso de Sousa (1532), ou pelo menos foi depois dessa época que sua cultura tomou incremento entre nós, espalhando-se sobretudo pelo Nordeste, onde encontrou *habitat* próprio⁽⁵⁾.

(4) Quanto ao consumo de açúcar, escreve João Lúcio de AZEVEDO: “Nessa época o gasto do açúcar tinha-se generalizado, assim como o da pimenta, e ambos os gêneros, de objetos de luxo que tinham sido, passavam à classe de condimentos por assim dizer indispensáveis. Deitava-se açúcar na água e no vinho, e com êle se adubava até a carne e o peixe” (*Épocas de Portugal econômico*, pág. 225).

Em relação aos preços, informa-nos Roberto SIMONSEN que na Inglaterra, em 1440, uma arrôba de açúcar valia 18,30 gramas de ouro, que representavam 1:120\$000 em poder aquisitivo de hoje, ou seja, 75\$000 o quillo; em 1470, este preço havia baixado para 45\$000, e, em 1501, valia apenas 8\$500 o quillo (*ob. cit.*, pág. 145). “No período de 1501 a 1520” — acrescenta J. Lúcio de AZEVEDO — “a média do preço do açúcar eleva-se ao dôbro do que tinha sido na década anterior, e daí por diante prossegue a escala ascendente, só com transitórias flexões, até meados do século xvii.”

(5) Não temos ainda uma história completa do açúcar no Brasil, embora todos os historiadores, principalmente os da nossa economia, e as elucidativas monografias

Conta-nos Gândavo⁽⁶⁾, em sua obra escrita, segundo se supõe, antes de 1573, que, em seu tempo, Itamaracá contava com um engenho, Pernambuco, vinte e três, Bahia, dezoito, Ilhéus, oito, Pôrto Seguro, cinco, Espírito Santo, um e São Vicente, quatro, perfazendo um total de 60 engenhos. Rodolfo Garcia, em nota aos *Diálogos das grandezas do Brasil*, afirma que em 1600 “computava-se em cento e vinte o número redondo dos engenhos brasileiros”. Entre 1600 e 1700, segundo Roberto Simonsen, o açúcar brasileiro dominava o comércio dêsse produto, transformando-se no “mais importante artigo de escambo marítimo internacional”⁽⁷⁾. Sua produção, aos poucos, estendeu-se, pelo Norte, ao Ceará e Maranhão, e pelo Sul até São Vicente.

Ao findar a primeira década do século XVIII, ou precisamente, em 1711, Calógeras, baseado em Antonil, diz que a Bahia contava 146 engenhos, Pernambuco, 246, e Rio de Janeiro, 136, o que dá uma cifra global de 528 engenhos, à qual, se acrescentarmos outras regiões, não estaríamos longe de seiscentos enge-

de Gileno de CARLI se referissem a êle, por vêzes, até com abundância de detalhes, havendo por isso pontos ainda controversos. Assim, Roberto SIMONSEN acha que a cana era planta nativa da America, sendo conhecida em Mato Grosso e no México, o que é formalmente contestado por Edmund O. von LIPPMANN, em sua famosa *História do açúcar*, qualificando tal asserção de fantasiosa, acrescentando, em defesa de seu ponto de vista, que não se conhece “cana-de-açúcar em estado silvestre” (vol. I, pág. 92).

Em relação à fundação dos primeiros engenhos no Brasil, não há clareza absoluta, parecendo a Luís AMARAL (*História geral da agricultura*) contestável a versão generalizada de que foi Martim Afonso de Sousa o introdutor da cana entre nós e o fundador dos primeiros engenhos, em São Vicente (S. Paulo), enquanto Roberto SIMONSEN cita Pedro Capico, que, antes da chegada de Martim Afonso de Sousa, teria instalado um engenho em Pernambuco. HANDELMANN, *apud* LIPPMANN, aceita a versão de ter sido Martim Afonso de Sousa o primeiro a trazer e a plantar cana entre nós. O historiador VARNHAGEN, por sua vez, diz que em 1526, portanto, hem antes da vinda de Martim Afonso de Sousa, já figuravam na Alfândega de Lisboa direitos sobre o açúcar do Brasil, o que, evidentemente, não existiria se não houvesse fabricação de açúcar aqui. Luís AMARAL igualmente, citando o mesmo Varnhagen, refere-se a um alvará de D. Manuel, o Venturoso, datado de 1516, “mandando distribuir machados e enxadas e tôdas as ferramentas às pessoas que fôsem povoar o Brasil e que procurassem e elegessem um homem pratico e capaz de ir ao Brasil dar começo a um engenho de açúcar: que se lhe desse uma ajuda e também todo o cobre e ferro necessário e mais coisas ao fabrico do engenho”. Estas questões cronológicas e de primazia têm, sem dúvida, importância secundária, num estudo de conjunto como é o nosso. O que parece, entretanto, claro, com as citações que acabamos de fazer, é que somente depois de 1516 se começou a plantar cana e montar engenhos entre nós, mas êstes já existiam antes da viagem de Martim Afonso de Sousa, tendo, no entanto, com êle tomado incremento, pois, diz Roberto SIMONSEN (*História econômica do Brasil*, vol. I, pág. 146, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 2.ª ed., 1944): “No Brasil, não se justificava, nos primeiros tempos, o plantio de um artigo já em superprodução nos mercados portugueses”. Com a ascensão dos preços na segunda década da descoberta do Brasil, a situação modificou-se, tornando-se assim vantajosa a produção de açúcar.

(6) Pero de Magalhães GÂNDAVO, *Tratado da terra do Brasil*, Edição do Anuário do Brasil, s/d.

(7) *Ob. cit.*, pág. 176.

nhos. Em fins do século XVIII, de acôrdo com dados compilados por Caio Prado Júnior⁽⁸⁾, o número de engenhos no Brasil era o seguinte:

<i>Norte do país</i>	
Parafba	37
Pernambuco	296
Alagoas	73
Sergipe	140
Bahia	260
TOTAL	806

Para a Região Sul, as cifras são estas:

	<i>Engenhos de açúcar</i>	<i>Engenhos de aguardente</i>
Contornos da Guanabara	228	85
Cont. de Angra dos Reis e Ilha Grande	39	155
Cabo Frio	25	9
Campo dos Goitacases ..	324	4
TOTAL ...	616	253

Se, de acôrdo com Martius, São Paulo contava, em 1808, com 458 engenhos e 601 “destilarias de aguardente”, não seria exagerado computar, para o fim da centúria anterior, 400 engenhos de açúcar e 550 de aguardente.

Somando-se êstes algarismos, teríamos, então, no fim do regime colonial, ou seja, antes da chegada da Côrte Portuguesa ao Brasil, mais de 1.800 engenhos de açúcar em todo o país e mais ou menos 800 engenhos produzindo aguardente.

(8) *Formação do Brasil contemporâneo*, Editora Brasiliense Ltda., São Paulo, 2.^a ed., 1945, pág. 139.

Duas grandes crises sofreu a nossa produção de açúcar no período colonial. A primeira foi com a ocupação holandesa, entre 1630 e 1654, quando esta nação estrangeira, depois de atacar e pilhar a Bahia, apossou-se de Pernambuco, estendendo seu domínio até o Maranhão. A expulsão dos batavos, além dos males decorrentes da luta armada, com a mobilização de recursos e homens, destruição e incêndio de propriedades, foi seguida de uma peste, o "mal de bichas", como foi denominada, que se supõe ter sido a febre amarela, resultando de tudo isso a paralisação, abandono ou destruição de 46 engenhos, sendo 34 abandonados em Pernambuco (principal campo das batalhas militares), 9 em Itamaracá, 2 destruídos na Paraíba e 1 no Rio Grande do Norte⁽⁹⁾. A outra crise deu-se em princípios do século XVIII, ao ser descoberto o ouro em Minas Gerais, trazendo o abandono da agricultura, uma corrida geral à procura da riqueza fácil e rápida, de há muito esperada, a realização de tantos sonhos acalentados, a miragem que atraía aventureiros e homens de bem para estas terras longínquas e inóspitas.

Roberto Simonsen estima que nos três séculos do período colonial o Brasil exportou um valor superior a 300 milhões de libras em açúcar, quantia essa superior ao que rendeu a mineração, que não alcançou 200 milhões de libras. Verifica-se, assim sendo, que o açúcar foi o principal artigo de produção e exportação desse tempo, ultrapassando a renda do fumo, do ouro, dos couros, do algodão e do pau-brasil, que constituem os demais produtos aqui explorados e remetidos para o exterior.

As qualidades do açúcar aqui produzidas eram:

branco macho, mascavo branco, branco batido, mascavo batido;
branco macho fino, cara de fôrma;
branco macho redondo;
branco macho de baixo ou inferior.

Em quantidade, de acôrdo ainda com Roberto Simonsen, 70% do açúcar produzido eram do branco e 30% do mascavado, sendo que do branco 80% eram do macho e 20% do batido⁽¹⁰⁾.

(9) F. Contreiras RODRIGUES, *Traços da economia social e política do Brasil colonial*, Ariel Editôra Ltda., Rio de Janeiro, 1935, pág. 200.

(10) *Ob. cit.*, pág. 167.

Os preços variavam em consonância com os mercados exteriores, transporte, quantidade das safras, etc., representando cêrca de 2\$400 por arrôba pôsto em Lisboa, segundo o mesmo autor, baseado em Antonil. A diferença de cotação variava de 20 a 40%, entre o branco e o mascavado. As despesas de encaixotamento, transporte até o trapiche, aluguel dêste, embarque, impostos na terra, fretes, despesas na Alfândega e armazenagem em Lisboa, direitos, consulados e outros gastos mais, absorviam 45% do custo do açúcar fino no Brasil e 60% dos açúcares inferiores. “De vinte anos a esta parte” — escrevia Antonil em 1711 — “mudaram-se os preços assim do açúcar branco, como do mascavado, e batido. Porque o branco macho, que se vendia por oito, nove e dez tostões a arrôba, subiu depois a doze, quinze e dezesseis, e últimamente a dezoito, vinte e vinte e dois, e vinte e quatro tostões, e depois tornou a dezesseis. Os brancos batidos, que se largavam por sete e oito tostões, subiram a doze e a quatorze. O mascavado macho, que valia cinco tostões, vendeu-se por dez, e onze, e ainda mais. E o mascavado batido, cujo preço era um cruzado, chegou a seis tostões”⁽¹¹⁾. No quadro organizado por Roberto Simonsen, sôbre quantidades e valôres de açúcar exportado pelo Brasil de 1535 a 1822, vê-se que, ao findar o século xviii, remetíamos para o estrangeiro 1.500.000 arrôbas de açúcar, valendo aproximadamente 1.438.070 libras.

Cifras geralmente aceitas pelos nossos historiadores dão como sendo de 40 mil caixas por ano, mais ou menos, a exportação de açúcar, enquanto a produção dos grandes engenhos era de 7 a 8 mil arrôbas anuais, a dos médios de 4 a 5 mil, atingindo a dos pequenos 3 mil⁽¹²⁾.

O fim do século xviii, com o advento da Revolução Industrial, determinou considerável surto no comércio mundial, favorecendo o progresso da agricultura brasileira, com especialidade dos produtos tropicais, o que fêz com que o número dos nossos engenhos aumentasse grandemente, conforme dados anteriormente citados.

As primeiras fabricações de açúcar, nas ilhas portuguesas, serviram de uma espécie de estações experimentais, para o Brasil.

(11) *Ob. cit.*, pág. 168.

(12) Segundo LAET, *Histoire générale des voyages*, apud SIMONSEN, pág. 172.

Por isso, quando se iniciou aqui a produção desse artigo, já havia do assunto bastante conhecimento. Os primeiros engenhos das ilhas portuguesas eram de mão, as alçaprensas, que foram substituídos por engenhos movidos a água, as almanjarras, lagares e trapiches impulsionados pela força animal. Dadas as despesas que aqui suas instalações acarretavam, em terras virgens e meio hostil, com todo o aparelhamento necessário para a defesa, cultura, transporte e embarque, não se justificava, desde o começo, a montagem de pequenos engenhos. Construíram-se, desde logo, engenhos médios, produzindo acima de 3 mil arrôbas anuais, desenvolvendo-se, a seguir, instalações com produção acima de 10 mil arrôbas.

Antonil, o famoso jesuíta, autor da *Cultura e opulência do Brasil*, já em 1711 assim nos fala dos engenhos, no próêmio do seu livro: "Quem chamou as oficinas, em que se fabrica açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos, e invenção do engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar, admirável. Dos engenhos uns se chamam reais, outros inferiores vulgarmente engenhocas. Os reais ganharam êste apelido, por terem tôdas as partes, de que se compõem, e tôdas as oficinas perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios, e outros obrigados à moenda: e principalmente por terem a realeza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos, e bois, e são menos providos, e aparelhados: ou pelo menos com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias, e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente"⁽¹³⁾.

Capistrano de Abreu, o maior conhecedor do nosso passado entre os historiadores modernos, assim descreve os engenhos da época colonial, na introdução aos *Diálogos das grandezas do Brasil*: "Engenhos havia movidos por água e por bois; servidos por carros ou barcos, situados à beira-mar ou afastados, não muito, porque as dificuldades de comunicação só permitiram arcos de limitados raios; havia o suficiente de dar um têrço desta soma.

(13) *Ob. cit.*, págs. 63 e 64.

Imaginemos um senhor de engenho esquemático para termo de comparação: do esquema os engenhos existentes divergiam mais ou menos, como é natural. Devia possuir grandes canaviais, lenha abundante e próxima, escravaria numerosa, boiada capaz, aparelhos diversos, moendas, cobres, fôrmas, casas de purgar, alambique; devia ter pessoal adestrado, pois a matéria-prima passava por diversos processos antes de ser entregue ao consumo, daí certa divisão muito imperfeita de trabalho, sobretudo certa divisão de produção. O produto era diretamente remetido para além-mar; de além-mar vinha o pagamento em dinheiro ou em objetos dados em troca e não eram muitos: fazendas finas, bebidas, farinha de trigo, em suma, antes objetos de luxo. Por luxo podiam comprar os mantimentos aos lavradores menos abastados e isto era usual em Pernambuco, tanto que entre os agravos dos pernambucanos contra os holandeses capitulava-se o de por êstes terem sido obrigados a plantar certo número de covas de mandioca⁽¹⁴⁾.

O mesmo Capistrano de Abreu pinta-nos a vida interna dos engenhos, do seguinte modo: "(...) o engenho representa uma economia autônoma; para os escravos tecia-se o pano ali mesmo; a roupa da família era feita no meio dela; a alimentação constava de peixe pescado em jangada ou, por outro modo, de ostras e mariscos apanhados nas praias e nos mangais, de caça pegada no mato, de aves, cabras, porcos para as bandas do sul, para as do norte ovelhas principalmente, criadas em casa: daí a facilidade de agasalhar convivas inesperados, e daí a hospitalidade colonial, tão característica ainda hoje de lugares pouco freqüentados. De vacas leiteiras havia currais, poucos, porque não fabricavam queijos nem manteiga; pouco se consumia carne de vaca, pela dificuldade de criar reses em lugares impróprios à sua propagação, pelos inconvenientes para a lavoura resultantes de sua propagação, que reduziu êste gado ao estritamente necessário ao serviço agrícola". E logo adiante: "Alguns senhores de engenho tinham lojas, ou alguns dos mercadores tinham engenhos — para o caso presente é a mesma coisa; o característico na mercearia eram o comércio de consignação, que continuou ainda depois da Independência, o tráfico dos mascates que iam

(14) *Ob. cit.*, pág. 14.

pelos lugares afastados, como ainda hoje, levar miudezas; e, mais que tudo, as vendas a crédito, ou permutação de gêneros. A vida econômica tinha duas faces: nas transações internacionais ou antes interoceânicas era a moeda o tipo a que tudo se referia; nas transações internas dominavam o naturalismo econômico, a permuta do gênero contra gênero, ou empréstimo de gêneros e encontravam-se aqui todos os característicos ou quase todos que Hildebrand apurou para esta fase da humanidade”(15).

Sérgio Buarque de Holanda assim nos resume a vida dos engenhos: “O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebiam os hóspedes, freqüentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações, da caça, da pesca, proporcionadas no próprio lugar. Também no lugar montavam-se as serrarias, de onde saíam acabados o mobiliário, os apetrechos do engenho, além da madeira para as casas; a obra dessas serrarias chamou a atenção do viajante Tollenare, pela sua “execução perfeita”. Hoje mesmo, em certas regiões, particularmente no nordeste, apontam-se, segundo o Sr. Gilberto Freyre, as “Cômodas, bancos, armários, que são obras de engenho, revelando-o no não sei que de rústico de sua consistência e no seu ar distintamente heráldico”(16).

A montagem de um engenho requeria, antes de tudo, numerosa escravaria, pois os escravos eram “os pés e as mãos do senhor de engenho”, segundo frase da época, já consagrada. Os trabalhos nos canaviais, no corte de lenha para a fornalha, nos transportes, no fabrico do açúcar, exigiam trabalhadores negros. Mesmo os lavradores que não possuíam engenhos mas, apenas plantações, deviam ter escravos, “porque” — diz João Lúcio de Azevedo — “os brancos não se expunham às fadigas da lavoura, e assalariados indígenas não lhes era fácil obterem”. Os lavradores que apenas plantavam canas, em terras suas ou arrendadas, deviam mandar sua produção à fábrica, pagando para isso metade do produto elaborado, às vêzes mais uma parte considerável,

(15) *Ob. cit.*, págs. 14 e 15.

(16) Sérgio Buarque de Holanda, *Razes do Brasil*, Livraria José Olympio Editôra, São Paulo, 2.ª ed., 1948, págs. 102 e 103.

se as terras pertenciam ao engenho. “O estabelecimento de um engenho de regular categoria” — informa-nos o mesmo Lúcio de Azevedo — “com a escravatura, não importava em menos de dez mil cruzados. Cinquenta negros, quinze a vinte juntas de bois, carros, barcos, ferramentas e aparelhos da fábrica, além do capital para despesas de preparo, salários de mestres e obreiros livres, manutenção do pessoal escravo até o produto ser vendido, tudo isso requeria grandes somas. Muitos, que sem o cabedal correspondente tentavam a aventura, perdiam-se nela, não logrando acabar o que tinham principiado. Uma colheita deficiente, um ano mortífero de escravos, uma baixa imprevista no preço, era em perspectiva a ruína. A vaidade de possuir muita terra, numerosa escravatura, e clientela submissa de agregados e rendeiros, impelia à presunção habitual e à vida faustosa. De onde provinha endividarem-se largamente alguns destes magnatas. A outros, os mais ricos, computava-se o cabedal em 40, 50 e 80 mil cruzados”(17).

Tais os traços fundamentais da produção açucareira na época colonial e sua influência econômica e social em nossa formação histórica.

(17) João Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal econômico*, pág. 259.

EXPLORAÇÕES SIDERÚRGICAS

As explorações siderúrgicas levadas a efeito durante o período colonial têm importância maior do que a que se lhes atribui comumente, do ponto de vista não só histórico, como também econômico e político.

Para confirmar isto basta dizer que o primeiro engenho de ferro montado na América foi no Brasil, em São Paulo, em fins do século XVI, pois os de Jamestown, na Virgínia, E. U. A., são posteriores a 1607. O ferro brasileiro, na era colonial, serviu de moeda e para a fabricação de armas e instrumentos de trabalho. Em nossa produção de ferro encontramos a primeira intromissão estrangeira direta em nossa economia. Os inconfidentes mineiros inscreveram em seu programa, como uma das principais reivindicações do movimento, a exploração do ferro.

Êstes fatos mostram seu relêvo em nosso passado, não apenas como curiosidade histórica, mas igualmente como elementos positivos na economia e na política, e, se acrescentarmos a importância do que representaria a continuação de sua exploração até os tempos modernos, podemos avaliar tôda a grandeza daquilo que foi realizado nos albores da nossa constituição como nação.

As primeiras descobertas do ferro, entre nós, se devem aos jesuítas, pois Simão de Vasconcelos, em sua *Crônica da Companhia de Jesus*, fala no irmão Mateus Nogueira, que, qual outro Deus Vulcano, “fabricava anzóis, cunhas, facas e mais gêneros de ferramenta com que acudia grandemente” ao colégio piratinigano formado por Anchieta. Era isso grande chamariz para a catequização dos silvícolas — informa-nos Taunay — pois, “apreciando, desde o primeiro momento, o justo valor dos metais, mostravam os índios a maior avidez pelos objetos de ferro, que tanto

eram superiores aos seus toscos e ineficazes utensílios de pedra”(1). Mas o ensino de forjar o metal e trabalhá-lo era vedado aos selvagens. Várias vezes a Câmara Municipal de São Paulo se preocupou com o assunto (1578, 1583 e 1586), perseguindo e multando ferreiros que constava estarem ensinando aos índios o “seu ofício, porque de grão prejuízo da terra”, diziam os camaristas em sua linguagem arrevezada. Também era proibido ir para o sertão com forjas. “Compreende-se” — comenta Taunay — “a preocupação com que os vereadores queriam a todo transe impedir que os selvagens pudessem substituir por armas de ferro os toscos tacapes, os machados de pedra e as farpas ósseas das flechas”(2).

Datam de 1552 as primeiras notícias oficiais da descoberta do ferro no Brasil, em carta do bispo D. Pero Fernandes Sardinha, enviada a D. João III. A carta de Anchieta, dois anos mais tarde, anunciando o mesmo fato, é considerada por Calógeras, idêntica informação e não descobertas novas. Estas minas seriam as mesmas exploradas mais tarde por Afonso Sardinha Filho, situadas em Ubatá (atualmente Butantã), na comarca de Santo Amaro, que Calógeras julgou serem em Santos, e últimamente esclarecidas em definitivo por Sérgio Buarque de Holanda, como estando situadas a três léguas de São Paulo, no sítio de Ibirapuera, do lado esquerdo do rio Pinheiros, onde morava então Afonso Sardinha (pai).

Este Afonso Sardinha, o “Creso da vila”, como o chama Taunay, era um rico homem, que negociava com o Reino, a Bahia, o Rio de Janeiro, Buenos Aires e Angola, exportando marmelada e vendendo índios, importando lã, couros e escravos, possuidor de imensos latifúndios, consideráveis lavouras, sendo ainda armador de navios, e emprestando dinheiro a paulistas e santistas. Em suas penetrações pelo interior descobriu prata e ferro em Araçoiaba ou Biraçoiaba, nas imediações de Sorocaba, ouro em Jaraguá, ou Jaguamimboba e Ivituruna.

Provavelmente em 1590, logo depois da descoberta, o velho Afonso Sardinha começou a explorar ferro na sua mina de Biraçoiaba. Em 1597 comunicou o fato a D. Francisco de Sousa,

(1) Afonso d'E. TAUNAY, *São Paulo no Século XVI*, pág. 41.

(2) *Ob. cit.*, pág. 162.

Governador-Geral, que se achava na Bahia, doando-as a El-Rei. D. Francisco de Sousa compreendeu imediatamente a importância da notícia, por isso nomeou para administrá-la a Diogo Gonçalves Laço, dando-lhe como auxiliar o alferes Jorge João. Acompanhando a estes enviou os experimentados mineiros Gaspar Gomes Moalho e Miguel Pinheiro Zurara, com os vencimentos anuais de 200\$000, e mais um fundidor, D. Rodrigo ou Rodrigues, com instruções e ordens para receberem do almoxarifado da fazenda real da vila de Santos o dinheiro de que carecessem para os trabalhos a serem executados, tendo estes homens chegado a Santos em 13 de maio de 1598.

D. Francisco de Sousa partiu da Bahia para o Sul em outubro do mesmo ano, remetendo para as lavras de S. Vicente 200 índios, pois esperava também encontrar prata e esmeraldas. Depois de passar algum tempo no Rio de Janeiro, a fim de determinar providências administrativas e de justiça, saiu desta cidade em direção a S. Vicente em 1599, trazendo em sua companhia, além de soldados e oficiais tirados dos presídios da Bahia, dois alemães, um mineiro e outro engenheiro, Jaques Oalte (Walter ?) e Geraldo Betink. Em maio já se encontrava na mina de Sorocaba inspecionando-a, melhorando-a, mudando-lhe o nome para o de Nossa Senhora de Monteserrate, levantando pelourinho, tendo ficado aí até setembro. Regressou a São Paulo em outubro, aumentando o ordenado do capitão Diogo Gonçalves Laço de 100\$000 para 200\$000, voltando novamente às minas em fevereiro de 1601, para tornar a São Paulo em junho, dando instruções, em julho seguinte, a André Leão, para sua entrada no sertão em busca de prata.

“Calcule-se o alvoroço” — diz Taunay — “do insaciável Filipe II, o eterno entalado em dificuldades financeiras, que à custa de montanhas de metais preciosos custeava a sua política universal!”⁽³⁾.

O registro de doação do engenho de ferro de Sardinha a El-Rei foi feito em 1600, no livro de regimento existente no arquivo da Câmara de São Paulo, e segundo as “Notas Genealógicas” citadas por Vergueiro, leva a supor ter-se dado a transferência no ano anterior.

(3) *Ob. cit.*, pág. 242.

Laço morreu em 1601 ou princípios de 1602, sendo nomeado para substituí-lo um neto seu, devendo, durante a menoridade dêste, ficar como capitão das minas de São Paulo Pedro Arias de Aguirre. Logo após êstes acontecimentos, D. Francisco de Sousa partiu para o Reino.

Como seu sucessor, foi nomeado Governador-Geral do Brasil D. Diogo Botelho, o qual, em 1602, seguiu diretamente do Reino para Pernambuco.

Em Madri⁽⁴⁾ D. Francisco de Sousa, além de defender a lisura de sua administração contra os detratores, despertou a atenção de Filipe II para as riquezas recentemente descobertas no Brasil, surgindo daí um regimento das terras minerais, em 1603.

Acredita Calógeras que D. Francisco de Sousa nunca mais voltou a Biraçoiaba, por causa não só das doenças que, com a idade, principiaram a achacá-lo, como do desenvolvimento que ia tomando a extração do ouro, interessando-o mais.

Pouco depois de sua chegada a São Paulo, fevereiro de 1609, foi organizada uma sociedade entre D. Francisco de Sousa ou o filho dêste, D. Antônio de Sousa, e Diogo Quadros, e mais seu primo e cunhado, Francisco Lopes Pinto, para exploração do engenho de ferro de Santo Amaro. Êste contrato, na data em que se deu, foi a origem de muitos suporem tratar-se de um terceiro engenho de ferro cronològicamente construído em São Paulo, e estar localizado em Santos. Últimamente, porém, Sérgio Buarque de Holanda esclareceu êste assunto, dando-o como o segundo entre nós construído, e não situado em Santos, mas em Ibirapuera, às margens do rio Pinheiros, junto à cidade de São Paulo⁽⁵⁾. As ruínas do engenho de ferro de Santo Amaro foram descobertas pelo barão de Eschwege e ainda atualmente encontram-se vestígios.

De como funcionou êsse engenho de ferro e o papel por êle representado em nossa vida colonial, assim nos fala Sérgio Buarque de Holanda: "A abundância das matas nas margens dos rios

(4) Pouco depois da derrota de D. Sebastião, em Alcácer-Quibir, 1578, Filipe II, rei da Espanha, sucedeu-lhe no trono de Portugal, unindo-se as duas coroas.

(5) Sérgio Buarque de HOLANDA, "A Fábrica de Ferro de Santo Amaro", em *Digesto Econômico*, janeiro e fevereiro de 1948.

vizinhos assegurava, por outro lado, o abastecimento, durante muito tempo, do combustível necessário aos trabalhos da fundição. O sistema usado nesses trabalhos era, sem dúvida, o dos fornos catalães. Constava essencialmente de um poço retangular, com paredes de pedra que resistiam à ação do calor, e de um cano, geralmente de cobre, que atravessando em sentido oblíquo uma das paredes, quase à bôca do poço, servia para conduzir a corrente de ar até à altura do depósito de carvão. O ar podia ser insuflado com o auxílio de simples foles manuais de couro. Eschwege fala todavia em "casa de rodas" (Rodstube), cujos restos ainda encontrou em Santo Amaro, no local do antigo engenho. Nesse caso, e até melhor explicação, pode-se supor que a corrente de ar se formasse com o auxílio de uma roda-d'água. Como o engenho fôsse formado à margem de um riacho tributário do Pinheiros, não parece desprezível a hipótese. Pode presumir-se, também, que a roda se destinasse a acionar algum martelo-pilão para os trabalhos da frágua, pois há notícias de que em Araçoiaba, já em fins do século XVIII, se utilizou instrumento semelhante. No rol das ferramentas retiradas em 1605 por Diogo de Quadros, do Almojarifado de Santos, constam dois malhos e duas safras, pesando ao todo seus trezentos e cinqüenta quilos. Do mesmo rol constam ainda duas chapas, que pesavam, cada uma, sessenta quilos. É possível que se tratasse das chapas de ferro requeridas nos trabalhos preliminares da fundição feita conforme o método catalão. Eram introduzidas verticalmente no poço, formando dois compartimentos. No lado onde ia ter o cano condutor de ar colocava-se o carvão vegetal, e no outro dispunham-se, em camadas sucessivas, carvão e minério. Feito isso retirava-se a chapa e lançava-se o fogo ao carvão. Sujeito à ação do monóxido de carbono, que se formava junto à bôca do cano, entrava o minério em fusão e, escorrendo através do carvão em brasa, ia acumular-se sob a forma de uma massa esponjosa ao fundo do poço. Trazida essa massa à superfície, era levada finalmente à forja vizinha, onde a depuravam, reduzindo-a a lingotes. Nesse estado o produto achava-se apto a entrar no comércio. Em inventários da época, menciona-se com frequência o ferro em barras servindo de meio de pagamento, e é provável que parte dêle proviesse da forja de Santo Amaro, pois do contrário se explicariam mal as referências a "ferro do reino", que deparamos

ocasionalmente nesses textos. Sabe-se que o próprio Francisco Lopes Pinto pagava com produto de sua forja até alugueis de casa, conforme consta do processo de inventário de João Gomes, em 1622. Na incipiente indústria local de ferragens, o produto da terra, dada a sua qualidade inferior, seria empregado principalmente em artigos toscos, destinados ao resgaste de índios. Mas serviria também para o fabrico de alguns instrumentos utilizados na lavoura, na navegação, nas minas, na guerra ao gentio: foices, enxadas, cunhas, machados, almocafres, pregos, cavilhas, verdugos e terçados”(6).

Estas são as palavras de Calógeras a respeito das nossas primeiras fundições de ferro: “Ambas as fábricas eram, seguramente, forjas catalães, únicas conhecidas por êsses mineiros ibéricos, ou portugueses ensinados por êstes. Moviam-se a braços uns foles de couro que sopravam o ar úmido na forja; faziam-se as reações e formava-se a bola de metal, recoberta e entremeada de escória. A golpes violentos de malho purificava-se e estirava-se o ferro, assim transformado em barra. A um canto da tenda amontoavam-se as escórias, ricas de ferro sempre, mais rica aqui, como em Ipanema, pela natureza refratária do minério tratado. Achava-se instalada a fábrica à beira-rio; o combustível era facilmente transportado; a mina estava à porta, e os produtos acabados, descendo o Jeribatuba, encontravam logo o mercado de Santos, ou, subindo pela estrada antiga melhorada, ao que se diz, por Anchieta, os das vilas acima da serra do Cubatão. Ficava resgatada a relativa inferioridade do teor metálico do minério, quando comparado com o da serra de Biracoiaba, donde os transportes eram difíceis. Fabricou-se ferro durante vinte anos, cessando somente quando morreu Francisco Lopes Pinto, a 26 de fevereiro de 1629”(7). Assim findava-se, em 1629, após trinta anos de duração, os primeiros episódios siderúrgicos no Brasil.

Não é conhecida a quantidade de ferro produzida durante êsses anos, porém todos os estudiosos do assunto supõem tratar-se de coisa pequena; entretanto, em nossa opinião, êsses fatos não devem ser medidos tanto pela quantidade de ferro produzida, mas como acontecimento histórico de grande relêvo.

(6) Sérgio Buarque de HOLANDA, *ob. cit.*

(7) J. Pandiá CALÓGERAS, *As minas do Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1905, vol. II, págs. 25 e 26.

Com o desaparecimento da exploração siderúrgica, até os lugares de sua localização foram esquecidos. Não havia estradas, na época, ligando-as aos centros populosos, nem outras atividades que mantivessem interêsse a seu respeito. Sorocaba, junto à mina de Biraçoíaba, foi fundada sòmente em 1670.

Por isso, em 1680, Luís Lopes Carvalho, capitão-mor de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, lembrou a conveniência de se verificar o que havia de verdadeiro sòbre as notícias que corriam relativas ao valor da região de Sorocaba. Há mesmo quem diga (Vergueiro) que êste Lopes Carvalho se inculcou descobridor das minas de ferro, entregando-as à Câmara de Sorocaba, em 14 de março de 1681.

Com esta notícia, o então Príncipe Regente de Portugal, mais tarde D. Pedro II, mandou, em 1682, os irmãos Jacinto Moreira Cabral e Pascoal Moreira Cabral, sertanistas ousados, acompanhados de Frei Pedro de Sousa, conhecedor de minerais, verificar o valor da prata e outros metais na serra de Biraçoíaba. Nesse sentido, igualmente, escreveu D. Pedro cartas a vários paulistas ilustres da época, pedindo-lhes que auxiliassem a tentativa.

Em 15 de maio do mesmo 1682, uma Carta Régia autorizava o alcaide-mor Jacinto Moreira Cabral, Martim Garcia Lumbria e Manuel Fernandes de Abreu a levantarem uma fábrica de ferro em Biraçoíaba, fábrica essa que parece não ter sido construída, porque nada se sabe a respeito.

Em 1765, por Carta Régia, Domingos Ferreira Pereira, morador da capitania do Rio de Janeiro, obtinha privilégio para, na comarca de São Paulo, minerar ferro, chumbo e estanho, estando, ademais, autorizado a caldear êsses metais.

Nessa época estava acesa a controvérsia sòbre os limites entre Minas Gerais e São Paulo. Mas também, com o rompimento das relações entre as côrtes de Portugal e Espanha, havia o perigo de invasão do Sul do Brasil por parte dos espanhóis.

Diante dessa situação grave, D. Diogo Lôbo, Governador de Minas Gerais, escreveu ao seu colega de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa, Morgado de Mateus, dizendo que ante o perigo estrangeiro deviam cessar as disputas de limites e todos congre-

garem seus esforços para a defesa da colônia contra o inimigo espanhol. Após enumerar os recursos que dispunha em homens e material bélico, remetia planos de bombardas e morteiros para terrenos montanhosos, pedindo serem produzidos na fábrica de Sorocaba, posta novamente em funcionamento.

Quando D. Luís Antônio de Sousa recebeu a carta, estava apenas erigida uma pequena forja para experiências, enfrentando os concessionários e fundidores mil dificuldades, que não lhes permitiam alcançar seus intentos.

Alegadas estas dificuldades pelo Governador de São Paulo, seu colega de Minas Gerais volta a insistir no assunto, aduzindo argumentos: “Segundo o que V. Ex.^a me refere da fabrica de ferro eu não me desanimara a poder conseguir della as balas, bombas e granadas em que lhe falei, pois se poderiam fazer, suprimindo-se com um proporcionado e pequeno forno, e instrumentos conducentes a mesma manufatura, e ainda que em duplicatas fundiçoens húa parte destas munichoens tam essenciaes, q.do a indigencia dos fabricantes não seja tal que careção de mendigar o sustento o que não poderiam vencer, si fosse prepararem no p.a outra qualidade de obras de ferraria, armaria, e serralheyros, porq.e neste caso p.a porem o dito genero na pureza necessaria, era preciso passar pelo segundo e tercr.o forno, e martellos d’afinage; mayormente q.do outras mais crescidas se tem dissolvido neste governo”(8).

Esforços foram feitos para melhorar as condições do trabalho da fábrica e as qualidades dos produtos da forja de Sorocaba, porém sem resultados práticos.

Em longa carta escrita por D. Luís Antônio de Sousa ao conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, o famoso marquês de Pombal, narra as dificuldades encontradas a respeito da competência do mestre de caldear ferro, João de Oliveira de Figueiredo, ou suspeita de que estivesse fazendo sabotagem a mando de alguém, interessado em impedir o sucesso do empreendimento. Por isso remetia-lhe alguns caixões do mineral “para que V. Ex.^a possa mandar examinar por um mestre perito, ou de dentro ou de fora do reino (antes de o remeter para cá para se

(8) CALÓGERAS, *ob. cit.*, págs. 36 e 37.

não fazerem com êle gastos supérfluos), se o defeito procede da pedra ou da pouca experiência dêste artífice que cá se acha, e juntamente se pode haver algum segrêdo com que se remedeie qualquer defeito que possa ter a mesma pedra, para se haver de tirar ferro da qualidade daquele que envie a V. Ex.^a, que não podia haver melhor, nem mais perfeito, e foi tirado desta mesma pedra, de que não há dúvida. V. Ex.^a determinará o que fôr servido”. O concessionário Domingos Ferreira Pereira regressara ao Rio de Janeiro a fim de organizar uma sociedade para explorar a sua concessão, e, não o conseguindo, o próprio D. Luís Antônio se interessaria pelo negócio, formando uma sociedade com gente de São Paulo, conseguindo um capital de dez mil cruzados “para princípio da primeira fábrica”; mandou trazer prêso do Rio de Janeiro, onde se encontrava, preparando sua mudança para Angola, o mestre João de Oliveira de Figueiredo.

A dificuldade encontrada na fabricação de ferro (sabemo-lo hoje) era ocasionada pelo titânio que continha, um elemento químico desconhecido naquele tempo e só posteriormente, em 1789, isolado por William Gregor de um mineral, a ilmenita. Os mestres de forja de então, acostumados a trabalhar com minérios puros da Espanha, desconheciam-no e não modificavam os processos de trabalho em que estavam acostumados. Apesar de algumas modificações introduzidas a pedido do próprio D. Luís Antônio, a situação não se alterou para melhor.

Outra questão interessante suscitada durante a exploração siderúrgica empreendida por Domingos Ferreira Pereira é a da expulsão da sociedade de um tal João Fits Geraldês ou Fitzgerald, “Vice-Cônsul, Deputado da Nação Britânica de Lisboa”. Houve Junta dos altos funcionários reais da cidade de São Paulo para deliberar sôbre o assunto, alegando a Junta em sua resolução que a “Provisão em forma de Lei de 8 de fevereiro de 1711 proibia totalmente aos estrangeiros comerciarem de passagem nos Portos de todo o Estado do Brasil, a qual se acha registrada no L.^o 1.^o da Secretaria dêste govêrno a fôlhas quarenta e seis e na mesma Lei estabelecidas graves penas aos Governadores e mais Officiais de S. Maj. que consentissem o contrário do que está disposto na mesma Provisão(...)”, acrescentando ainda o Governador de São Paulo, em carta de 4 de janeiro de 1768, dirigida ao conde

de Oeiras, comunicando o fato, que os estrangeiros que se metiam em fábricas nossas tinham por fito destruí-las, "pois o faziam presumir muitos exemplos já sucedidos e especialmente aquê de que ainda perdura a memória de se ter abreviado no Rio de Janeiro, sem saber por ordem de quem, a vida de dois homens que pretenderam antigamente levantar semelhantes fábricas neste mesmo sítio, e iam para o reino dar conta de sua diligência, o que foi causa de ficarem sem efeito até o tempo presente"⁽⁹⁾.

Segundo dados colhidos pelo barão de Eschwege, em Sorocaba, em 1810 ou 1811, de um ferreiro que trabalhava na antiga forja, esta era a seguinte: "O forno era único e tinha cinco palmos de altura; sendo construída de tijolos, exigia uma refeição hebdomadária. Ao lado encontrava-se um grande fole, movido a braços, e a lupa metálica extraía-se da parte superior do forno. Na parte inferior dêste havia um orifício, fechado normalmente com tornos de madeira, pelo qual se fazia a corrida das escórias. Dia havia em que se obtinha uma lupa de uma arrôba de pêso; em outros, ao contrário, após um dia inteiro de esforços, não se obtinha nem uma libra de metal. O minério, antes de ser fundido, era calcinado em um forno semelhante ao de cal, e, depois, fragmentado a martelo em pequenos pedaços. O ferro obtido era quebradiço e aceirado".

Esta é a conclusão de Calógeras a respeito desta fábrica: "Foi em Ipanema, com todos os visos de probabilidades, que se fundou a primeira fábrica de ferro pelo método dos cadinhos"^(9A).

Não se sabe ao certo a quantidade da produção dêsse tempo, asseverando alguns, como Varnhagen, que era de quatro arrôbas por dia, o que está em contradição, como acabamos de ver, com o que disse Eschwege.

Também se desconhece o tempo exato que durou esta fábrica. Para uns, ela já estava de "fogo morto" ao deixar Pombal o govêrno, em 1777; para outros, entretanto, como Frei Gaspar da Madre de Deus, ela teria durado até 1797; porém, um escritor

(9) CALÓGERAS tirou os trechos desta carta do *Arquivo de São Paulo*, vol. XIV, pág. 41, e diz que é "um fato sobre o qual nenhum documento conhecemos, além da própria missiva de D. Luís Antônio", *ob. cit.*, pág. 41.

(9A) *Ob. cit.*, págs. 44 e 45.

de 1782 fala da fábrica como coisa do passado; contudo, é certo que quando Pedro Taques escreveu a sua *História da Capitania de S. Vicente*, em 1772, portanto, ela funcionava, pois escreveu o famoso memorialista paulista: “No presente tempo desde o ano de 1766 existe a extração de ferro na dita serra de Biraçoiaba, cuja fábrica se construiu por expensas de alguns acionistas que se uniram, a que a real grandeza conferiu a graça de fundir ferro por tempo de dez anos livre de quintos”⁽¹⁰⁾.

(10) *História da Capitania de S. Vicente*, Cia. Melhoramentos de São Paulo, s/d., pág. 148.

A PRODUÇÃO DE TECIDOS

O algodão já era conhecido e utilizado pelos nossos indígenas antes da Descoberta. Citado por Luís Amaral⁽¹⁾, escreve Leopoldo Pena Teixeira: "No tempo da descida do Padre Acuña, em 1639, os omáguas ou cambebas, originários da Colômbia e emigrados no Brasil, ainda constituíam, no território hoje amazonense, uma grande nação de homens pacíficos, industriosos, inteligentes, ocupando-se em cultivar e tecer algodão para roupas, que consistiam numa espécie de simarra, com três orifícios para passagem dos braços e da cabeça e que ainda usavam tingidas de azul".

Falando do Pará, diz o mesmo Leopoldo Pena Teixeira: "Submetidos os gentios, o povoamento e a cultura do solo paraense pelos civilizados foram desenvolvidos regularmente, produzindo para o alimento e o vestuário dos habitantes o principal que a terra, ainda virgem, dava, arroteada pelo braço escravo do negro e do caboclo. O cultivo do algodão, entre os demais produtos necessários à existência da população, nessas remotas paragens, muito se desenvolveu, então, bastando ao suprimento dos panos, rêdes, etc., das famílias e do comércio. Raro, nesse tempo, era o lar onde até altas horas da noite não ressoava o rufar dos caranás batendo o algodão descaroçado e onde, à luz mortíça das candeias de azeite, nos tardos serões, não se fiava e tecia. O descaroçador, a roca, o tear, eram utensílios dos mais usuais, fazendo parte do arranjo das mais humildes moradias"⁽²⁾.

Tal foi o incremento e a importância adquirida pela produção doméstica de tecidos do Pará, que chegou a ser exportado

(1) *História geral de agricultura*, Editora Nacional, São Paulo, 1940, vol. II, pág. 208.

(2) "O algodão no Pará", in *Anais da Primeira Conferência Algodoeira*, vol. II, s/d.

para o Reino, sendo também o principal gênero de negócios da Capitania, servindo ainda de “moeda” nas transações com o interior e para pagamento aos índios e às tropas. Esse fato determinou a elevação de seus preços, alcançando a ser cotado o rôlo de pano a 28\$000, o que levou o provedor da Capitania a fazer uma representação à Metrópole, pedindo a proibição da sua exportação.

Os panos do Pará, certamente, conseguiam boa aceitação e, sabendo que as terras davam excelente algodão, pensou a Metrópole em fomentar e organizar aí em bases mais amplas a produção de tecidos. Por isso, em 21 de março de 1750, o ministro português Diogo de Mendonça Côrte Real escreve, em nome de El-Rei, uma carta ao marquês de Távora, então Governador da Índia, para que providenciasse a vinda ao Pará de tecelões e pintores (*sic*) das costas de Coromandel e Orixá, até o número de doze famílias, “para se poder nela estabelecer manufaturas de chitas e outras obras de algodão”, devendo com êles “enviar-se os teares, rodas e engenhos de descarregar o algodão, e todos os mais instrumentos para o exercício das suas profissões”, correndo tôdas as despesas por conta do erário de Sua Majestade.

O Maranhão, que juntamente com o Pará constituía a Capitania do Grão-Pará, era outra região onde se produziam com abundância tecidos de algodão. Os rolos de panos eram a “moedá” corrente difundida na praça e o principal meio de pagamento aos trabalhadores, especialmente, então constituídos em sua quase totalidade de índios, recebendo por mês, como “gratificações por seus serviços”, de duas a seis varas de algodão.

Conta-nos César Marques que Manuel de Albuquerque e Aguiar e Antônio Pinheiro fizeram uma representação ao Rei de Portugal, dizendo que “produzindo as capitanias do Maranhão e Pará, Piauí e Ceará grande quantidade de algodão, se podia tirar dêle, sendo beneficiado com arte e cuidado, não só utilidade para aumento das ditas capitanias, como também rendimento para a fazenda real, pois que se podiam fazer boas chitas, como as da Índia, e panos brancos, como os chamados “de rei”, meias, lenços, barretes, etc.⁽³⁾.

(3) William Coelho de SOUSA, “O algodão no Maranhão”, in *Anais da 1.ª Conferência Algodoeira*.

Também no Ceará produzia-se muito tecido para roupa e outros usos domésticos, além de rêdes e rendas, que se tornaram famosas, com o correr dos séculos, e que ainda hoje são muito apreciadas.

As rêdes comuns são tecidas em dois dias, os mamucabos, cordões e punhos exigem um dia de trabalho; as varandas, feitas em almofadas, são bordadas com fios de côr. As rêdes de “bordado cheio” e custosas varandas de labirintos são verdadeiras obras de arte, admiráveis e resistentes.

A produção dêstes artigos é uma herança indígena, que os naturais da terra aperfeiçoaram e desenvolveram com o tempo.

A rêde tem importância muito grande em nossa vida colonial, não sòmente do ponto de vista econômico, como também social. Ela não é apenas uma variedade de nosso tecido, mas é igualmente um instrumento de enorme utilidade: serve de leito nas cidades, é meio de transporte e acompanha os viajantes em suas incursões pelo sertão. “A importância que a rêde assume para nossa população colonial” — escreve Sérgio Buarque de Holanda — “prende-se, de algum modo, à própria mobilidade dessa população. Em contraste com a cama e mesmo com o simples catre de madeira, trastes “sedentários” por natureza, e que simbolizam o repouso e a reclusão doméstica, ela pertence tanto ao recesso do lar como ao tumulto da praça pública, à moradia da vila como no sertão remoto e rude”(4). Ainda hoje é muito usada pelas populações pobres do Norte e Nordeste do país, tanto nas cidades quanto no interior, servindo para dormir, e os que demandam o sertão, quer os simples viajantes, quer os vaqueiros, não deixam de levar na garupa de seu cavalo uma rêde e uma manta de lã. Em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais também persiste êste hábito. Com mais razão, portanto, era difundido na época colonial.

A própria Vila de São Paulo, de clima frio, naqueles tempos afastados quase não possuía camas, dormindo os moradores em rêdes. Existe mesmo o caso célebre da requisição, pela Câmara local, de uma das poucas camas que então existiam, para servir de leito ao Ouvidor-Geral da Repartição do Sul, por ocasião de

(4) Sérgio Buarque de HOLANDA. “Rêdes e redeiras de São Paulo”, in *Revista Paulistana*, julho-agosto de 1948.

sua visita, em 1620, requisição essa que provocou uma demanda de vários anos, entre o proprietário do móvel e as autoridades municipais.

A rêde figurava igualmente como um dos principais meios de transporte da época. Os doentes eram invariavelmente transportados em rêdes e as mulheres de certa importância não saíam à rua a pé, nem se locomoviam de um lugar para outro senão deitadas numa rêde, carregada por dois negros. Mesmo os homens de posse faziam-se transportar em rêdes, e até os sertanistas — conta-nos Sérgio Buarque de Holanda — “não desdenhavam desse meio de transporte, menos, talvez, por amor à comodidade, do que por amor à própria distinção e ao prestígio que o aparato impunha”⁽⁵⁾. Andar a pé era considerado então coisa abaixo de plebéia, própria de escravos unicamente. Ilustrativo disso é o caso que nos narra o mesmo Sérgio Buarque de Holanda, de um tal Manuel José Bueno, que, indo a Lisboa levar a El-Rei o célebre cacho de bananas de ouro, andava pelas ruas da Côrte em uma rêde de fios de algodão e lã de várias côres, carregada por mulatos calçados, que levava de São Paulo especialmente para êsse mister⁽⁶⁾.

As rendas e labirintos foram trazidos de Portugal, e eram feitos em almofadas, à imitação das *dentelles* de Cluni.

Para se fazerem rendas, risca-se o desenho num papelão, que depois é picado a alfinête e pregado numa almofada, prendendo-se na extremidade superior do papelão tantas linhas quantas são necessárias para tecer a renda, enrolando-se nas outras extremidades das linhas outros tantos bilros, ficando desenrolados cêrca de 20 a 30 centímetros, para se trabalhar. As mulheres então tecem, trocando os bilros, passando-os de uma mão para outra, segundo o desenho, introduzindo alfinêtes nos orifícios de papelão para segurar a renda. A troca de bilros é feita com grande agilidade, produzindo um barulho característico. À medida que o trabalho avança, aumentando a renda e diminuindo a linha, esta é desenrolada dos bilros. Atingindo o fim do desenho, muda-se a renda para o comêço do papelão, repetindo-se o mesmo processo, até completar a peça de dez varas.

(5) *Ob. cit.*

(6) *Ob. cit.*

Este processo artesanal na confecção das rendas ainda hoje é usado no interior cearense, com a diferença apenas de que antigamente, em vez de alfinêtes, usavam-se espinhos de cactáceas, e em lugar de linha de carretel comprada na fábrica fazia-se em casa, com algodão, o fio para tecer.

A melhor definição que encontramos da renda de bilros é esta, dada por Erneste Lefèbvre, em sua *Brodine et dentelles* e transcrita por Luísa e Artur Ramos⁽⁷⁾: “É um tecido formado pelo cruzamento e entrançado de fios enrolados, em uma das suas extremidades em bilros, e fixados na outra extremidade numa almofada por meio de alfinêtes”.

Suas origens exatas são desconhecidas, parecendo ao casal Ramos ter surgido na Itália, em fins do século xv, daí se espalhando para tôda a Península e outros países vizinhos. Em Portugal, as mais antigas zonas rendíferas são Peniche, Olhão, Setúbal, Viana do Castelo e Horta.

Quanto à distribuição geográfica desta atividade artesanal, encontra-se principalmente no Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão; em menor escala em Sergipe, Bahia e Estado do Rio, vindo a seguir Santa Catarina e Pará. Em relação às rendeiras, assinala ainda o casal Ramos: “Étnicamente são caboclas, na sua grande maioria. Na quase generalidade dos casos, trabalham no chão, sentadas à maneira oriental, com a almofada entre as pernas, na soleira das portas ou nos pátios dos terreiros fronteiros. Na margem das lagoas e na orla marítima, a rendeira completa a paisagem dos coqueirais, com suas almofadas e suas trocas de bilros, nas portas dos mocambos de palha. A arte de fazer rendas é transmitida de mães a filhas e ao lado de velhas rendeiras vêem-se meninas a “trocar bilros” logo que adquirem a prática necessária. Mais raramente são homens que fazem rendas, como ocorre em Mata Grande (Alagoas) e eventualmente em outros lugares do Brasil. Trata-se, porém, de exceções, e não de uma tradição cultural”⁽⁸⁾.

O labirinto, também chamado crivo, é feito tomando-se um pano de algodão ou linho, tirando-se-lhe os fios a igual distância

(7) Luísa e Artur RAMOS, *A renda de bilros e sua aculturação no Brasil*, Rio de Janeiro, 1948.

(8) Luísa e Artur RAMOS, *ob. cit.*, pág. 38.

em ambos os sentidos, formando uma tela de quadrinhos abertos, semelhante aos de uma rêde de pescar, medindo cada quadrinho de 2 a 4 centímetros, de acôrdo com o desenho que se quer executar. Os quadrinhos são depois envolvidos numa linha para se tornarem mais resistentes e unidos. Esta tela pode igualmente ser preparada em almofada, recebendo neste processo o nome de *puçá*. Sôbre esta tela, como se fôsse um cerzido, tece-se com outra linha, formando desenhos variados. Fazem-se toalhas de altar e de rosto, colchas, sombrinhas, lenços, camisas, blusas e vestidos enfeitados com labirintos belíssimos e muito apreciados⁽⁹⁾.

Foram os jesuítas do padre Anchieta que em São Paulo introduziram e desenvolveram a produção de tecidos, a fim de satisfazer suas necessidades de roupas e para vestir os índios. Um dêles, o irmão Vicente Rodrigues, aprendeu o officio, ensinando-o depois aos índios. Para êsse fim foi ainda recrutado em Valência, na Espanha, entre os que vinham para o Brasil, um noviço, que antes fôra tecelão.

Em poucos anos, índios e índias exerciam o mister, desenvolvendo-o mais tarde para bordados e paramentaria e confeccionando roupas⁽¹⁰⁾.

Falando dêsse tempo, escreve Afonso Taunay: "Aos tecelões rude serviço cabia ao ajustarem o pano com que se cobriam e procurando atenuar a nudez dos neófitos. Tal a penúria e pobreza do primitivo colégio de São Paulo, que os religiosos se vestiam com os farrapos das velas rôtas obtidas, por esmola, dos navegantes que ao litoral vicentino aportavam"⁽¹¹⁾. "Os únicos artigos da indústria de Piratininga" — prossegue o mesmo Taunay — "eram os panos grosseiros de algodão, consumidos no planalto, e os "chapéus grossos de lã", de que nos fala Pedro Taques, na biografia de Amador Bueno"⁽¹²⁾. Êstes panos deveriam ter três palmos e meio de largura, e os grossos valiam duzentos réis a vara, custando os finos duzentos e quarenta, em vista do en-

(9) Sôbre a produção de tecidos no Ceará, ver Ildefonso ALBANO, "A cultura algodoeira no Ceará", in *Anais da Primeira Conferência Algodoeira*, vol. II.

(10) Serafim LEITE, "Os primeiros passos da indústria no Brasil", *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro.

(11) Afonso d'E. TAUNAY, *S. Paulo no século XVI*, pág. 42.

(12) Afonso d'E. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, pág. 147.

carecimento do algodão. “Curioso o modo pelo qual os indivíduos obtinham a fazenda nesses tempos primitivos”, informa-nos ainda o citado Taunay, continuando: “Entregavam aos tecelões o fio e estes cobravam o trabalho em espécie, tomando uma vara em cada seis tecidas, ou em sete, quando o algodão aumentava de preço, como em 1586, época em que atingiria seis cruzados por quintal de quatro arrôbas”⁽¹³⁾. As roupetas de algodão custavam 100 réis; os calções “abiguarados” de algodão, 160 réis; um gibão, também, 100 réis; contudo, quando forrado, mais um vintém. Todavia, quando estas roupas eram confeccionadas com pano do reino, custava mais, sendo os calções guarnecidos vendidos a 7 vinténs e uma roupeta a 150 réis.

Embora a confecção de roupas não fôsse abundante, pois os alfaiates, em vista da escassez de serviço em sua profissão, acumulavam o ofício de cabeleireiros, chamando-os as Atas da Câmara de “alfaiates penteeiros”, sabe-se que exportavam tecidos pelo menos para fora da cidade, às vèzes em prejuízo dos moradores dela, pois causava isso falta, o que levou a edilidade a proibi-lo, baixando uma ordem para que “nenhuma pessoa venda pano d’algodão para fora da vila sê primo a trazer a Câmara para se fazer diligencia se no povo é mister; pelo preço da taxa sob pena de perder o pano e de mil-réis para o concelho”⁽¹⁴⁾. Os ricos, porém, trajavam com elegância, fazendo “vir do reino as suas capas, espadas, gibão e chapéus emplumados, como então se usava na côrte dos Filipes de Espanha, a mais brilhante da Europa. Entravam pela vila cavalgando fogosos ginetes, e as damas, rodeadas de numeroso séquito de escravas, ostentavam na igreja ricos estofos”⁽¹⁵⁾.

Quanto aos tecidos de lã, supõe Sérgio Buarque de Holanda⁽¹⁶⁾ que houve indústria em São Paulo, embora não exista hoje nenhuma documentação da época, comprobatória dessa atividade. Baseia sua suposição, todavia, em fatos muito razoáveis, como seja o clima do planalto piratiningano de grandes frios e geadas; na abundância de roupas grossas dos paulistas, como trajas de

(13) *Ob. cit.*, pág. 131.

(14) Afonso d’E. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, pág. 132.

(15) Teodoro SAMPAIO, *apud* TAUNAY.

(16) “Lanifícios seiscentistas de São Paulo”, em *Digesto Econômico*, dezembro de 1947.

baetas, sarja e outros panos de lã mais ou menos grossos: roupões, roupetas, calções, mantas com ou sem capuzes, rebuços, pelotes, "ferrogoulos" e posteriormente o *surtum*, invariavelmente de baeta e de poncho, trazido das possessões castelhanas, indumentárias estas que durante muito tempo constituirão a clássica vestimenta dos paulistas; na existência, em grande quantidade, de ovelhas, que não se destinariam à obtenção de carne e leite, mas preferencialmente à produção de lã; na menção, em um inventário de Lourenço Castanho Taques, de trinta e oito pares de cardas, aparelhos seguramente de procedência européia, usados pelas nossas fiandeiras domésticas para cardar lã e não algodão.

Além de servir para fazer chapéus, sabe-se contudo, que a lã era empregada para a confecção de rêdes e colchas felpudas, tecidas com fios de algodão e lã pela gente de São Paulo. Igualmente se fabricavam colchões de lã. Supõe ainda Sérgio Buarque de Holanda que no planalto de Piratininga se confeccionasse certo tecido de lã, uma espécie de xerga rude, feita pelos índios, sob a direção dos jesuítas, nas missões do Paraguai, que os guaranis designavam pelo nome de bechara, originado de *obechá*, a palavra guarani que quer dizer carneiro.

A cultura do algodão e o interesse pela produção de tecidos, em Minas Gerais, começou bem mais tarde do que nos outros lugares, tendo início na segunda metade do século XVIII, depois de esgotadas as jazidas de ouro e diamantes, como consequência, aliás, destes esgotamentos que deixaram suas populações sem meios de vida e ocupações remunerativas. Antes, na época do auge das lavras das minas, tôda e qualquer outra atividade que não fôsse a mineração era rigorosamente proibida.

Conta-nos Daniel de Carvalho que, "na segunda metade do século XVIII, com os primeiros sinais de empobrecimento das lavras auríferas, as plantações de algodão estenderam-se por diversas zonas e em tôda parte viam-se teares de mão"⁽¹⁷⁾. Minas estava afastada do litoral, com o qual mantinha apenas transações por meio de estradas muito deficientes; além disso, as frotas de abastecimento que vinham ao Brasil periódicamente, com grande demora e às vêzes com atraso, cobravam direitos elevadíssimos

(17) Daniel de CARVALHO, "O algodão em Minas" in *Anais da Primeira Conferência Algodoeira*, vol. III.

pelos produtos importados; tudo isso tornou imperiosa aos mineiros a aplicação de suas atividades em trabalhos que concorressem para minorar as dificuldades que a Capitania atravessava, outrora opulenta e sem necessidades. Daí a plantação de algodão e a produção de tecidos.

De tal modo se desenvolveram e prosperaram estas atividades, chegando em alguns lugares a se fazerem tecidos tão finos que se exportavam para fora da Capitania, que, segundo informa o mesmo Daniel de Carvalho, "o governador D. Antônio de Noronha (1775-1780) manifestou o receio de ficarem os habitantes da Capitania, dentro de pouco tempo, independentes dos do Reino, pela diversidade de gêneros que em suas fábricas se trabalhavam"⁽¹⁸⁾.

Com efeito, escreveu êsse Governador de Minas ao então Vice-Rei do Brasil, D. Luís de Almeida Portugal, marquês de Lavradio: "Lembro-me de que V. Ex.^a me falou a respeito das fábricas estabelecidas nesta Capitania, as quais se encontram num aumento tão considerável que, se continuarem nêle, dentro de muito pouco tempo ficariam os habitantes dessa capitania independentes dos do reino, pela diversidade dos gêneros que nas fábricas se trabalham". E como solução propunha a paralisação da referida produção de tecidos. Entretanto, como resultado, segundo confessou mais tarde o próprio marquês de Lavradio, "à fôrça de eu reclamar, algumas fábricas que se iam fazendo mais públicas, como as do Pamplona e outras, se suprimiram; porém as particulares que há em cada uma das fazendas, ainda a maior parte delas se conserva"⁽¹⁹⁾. Por isso, ao deixar o govêrno, chamou a atenção do seu sucessor no Vice-reinado do Brasil para a "independência que os povos de Minas se tinham pôsto dos gêneros da Europa, estabelecendo a maior parte dos particulares, nas suas próprias fazendas, fábricas e teares, com que se vestiam a si, e à sua família e escravatura, fazendo panos e estôpas, e diferentes outras drogas de linho e algodão, e ainda de lã"; acrescentando logo mais adiante "que uns povos compostos de tão más gentes, em um país tão extenso, fazendo-se independentes, era muito arriscado e podem algum dia dar trabalho de maior con-

(18) Daniel de CARVALHO, *ob. cit.*

(19) Relatório do Marquês de Lavradio, apresentado ao seu sucessor, Vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa.

seqüência”(20). Este receio de emancipação manifestado pelo marquês de Lavradio veio a confirmar-se mais tarde com a conjuração Mineira, de Tiradentes.

Um lustro mais tarde, completando estas medidas reacionárias das autoridades metropolitanas em relação ao Brasil, vinha o famoso Alvará de 1785 (de que falaremos adiante), ordenando que se fechassem tôdas as fábricas existentes no Brasil, “pela brandura ou pela violência”. Três anos decorridos, continuando a perseguição ao incremento manufatureiro do Brasil, e particularmente ao de Minas Gerais, o mais adiantado da época, Martinho de Melo e Castro, ministro dos Negócios Ultramarinos de Portugal, remetia instruções minuciosas e severíssimas ao visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça, para que governasse a Capitania de Minas com punho de ferro, para que, sofresse embora o povo, procurasse sempre salvar os interêsses da Real Fazenda. Foram, em consequência, proibidas a cultura da amoreira, com o fim de impedir que os mineiros pudessem produzir tecidos de sêda, e as culturas de oliveiras, para que não pudessem produzir azeite. Apesar destas medidas despóticas, entretanto, a produção de tecidos em Minas Gerais prosseguia em sua evolução, pois, em 5 de julho de 1802, foi expedida uma ordem régia a Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, então Governador daquela Capitania, para que “procurasse evitar que nessa Capitania se fizesse uso de qualquer manufatura que não fôsse de Portugal, e não consentisse que alguém se lhe apresentasse sem ser vestido de tecidos manufaturados na Côrte, no Reino e em seus domínios da Ásia. E isso porque a vendagem dos panos tecidos que vinham da Metrópole tinha baixado consideravelmente, e a Fábrica de Rato e a Estamparia das Tôrres Novas — os dois principais estabelecimentos que se mantinham graças ao monopólio de exportação para o Brasil — reclamavam da Coroa que a capitania de Minas quase não comprava mais os seus produtos(. . .)”(21).

Em regiões como Goiás e Mato Grosso não existia produção de tecidos, a não ser a indígena, porque ainda estavam sendo palmilhadas pela primeira vez pelos pés dos primeiros bandei-

(20) Relatório do Marquês de Lavradio a Luís de Vasconcelos e Sousa.

(21) Paulo TAMM, *A família Mascarenhas e a indústria têxtil em Minas*, pág. 303.

rantes, ou como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que estavam na dependência da produção de outras Capitânicas, porque sua conquista e povoação estavam apenas em início.

Nas capitânicas do centro-norte, como Bahia, Pernambuco e outras zonas que, mais tarde, desmembradas, constituíram os hoje Estados de Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte, a produção de tecidos limitava-se à doméstica, para vestimenta de escravos e enfardamento e para roupas internas da gente branca. Nestas regiões' o grosso das atividades concentrava-se na produção de artigos de exportação, como pau-brasil, no comêço, e, logo depois, açúcar, fumo, etc., altamente rendosos. Os senhores de engenho e demais moradores de alguma posse, por isso, vestiam-se sômente de fazendas importadas do Reino. Falando da Bahia, em fins do século XVI, escreve o Padre Galanti: "Viviam na Bahia mais de cem pessoas com a propriedade de vinte a sessenta mil cruzados, e com a renda de três a cinco mil cruzados. Suas mulheres só vestiam sêda. Até os homens das classes mais baixas passeavam com calças de cetim e de damasco"⁽²²⁾. Ainda sôbre a Bahia colonial, escreve outro jesuíta, êste, porém, contemporâneo dos fatos que narra: "Vestiam-se as mulheres e filhas de tôda sorte de veludos, damascos e outras sêdas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem frequentam as missas, pregações, confissões, etc.; os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 a 300 cruzados, e alguns têm três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas, casando uma môça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiam uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sêdas de várias côres, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sêdas de que iam vestidos"⁽²³⁾.

Em Pernambuco, durante a ocupação holandesa, as principais mercadorias importadas eram tecidos para roupas dos moradores de posse. Adriaen van der Dussen, em seu Relatório do Conselho dos XIX, escreveu: "A mercadoria que mais é procurada no Brasil é o pano de linho de tôda espécie, pouco o pano de linho

(22) Pe. Rafael GALANTI, S. J., *História do Brasil*, 2.^a edição, S. Paulo, 1911, pág. 224.

(23) Pe. Fernão CARDIM, *Tratado da terra e gente da Brasil*, Editora Nacional, São Paulo, 2.^a ed., 1939, pág. 295.

fino, não muito o de Ruão, mas sobretudo os panos de linho de Ossemburgo e de Hamburgo. E isto porque, há tempos, os comerciantes, tendo obtido alguns lucros com fazendas de Ruão e outros panos de linho, remeteram tamanha quantidade de Ruão, Chatelaroux, Steinfurt e outros que tais, que os negociantes dali são abastecidos dêles e nem tão cedo poderão desfazer de tôda essa mercadoria, principalmente enquanto fôr possível obter Ossemburgo". E logo ainda acrescenta: "Muito procuradas são também fazendas para roupas, principalmente perpetuamas, sentranas, mesulanas, picotinos, panos de côr, tôdas as côres claras, tafetás, especialmente os cinzentos e de outras côres, panos de sêda e sêdas bordadas de tôdas as côres, botões variados, e muitas outras fazendas que tais e mercadorias outras de cuja procura os comerciantes do Brasil têm pleno conhecimento. Mas as que foram referidas são as principais".

E o tradutor do Relatório, jovem estudioso dos problemas da ocupação holandesa no Brasil, José Antônio Gonçalves de Melo em uma nota diz o seguinte: "Documentos vários confirmam a informação de van der Dussen de que os brasileiros procuram com muito interêsse os artigos e gêneros importados pelos flamengos. Com relação ao pano de linho, à sêda, à fazenda para confecção de roupas, etc., há o depoimento interessante de um empregado da Companhia, em carta de Barra Grande (Alagoas). Dirigindo-se aos diretores da Câmara da Zelândia, diz, em holandês macarrônico, o empregado, François Bland: 'Meus senhores, os portugueses importunam-me diàriamente com pedidos de mercadorias várias e fazendas, a saber: tôda espécie de fazendas finas como corsaias, perpetuamas, rassettes, panos de côres, de todos os tipos para fazer roupas; são ainda muito interessados em linhos finos e também em azeite, vinagre e vinhos e em mil outras coisas mais. Seria muito de desejar que existisse aqui um bom carregamento de tôdas estas coisas e seria um grande negócio, pois todos vivem a me atormentar por *faysenten*, *faysenten* (textual), isto é, fazendas, fazendas'"(24).

Por isso tudo, todo tecido consumido no Brasil era importado do exterior. Diz João Lúcio de Azevedo que, em 1796, as expor-

(24) Adriaen van der DUSSEN, *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)*, tradução de José Antônio Gonçalves de Melo Neto, edição do Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 1947, págs. 97 e 98.

tações de Portugal passavam de 7.500 contos, nove décimos das quais eram para o Brasil. Os produtos de fabricação portuguesa ascendiam a um total de 1.753 contos, sendo 1.300 contos de tecidos, dos quais 258 contos de panos de lã⁽²⁵⁾.

Sendo a produção de tecidos no Brasil colonial restrita aos panos grosseiros de algodão, para uso da escravaria e para enfiamentos, freqüentemente perseguida a que extravazava êstes limites, sua técnica de trabalho não podia progredir nem desenvolver-se, sobretudo tendo-se presente, além disso, que a mecanização nesse ramo de atividade só teve origem e fomento já ao findar o século XVIII, com o tear mecânico de Cartwright.

O tear utilizado entre nós, por isso mesmo, era de origem indígena, talvez um pouco aperfeiçoado, trabalhando continuamente. Para fazer rêdes, por exemplo, usavam-se os teares verticais, tecendo-se de baixo para cima, e para confeccionar panos usava-se um tear representando uma espécie de bastidor, fixando-se os fios da urdidura aos dois eixos paralelos e horizontais, ou então outro onde a urdidura era feita em volta das traves, formando um rôlo oblongo, que a tecedeira, sempre sentada no chão, em geral sôbre uma esteira, podia manejar à vontade, puxando-o para a posição mais conveniente, enquanto ia introduzindo e sucessivamente batendo os fios da trama. Supõe-se que esta seja uma importação de processos indígenas do Peru⁽²⁶⁾.

O tear, em Minas Gerais, segundo Daniel de Carvalho, era todo de pau e constava de carretilhas, pés direitos, formando grade e o "órgão" (rôlo de linha), fazendo-se aí toalhas, cobertores, riscados e até tecidos de fantasia⁽²⁷⁾.

Para os demais processos da produção, vamos seguir o que nos conta Daniel de Carvalho a respeito da manufatura doméstica de tecidos dos antigos mineiros.

O descaroador é uma máquina portátil, tendo um cepo ou banco sôbre o qual levantam dois suportes, encaixando-se aí os cilindros, quase juntos um do outro, movidos por manivelas, colocadas em sentido oposto, na extremidade de cada eixo. Os

(25) *Épocas de Portugal Económico*, pág. 441.

(26) Ver, a respeito, Sérgio Buarque de HOLANDA, "Teares verticais", in *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1.º de fevereiro de 1948.

(27) *Ob. cit.*

capulhos de algodão são colocados de um lado dos cilindros, fazendo-os girar em sentido contrário com o auxílio das manivelas, geralmente movidas por meninas ou mulheres, sentadas uma frente à outra. Pegando o algodão, os cilindros fazem-no passar para o outro lado da máquina, enquanto as sementes ficam do lado em que foram apresentados os capulhos. A operária, que fica sentada na parte mais ampla, alimenta o descarçador com a mão esquerda, movendo a manivela com a direita, enquanto a que está em frente recebe o algodão com a esquerda e gira a manivela com a direita. A lã é recolhida no colo, em uma peneira ou pano, e levada a bater. Trata-se de um processo muito lento, semelhante ao que então existia no Oriente, tendo, por isso, alguns fazendeiros da época substituído o trabalho manual pela roda hidráulica.

Quanto à operação de bater ou cardar o algodão, havia dois processos. Um é este, descrito por Urbino de Sousa Viana: "Sobre um travesseiro chato, ou almofada, ia-se pondo o algodão e sobre êle batendo-se duas flechas de taquari, medindo cada uma de 50 a 60 centímetros. Essas flechas eram colocadas entre o indicador e o máximo, e o máximo e o anular da mão direita, caindo ligeiramente em cadência sôbre a lã e fazendo uma manta estreita e longa que se ia dobrando sôbre si mesma"⁽²⁸⁾. O outro processo consistia no uso de um arco, subtendido por uma corda de pé e meio de comprimento, introduzindo-se a corda numa porção de algodão e puxando-se por ela com agilidade, distendendo-se e largando-a rapidamente, repetidas vêzes, sem parar. A corda impele o algodão e, pelo movimento de distensão repetido que se dá à primeira, desviam-se os pêlos e separam-se as impurezas⁽²⁹⁾. Também usava-se espalhar o algodão sôbre uma mesa, batê-lo com um arco e, virando-o depois para o outro lado renovar a operação. Esta era a carda à mão, que também se fazia por meio de escôvas com dentes de ferro.

A roca, ou roda de fiar, constava de um banco onde estavam presos dois suportes, apoiando um disco de madeira, frisado ou com ranhura, movendo um carretel ao girar — o fuso — colocado

(28) Apud Daniel de CARVALHO, *ob. cit.*

(29) Ver, também, a respeito: Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, tradução de Cláudio R. de Lessa, Editora Nacional, São Paulo, 1938, tomo I, págs. 340 e 341.

dentro de duas asas (asas de gaivotas), ligado por duas orelhas de sola aos suportes.

O disco é movimentado pelo pedal, ao qual está ligado por um eixo em forma de S, sendo o movimento transmitido ao carretel pelo fio propulsor.

O algodão era fiado em uma roda ou colocando-se a puxada, frouxa e extensa, enrodilhada no fundo de um cêsto, de onde a retira a fiadeira por meio de movimentos rápidos dos dedos, formando assim o fio, que é introduzido no ovuido do fuso, o qual, girando, prepara o fio que passa pela asa do fuso e enrola-se no carretel, depois retira-se a linha para fazer novelos, formando-se as meadas, que vão para a tinturaria e, mais tarde, ao tear para a tecelagem.

Para tingir usavam-se tintas vegetais extraídas da nossa flora, como anil, aroeira, murici, pacaú, baraúna, caporosa, pereira e outras mais, cozendo-se as cascas, raízes ou fôlhas, constando o laboratório apenas de um tacho de cobre.

Tais os processos, ou a técnica, usados na produção de tecidos naqueles tempos. Passemos agora uma rápida vista de olhos nos tecelões, ou, melhor, na gente que se ocupava dêstes trabalhos, bem como sôbre seu regime de serviço e a remuneração que recebiam.

Já para os antigos romanos o *textor* era representante característico de profissões grosseiras e rudes e o califa Valide dizia que “três espécies de ocupações só se recrutam entre individuos da ralé: os tecelões, os sarjadores e os curtidores”, sendo por isso, entre algumas tribos muçulmanas, os têrmos “tecelão” e “filho de tecelão” considerados particularmente injuriosos, enquanto que para outras a tecelagem achava-se tão intimamente associada à escravidão, que a palavra *tecedeira* era considerada como sinônima de *escrava*. Era também ditado corrente que, de tôda a estupidez do mundo, nove décimos se encontravam entre os tecelões.

Este desprezo pela arte do tear se transmitiu igualmente à Península Ibérica, pois em Lisboa, ainda em 1572, os tapeceiros da cidade requerem e conseguem da Câmara serem anexados aos brosladores, considerado melhor ofício, por ter raízes remotas. “Assim” — conta-nos Sérgio Buarque de Holanda — “na tabela

de preços organizada pelo Infante D. Henrique em 1457, para pôr termo às dúvidas movidas entre o vigário-geral e os mesterais e braceiros da vila de Tomar, a avaliação do dia de trabalho dos tecelões de burel é de oito reais, igual à dos trabalhadores dos campos e inferior à de tôdas as demais profissões masculinas e urbanas. Quanto aos tecelões de panos de côr e mantas, recebiam doze reais, tanto quanto os tanceiros, os tosadores e os alfaiates e pedreiros que não tivessem mancebo servindo por soldadas (aquêles que os tivessem ganhariam respectivamente quinze e vinte reais), menos do que carnicheiros, ferradores, brosladores, saboeiros, carpinteiros (15 reais), sapateiros (18 reais), ferreiros com mancebo (25 reais) e muito menos do que os mercadores (40 reais). As tecedeiras que tecessem em tear alheio ganhavam apenas cinco reais, menos do que as padeiras, lavadeiras, forneiras, ao passo que as donas de tear eram equiparadas, em matéria de salário, aos tecelões de burel, isto é, recebiam oito reais por dia de trabalho”⁽³⁰⁾.

No Brasil, contribuía para agravar essa situação de pouco aprêço pelos profissionais da tecelagem o fato de destinarem-se os panos tecidos, geralmente de algodão, aos escravos e índios administrados, isto é, gente da mais baixa condição social. Daí porque também o trabalho fôsse atribuído a negros e índios escravos, e não a brancos. Isso, entretanto, não impedia que homens abastados fôssem donos de numerosos teares e explorassem o trabalho alheio nesse mister. Utilizavam para isso não sòmente o algodão de suas próprias lavouras, como igualmente compravam de seus vizinhos de menos posse, pagando-lhes por vêzes em dinheiro, por vêzes em determinada quantidade de pano tecido. Nos centros urbanos, onde havia artífices trabalhando por conta própria, o ofício estava regulado por posturas definidas, sendo a porção de pagamento fixada pela Câmara. Assim, em São Paulo, a partir de 1587 — informa-nos ainda Sérgio Buarque de Holanda — “caberia a cada tecelão uma vara de sete que fabricasse”⁽³¹⁾. Também no Paraguai, os índios das Reduções jesuítas recebiam dêstes quatro arrôbas de fio e deviam devolver 200 varas de pano, correspondendo-lhes, como salário, seis varas do

(30) Sérgio Buarque de HOLANDA, “Fiação e tecelagem em São Paulo na era colonial”, in *Digesto Económico*, novembro de 1947.

(31) *Ob. cit.*

mesmo tecido. Em São Paulo, ainda de acôrdo com o já citado Sérgio Buarque de Holanda, em 1628 estatuíram-se novas posturas para pagamento aos tecelões, conforme os fios utilizados na textura, distinguindo-se para isso três tipos de pano, o grosso, o médio e o delgado, em que um arrátel de fio daria respectivamente para duas, duas e meia e três varas de pano, devendo os tecelões guardar para si uma vara em cada dez que tecessem do primeiro tipo, nove do segundo e sete do último.

Qual a quantidade de tecidos produzidos no Brasil colonial?

Não possuímos estatísticas a respeito da quantidade de panos produzidos então. Pode-se, entretanto, avaliar e afirmar-se que não seria pequena, pois, nos engenhos do centro-norte do país produziam-se panos para vestir os escravos, enfardar e empacotar objetos, e mesmo para as roupas internas da gente branca. No norte, os rolos de pano corriam como moeda corrente, recebendo os trabalhadores, no Maranhão, de duas a seis varas de pano de algodão como “gratificação por seus serviços”. São Paulo produzia pano não somente para seu consumo interno como ainda chegou a exportá-lo para outras regiões, como Curitiba, conforme se pode ler em Sérgio Buarque de Holanda, que escreve: “Entre 1699 e 1725, a maioria das peças de pano de algodão que pagavam subsídio em Curitiba provém de terras hoje paulistas”⁽³²⁾, o que seria costume anterior, pois, conta-nos Afonso d’E. Taunay em 1585, a edilidade resolveu “não permitir que quem quer que fôsse exportasse fazendas sem seu consentimento”, determinando que “nenhua pessoa venda pano d’algodão pera fora da vila sê primo o trazer a Camara para se fazer diligencias se no povo he mister; pello preço da taxa sob pena de perder o pano e de mill res para o conselho”⁽³³⁾.

Foi a produção de tecidos, como se sabe, que deu origem ao famoso alvará de 5 de janeiro de 1785, proibindo a existência das fábricas entre nós e mandando fechar as que existiam, exceto as de produção de panos grosseiros para confecção de roupas para os escravos e para enfardamento e empacotamento de objetos, ato êsse que, na opinião de Lemos Brito, constituiu um êrro político para Portugal e econômico para o Brasil, porque, quanto

(32) *Ob. cit.*

(33) *São Paulo nos primeiro anos*, pág. 132.

a Portugal, serviu para irritar “ainda mais o ânimo dos brasileiros contra a Metrópole, e para o Brasil um êrro econômico de incalculáveis conseqüências, porque veio ferir uma indústria que se estreava robusta, alimentada pela matéria-prima do país, e, sem qualquer argumento razoável, deixava sem trabalho uma infinidade de indivíduos”⁽³⁴⁾.

Com efeito, o fechamento das fábricas entre nós teve a mais profunda repercussão em nossa história econômica, despertando vivo descontentamento. Não decorreu essa medida, entretanto, de simples ciúme da Metrópole pelo desenvolvimento que as manufaturas estavam tomando aqui, mas pelo prejuízo que sua existência acarretava à indústria da Metrópole e sua repercussão na economia portuguesa, determinando verdadeira crise, que atingia a própria “Fazenda de S. Majestade”, conforme salientou Pina Manique. Êste Pina Manique, que tanto se bateu pela medida, fazendo repetidas representações a respeito ao ministro Martinho de Melo e Castro, era ao mesmo tempo intendente-geral de polícia, administrador da alfândega de Lisboa, feitor-mor de tôdas as alfândegas de Portugal, diretor das casas pias, administrador da limpeza e das calçadas das ruas e empresário da iluminação da capital do reino.

Sua argumentação, ao preconizar o fechamento das fábricas do Brasil, se baseava no fato de os “teares das diversas manufaturas que ali (isto é, no Brasil) se achavam estabelecidas e cada dia vai em aumento” e no contrabando de tecidos que os ingleses realizavam em nossos portos, vendendo-nos tecidos que ainda não fabricávamos a preços muito mais baixos do que os artigos congêneres da Metrópole. Segundo as “Instruções” baixadas pelo ministro Martinho de Melo e Castro, para cumprimento do Alvará, doze navios ingleses, o menor dos quais de 500 a 600 toneladas, com artilharia proporcionada e 40 a 50 homens de equipagem, dedicavam-se a êsse comércio ilegal, deixando “um lucro de 30 a 40 por cento, abatidos todos os riscos”, conforme relação publicada pelo cônsul inglês em Lisboa.

A execução da medida estendeu-se a todo o país, mas somente no Rio de Janeiro foram atingidas 16 pessoas, que possuíam

(34) Lemos BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, pág. 168.

teares de tecidos de ouro e prata, de linho, lã e algodão, onde se fabricavam panos de algodão fino, cobertores felpudos, baetões, toalhas de mesa e guardanapos, que foram desmontados e remetidos para Lisboa para serem vendidos pelo preço que mais conviesse aos compradores.

Mas essa não foi uma medida isolada, nem a primeira e única sobre o assunto. Já antes, o fabrico do açúcar fôra proibido no Maranhão, em 1761. Outra ordem régia também proibiu a plantação de canaviais nas regiões mineiras, mandando desmontar os engenhos existentes. Também houve uma lei que mandava extinguir a raça mular na Colônia. Segundo Lemos Brito, chegou-se mesmo a proibir que qualquer reinol que tivesse adquirido certa fortuna permanecesse no Brasil, devendo regressar para Portugal. Essa medida deu ocasião para o fato pitoresco de o Rio de Janeiro ser chamado de Cidade das Três Portinhas, pois quem morava em tais casebres era considerado pobre. E, a fim de não terem de voltar à pátria logo que adquiriam certos bens, os remediados e os ricos iam construindo as casinhas de três portas, chegando, o Rio de Janeiro, em certa época, a só ter dessas pequenas casas para residência de sua população. Daí a designação pitoresca. Chegou-se até a legislar sobre as iguarias que o colono não deveria comer, a fim de enriquecer depressa e regressar logo à Metrópole, levando os bens conseguidos aqui, sob as prescrições das leis. . .

CONSTRUÇÃO NAVAL

País de imensa costa voltada para o mar, a navegação, desde o comêço, teria de desempenhar papel de relêvo singular em nossa formação histórica. As comunicações e os transportes com o exterior eram feitos exclusivamente por mar, quer com a Metrópole, quer com as nações mais próximas. Sendo a ocupação e a colonização realizadas na orla marítima, dependíamos da navegação para qualquer contato com os vizinhos ou os países mais afastados. Essa situação perdurou por muito tempo e perdura até hoje, de certo modo, já que o telégrafo, o rádio e o avião são ainda mais meios de comunicação do que de transporte propriamente dito, principalmente para grandes volumes de carga, pois nossas estradas de ferro só atingem o Uruguai, e a Transcontinental por enquanto é somente projeto e sonho. Continuamos sendo um povo de caranguejos, arranhando o litoral, da observação crítica de Frei Vicente do Salvador, e nossos grandes centros de população e produção mantêm-se ainda à beira-mar, ou próximos a êle, como São Paulo e Curitiba, permanecendo a vasta hinterlândia mal povoada e quase ao abandono. As caminhadas para o interior, dos bandeirantes e sertanistas, no período colonial, eram incursões e não penetração colonizadora.

Nossa economia, por isso, desenvolveu-se nos lugares onde foram fundadas as antigas feitorias, ou em volta delas, nos recôncavos das baías remansosas, que serviam de abrigo aos viajantes primevos. Se daí se afastavam, era subindo os rios, estabelecendo às suas margens os engenhos de açúcar. Só as fazendas de criação faziam exceção, embrenhando-se no interior desconhecido, permanecendo como guardas avançadas da colonização, sentinelas atentas às incursões do gentio rebelado. As penetrações

feitas em busca de minas, ou à cata de silvícolas para preá-los, ou de simples reconhecimento, não raro se faziam remontando rios ou descendo por êles. Daí o papel importante que muitos dêles desempenharam em nossa evolução, como o Amazonas, o São Francisco, o Tietê e outros mais.

Mesmo ações decisivas pela ocupação e posse do território nacional muitas vêzes tiveram lugar em batalhas navais, como a luta de Estácio de Sá contra a Confederação dos Tamoios, a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, a primeira invasão holandesa repelida na Bahia, etc.

Tudo isso condicionou um tipo especial de meios de comunicação entre nós, dando à navegação magnitude ímpar, posição de destaque singular.

Por isso, como observa acertadamente Lemos Brito, “cedo compreendeu a Metrópole que, de seu próprio interêsse, seria impulsionar a construção naval no Brasil. Já os colonos metiam ombro à construção de pequenas e médias embarcações, determinadas pelas suas necessidades mais prementes, e em tôdas as capitânicas, sob alpendres de palmas ou ao ar livre, em picadeiros improvisados, iam surgindo novos e elegantes barcos. Apenas a construção de barcos de maior porte exigia a ação direta ou indireta do govêrno: quer fabricando por administração, quer concedendo favores tais que estimulassem a iniciativa particular”(1).

Já Gabriel Soares notara, em 1587, que só na Bahia poderiam reunir-se mais de mil e quatrocentas embarcações em caso de necessidade, sendo 100 de quarenta e cinco para setenta palmos de quilha; 800 de trinta e cinco a quarenta e quatro palmos de quilha; 334 de quatro palmos de quilha para baixo, e mais 200 canoas, acrescentando que são tantas as embarcações na Bahia, porque se servem tôdas as fazendas por mar; e não há pessoa que não tenha seu barco, ou canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha de quatro embarcações para cima(2).

As monções, que representam um aspecto particular e de grande significação em nossa expansão geográfica e nas descobertas de minas, é um movimento essencialmente fluvial, reali-

(1) Lemos Brito, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, Tipografia do Anuário do Rio de Janeiro, 1.ª edição, 1923, pág. 290.

(2) Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1938, pág. 174.

zado através de embarcações que percorriam as “estradas móveis”, como chama Sérgio Buarque de Holanda⁽³⁾ os nossos rios.

Sendo a navegação o principal meio de comunicação e transporte da época e havendo madeira abundante e fácil para êsse fim, desde que se estabeleceram aqui os povoadores fomentou-se e desenvolveu-se a construção de barcos, transformando-se, desde logo, na “verdadeira indústria fabril da Colônia”, no dizer acertado de Lemos Brito⁽⁴⁾. Dada a sua necessidade, não só os governos incentivavam essa atividade, conferindo prêmios e isenções de impostos e direitos às embarcações de maior capacidade, possuindo mais de 15 bancos, auxiliando as de mais de 130 tonéis, tornando obrigatória a comunicação entre as capitânicas por via exclusivamente marítima, mandando dar preferência nos carregamentos das frotas aos navios construídos no Brasil, como os próprios particulares a desenvolviam, fabricando grande número de barcos para seu próprio uso.

As embarcações produzidas eram geralmente cópias, ampliações e aperfeiçoamento das indígenas. Construíram-se então jangadas, canoas de diversas espécies e tamanhos, barcos, barçaças, saveiros, lanchas, estando quase tôdas elas em uso ainda atualmente em várias regiões do país. O Almirante Alves Câmara⁽⁵⁾ nos dá uma descrição completa e pormenorizada de cada uma destas embarcações, bem como seu preço, modo de construção e fatos históricos principais a que estão ligadas, tendo elas desempenhado papel de relêvo também na luta da Independência e mesmo na Abolição. As barçaças, até hoje, trazem boa parte da produção açucareira pernambucana do interior para o pôrto de Recife. Nossa pesca marítima se utiliza ainda em grande proporção de alguns dêstes tipos de barco. Nas baías maiores de nossa costa os transportes são igualmente feitos com muitas destas embarcações presentemente. Nos portos onde não existem cais elas servem para carregar e descarregar os navios. São, portanto, bastante conhecidas, e por isso dispensamo-nos de descrevê-las aqui.

(3) Sérgio Buarque de HOLANDA, *Monções*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro.

(4) Lemos BRITO, *ob. cit.*, pág. 292.

(5) Almirante Antônio Alves CÂMARA, *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937.

Algumas destas embarcações eram completamente cobertas com madeira, palha ou couro, algumas sòmente em parte, outras empurrada a *zinga* e outras impulsionadas a vela.

Para guardar as costas, no tempo colonial, utilizava-se como embarcação de guerra, grande lanchão vogado a remo, com um mastro em que arvorava uma vela quadrada, armado de uma peça — berço ou sagre — na proa⁽⁶⁾.

Em todos os portos e feitorias que se iam organizando ao largo do litoral, estabeleciam-se pequenos estaleiros para a construção de barcos, desenvolvendo-se alguns dèles mais tarde e transformando-se não sòmente em estabelecimentos de fabricação de navios, como em verdadeiros arsenais para conservação, reparos e provisionamento de material flutuante. Êsses estaleiros denominavam-se “Ribeiras das Naus”.

O primeiro estabelecimento dêsse gênero organizado em forma oficial foi o da Bahia, no tempo de Tomé de Sousa, consequência de uma instrução que rezava assim: “Promover a construção de navios de 15 bancos para cima, sendo livres de direitos os aparelhos e munições destinados aos mesmos, e, além dêsse favor, conferindo a Fazenda Real um prêmio de 40 cruzados aos fabricantes dos 18 bancos para cima; e ninguém podendo fabricá-los sem licença do Governador ou, em sua falta, do provedor-mor ou dos provedores parciais das capitánias”⁽⁷⁾. E entre suas realizações conta-se, com efeito, que “montou um estaleiro, onde, a princípio, foram construídos bergantins e outras pequenas embarcações para serviço interno da baía e dos rios, e, depois, galões e barcas de cabotagem”⁽⁸⁾.

A Ribeira das Naus da Bahia, também conhecida como Ribeira de Góis, dirigida no início por Francisco Nicola⁽⁹⁾, entrou desde logo em grande e incessante atividade, transformando-se, com o tempo, no principal centro de construção naval do país. Apesar disso, no entanto, seus serviços foram insuficientes, pois, J. F. de Almeida Prado nos cita vários casos de navios comprados,

(6) Almirante Jaceguai e Vidal de OLIVEIRA, *Memória*, para o livro do Centenário.

(7) Max FLEIUS, *História administrativa do Brasil*, Edições Melhoramentos, São Paulo, 2.ª ed.

(8) Max FLEIUS, *ob. cit.*, pág. 23.

(9) J. F. de Almeida PRADO, *A Bahia e as capitánias do centro-norte do Brasil*, vol. 1, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1945.

*

Obra executada nas oficinas da

SÃO PAULO EDITORA S. A.

São Paulo — Brasil



HISTÓRIA
POLÍTICO-ECONÔMICA
e INDUSTRIAL
do BRASIL

HEITOR FERREIRA LIMA

brasíliana

volume 347



arrendados ou alugados para atender às necessidades da administração, cujos pagamentos nem sempre eram feitos em dinheiro, sendo às vezes também em mercadoria, ou de ambos os modos ao mesmo tempo⁽¹⁰⁾.

As primeiras construções de barcos no estaleiro da Bahia foram feitas, ao que parece, por empreitada, pois informa-nos ainda J. F. de Almeida Prado que “no geral, em 1551, trabalhava-se lá por empreitada, tendo sido feita a galeota, ou bergantim S. Tomé, por Antônio Gonçalves, empreiteiro, que empregava Antônio Vaz, seu criado de jornal e um escravo serrador”⁽¹¹⁾.

Tendo sido o da Bahia o maior estaleiro, só nêle, no tempo colonial, se construíram, segundo Lemos Brito⁽¹²⁾, além de “um número extraordinário de embarcações de comércio, pesca e as canoas que já no século XVI eram tão abundantes”, os seguintes navios de guerra:

Naus — Padre Eterno, Nossa Senhora da Caridade, São Francisco de Paula, Santo Antônio, São José, Martins Freitas e Príncipe do Brasil.

Fragatas — Graça, Princesa Carlota, Minerva, Vênus, Tétis, Príncipe Dom Pedro de Alcântara, União (mais tarde Piranga) e Constituição.

Corveta — Dez de Fevereiro.

Brígues e escunas — Espadarte, Real João, São José, Diligente, Posilhão da América, Príncipezinho, Tártara, Satélite, Artilharia, Atlante, Pandora, Minerva e Mameluca.

A esta lista podem-se acrescentar mais doze barcas artilheiras e três correios, de que encontramos menção em monsenhor Pizarro e a nau Nossa Senhora de Bom Sucesso. Sobre esta última existem as seguintes informações em caravelas, naus e galés de Portugal: “Um dos modelos mais curiosos era o da nau *Nossa Senhora do Bom Sucesso*, obra cuidada do Arsenal da Bahia, no ano de 1764. Foi pois a construção da nau devida aos estaleiros brasileiros. Quando as esquadras espanhola, napolitana e maltesa, de acôrdo com a portugûesa, empreenderam uma ação vigorosa contra os mouros de Argel, a nau *Bom Sucesso* representou bem, com outros navios, a armada de Portugal, pelo seu valor ofensivo e defensivo. Sob o comando de José de Melo, saiu do Tejo a

(10) J. F. de Almeida PRADO, *ob. cit.*, págs. 127-9.

(11) *Ob. cit.*, págs. 129 e 130.

(12) Lemos BRITO, *ob. cit.*, págs. 291 e 292.

nau em 1784. Mais tarde, em 1793, fêz parte da esquadra que conduziu ao pôrto de Rosas a divisão auxiliar da Espanha, que cooperou na campanha de Russilhão. A nau recolheu ao dique de Lisboa cinco anos depois, onde minuciosamente se procedeu à sua reconstrução. Deixou então de ter a designação de *Nossa Senhora do Bom Sucesso* para usar a de *D. João de Castro*. Na nova nau partiu, em 1807, a família real portugueza para o Brasil e ainda se conservou até 1820 no fundeadouro do Rio de Janeiro. Esta barca, duplamente histórica pela sua ação no Russilhão e pelo êxodo real de D. João VI e família, tinha cento e oitenta e dois pés de quilha, quarenta e quatro bôcas e trinta e quatro pés e seis polegadas de pontal. O viajante D. William Dampier, que estêve na Bahia em 1699, diz que o arsenal baiano tinha amplas dimensões, podendo armazenar, nos seus paióis, dois ou até três mil barris de pólvora, mas que na ocasião havia lá quando muito uns oitenta ou cem. Informa-nos ainda o navegante inglês que, por ocasião de sua passagem, construíram-se então, na Bahia, muitos navios pequenos, que se empregavam na cabotagem e um ou outro barco de guerra. “Estava exatamente no estaleiro um de cinqüenta canhões, feito de madeira da terra, excelente para a construção naval”⁽¹³⁾.

Foi, porém, a partir da segunda metade do século xvii que tomou impulso a fabricação de grandes navios no Brasil, em consequência da Carta Régia de 1650, que mandava construir no Brasil, anualmente, um galeão de 700 a 800 toneladas, “tonelagem elevada para o tempo”, adverte-nos o almirante Jaceguai.

O arsenal de Marinha da Bahia foi criado em 1790.

O estaleiro baiano continuou existindo e trabalhando por muito tempo, até recentemente, isto é, meados da centúria passada, prestando seus serviços ao desenvolvimento da nossa marinha. Falando disso, escreveu o almirante Jaceguai: “Muitos navios de guerra foram nêle construídos e armados durante o domínio português, e, mais recentemente, durante a primeira metade do século xix, muitos dos navios da nossa armada foram ali construídos”.

Em Pernambuco, como em outros portos do nosso litoral, também foram fabricados barcos, não faltando entre os povoa-

(13) Afonso d'E. TAUNAY, *Na Bahia colonial*, págs. 302 e 305.

dores, desde o comêço, um carpinteiro para êsse mister, aproveitando-se das madeiras apropriadas e de fácil acesso para isso, que se encontravam na orla marítima, construindo-se caravelões, galeões e outras embarcações de pequeno porte.

Duarte Coelho, ao assumir a direção da capitania, segundo Oliveira Lima, tratou logo do comércio de cabotagem e um dos seus primeiros cuidados foi mandar construir, em pequenos estaleiros, adrede levantados, caravelões e lanchas para iniciarem o tráfego de mantimentos entre as capitanias próximas. Essa indústria, contudo, não chegou a alcançar a expansão que teve na Bahia, pois, de acôrdo com J. F. de Almeida Prado, ao ocuparem os holandeses aquela região, "só encontraram em Pernambuco, em meados do século XVII, pequenas oficinas para reparação de barcos, que não se podiam chamar de estaleiros"⁽¹⁴⁾.

A causa dêsse atraso, na opinião do mesmo historiador, reside na pouca atenção que a Metrópole dava a tais atividades, fazendo com que os artífices a elas dedicados "no fim de algum tempo olhassem mais para a situação que podiam ocupar na sociedade colonial por serem brancos, do que ao serviço entravado pela má organização, ou falta de recursos da monarquia"⁽¹⁵⁾, tornando-se, assim mais prático "remeter a matéria-prima para o reino do que enviar construtores para a colônia, porquanto as falhas da Metrópole eram menos prejudiciais vistas de perto, onde era possível até certo ponto acudi-las, que tentar remediá-las de longe, através de viagens demoradas e infindável burocracia".

Apesar disso, no entanto, deveriam ter existido muitas embarcações para escoamento da produção, em grande parte feita com elas, caravelões da costa, jangadas fluviais e marítimas, ubás esguias, alvarengas bojudas, barcaças chatas, para as quais "os inúmeros cursos de água do nordeste açucareiro garantiam fácil e econômico carrêto ao produtor, que não via prejudicadas as suas remessas para os mercados de além-mar"⁽¹⁶⁾.

Também durante a ocupação holandesa o uso de barcos era muito difundido. "As casas do Recife, de regra, possuíam ancoradouros fluviais, porque a via movimentada de Mauritzstadt era o

(14) J. F. de Almeida PRADO, *Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil*.

(15) *Ob. cit.*, *ibidem*.

(16) J. F. de Almeida PRADO, *ob. cit.*, tomo 4.º, pág. 182.

Beberibe ou o Capiberibe. Os mercadores ambulantes negociam em barcos, canoas ou mais embarcações. A viatura aquática era o automóvel daqueles tempos... A feição da vida material da colônia holandesa era essa: de nítida predominância aquática. Era êsse, pelo menos, o perfil da etnografia urbana do Recife”(17).

No Maranhão igualmente, cujo pôrto, no dizer de Varnhagen, “pela grande altura de suas marés, se havia já recomendado como oferecendo estaleiro natural para a querena e construção de navios”(18), teve lugar a fabricação de barcos.

O maior dêles foi construído por Simão Ferreira Coimbra e o alemão Gaspar Verneque, e lançado ao mar em 1764, com capacidade de 350 toneladas, podendo receber 30 peças de artilharia. A fabricação desse navio chegou até a ocasionar uma querela entre os construtores e o governador de então, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, por ter êste requisitado parte do pessoal que trabalhava, ocupando-o na fabricação de um patacho seu, o que fez com que fôsse dada queixa ao rei, dando motivo de censura ao governador, porquanto “não devia êle (o governador) divertir a fábrica de uma fragata, impossibilitando aos homens de negócio seu comércio, antes lhes devia dar tôda ajuda e favor para que se conseguisse a obra começada, pois é em benefício do bem comum e dos direitos da Fazenda Real; e o mesmo favor se deve dar a todos os que quiserem fabricar navios, e me dareis conta de como dais execução a esta minha ordem”.

No Pará, na velha Casa das Canoas, de Belém, a companhia do Comércio do Grão-Pará mandou construir três navios de grandes dimensões para viagens à Europa.

Em 1761 foi esta Casa das Canoas substituída pelo estaleiro de Belém, entrando, desde logo, em grande produção e prestando relevantes serviços na construção naval. Entre 1789 e 1800, produziram-se lá 4 fragatas, 3 charruas, 3 bergantins, 12 chalupas artilhadas, ademais de outras embarcações de menor porte.

Sobre suas atividades posteriores, temos notícia de que, em 1821, foram ainda lá construídos, para a marinha de guerra por-

(17) José Honório RODRIGUES e Joaquim RIBEIRO, *Civilização holandesa no Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1940, págs. 169 e 170.

(18) *História geral do Brasil*, Edições Melhoramentos, 3.^a ed., São Paulo, tomo III, pág. 283.

tuguêsa, uma nau de 74, cinco fragatas de 44, quatro charruas, quatro brigues e doze chalupas artilhadas. Em 1823 estava em acabamento em seu estaleiro uma fragata de guerra⁽¹⁹⁾.

Foi, sem dúvida, o Pará, depois da Bahia, o lugar onde maior incremento teve a construção naval nos tempos coloniais, aproveitando para isso a grande quantidade de boas madeiras existentes e a habilidade natural dos indígenas da localidade, que eram admiráveis canoeiros e construtores de pequenos barcos, os índios camutás, do Tocantins, e os cambetas, do Solimões.

No Rio de Janeiro, com a vinda de Martim Afonso de Sousa, tratou-se de organizar pequena oficina naval para conserto de navios e construção de barcos ligeiros. A respeito, conta-nos Max Fleuss que aquêlê capitão-mor, ao chegar ao Brasil, depois de mandar reconhecer as nossas costas até a foz do rio Gurupi, de apresar três naus francesas que contrabandeavam em Pernambuco, e visitar a Bahia, passou três meses no Rio de Janeiro, “onde desembarcou gente sua num ilhéu em frente à atual praia de S. Cristóvão e, com auxílio dos tamoios, senhores da terra, construiu uma “casa forte com cêrca por derredor” e uma forja e oficina de reparo das naus, onde se fabricaram dois bergantins de 25 bancos cada um, com que mandou explorar os rios do interior por uma escolta de quatro homens”⁽²⁰⁾.

A Ilha do Galeão tomou êsse nome, de acôrdo com monsenhor Pizarro, “por haver o contratador de sal e azeite de peixe, Francisco José da Fonseca, fabricado ali um grande vaso, em dias do Governador Andrada; ou (segundo a tradição, com que mais se conforma) por ter o Governador Benavides construído nesse lugar a grande nau intitulada *Capitania Real*, de lote quase semelhante ao Galeão conhecido com o nome de S. João⁽²¹⁾).

A construção desta nau teve início em 1659, segundo Varnhagen, e em 1666, em 2 de janeiro, uma Carta Régia mandava criar, no Rio de Janeiro, uma fábrica de fragatas de guerra, sendo nomeado seu diretor Sebastião Lamberto, e dando-se, para

(19) A. C. Ferreira REIS, *A política de Portugal no Vale Amazônico*, Belém, 1940, pág. 102.

(20) *História administrativa do Brasil*, pág. 5.

(21) José de Sousa Azevedo PIZARRO, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, edição do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1949, vol. 7, pág. 17. Trata-se do galeão D. João, de que falamos atrás, e não S. João, como erradamente escreveu monsenhor PIZARRO.

despesas da mesma fábrica, 15.000 cruzados anuais. Das atividades dessa época sabe-se que foi lançada ao mar uma fragata com o nome de *Madre de Deus*.

Grande já seria a produção de navios em nossos estaleiros, na segunda metade do século XVIII, pois a Câmara do Rio requereu que fôsem diminuídas as restrições impostas às navegações, “e a Côrte, em 1672, permitiu que os navios nacionais pudessem velejar livremente entre Portugal, Angola e Brasil, contanto que tivessem despacho regular, levassem pelo menos vinte e uma peças de artilharia, e pagassem à Junta do Comércio o comboio, como faziam os navios chamados de licença”⁽²²⁾.

Outra fase na produção naval do Rio de Janeiro começa quando tem início a construção do atual Arsenal de Marinha, no vice-reinado do conde da Cunha, em 1763. Aprovando essa medida, escreveu ao vice-rei do Brasil, o então ministro da Marinha e Ultramar, Francisco de Mendonça Furtado, em nome do rei: “Sendo presente a Sua Majestade a carta de V. Ex.^a de 29 de dezembro de 1763, em que dá conta de ter mandado fazer o estaleiro necessário para construção das naus, que se fizessem nessa cidade; escolhendo o sítio que no meio dela se acha entre o cais de Brás de Pina, e o quartel da Junta; foi o mesmo Senhor servido aprovar a resolução, que V. Ex.^a tomou de mandar fabricar êste estaleiro — Deus Guarde V. Ex.^a — Salvaterra dos Magos, a 31 de janeiro de 1765”.

A primeira e principal obra do nôvo Arsenal consistiu na construção da nau *São Sebastião*, que foi iniciada em 1764 e lançada ao mar em 8 de fevereiro de 1767. Supõe-se que o projeto e os operários especializados para sua construção tenham vindo da Metrópole. Sôbre suas características sabemos que media 59,6m de comprimento, 15,5m de bôca e 13,00m de pontal, sendo armada de 64 peças. Apresentava ainda exteriormente duas alcaixas e as coberturas mediam 2,55m de altura, a maior até então conhecida nos navios de guerra. Seu custo total, incluindo-se armamento e equipamento, foi de 500 contos de réis⁽²³⁾. Tôda a

(22) Pe. Rafael M. GALANTI, *História do Brasil*, Duprat & Cia., São Paulo, 2.^a ed.

(23) Contra-almirante Juvenal Greenhalg Ferreira LIMA, “A Fundação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro em 1763 e suas atividades no tempo dos Vice-reis”, *Revista Marítima Brasileira*.

madeira usada era nacional, sendo os mastros de pinho-do-paraná.

Em relação à construção e o modo de trabalhar dos portugueses em navios, coisa que não agradou ao almirante inglês John Byron, que nos visitou na época, encontramos informações interessantes, assim resumidas por Afonso d'E. Taunay: "Construía-se então no Arsenal Fluminense, grande e bem aparelhado, uma nau de guerra de 64 peças, que se acabaria dentro de um ano. Mas muito pouco e muito desajeitadamente se trabalhava naquele estaleiro. Era tal modo de construção naval simplesmente extraordinário; o método de trabalho muito lento; pouco prático o emprêgo de chapas estreitas e pequenas; causava justificada surpresa, porém, ver-se o cadaste da pôpa feito de um só cedro, que devia ter sido gigantesco. Muita penosa impressão infundia o aspecto de grilhetas, escravos acorrentados, carregando madeira de um lado para outro do Arsenal. De 15 de setembro a 18 de outubro estêve a maruja inglesa a fazer água e lenha e a calafetar os navios. Seis calafates portugueses vieram ajudar os colegas ingleses, e o mestre carpinteiro, por dia, recebendo seis xelins. Nada valiam como presteza. Um calafate inglês faria, em um dia, aquilo em que gastavam três. Em todo caso, acrescenta o reparador, devia ser gente entendedora, a valer, do seu serviço, porque, se não, os navios portugueses não poderiam fazer tantas viagens, em condições tão desmanteladas, como eram habitualmente as suas. E pôde Byron notar o cuidado com que tomavam as mais pequenas fendas"⁽²⁴⁾.

Quanto às missões que desempenhou a nau *São Sebastião*, que chegou a ser cantada em versos pelo nosso poeta Basílio da Gama, sabe-se, entre outras coisas de menor importância, que patrulhou o estreito de Gibraltar e as costas da França no ataque à navegação francesa, cooperando com as forças de terra na Campanha que se chamou a Guerra do Russilhão, como resultado da Convenção Luso-Espanhola de 1793. Os franceses chamam-na *Brasil* e vulgarmente *Le Grand Dragon*, por ter proa a forma de um dragão. Tomou parte também na viagem que levou as infantas Maria Isabel e Maria Francisca de Assis à Espanha, em 1816, para se casarem, respectivamente, com o rei da Espanha

(24) Afonso d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-reis*, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1943, págs. 9 e 10.

Fernando VII, e seu irmão, o infante Carlos Mário Isidro. Fêz parte, mais tarde, da divisão que trouxe para o Brasil a arquiduesesa imperial Maria Leopoldina, espôsa do nosso Pedro I.

Após 52 anos de atividade, não se sabe ao certo qual foi o fim da primeira nau construída no atual Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Nenhum outro navio mais construiu êsse Arsenal, até a vinda da Côrte portugêsa ao Brasil, limitando suas atividades a reparos e concertos que fazia nas naus que aqui aportavam, dada a decadência em que já entrara a marinha lusitana e por se tornar desnecessária qualquer eficiência dela, “diante da garantia de proteção que era dada pela Marinha Ingêsa, então senhora absoluta dos mares”, como muito bem acentua o contra-almirante Greenhalgh, em seu trabalho aqui citado.

Com a mudança de D. João VI, transfere-se para o Brasil tôda a armada portugêsa que podia navegar, organizando-se aqui o ministério da Marinha e demais dependências relativas a êsse negócio, inaugurando-se assim nova fase em nossas atividades navais, mas cujo registro pertence já a outro capítulo da nossa história.

Já Gabriel Soares notara, em 1587, que à Bahia recursos “lhe não faltavam para se poder fazer grandes armadas com que se possa defender e ofender a quem contra o sabor de S. Majestade se quizer apoderar dela”⁽²⁵⁾. E enumerava “maravilhosas e formosas madeiras, para se fazerem muitas naus, galeões e galês”. Para calafetagem citava uma “envira”, que pisada é muito branda, com que se calafetam naus que se fazem no Brasil, a qual para debaixo da água é muito melhor que a estôpa, porque não apodrece tanto, e incha muito na água, e as costuras que se calafetarem com a envira ficam muito mais fixas do que as que se calafetarem com a estôpa. Para brear os navios havia muita resina tirada de camaçari, tão pegajosa, que se não tira da mão senão com azeite quente, e para mistura havia também muita graxa de baleia, lixa e outros peixes. As enxárcias e amarras podiam ser feitas da mesma envira com que calafetam, a qual se fia tão bem como o linho, e é mais durável e mais rija que a de esparto, e tão boa como a do Cairo.

(25) Gabriel Soares de Sousa, *ob. cit.*, pág. 422.

Quanto ao velame, “dentro da Bahia trazem muitos barcos a vela de pano de algodão que se fia na terra, para o que há muitas tecedeiras em tecer tais de algodão, e outra muita gente branca de trabalho”⁽²⁶⁾. Em relação ao pessoal, enumera o mesmo autor quatrocentos serradores escravos muito destros, duzentos escravos carpinteiros de machado, a que se poderão ajuntar quarenta carpinteiros da ribeira. Ferreiros, havia um em cada engenho, e com os que têm tenda na cidade e outras partes, se podem juntar cinqüenta tendas de ferreiros, com seus mestres obreiros.

Tais recursos em material e pessoal só tenderam a se desenvolver durante o tempo colonial, sendo aproveitados, propiciando dêsse modo o movimento de construção naval que se verificou.

O almirante Alves Câmara⁽²⁷⁾ menciona mais de 160 árvores nacionais que podem ser usadas na construção de barcos de diferentes tipos, nos diversos Estados do país, servindo para cascos, mastros, cavername, tabuado, cavilhas, remos, pás, varas, ripas, cipós para amarras e várias fibras para estôpas. O mesmo autor faz referências a um trecho das *Miscelâneas de observações filosóficas no Estado do Grão-Pará*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, do ano de 1784, em que êste célebre naturalista fala das árvores do Sincatã e Anani donde se tira o “chamado breu de frecha” e que, “dentro neste Estado, o breu do país resiste mais ao calor do sol do que o fêz da Europa”.

Outro escritor, estudioso do nosso passado, assim faz menção a êste assunto: “no calafetamento das pranchas, contavam os carpinteiros com farta matéria-prima, que os dispensava de importá-la”⁽²⁸⁾.

As madeiras, como é sabido, além de largamente aproveitadas aqui (até mesmo desperdiçadas), foram grandemente exportadas para a Metrópole, a fim de servirem à construção de navios, sem falar de outras utilidades.

Quanto à gente de trabalho, principalmente quando se tratava de embarcações de maior porte e importância, era estrangeira, vinda da Metrópole, especialmente os mestres, utilizando-se aqui a escravaria, entre a qual existia, no entanto, numerosos

(26) Gabriel Soares de SOUSA, *ob. cit.*

(27) *Ob. cit.*

(28) J. F. de Almeida PRADO, *Pernambuco e as capitâneas do norte do Brasil*, pág. 180.

e competentes artífices, de reconhecida e proclamada capacidade profissional.

Os riscos, ou projetos, como se diz modernamente, também vinham da Metrópole, máxime em se tratando de navios de guerra, ou construções encomendadas pelas autoridades.

Com referência ainda a material de construção naval no tempo colonial, é digna de menção a fábrica de cordas de guaxima ou guaxuma, no tempo do marquês de Lavradio, por êle animada, que existiu no Rio de Janeiro, da qual era proprietário João Hopman, produzindo excelente enxárcia. Embora a Metrópole não tivesse aprovado as amostras mandadas para experiência, por ter-se mostrado inferior aos cabos de Riga, o marquês não desanimou, nem deixou por isso de estimular sua produção, recomendando-a mesmo ao seu sucessor no vice-reinado, Luís de Vasconcelos e Sousa.

O espanhol Juan Francisco Aguirre, que estêve entre nós em 1783, viu na baía da Guanabara uma corveta portuguesa cujas enxárcias e cabos eram de guaiambé e piaçava, mas que Taunay acha terem sido cordoalha de guaxima, o que demonstra ter dado certo a experiência de Lavradio e ter prosperado êsse ramo de atividade industrial naquela época.

Comentando essa passagem, informa-nos ainda Taunay que experiências realizadas mais de um século depois pelo Dr. Augusto C. da Silva Teles, mostraram que com essa fibra se podia “fabricar já não só magnífica cordoalha e barbantes grosso e fino diâmetro, como ainda tecidos para sacaria de extraordinária resistência, tapêtes, etc.”⁽²⁹⁾.

Quanto à ferragem necessária, embora Gabriel Soares sustentasse, não sem razão, a possibilidade de se conseguir aqui mesmo tôda ela, era certamente importada para os navios de nossa fabricação, acontecendo a mesma coisa com os enfeites internos, então muito em uso.

A construção naval no tempo colonial era, como se vê, uma indústria próspera, com ampla capacidade de realizações, prestando relevantes serviços ao país, e não menos importantes à Metrópole, igualmente, como tantas outras atividades que aqui floresceram.

(29) Afonso d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-reis*, pág. 92.

PRODUÇÕES DIVERSAS

Ao lado das atividades em maior escala e em caráter mais duradouro, que expusemos nas páginas anteriores, houve outras de menores proporções, destinadas à produção de artigos e objetos vários, exercidas por vèzes a título de mera experiência, nem por isso, no entanto, indignas de registro.

Abrangem ramos diversos e diferentes, mas que, unicamente por seu significado de menor alcance e volume, reunimos sob uma denominação geral, dando-lhes uma unidade que sòmente o título genérico do capítulo explica, na forma global em que os tomamos.

Já mencionamos, na parte referente à construção naval, que no tempo do marquês de Lavradio, inspirado e auxiliado por êste operoso vice-rei, montou-se no Rio de Janeiro um estabelecimento para produzir cordas de guaxima, sendo seu concessionário João Hopman, tendo-se feito cordas e enxárcias, as quais, embora sem atingirem a melhor qualidade, serviram, contudo, para uso comum. Em 1778 foram remetidas para Lisboa, a fim de lá serem examinadas, 4 arrôbas de guaxima, com seu curtimento bem aperfeiçoado, e 3 peças de linho preparadas por Hopman. De tal modo se entusiasmou o vice-rei com essa fibra, vendo nela a possibilidade de se fabricarem lonas, que propôs ao govêrno se concedesse a Hopman o privilégio por 8 ou 10 anos para a preparação da guaxima, proporcionando-lhe algum socorro pecuniário, com o fito de desenvolver o estabelecimento criado, devendo êste indenizar o Estado com os produtos que fabricasse para os serviços da marinha⁽¹⁾.

(1) D. José d'ALMEIDA, *Vice-reinado de D. Luís d'Almeida Portugal*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1942, pág. 138.

O mesmo Lavradio tentou, entre nós, a cultura do cânhamo, tentativa que já havia sido feita anteriormente pelos condes de Bobadela e da Cunha. Infelizmente, porém, não alcançou os resultados que almejava, devido a vários contratemplos, independentes de sua vontade.

No Pará, no tempo do governador Lobo d'Almada "fêz-se uma fábrica de calabres e cordas de piaçaba para canoas"⁽²⁾. Esta iniciativa do governador paraense não somente vingou, como ainda tomou grande incremento, transformando-se depois em boa fonte de renda para as autoridades administrativas. Eis as condições em que algumas décadas mais tarde a encontraram Spix e Martius: "Na bacia superior do rio Negro e do Branco, tem o governo ainda outros estabelecimentos, nos quais são empregados só homens, também índios puros. Os mais rendosos entre eles são as fábricas de cabos, cordoarias de piaçaba, que são preferidos às melhores cordas de cânhamo da Rússia, e que geralmente se empregam no arsenal de Belém do Pará, exportando-se também dali para as ilhas ocidentais. Os fios são de grande solidez, tenacidade e dureza, e resistem a imersão na água por tempo infinito. Infelizmente não sei dizer com certeza se a piaçaba do rio Negro é a mesma ou uma das diversas espécies de palmeiras observadas na Bahia, pois não a avistei. O Sr. von Humboldt refere-se a ela sem comentários, sob o nome de xiquexique, que lhe dão no alto do rio Negro (na Bahia dá-se esse nome ao cacto espinhoso e arbustivo). Os espanhóis de São Carlos, no rio Negro, compram muito dessas cordoarias de piaçaba aos brasileiros. Os pedidos são tantos que o governo poderia vender anualmente cêrca de 10:000\$000; mas atenta a pouca mão-de-obra, empregada na fabricação, monta o lucro anual, quanto muito, a 2:000\$000 ou 3:000\$000. Até hoje não se entrega êsses artigos aos arrendatários, embora manipulado como bem da Coroa, e a entrega do mesmo é feita diretamente pelo arsenal da Barra ao da cidade de Belém do Pará"⁽³⁾.

Spix e Martius ainda encontraram índios em Olivença que se ocupavam em fazer rosários de côcos de piaçaba, que exporta-

(2) Artur César Ferreira REIS, *Lobo d'Almada, um Estadista Colonial*, pág. 35.

(3) J. B. VON SPIX e C. F. P. VON MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, vol. III, pág. 212.

vam em grande escala para a Bahia. Também se dedicavam êsses índios à confecção de cordas, vassouras e esteiras da mesma piaçaba, produzindo, igualmente, chapéus de palha de coqueiro, que sabiam tingir com pau-brasil — herança dos tempos coloniais.

Os mesmos viajantes assinalam que os índios camacãs serviam-se da fibra da palmeira para fazerem bôlsas de caça e aventais curtos, quadrados, que usavam em redor dos quadris, em lugar da vestimenta européia, tingindo-os de vermelho com sementes de urucu, de preto com frutos de jenipapo e de amarelo com a tatajiba⁽⁴⁾.

Entre os artigos de alimentação do tempo colonial, destaca-se a cachaça, produzida em larga escala e da qual já falamos ao tratar da cana-de-açúcar. Para dar idéia do seu consumo, basta dizer que só no Rio de Janeiro entraram, no ano de 1791, 2.558 pipas de aguardente de cana e 18 barris, e em 1798 a entrada de aguardente da terra foi de 3.547 pipas e 17 barris. E observe-se que no Rio existiam engenhos de aguardente em número de 253, no mesmo ano. Além disso, os negociantes de escravos adquiriam muita aguardente para conseguirem negros nas costas da África.

O hidromel era um vinho produzido com mel, também de vasto consumo, pois os habitantes pobres bebiam-no em lugar do vinho português. Embora inferior a êste, era mais barato, o que propiciava sua preferência. O govêrno português, entretanto, a fim de não prejudicar a indústria metropolitana de vinho, proibiu sua fabricação, sob pena de prisão, multa e degrêdo, ou açoite pelas ruas, de acôrdo com a categoria social do infrator⁽⁵⁾.

Com relação ao vinho nacional, escreve Lemos Brito: “Desenvolvia-se, porém, a cultura da uva e fabricava-se copioso vinho. Esta indústria desapareceu por determinação da Coroa, que via nela um perigo para a indústria similar da Metrópole”⁽⁶⁾. E numa reportagem recente encontramos o seguinte:

(4) J. B. VON SPIX e C. F. P. VON MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, vol. II, págs. 330 e 343.

(5) Ver Lemos BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, pág. 80.

(6) Lemos BRITO, *ob. cit.*, pág. 55.

“Em Goiás, no século xvii, fabricava-se vinho e bom e até o século xviii essa experiência se manteve, tanto assim que Saint-Hilaire o provou e o louvou. Era o famoso vinho goiano, o único produzido na América, que figurava nas adegas dos reis de Portugal”(7).

Outro gênero de alimentação produzido no Brasil de então era o doce de marmelada. Constituía mesmo uma das fontes de renda dos carpinteiros a confecção de caixas de marmelada, assinala Taunay, “a sacaria da época, pois na marmelada residia o principal artigo de exportação paulista, antecessora primeva do café”(8). Precedeu a produção de trigo e dos chapéus de feltro grosso, exportando-se para os mercados do Rio de Janeiro e Rio da Prata. O famoso ricaço da época, Padre Guilherme Pompeu de Almeida, fabricava milhares de caixinhas de marmelada, que mandava vender em Minas Gerais a um cruzado, ou mais de uma grama de ouro, preço altíssimo para o tempo, informa-nos o mesmo Taunay. Outro milionário do tempo, o já anteriormente citado Afonso Sardinha, igualmente fabricava e vendia marmelada, podendo fornecer, de uma só vez, uma remessa de mais de cem caixotes dêsse doce.

Nas cidades de maior população fabricava-se e vendia-se pão, bem como outros gêneros alimentícios. Assim, no tempo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, segundo Luís Edmundo, o Rio de Janeiro contava 38.000 habitantes, havendo para servi-los 14 casas de vender pão e 13 açougues. O número de casas de pasto ascendia a 14, passando essas para 17 em 1792 e para 18 em 1794(9).

Foi ainda no vice-reinado do marquês de Lavradio, e por sua iniciativa, que se introduziu entre nós a cultura da cocho-nilha. A primeira tentativa foi levada a efeito no terreno arenoso de Cabo Frio, não produzindo os resultados esperados, por terem colocado os insetos nas árvores antes que estas tivessem adquirido o necessário vigor, fazendo-as secar. Experiências posteriores realizadas no Rio de Janeiro, levando em conta os erros cometidos em Cabo Frio, surtiram efeito. Mais tarde transfere-

(7) *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, abril de 1946.

(8) Afonso d'E. TAUNAY, *São Paulo nos primeiros anos*, pág. 133.

(9) Luís EDMUNDO, *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-reis*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1932.

riu-se a cultura para Santa Catarina, com inteiro sucesso já, tendo o próprio Lavradio comunicado ao Reino o êxito alcançado, pois em experiência realizada com o similar da Espanha “em tudo se acha igual uma da outra” — escrevia êle ao ministro Martinho de Melo e Castro.

Também a criação do bicho-da-sêda foi tentada pelo marquês de Lavradio, trazendo-se, para êsse fim, insetos da Europa e intensificando-se aqui a plantação de amoreira. No entanto, por falta de experiência e por carência de instruções suficientes, embora estas tenham sido mandadas vir da Ásia, não foram atingidos os objetivos visados.

Embora a árvore do índigo fôsse nativa entre nós e apesar de uma provisão do Conselho Ultramarino de 1642 facultar aos moradores do Brasil semear indigueiros em terras que não fôsem próprias para a plantação da cana, não se cuidou disso logo no início da nossa colonização, vindo a fazê-lo bem mais tarde o esforçado vice-rei já tantas vêzes mencionado aqui, marquês de Lavradio. A fim de fomentar a produção, mandou Lavradio fabricar anil agreste, pagando 2\$560 por arrátel e ordenando que a Fazenda Real adquirisse tôda e qualquer quantidade que aparecesse. Com êsse incentivo surgiu imediatamente gente ocupando-se dessa produção, nos arredores do Rio de Janeiro, abandonando mesmo para isso algumas das suas lavouras tradicionais, por acharem maiores vantagens no nôvo empreendimento. Cabo Frio foi o lugar onde desde logo tomou maior incremento essa atividade, chegando a produzir 1.500 arrôbas por ano, sendo pago à vista o produto apresentado. Dedicadas a tal produção chegaram a existir 206 fábricas na localidade, em fins do século XVIII, conforme lemos na *Memória histórica da cidade de Cabo Frio e de todo o seu distrito*⁽¹⁰⁾.

Tôda a produção brasileira era remetida para o Reino, sendo absorvida pelas fábricas de Port’Alegre e da Covilhã, que não usavam de outro anil. Do Rio de Janeiro, segundo um contemporâneo, exportavam-se para o Reino, na segunda metade do século XVIII, cêrca de mil arrôbas de anil anualmente, de qualidade que nada ficava a dever ao tipo “flor de Honduras”, mun-

(10) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLVI, p. 245.

dialmente reputado. Não pagavam impostos de exportação, e o índigo era vendido a 1.200 réis a libra⁽¹¹⁾.

O modo de produzir anil entre nós era idêntico ao da Guatemala, na mesma época, cuja descrição encontramos num trabalho de Antônio Vasquez de Espinosa, *Compendio y Descripción de las Indias Occidentales*.

Por três centros principais se dividia a fabricação de azeite de baleia no período colonial: Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina, de acôrdo com a ordem cronológica de sua fundação.

Na Bahia, localizava-se essa indústria principalmente na ilha de Itaparica, ocupando, em meados do século XVIII, os serviços de 420 trabalhadores, sendo 20 brancos, 2 índios, 55 mulatos, 71 negros forros e 272 escravos.

Cada baleia, que por vêzes chegava a atingir 22 metros de comprimento, rendia em média de 20 a 30 pipas de azeite, que eram vendidas na época a 50 cruzados cada uma. Segundo um estudioso do assunto, a armação de Itaparica, em 1768, aprisionou 146 cetáceos e, com uma média de 25 pipas cada um, produziram-se 3.650 pipas de azeite que, vendidas a 30\$000, renderam 109:500\$000⁽¹²⁾. Outro cronista do nosso passado, Tolennare, registra que em 1817 foram arpoadas 232 baleias, rendendo 440:800\$000.

Além do azeite, a carne também às vêzes vendida (mas quase sempre dada gratuitamente, o que, segundo a superstição em voga, trazia sorte para o contratante), utilizava-se ainda a barbatana e fazia-se cola. Assim, a armação de Santa Catarina, em 1796, produziu 2.888 pipas de azeite, 820 quintais de barbatana e 8 caixões de cola.

Caçavam-se igualmente com grande empenho cachalotes, fornecedores de espermacete, cujos exemplares valiam tanto quanto as baleias. Os armadores chegavam mesmo a pagar um prêmio de dez tostões aos gajeiros que os assinalassem e ao arpoador que os fignasse. Cada um desses cetáceos produzia seis barris do cobiçado óleo craniano. As velas de espermacete com

(11) Afonso d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-reis*, pág. 62.

(12) Válder ALVAREZ, *História da pesca da baleia no Brasil*, Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n.º 55, ano v.

êles produzidas eram vulgares no Rio de Janeiro e muito procuradas em Lisboa, vendendo-se a dúzia a seiscentos réis⁽¹³⁾.

É sabido que a exploração dessa indústria constituía monopólio da Coroa, sendo arrematada por particulares mediante somas consideráveis, variando o preço nas diversas épocas. Assim, nos primeiros decênios do século xvii oscila de 1.200 a 3.000 cruzados anuais o arremate da pesca da Bahia. O do Rio de Janeiro foi arrematado por 10.000 cruzados, por um decênio, em 1700, passando para 22.000 cruzados 28 anos mais tarde. Na segunda metade do século xviii a pesca de baleia do sul é englobada num monopólio só, pagando o seu contratante, Francisco Peres de Sousa, 28.000 cruzados anuais, além de mais cem mil réis para a Fazenda Real. O viajante João Francisco Aguirre, que nos visitou em 1783, diz que o contrato de azeite de baleia no Rio de Janeiro foi arrematado por 120.000 cruzados, ou 48:000\$000, pelo capitão Mendes Viana e outros em conjunto. Cada pipa de azeite valia 32 mil réis, calculando-se que o lucro líquido da companhia rendesse 64 contos, o lucro dos arrendatários reduzia-se, portanto, a 16 contos⁽¹⁴⁾. Varnhagen diz que o monopólio baleeiro chegou a render ao Estado cem mil cruzados por ano⁽¹⁵⁾. Segundo o mesmo autor, êste monopólio foi abolido em 18 de maio de 1798.

A importância do azeite de baleia, entre outras coisas, decorria da sua utilização nos lampiões para iluminação, tanto particular quanto pública. Eis, no que se refere à iluminação pública, o que escreve um dos nossos historiadores, falando do Rio de Janeiro: "Em tempos antigos, a única iluminação consistia nos candeeiros acesos pela piedade dos fiéis em frente aos nichos dos santos colocados nas esquinas das ruas. Ainda no tempo do vice-rei Luís de Vasconcelos, enumeram-se 73 dêsses lampadários, distribuídos pelas quatro freguesias da cidade: 22 na Sé, 27 na Candelária, 12 na de São José e 12 na de Santa Rita.

Spix e Martius, ao passarem por aqui, no tempo de D. João VI, tiveram ocasião de ver as refinações de azeite de Itaparica, achando-as muito pequenas e sem instalações adequa-

(13) Afonso d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-reis*, pág. 64.

(14) Afonso d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-reis*, pág. 64.

(15) *História geral do Brasil*, vol. v, pág. 21.

das, sendo que os tanques onde se guardava o azeite purificado permaneciam desprotegidos contra a poeira e outras impurezas. Estas imperfeições e falta de cuidados faziam com que "o azeite de peixe brasileiro seja tido como muito inferior ao azeite preparado nas refinações do norte da Europa, não só pela sua côr parda mais escura, como por conter pedaços de toucinhos e pelo cheiro mais desagradável". De acôrdo com êsses ilustres viajantes, grande parte da produção era consumida aqui mesmo, empregando-se também nos arsenais portugueses para o preparo do alcatrão, e a gente do povo fazendo com êle um sabão gorduroso que comunicava à roupa um cheiro desagradável. O restante era exportado, sobretudo para a Inglaterra e a França, onde era utilizado nas fábricas de tecidos e para a purificação do enxôfre. A canada dêsse azeite era vendida naquele tempo a 700 ou 750 réis⁽¹⁶⁾.

A extração do sal é uma atividade tão antiga no Brasil, que data de antes da descoberta. Os índios já a conheciam e praticavam, embora em pequena escala e por processos bastante rudimentares.

Foi em Cabo Frio que sua exploração começou a tomar vulto no início da colonização, transformando-se em riquezas legadas a herdeiros.

Com o desenvolvimento das salineiras de Cabo Frio e exportação de seu produto para outras regiões do país, diminuíram as entradas de sal do Reino, prejudicando as marinhas de Setúbal, de Alverca ou da Figueira. Isso deu origem à proibição de seu consumo, ditadas pela Metrôpole desde 1665, mas que se tornaram decisivas pelas Cartas Régias de 28 de fevereiro de 1690 e 18 de janeiro de 1691, que ordenaram ao Governador do Estado "não consentisse no Brasil o consumo de outro sal, que o transportado do Reino; e que não houvesse uso do que a natureza produzia em salinas ou lagoas"⁽¹⁷⁾.

As salinas de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e as do Ceará foram descobertas durante a ocupação holandesa. No Maranhão, em Jaguapipora, entre 1662 e 1669, havia uma aldeia de índios dedicada a beneficiar grandes salinas, sendo dirigida

(16) SPIX e MARTIUS, *ob. cit.*, vol. II, págs. 273 e 274.

(17) Monsenhor PIZZAURO, *ob. cit.*, vol. II, pág. 131.

por jesuítas, rendendo 2.000 cruzados e produzindo 5.000 alqueires⁽¹⁸⁾.

A abundância de sal no Nordeste deu origem à indústria de carnes salgadas ou carne-sêca, também conhecida no Norte, por causa disso, pelo nome de carne-do-ceará. E foi um cearense dedicado a êsse mister que a transferiu para o Rio Grande do Sul, onde se transformou em atividade notável, característica da região, ainda hoje de grande expressão econômica.

Tornando-se monopólio do govêrno, sua exploração era cedida a arrematantes. Sôbre êstes, escreve Rodolfo Garcia em nota ao trabalho de Varnhagen: "Em 1658 e seis anos seguintes fôra contratador, no Rio de Janeiro, Luís de Pina Caldas. Por cartas régias de 14 de março de 1676 foi determinado que o sal não ficasse mais em contrato, mas por conta da Fazenda Real; e, tomando-se depois nova resolução, se ratificou a Manuel Dias Filgueiras a arrematação dêle, em 28 de julho de 1703. Em 1727, Bento Cunha Lima arrematou o restante de um contrato anterior, e meses depois, a 50.000 cruzados por ano, os seis anos seguintes até 1732. De 1744 a 1750 teve-o Luís de Abreu Barbosa a 90.000 cruzados anuais. Em 10 de outubro de 1755 se havia arrematado por seis anos a José Alvares de Sá; mas em 7 de março de 1758, pelo mesmo preço e também por seis anos, com três associados. Em 1764 juntaram-se quatro sócios que o arremataram por outros seis, na razão de 41:005\$000"⁽¹⁹⁾.

Sômente em princípios do século passado, pouco antes da mudança da Côrte portugêsa para o Brasil, é que êsse monopólio foi inteiramente abolido, por ser considerado vexatório e cruel e por ser o sal artigo de primeira necessidade.

Os contratantes, aproveitando-se do monopólio que tinham em mão, provocavam escassez e crise do produto, a fim de elevar os preços de venda. Contra tais manobras se queixava à Metrópole D. Rodrigo César de Meneses, em 1724, atribuindo-o à execução irregular dos contratos. Em 1733 o conde de Sarzedas informava que os atravessadores compravam sal em Santos a 1\$200 e o revendiam a 4\$800 e a 6\$400.

(18) Ver Deoclécio DUARTE, *O sal na economia do Brasil*, Alba Editôra, Rio de Janeiro, 2.ª ed., 1942.

(19) VARNHAGEN, *História geral do Brasil*, tomo v, págs. 21 e 22.

Estes excessos dos especuladores deram lugar a várias revoltas populares que as crônicas registram. Uma delas ficou conhecida sob a denominação de “motim de Maneta”, pois que Maneta, cujo nome verdadeiro era João de Figueiredo da Costa, juntamente com o juiz do povo em exercício, encabeçou os descontentes, e assaltaram as casas dos contratantes de sal, que eram então Manuel Dias Filgueiras e seu sócio Manuel Gomes Lisboa, depredando-as e queimando-as, porque o preço do sal subira repentinamente de 420 réis para 720, sob o pretexto de que era preciso manter uma armada de guarda-costas contra os inimigos que infestavam nossos mares.

Outro fato foi o sucedido com o paulista Bartolomeu de Faria, que, indignado com a elevação do preço do sal, reuniu seus escravos e outras pessoas mais que se dispuseram a acompanhá-lo, e assaltou os depósitos de Santos; apoderando-se da mercadoria vendeu-a ao preço correspondente de 1.280 réis a quem quisesse comprar, incluindo os 400 réis adicionais do Erário Real. Pagou em seguida aos contratantes, subindo a serra de Cubatão de volta à sua casa na Capital paulista.

Como sucedeu com muitas outras coisas, também éramos pobres em mobiliário, apesar de possuímos excelentes madeiras para êsse fim, que chegamos a exportar com abundância.

Para o primeiro século do nosso povoamento, por isso, como mobiliário para o interior das casas, apontam-se rêdes, arca, poltrona tauxiada, candeeiro, bufete e mísula.

O padre Cardim, em suas viagens, não deixava de levar a sua rêde, que preferia aos leitos, sobretudo porque “se não dão nela percebejos nem piolhos”. Já Gândavo notara que “a maior parte das camas do Brasil são rêdes, as quais se armam numa casa com duas cordas e lançam-se nelas a dormir”⁽²⁰⁾.

Dampier, que nos visitou em 1699, referindo-se à escassez do nosso mobiliário diz que “isto é coisa de que os portugueses e espanhóis não se ocupam”, acrescentando: “Verifiquei que em suas fazendas querem grandes casas, mas descuidam inteiramente do mobiliário”⁽²¹⁾.

(20) Pedro de Magalhães GÂNDAVO, *Tratado da terra do Brasil*, edição do anuário do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1924, pág. 40.

(21) Afonso d'E. TAUNAY, *Na Bahia colonial*, pág. 300.

Falando do mobiliário das casas paulistas no primeiro século da nossa colonização, Taunay escreve: “Toscos bancos e catres, mesas e escabelos como mobília, rudes arcas mal ajustadas, onde se guardava a pouca roupa da família, pois sobremodo escasseava o pano. (...) Pelos grandes pregos fincados às paredes se dependuravam as armas e o pequeno número de utensílios domésticos”⁽²²⁾. Os trastes de uma importante personagem de São Paulo, fidalgo muito antigo nos livros do rei, pessoa da maior autoridade, sendo reconhecido em seu caráter de fidalgo, constam de um colchão, um travesseiro, duas rêdes, um castiçal, uma frigideira, dois ralos, um frasco de vidro, e uma cadeira de espaldar⁽²³⁾. A ausência de cama era tão grande em São Paulo, que em 1620 a única existente na cidade foi requisitada pela câmara local, a fim de ser oferecida ao ouvidor geral em visita de correição, tendo êsse fato provocado uma demanda judicial durante sete anos, pois seu dono não queria desfazer-se dela, sendo o leito tomado à força pelas autoridades.

Essa penúria de utensílios domésticos continuou pelos séculos em fora, até mesmo depois da vinda da Côrte para o Brasil.

Em meio à pobreza generalizada do nosso mobiliário no século xvi, raros eram os opulentos proprietários, como daquele pernambucano, que ao padre Cardim fez “honra e agasalho, com leitos de damasco carmesim franjados de ouro e ricas colchas da Índia”. Aliás Pernambuco e Bahia, com seus engenhos produzindo açúcar em abundância, de elevados preços no mercado internacional, destacavam-se nesse tempo como nossos centros de riqueza, de gente abastada dando-se ao conforto e mesmo ao luxo. Nas igrejas, igualmente, os móveis são de luxo, como aquela de que nos fala o já citado padre Cardim, cujos armários são todos forrados de cetim carmesim, as pontas de banda de dentro são forradas de sêda de várias côres, damasco, veludo, cetim, e a madeira de pau-de-cheiro de jacarandá.

No Sul, êsses luxos só aparecem mais tarde, quando a descoberta e exploração do ouro permite tais expansões. Assim, em São Paulo, no século xviii, já vão aparecendo catres torneados à cabeceira, com sua grade e subgrade, a que servem de comple-

(22) Afonso d'E. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, pág. 161.

(23) Alcântara MACIADO, *Vida e morte do bandeirante*, pág. 82.

mento pavilhões de sêda, cortinas de pano de algodão branco todo rendado, cortinados vermelhos de cochonilha, cobertores de sêda com duas franjas de ouro, godins da Índia acolchoados⁽²⁴⁾.

Um dos homens mais ricos de São Paulo, o já mencionado Guilherme Pompeu de Almeida, em meados do século XVIII, em sua enorme e famosa residência possuía “quartos dispostos em galeria, sob cúpulas custosas, com camas de alto espaldar, ostentando colchões estofados e travesseiros macios, dignos do mais requintado sibarita; colchas escarlates; lençóis arrendados e fro-nhas crivadas”⁽²⁵⁾.

Em Minas Gerais, o esplendor da riqueza rutilava sobretudo nas igrejas, onde os mineiros viviam “empenhados em consolidar a garantia de sua entrada triunfal nos reinos celestiais, canalizando, para maior glória do culto, todos os recursos dispensáveis à sua vida de hábitos frugais”⁽²⁶⁾. Surgiram então os ricos templos de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Congonhas do Campo e Sabará, que ainda hoje despertam admirações.

Os moradores daquela região, entretanto, não tinham uma vida tão a desconforto. Eis, por exemplo, os móveis confiscados ao inconfidente Cláudio Manuel da Costa, que não era nenhum nababo, mas apenas um alto funcionário público: vinte e oito cadeiras, trinta e dois bancos ou mochos, dois leitos, duas cômodas, dois armários, duas estantes, tapêtes, louças da Índia, colchas de damasco, móveis de jacarandá esculpido, papelreira, cadeiras, mesas, tudo mobiliário de padrão elevado, do estilo D. João V⁽²⁷⁾.

A maior parte desse mobiliário requintado, ou simplesmente de comodidade e conforto, era importado, pois, como diz um estudioso do assunto, “juntamente com vinhos e tecidos, vinham contadores, camas, poltronas e cadeiras, tudo no padrão que o dinheiro abundante autorizava”⁽²⁸⁾.

Os móveis nacionais eram “toscos, trabalhados com ferramentas inadequadas como a enxó e tomavam o feitio robusto

(24) Alcântara MACHADO, *ob. cit.*, págs. 64 e 65.

(25) Júlio RIBEIRO, *Padre Belchior de Pontes*, pág. 74.

(26) José de Almeida SANTOS, *Mobiliário artístico brasileiro*, São Paulo, 1944, pág. 66.

(27) Ver *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. v, pág. 268.

(28) José de Almeida SANTOS, *ob. cit.*, pág. 22.

que se pode verificar nas manifestações mobiliárias até fim do século xvii". Por isso, "aos exemplares de execução renascentista finamente esculpido, que vinham de Portugal, opúnhamos os trabalhos da terra pela enxó do indígena ou do africano, de cunho ingênuo, mas expressando o ambiente com as antas e os ramos de palmeiras. Essa influência persistiu através dos séculos, indo apagar-se, no mobiliário, com os últimos embutidos de osso ou de marfim que vemos nos puxadores, nas entradas de chave e nos ornatos de madeira aplicados em ilhargas e frentes de cômodas e mesas no fim do século xviii e começo do xix"⁽²⁹⁾.

Não obstante essa importação em grande escala do mobiliário em uso, não deixamos de criar alguma coisa nossa no gênero, com características próprias, assinalando os entendidos no assunto os "estilos" colonial brasileiro ou D. João V ou ainda D. Maria I brasileiro; o mineiro-goiano, articulado à escola do Aleijadinho, e o Beranger, manifestação regional pernambucana, de época mais recente, pertence à segunda metade do século xix, frutos do nosso ambiente, resultado dos períodos históricos que atravessamos, obras dos nossos artesãos" que desconheciam os modelos europeus e executavam o seu trabalho nêle colocando a inspiração da terra⁽³⁰⁾.

Quanto aos artífices, os jesuítas do tempo de Nóbrega e Anchieta contavam com os irmãos Pires, que faziam os trabalhos de carpintaria, marcenaria e de entalhadores. Os engenhos, como é sabido, possuíam seus carpinteiros e marceneiros.

Em São Paulo, havia os irmãos Salvador e Gonçalo Pires.

Na Bahia seiscentista o viajante Dampier, nosso conhecido, cita numerosos artífices, entre os quais carpinteiros com escravos, "a quem ensinavam os ofícios, de cujo trabalho auferiam grandes lucros"⁽³¹⁾.

Em Vila Rica (Ouro Preto), no Livro do Lançamento dos Quintos, para o ano de 1715, encontramos menção de 6 carpinteiros; no Livro das Cartas de Ofício, para 1741, de 3 carpinteiros; no Livro dos Contribuintes do Real Subsídio, para 1728, de 31 carpinteiros; no Livro dos Contribuintes do Real Do-

(29) José de Almeida SANTOS, *ob. cit.*, págs. 18 e 19.

(30) José de Almeida SANTOS, *ob. cit.*

(31) Afonso d'E. TAUNAY, *Na Bahia colonial*, pág. 313.

nativo, para 1730, de 31 carpinteiros e 1 marceneiro; no Livro dos Contribuintes do Real Quinto, para 1730-31, de 24 carpinteiros; no Livro das Licenças e Provisões, para 1733-36, de 16 carpinteiros; no Livro das Arrematações, para 1737-45, de 8 carpinteiros; no Livro de Cartas de Ofícios, para 1741-44, de 3 juizes carpinteiros; no Livro de Arrematação, para 1745-57, de 5 carpinteiros; no Livro de Cartas de Exame, para 1749-51, de 9 carpinteiros e 1 marceneiro; no Livro de Cartas de Ofícios, para 1750, de 9 carpinteiros; no Registro Geral, para 1754-59, de 8 carpinteiros; no Livro de Arrematação, para 1750-60, de 3 carpinteiros; no Registro Geral, para 1761-67, de 1 carpinteiro; no Livro de Patentes e Provisões, para 1765-76, de 1 carpinteiro e 1 marceneiro; no Livro de Receita e Despesa da Câmara, para 1770-71, de 4 carpinteiros; no Livro de Exames e Ofícios, para 1776-78, de 10 carpinteiros; no Livro de Receita e Despesa da Câmara, para 1774-1802, de 2 carpinteiros; no Livro de Provisões e Cartas de Exames, para 1789-1802, de 7 carpinteiros; no Livro de Provisões, para 1801-1830, de 7 carpinteiros⁽³²⁾.

No quinquênio 1736 a 1740, a Capital de São Paulo contava com 10 carpinteiros autorizados que exerciam seus ofícios.

O Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1790 menciona a existência de 7 lojas de entalhadores e de 35 marceneiros; o do ano de 1794, das mesmas 7 lojas de entalhadores e de 38 marcenarias⁽³³⁾; no Almanaque Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, para o ano de 1799, de autoria de Antônio Duarte Nunes, o número de lojas de entalhadores cresce para 12 e o de marceneiros para 64⁽³⁴⁾; a Memória Histórica da Cidade de Cabo Frio, para o ano de 1797, relaciona a existência de 6 lojas de carpinteiros⁽³⁵⁾.

Como se vê, o número de casas destinadas à fabricação de mobiliário foi aos poucos aumentando entre nós, com seus artigos dedicados a este mister.

No ramo de construção civil, igualmente como no do mobiliário, éramos pobres, e por isso não podíamos apresentar produções que despertassem admiração.

(32) Salomão de VASCONCELOS, "Ofícios mecânicos em Vila Rica, durante o século XVIII", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 4.

(33) *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LIX, 1937.

(34) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 21.

(35) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLVI, 1.ª parte.

Nossas maiores obras, nesse sentido, relacionam-se com os monumentos religiosos, destacando-se, entre êles, o mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, que data do século XVII; a Sé da Bahia, onde pregava seus magníficos sermões o famoso padre Antônio Vieira, há pouco destruída; o convento de Olinda, incendiado pelos holandeses; a igreja da Candelária, no Rio de Janeiro; alguns templos mineiros, existentes em Ouro Preto, Mariana, Sabará e Congonhas; o Convento dos Jesuítas, de Paranaguá, e poucos outros mais. Eram construções enormes, sólidas, nem sempre brilhantes do ponto de vista arquitetônico, mas de vastas proporções e resistentes, atestando trabalho duradouro e perseverante.

Outras obras de vulto, dêsse caráter, são os fortes e fortins, dos quais os principais se achavam localizados no Pará, Pernambuco, Salvador, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, São Sebastião, Santos, Paranaguá, Santa Catarina, Barra do Rio Grande, e alguns no interior longínquo, como o Real Príncipe da Beira, nas selvas mato-grossenses, na atual Rondônia.

A nossa residência colonial é desgraçosa e triste, de aspecto pouco atraente. Eis como no-la descreve um cronista nosso passado, referindo-se à Capital do país: “temo-la, justamente, diante de nós, tristonha e feia, surgindo da terra nua, sem um lajedo a mais traçando-lhe um passeio em frente, que só pelo fim da centúria foi que se começou, por aqui, a pensar em empedramento de logradouros e calçadas. A casa que temos diante dos olhos é de um só andar, repetindo no enfezado feitio, pouco mais ou menos, as que se espalham pelos caminhos distantes que vão além da Vala ou bandas da Lapa e do Valongo. É baixa, cumbra, mal apumada; tem o telhado rugoso e grosseiro, abatendo-se sobre os panos lisos da construção como que achatando-a. Além disso, mal edificada, nova construção, e já de aspecto desmoronante, farrapã, como uma mendiga pedindo esmola ao bom gosto”⁽³⁶⁾.

Segundo o viajante F. L. Langstedt: “O palácio vice-real, a Casa da Moeda, o Teatro da Ópera, a cadeia e as estrebarias reais, eis os principais edifícios da capital brasileira em 1782,

(36) Luís EDMUNDO, *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-reis*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1932.

sem contar ainda alguns conventos, situados em soberbos locais e várias igrejas sobrecarregadas de ouro, prata e pedras preciosas. A não ser em pequeno número de casas, não se viam na cidade cômodos guarnecidos de qualquer decoração que fôsse. Por tôda parte as paredes nuas e caiadas, poucas vidraças às janelas, quase sempre gelosias, rótulas de varetas cruzadas, através das quais as alvas e belas portuguesas contemplam e às vêzes mesmo provocam os viajantes em passeio, embora muito cautelosas no apêrto de mão, pelo menos durante o dia”⁽³⁷⁾.

Na Bahia, outro viajante de antanho, o já citado Dampier, nos fala em casas de dois e três andares, paredes grossas, fachadas de cantaria, quase sempre enfeitadas pelas largas escadas. Telhas por tôda parte; não se via teto de material pobre. Largas as principais ruas, bem calçadas de pedras pequenas; muitas praças e muitos jardins públicos e particulares cheios de árvores frutíferas, arbustos, legumes e flôres⁽³⁸⁾.

Sôbre o Recife, do tempo da ocupação holandesa, encontramos os seguintes dados: “A Mauricéia é a residência dos burgueses enriquecidos e também dos senhores de engenho mais identificados com o domínio holandês e que, talvez por fluxo e esnobismo, constroem sobrados na cidade do príncipe. Iniciam-se as construções destas que, pela feição mais confortável e higiênica, sobrepujará a casa-grande sem as linhas e o bem-estar do sobrado. Quando os holandeses tomaram Recife, a cidade possuía apenas 150 casas e, dois anos depois da chegada de Nassau, o seu esplendor pode ser observado pelo crescimento da sua área e pela existência de 2.000 casas”⁽³⁹⁾. Essa febril atividade construtora em Recife chegou mesmo a determinar a importação de tijolos da Holanda, não só pela sua escassez, como pelos preços elevados em que ficavam os feitos na terra. Assim em carta de 1638 Nassau e o Alto Conselho urgiam: “V. S.^{as} queiram determinar que todos os navios que para cá se dirijam tragam como lastro tijolos, pois temos grande necessidade dêles... e os feitos aqui são tão caros que se faz melhor negócio mandando buscá-los na Metrópole (...) e serão vendidos aqui com bons

(37) Afonso d’E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-reis*, pág. 19.

(38) Afonso d’E. TAUNAY, *Na Bahia colonial*, pág. 301.

(39) José Honório RODRIGUES e Joaquim RIBEIRO, *Civilização holandesa no Brasil*, pág. 207.

lucros”(40). Esmeraram-se de tal modo os pernambucanos em suas residências, que muitos chegaram a “empregar no piso de suas casas e nas calçadas blocos de pedra portuguesa” e a “pavimentação de algumas ruas de Recife, com ladrilhos holandeses”. A maior obra dessa época é a célebre moradia de Nassau, na Capital pernambucana.

Em São Paulo, o naturalista Martius, que nos visitou já no tempo de D. João VI, encontrou as casas velhas, com “mais de um século de existência”, assim as descrevendo: “Aqui, raramente se constrói com tijolos, ainda menos com cantaria. Levantam-se as paredes com duas filas de fortes mourões ou gradeado, entre os quais se calça o barro (casas de taipas), sistema muito parecido com o *pisé* francês. O palácio do governador, antigamente Colégio dos Jesuítas, é de belo estilo, mas agora, ameaça ruína; também o palácio do bispo e o mosteiro dos carmelitas são edificações imponentes; a catedral e algumas outras igrejas são grandes, embora ornamentadas sem bom gosto; no mais, a feição da arquitetura é insignificante e burguesa”(41).

A maioria das casas de residência da gente do povo é de taipa; outras de melhor aspecto, de tijolos ou adôbes, não faltando olarias para fabricá-los(42). O madeirame é fácil e abundante, de qualidade superior.

Em pontes, o país é paupérrimo, apesar de suas estradas por vêzes atravessarem rios, fazendo-se isso em lugares que davam vaus, ou em canoas e balsas. As mais importantes da época são a ponte Maurícia, em Recife, obra dos holandeses, ligando a ilha de Antônio Vaz a Mauritzstadt, bairro de Santo Antônio, construída entre 1639 e 1641, medindo 4 metros de largura e 210 de comprimento, cujo custo atingiu 260.000 cruzados, soma para a época enorme”(43); e duas em São João del Rei, Minas Gerais, construídas em cantaria, de três arcos, sôbre confluente do rio das Mortes, sendo a mais antiga denominada Ponte Nova, de 1783,

(40) José Antônio Gonsalves de Melo NETO *Tempo dos flamengos*, José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1947, pág. 89.

(41) SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, vol. I, pág. 204.

(42) Ver Armando de Artuda PEREIRA, *Revista Industrial*, março de 1949, que relaciona numerosas olarias do nosso tempo colonial.

(43) Afonso d'E. TAUNAY, *Assuntos de três séculos coloniais*, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1944, pág. 184.

dependendo-se nela 4:800\$000, e a outra, do Rosário, de 1800, que custou 10.000 cruzados⁽⁴⁴⁾. Quanto às demais pontes, eram de madeira, com “linhas maiores ou menores, sôbre as quais se colocava o estivame ou assoalho, quase sempre de paus roliços amarrados por embiras ou mal pregados. As vigas sustentavam esteios fincados, suportes que se reforçavam com escoras e vigotas e às vêzes por meio de cavaletes duplos”⁽⁴⁵⁾.

Outro ramo ainda em que se exerceu a nossa construção civil no tempo colonial foi na edificação de aquedutos e chafarizes. O maior e o mais célebre dêles é o da Carioca, na ex-Capital do Brasil. “Até o século XIX” — escreve Taunay, que tanto esquadrinhou a nossa história — “um único cometimento realmente digno pelas dimensões de chamar a atenção dos povos civilizados existia, talvez, no Brasil em matéria de engenharia: o aqueduto que liga os morros de S. Teresa e S. Antônio no Rio de Janeiro, os famosos e formosos Arcos”⁽⁴⁶⁾. E mais adiante acrescenta: “De 1719 a 1723 concluíram-se as obras que consistiam em uma galeria ao longo do morro de Santa Teresa e aqueduto entre esta montanha e o morro de Sto. Antônio, prolongando-se até um grande chafariz no Largo da Carioca. Dezesseis bôcas de bronze distribuíaam ao povo as águas e por elas, diz monsenhor Pizarro “publicava a cidade a perpétua obrigação em que ficava tão profícuo governador cujos cuidados foram sempre o zêlo e o benefício público”. Mas era a obra fraca e mesquinha e Gomes Freire de Andrada, faustoso e grandioso, resolveu, em 1738, dotar o Rio de Janeiro de aqueduto capaz de rivalizar com uma das maiores obras de engenharia reinol: o aqueduto das Águas Livres de Lisboa. Assim fêz construir as duas ordens de arcadas superpostas, a grandiosa obra dos Arcos, que tanto envaidece os cariocas durante mais de um século e nunca deixou de ser citada pelos visitantes de sua cidade com os maiores encômios, tendo ao mesmo tempo servido de assunto para não sabermos quantos quadros, desenhos e estampas. O nôvo Chafariz da Carioca era maior que o antigo, embora menos bonito. As suas quatro bicas vinham abastecer-se os aguadeiros com os

(44) Antônio de Paula FREITAS, *Engenharia no período colonial*, em Livro do Centenário, vol. III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1903.

(45) Afonso d'E. TAUNAY, *Assuntos de três séculos coloniais*, pág. 184.

(46) Afonso d'E. TAUNAY, *Assuntos de três séculos coloniais*, pág. 181.

seus barris e pipas transportados domiciliarmente, por meio de carroças”(47).

Ao lado dessa obra, de maior porte e relêvo, figuram outras, como o chafariz da Praça Quinze, que data de 1754, construído com mármore trabalhado em Portugal; o do bairro da Lapa, do tempo ainda de Gomes Freire de Andrada, o do Passeio Público, da época do vice-rei Luís de Vasconcelos, em 1785; o do Largo do Moura, construído pelo conde de Resende, em 1794, que abastecia o povo que morava nas vizinhanças da Misericórdia; o que vinha das chácaras de Matacavalos, para o Campo de Santana; e mais os situados no caminho de Matacavalos, na Estrada de Nossa Senhora da Glória e na de Mata-porcos (cidade nova)(48). O chafariz das Saracuras, construído no interior de um convento de freiras, no Rio de Janeiro, e que, segundo Vieira Fazenda, é objeto de ver-se, mostrando o gôsto da época, assinando a perícia dos nossos antigos canteiros, com bonitos ornatos, fundido em bronze na Casa do Trem e com um belo brasão trabalhado em mármore. Sua descrição feita pelo mesmo Vieira Fazenda é a seguinte: “Por quatro escadas de cinco degraus sobe-se para o embasamento, que é largo, e sôbre o qual se apóia uma grande bacia circular, de cujo centro levantam-se quatro pedestais onde pousam outras tantas saracuras de bronze, as quais lançam pelo bico na bacia límpida água, que desaparece para ser lançada de nôvo pelas bôcas de quatro cágados que a despejam em quatro tanques colocados nos espaços entre as escadas. Tudo isso é coroado por uma pirâmide de três metros em cujo ápice se vê uma cruz de ferro”(49).

Na Bahia existia a Bica, ou Chafariz dos Meninos, construído em 1752.

Não possuíamos cais; no entanto foram realizadas algumas obras portuárias para facilitar o embarque e desembarque de cargas e passageiros nos navios.

No Ceará, perto de Fortaleza, foi erguido um paredão, no tempo da ocupação holandesa, com o fim de tornar mais cômodo o desembarcadouro. Na cidade do Salvador, na Bahia, os por-

(47) Afonso d'E. TAUNAY, *Assuntos de três séculos coloniais*, pág. 186.

(48) Antônio de Paula FREITAS, *Engenharia no período colonial*.

(49) José Vieira FAZENDA, *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*, vol. I, pág. 50.

tuguêses construíram um trapiche para carregar e descarregar os veleiros. Em suas vizinhanças estabeleceram os jesuítas o famoso Guindaste dos Padres, que transportava as mercadorias para a Cidade Alta. No Rio de Janeiro, além do trapiche, foi construído na administração do vice-rei Luís de Vasconcelos, o Terreiro do Paço, na atual Praça Quinze, cuja obra consistia em grosso paredão, à semelhança dos erguidos pela marinha de Lisboa, que defendia a praia, tornando mais fácil o desembarque. Sobre o terrapleno que atingia a praça, fêz um ajardinamento em painéis, contornados de meios-fios de pedra⁽⁵⁰⁾.

(50) Ver Afonso d'E. TAUNAY, *Assuntos de três séculos coloniais*, e Antônio de Paula FREITAS, *A engenharia no período colonial*.

ATIVIDADE ARTESANAL

No Brasil, em cidade alguma, nunca houve Casa dos 24⁽¹⁾, como em Portugal. Os ofícios mecânicos, no entanto, eram ouvidos nos negócios importantes, por intermédio dos mesteres, unidos aos “homens bons” e ao povo. Entre nós, os vereadores eram eleitos pelo povo e a Câmara compunha-se dos juizes da terra ou pedâneos, 3 vereadores e 1 procurador.

O desembargador João de Sousa Cardenas, em 1624, provou que a Câmara do Rio de Janeiro solicitara licença ao rei a fim de o povo eleger dois mesteres. Na revolução da Câmara do Rio de Janeiro contra Salvador Benevides, em 1661, havia nela 4 representantes dos ofícios mecânicos. Em 1730, o governador José da Silva Pais, procurando, perante a Câmara do Rio de Janeiro, saber como se costumava ouvir o povo, foi-lhe respondido que por intermédio dos procuradores da nobreza, mercancia e mecânica, eleitos pelo Senado, ordenando então que se aumentasse o número destes procuradores, sendo eleitos 4 por parte da nobreza, entre “os principais e mais antigos e que mais vêzes tivessem servido na dita Câmara”, 2 por parte da mercancia, sendo um pela freguesia da Sé e outro pelo da Candelária, que fôsem “sujeitos de inteira capacidade e sã consciência e que na tesouraria do Senado tivessem dado boa conta e procedido com verdade”, e 2 pelo estado mecânico.

No Rio de Janeiro existia a Irmandade de S. Jorge e anexos a essa confraria estavam os officios de serralheiros, ferreiros, cutileiros, espingardeiros, latoeiros, pilhereiros, funileiros, caldeiros, espadeiros, douradores e seleiros⁽²⁾. Com relação a São

(1) Organização dos antigos grêmios da Idade Média.

(2) Ver a respeito Vieira FAZENDA, *ob. cit.*

Paulo, escreve Taunay: "As Bandeiras Ofícios, em meados do século xviii, não seriam ali tão numerosas quanto as portuguesas, pois numa cidade de indústria elementar tantas profissões não existiam no conjunto do artesanato. Pela inspeção das páginas da documentação vemos figurar as de alfaiate, sapateiro, ferreiro, carpinteiro, seleiro, entalhador, ourives, cabeleireiro, espadeiro, ferrador, cangalheiro, pedreiro, serralheiro, padeiro, oleiro, açougueiro, chapeleiro, tecelão. Tôdas estas corporações operárias se agrupavam em tórno de uma bandeira em que se estampava a imagem do santo padroeiro da classe. É sabido que S. Crispim e S. Crispiniano eram os patronos dos sapateiros, São José dos carpinteiros, São Miguel, dos padeiros, Sant'Ana, dos marceneiros, Nossa Senhora, dos alfaiates, São Jorge, dos ferreiros e espadeiros, São Luís, dos ferradores, São Tiago, dos chapeleiros, São Simão e São Judas, dos correeiros e seleiros, e assim por diante"⁽³⁾. Nas outras cidades mais populosas do país, a situação era mais ou menos idêntica. Assim, na Bahia, existia a Bandeira de São José, dos ofícios de carpinteiro e pedreiro e mais agregados, cuja confraria estava "ereta na Sé da Cathedral da Cidade", tendo sido o "Compromisso e Regimento Econômico" encontrado por Severino Sombra no Arquivo Histórico e Colonial de Lisboa, que o publicou em resumo⁽⁴⁾. Também em Pernambuco, no Recife, em 1774, existia a Irmandade e Confraria de São José, com seu compromisso, reunindo oficiais dos quatro ofícios anexos, que eram carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanceiros.

Os "compromissos" regulavam o funcionamento da Bandeira, traçando-lhe as normas de conduta e prescrevendo-lhe as obrigações e direitos, sendo redigidos numa linguagem empolada, cheia de arrebiques, com letras maiúsculas salientes espinhando os olhos. Eis, por exemplo, o prólogo do compromisso da confraria de São José, da Bahia, transcrito por Severino Sombra: "São os ofícios o ornato da República, como disse Cícero: 1) E nela tão precisos, como o reconheceu Cícero; 2) Razão por que em direito comum se impôs a obrigação de se aprenderem; 3) E lhes foram concedidas várias isenções e privilégios; 4) E entre todos, com mais especialidade, se deve reconhecer a Arte e Ofício de

(3) Afonso d'E. TAUNAY, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, São Paulo, 1949, vol. I, 2.ª parte, págs. 213 e 214.

(4) *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1935.

Pedreiro e Carpinteiro, porque resultando da construção dos officios a pomposa e honorífica magnificência das Côrtes, a cuja conservação e autoridade se atendem nas constituições destes officios a que pertence a arte daqueles edifícios que melhor se apure a dita arte; 5) E para que a República se sirva como melhor convém, determinam fazer os presentes Capítulos do Seu Compromisso e Regimento, na certeza de que só a boa união e govêrno dos ditos officios poderão êstes conservar-se com mais perfeição, empenho e zêlo do bem comum”.

Quanto à participação destas corporações nas festividades religiosas, escreve o mesmo Taunay: “Uma das principais obrigações dos officios era o comparecimento obrigatório, de tôdas as corporações, às quatro procissões de estilo anuais, de S. Sebastião, a 20 de janeiro, Corpus Christi, Santa Isabel, a 2 de julho, e anjo Custódio do Reino, a 14 de julho. Cada um destes officios tinha de formar, acompanhando a respectiva bandeira, estandarte de damasco franjado e ornamentado por galões e borlas, possivelmente dourados, onde se estampava a imagem do santo patrono da corporação. E cada officio tinha que abrilhantar os prês-titos com suas danças especiais”⁽⁵⁾. No Maranhão, a Câmara, em 1655, ordenou que os juizes e officiais dos diversos officios acompanhassem a procissão com seus castelos e insígnias, sob pena de um mil réis de multa aplicada a cada um que faltasse. A Câmara do Rio de Janeiro, em 1704, ordenou que para as procissões os mercadores dessem a figura de Davi e duas touri-nhas, os ferreiros, a de São Jorge, os sapateiros, o Dragão, os alfaiates, a Serpente, os pescadores e arrais de rêde, as lanças. E que não sejam coisas ridículas — advertia a postura municipal. Aos que faltassem ou se apresentassem com ridicularias, multa de seis mil réis.

Para custear as procissões, no Rio de Janeiro, todos os mes-tres que tivessem loja aberta deviam pagar uma jóia de 1\$920 ao entrarem para a Irmandade e 640 réis anualmente, sendo os de-sobedientes obrigados a fechar suas lojas, requerida pela Irman-dade ao juiz competente. “Além da administração da Confraria” — informa-nos ainda Vieira Fazenda — “cada officio tinha o di-reito de eleger o seu juiz e escrivão. Os irmãos nomeados para

(5) Afonso d'E. TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 214.

acompanharem a imagem de São Jorge eram propostos ao Senado da Câmara para os obrigar a ir, e em caso de faltarem serem condenados na quantia de seis mil réis paga executivamente na cadeia! Os juízes e escrivães de officio acompanhavam o prêstito vestidos de *capa e volta*, e podiam, acrescentamos, usar espadim, privilégio concedido pela pragmática de 1751⁽⁶⁾.

Igualmente entre nós havia normas e leis regulamentando o trabalho artesanal, determinando-lhe os deveres e direitos.

Assim, o tempo mínimo de um aprendizado de officio era de quatro anos e nenhum mestre podia ter em sua casa mais de quatro aprendizes, sendo que na Bahia, pelo menos para a confraria de São José, o máximo de aprendizado era de dois anos, não podendo êstes serem negros ou mulatos cativos, só se permitindo aprendizes brancos ou mulatos forros. Nenhum official era admitido como tal sem prévio exame pela mesa da Bandeira. Também nenhum official podia tomar obra pertencente a outro officio, nem aceitar obra que não fôsse do seu officio. Os juízes e officiais gozavam de fé pública, sendo chamados como avaliadores e peritos, tendo os seus laudos respeitados pelos tribunais.

As corporações incumbia zelar pela obediência dos difíceis sistemas de pesos e medidas de então, estabelecidos pelas municipalidades locais.

Os juízes prestavam juramento perante a Câmara da Cidade e tinham permissão para autuar os infratores e levar queixa ao Senado. O Juiz de Officio não podia servir no exame de parentes. Os negros não eram admitidos a prestar exame, mas sômente os pardos⁽⁷⁾. Era proibido ao estrangeiro exercer a profissão sem prévio exame pela mesa da corporação. Nenhum mestre podia trabalhar de parceria ou sob a direção de quem não fôsse do officio.

O candidato ao exercício de um officio requeria exame e, depois de realizado êste, tendo sido aprovado, era julgado "capaz

(6) Vieira FAZENDA, *ob. cit.*

(7) Esta lei deve ter durado pouco ou foi muito infringida, pois, como veremos mais adiante, numerosos foram entre nós os artifices negros e escravos, sendo mesmo êstes alugados por seus senhores, proporcionando boas rendas. A Câmara de Pernambuco, em 1756, ante reclamações de senhores de escravos artifices, resolveu permitir que officiais escravos, pardos, índios ou pretos fôssem examinados e recebessem suas respectivas cartas. (Gilberto FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1940, pág. 72).

para fazer tôda obra que a êste pertencia”, passando-se-lhe então licença geral para que na cidade e em seu têrmo pudesse usar do dito officio, com sua tenda aberta, como mestre e examinando, sem impedimento algum, requerendo-se a tôdas as justiças de Sua Majestade, perante quem se exhibisse a certidão, lhe fizesse dar inteiro cumprimento a bem das ordenações do dito Senhor. Na presença do Senado os candidatos prestavam juramento sôbre os Santos Evangelhos e perante o juiz Presidente, que assinava o juramento. Eis, para exemplo, uma destas Cartas de Officio, passada pelo Senado de São Paulo: “Nós, juiz Presidente, vereadores, procurador, cidadãos republicanos da governança desta cidade de São Paulo, que servimos o presente ano por eleição e bem das ordenações de Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde. Fazemos saber aos que a presente nossa carta de confirmação e licença geral virem que, havendo respeito a Antônio Teixeira da Silva, official dos officios de ferreiro, serralheiro-armeiro, e a constar-nos por certidão do juiz e escrivão do officio de ferreiro, serralheiro-armeiro haverem examinado a Antônio Teixeira da Silva e acharem-no capaz e perito para obrar qualquer obra que aos ditos officios pertencer como nos constou pela certidão que nos apresentou do dito juiz e escrivão passada em vinte e oito do dito mês e ano. Havemos por bem confirmar o dito exame e lhe concedemos licença para que nesta cidade e seu têrmo possa usar os ditos seus officios com sua tenda aberta como mostra ser examinado, e o mesmo requeremos a tôdas as justiças de Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde perante quem esta carta fôr apresentada para que lhe façam dar inteiro cumprimento jurando o dito Antônio Teixeira da Silva de que se fará têrmo nas costas desta para cumprir com sua obrigação, e se passará pela chancelaria pagando nela o que dever, e para constar do referido lhe mandamos passar a presente carta de exame e licença geral que se registrará nos livros dêste Senado aonde tocar. Dada e passada nesta cidade de São Paulo em Câmara sob nossos sinais e sêlo real que perante nós serve aos 31 de agôsto de 1765 e eu, João da Silva Machado, escrivão da Câmara escrevi — Lugar do sêlo — Bento de Toledo Piza — Inácio Pinto Moreira — Inácio Antônio de Almeida — José dos Santos Rosa — José Gonçalves Coelho — Têrmo do juramento — Aos trinta dias do mês de agôsto de mil setecentos e sessenta e cinco,

nesta cidade de São Paulo, em as casas do Senado da Câmara aonde se achavam os vereadores atuais com a presidência do juiz ordinário, Bento de Toledo Piza, e sendo aí apareceu presente Antônio Teixeira da Silva, oficial dos ofícios de ferreiro, serralheiro, armeiro, a quem o dito juiz presidente deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles sob o cargo do qual lhe encarregou que bem e verdadeiramente fizesse sua obrigação no que pertence aos seus ofícios, fazendo as obras que lhe pertenceram, com verdade fiz êste têrmo em que assino, com o dito juiz presidente, eu João da Silva Machado, escrivão da Câmara o escrevi — Piza — Antônio Teixeira da Silva Machado — Pagou na chancelaria trinta mil réis — Pagou trinta mil réis na chancelaria a fôlhas cento e noventa e nove verso. São Paulo, a primeiro de setembro de 1765 anos — Nebias — E não se continha mais em a dita carta de exame e licença geral que é esta que eu aqui bem e fielmente registrei da própria que entreguei à parte e de como a recebeu assinou comigo João da Silva Machado, escrivão da Câmara que o escrevi e assinei”(8).

Quando um artífice mudava de cidade, era obrigado a exhibir perante a respectiva Câmara a documentação necessária, a fim de obter a licença para exercer sua profissão na nova terra que escolhera como residência. Quando tal não se dava, havia denúncia na Câmara, para que esta tomasse as medidas, como aconteceu em 13 de maio de 1762, em São Paulo, quando o procurador João Dias de Cerqueira denunciou a seus pares graves irregularidades dêsse gênero, existindo pedreiros, taapeiros e carpinteiros sem licença, ordenando a Câmara que, dentro de três dias, todos êstes artesãos regularizassem a situação, sob pena de multa e um mês de cadeia(9).

O Senado da cidade presidia e dava provimento à eleição de juízes e escrivães de ofício, ao mesmo tempo, jurando todos sôbre os Santos Evangelhos servir bem e verdadeiramente às suas ocupações, cumprindo as respectivas obrigações, “examinando todos os oficiais do seu ofício sem dôlo nem malícia”, indo, por ocasião de tais eleições, os alcaides às casas dos artífices convocá-los, revelando-lhes os têrmos da convocação.

(8) Registro Geral da Câmara Municipal de S. Paulo, 1764-1795, vol. XI, págs. 161 e 162, São Paulo, 1920.

(9) Afonso d'E. TAUNAY, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, vol. I, 2.ª parte, pág. 216.

Por vêzes, em tôrno destas eleições, davam-se disputas acirradas, dividindo-se os eleitores em redor de dois candidatos, alvoroando tôda a categoria profissional. Tais desentendimentos chegavam, em certas ocasiões, a paralisar até o pleito, como aconteceu em São Paulo, em 1764, ameaçando então “a Câmara proceder contra certos arregimentados sob a bandeira de S. Crispim e S. Crispiniano, mandando notificá-los, sob pena de condenação grave, ao arbítrio do nobre Senado, a que cessassem as discórdias entre êles e procedessem quanto antes à eleição do Juiz do seu officio”⁽¹⁰⁾.

Pelo menos nos primeiros tempos, sabemos que o Senado intervinha na regulamentação da vida comercial das cidades, determinando os preços dos diversos artigos. Por exemplo, no século xvi, em São Paulo, os arregimentados sob a bandeira de S. Crispim e S. Crispiniano só podiam cobrar 430 réis por um par de botas novas de veado, quando engraxadas, e 100 quando não engraxadas, fôssem elas de porco ou de vacas velhas. Sapatos baixos, singelos, de uma sola só, de qualquer couro, que não de “cordovão”, valiam cem réis. Chinelas vendiam-se a cem réis o par. Pelo feitio de uma basquinha de pano do reino ninguém podia cobrar além de 150 réis, embora “pespontados com seus botões”; por um corpinho pagava-se 70 réis e por um saiote de manta, cem réis⁽¹¹⁾. Quando havia abuso e desrespeito, provocando a alta dos artigos, o procurador denunciava ao Conselho da Câmara, pedindo a intervenção municipal contra o messteiral culpado, abrindo-se então inquérito a fim de apurar as queixas. Mas, como diz o historiador dêstes fatos, “no Brasil quinhentista a dose de tolerância devia ter alentadas proporções”.

Os primeiros artífices vieram com os primeiros colonizadores. Os donatários, entre o pessoal que trazia, incluíam carpinteiros, ferreiros, etc. O maior número, porém, imigrado de uma só vez, constituiu certamente o conjunto que veio com Tomé de Sousa, em 1549, para fundar a cidade do Salvador. Acompanharam o primeiro governador do Brasil 4 caieiros, 5 calafates, 15 carpinteiros, 10 ferreiros, 16 pedreiros, 8 serradores, 4 serralheiros, 8 telheiros, 4 carvoeiros, 3 cavouqueiros e 4 pescadores, ou seja,

(10) Afonso d'E. TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 218.

(11) Afonso d'E. TAUNAY, *São Paulo nos primeiros anos*, págs. 130 e 131.

um total de 77 artífices, além de 47 trabalhadores braçais e outros cujas profissões não puderam ser identificadas⁽¹²⁾. Os salários destes trabalhadores variavam de \$800 a 1\$400 mensais. Foram estes oficiais mecânicos os ascendentes primitivos do artesanato no Brasil. Estes e outros que vieram depois, do Reino ou das ilhas, iam transmitindo os ofícios a seus criados e escravos, passando a viver da exploração do trabalho deles, fundando assim, entre nós, os núcleos do primeiro proletariado urbano.

Em Pernambuco, segundo as denúncias do Santo Ofício, em 1590, encontramos especialistas em consertar maquinaria de engenho, vários carpinteiros, numerosos pedreiros, além de sirgheiros, sapateiros, alfaiates, ourives e pintores⁽¹³⁾.

Em São Paulo, em 1593, informa-nos Taunay, residiam 2 carpinteiros, 1 ferreiro, 2 alfaiates, 2 tecelões, 1 sapateiro e 1 oleiro⁽¹⁴⁾. Dois séculos mais tarde, na mesma cidade, estavam autorizados a trabalhar 10 carpinteiros, 21 alfaiates, 16 sapateiros, 4 ferreiros, 4 ourives, 4 cabeleiros, 4 seleiros e 4 pedreiros⁽¹⁵⁾.

Na Bahia, em fins do século XVII, assinala o viajante Dampier, residiam “diversas pessoas bem ricas e oficiais de todos os ofícios, que, pelo trabalho e a indústria, passavam muito folgadoamente, sobretudo desde que tivessem meios de comprar escravos, um ou dois que fôsem”, mencionando, entre os principais artífices que encontrou, ferreiros, chapeleiros, sapateiros, serradores, curtidores, alfaiates, carpinteiros e tanoeiros⁽¹⁶⁾.

A Carta Régia de 30 de abril de 1766, que sob o pretexto de impedir o descaminho do ouro mandava fôsse extinto no Brasil o ofício de ourives, fechou 158 ourivesarias, inclusive 3 de cravadores, obrigando os oficiais e aprendizes a assentarem praça na tropa de linha⁽¹⁷⁾. “Esta proibição, porém — informa-nos monsenhor Pizarro — durou poucos anos, por dissimularem os seguintes vice-reis a sua observância em atenção à grande necessidade que havia da ourivesaria na capital do Estado, onde

(12) Edison CARNEIRO, *Cidade do Salvador*, edição mimeografada.

(13) J. F. de Almeida PRADO, *Pernambuco e as capitânicas do norte do Brasil*, vol. 4.º.

(14) *São Paulo nos Primeiros Anos*, pág. 135.

(15) Afonso d'E. TAUNAY, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, 2.ª parte.

(16) Afonso d'E. TAUNAY, *Na Bahia colonial*.

(17) Rafael GALANTI, *História do Brasil*, tomo III, pág. 388, 2.ª ed.

era preciso, cotidianamente, ao menos trabalhar em consertos de peças de ouro e prata, inutilizadas por qualquer desmancho”(18). Por isso, vinte anos mais tarde, em 1783, Juan Francisco Aguirre nos conta ter encontrado no Rio de Janeiro “lapidadores de diamantes, ourives de ouro e prata, entalhadores muito hábeis [que] viviam cheios de encomendas, com trabalhos apreciados até no Rio da Prata e de onde, cada vez mais, chegavam pedidos de serviços”(19).

Na Capital do país, segundo o “Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792”, existiam 6 lojas de relojoeiros, 90 de alfaiates, 111 de sapateiros, 21 de latoeiros, 7 de entalhadores, 23 de ferreiros, 7 de serralheiros, 7 de caldeiros, 6 de segeiros, 19 de serreiros, 52 de barbeiros, 18 de tanceiros, 35 de marceneiros, 6 de ferradores, 4 de penteeiros, 36 de lapidadores, 7 de torneiros, 3 de bate-fôlhas, 6 de violeiros e 8 de pintores(20). Já quase ao findar o século XVIII, em 1799, encontramos na mesma cidade 10 lojas de relojoeiros, 85 de alfaiates, 131 de sapateiros, 20 de funileiros e latoeiros, 12 de entalhadores, 64 de marceneiros, 11 de ferreiros, 25 de serralheiros, 7 de caldeiros, 5 de segeiros, 20 de cabeleiros, 34 de seleiros, 17 de seregueiros, 10 de cereiros, 22 de tanceiros, 9 de ferradores, 4 de penteeiros, 19 de lapidadores, 3 de formeiros e salteiros, 3 de bate-fôlhas, 4 de violeiros, 15 de tintureiros, 32 de pintores, 20 de cravadores, 4 de torneiros e 37 de barbeiros(21), ou seja, um total de 631 lojas de artífices de várias categorias, com 202 lojas a mais no decurso de 7 anos apenas. Ao chegar D. João VI ao Brasil, em 1808, numerosas eram já as oficinas artesanais que existiam no Rio de Janeiro. Falando delas, John Luccock, um dos primeiros comerciantes ingleses a se estabelecerem entre nós, após a abertura dos nossos portos ao comércio internacional, escreveu o seguinte: “O número exato das várias espécies de profissões mecânicas não se pode averiguar sem dificuldade, e talvez o esforço necessário para tanto não fôsse compensado por resultado satisfatório. Dissemos que entre carpinteiros, pedreiros

(18) *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, vol. 5.º, pág. 161.

(19) Afonso d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-reis*, pág. 72.

(20) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LIX, 1937.

(21) Antonio Duarte NUNES, “Almanaque Histórico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para o Ano de 1799”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 21.

e gente empregada em construções havia cêrca de setecentos; os barbeiros também eram mui numerosos; os cutileiros poucos, e menos ainda os ferreiros. Esta última casta de artesãos era principalmente empregada em tarefas relacionadas com a náutica; como os cavalos nunca usavam ferraduras, exceto nalguma extraordinária parada, os ferreiros que as fizessem seriam pouco procurados. Tôda casa que se prezava era provida de escravos aos quais se havia ensinado algumas ou mais artes comuns a que pertenciam, como eram também alugados pelos senhores a pessoas não tão bem providas quanto êles. Não conseguiam ganhar muito; em 1808, considerava-se um operário bem pago, com meia pataca, menos de um xelim por dia. Mas o afluxo de estrangeiros e a multiplicação das necessidades, dentro em pouco, elevaram o valor do trabalho, em grau extravagante. Deu isso motivo a que surgisse nova classe social, composta de pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los nalguma arte útil ou officio, vendendo-os em seguida por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalhos”⁽²²⁾. Luccock nos conta ainda que os artesãos do Rio de Janeiro eram cheios de orgulho e formalidades, não trabalhando em público e não saindo à rua sem estar vestidos de grande gala, de tricórnio, fivelas nos sapatos e baixo dos joelhos, levando consigo um prêto para carregar-lhes as ferramentas, mesmo que estas fôssem poucas.

Em Cabo Frio, em 1797, existiam 10 lojas de alfaiates, 8 de sapateiros, 6 de carpinteiros e 6 de ferreiros⁽²³⁾.

Em Vila Rica, em 1715 há referências de 4 ferreiros; em 1760, de 6 calçadores de rua, 1 pintor, 12 pedreiros e 3 carpinteiros; em 1802, de 7 carpinteiros, 9 pedreiros e 1 oleiro⁽²⁴⁾.

No Maranhão, no tempo de D. João VI, Spix e Martius encontraram em tôda a província 157 alfaiates, 5 caldeireiros, 504 carpinteiros, 138 entalhadores, 118 carpinteiros navais, 5 serralheiros, 60 ferreiros (em São Luís), 3 tanceiros (em São Luís), 57 marceneiros, 60 ourives, 1.012 pedreiros e britadores, 15 pintores e caiadores, 5 correeiros e 10 curtidores.

(22) John LUCCOCK, *Notas sôbre o Rio de Janeiro*, pág. 72, tradução de Milton da Silva Rodrigues, Livraria Martins Editôra, São Paulo.

(23) *Memória histórica da cidade de Cabo Frio*.

(24) Salomão de VASCONCELOS, “Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII”, *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 4, Rio de Janeiro, 1940.

Em São Paulo e outras cidades do interior, havia grande número de artífices, na mesma época, sendo que em Goiás Saint-Hilaire achou tôda a mobília do palácio do governador feita lá mesmo por artífices da terra. Nas estradas movimentadas, como as do Rio de Janeiro e Minas Gerais, nos pequenos lugares do pouso, encontrava-se infalivelmente um ferreiro para atender às necessidades das tropas e viajantes em trânsito, existindo mesmo alguns ambulantes, percorrendo as vilas e povoados, oferecendo seus serviços.

As fazendas e engenhos bastavam-se a si mesmos, tendo seus artífices para os misteres que precisavam e escravos adestrados em todos os ofícios mais comuns e para atender às necessidades ordinárias.

Os negros, sôbre cujos ombros foram atirados em maiores proporções os serviços, durante largo tempo de nossa história, — não sômente os serviços mais pesados, como também os mais penosos, embora algumas disposições em contrário, — tiveram ampla e brilhante participação nas atividades de todos os ofícios mecânicos exercidos entre nós, quer como escravos, quer como libertos, ora como oficiais ou simples ajudantes, e até mesmo como mestres. Ensinavam-lhes um ou mais ofícios e exploravam-nos rudemente, vivendo à custa de seus trabalhos.

“Os primeiros operários aparecidos nas capitânicas” — escreve um estudioso do nosso passado — “especializados em misteres que requeriam alguma aprendizagem e tirocínio, chegavam feitos do Reino ou das ilhas, muitas vêzes sem intenção de se demorem, tendo deixado na terra natal a espôsa e os filhos. Mais tarde, outros se formavam sob as vistas dos reinóis, transmitindo o ofício daí por diante aos prêtos e mestiços. Com o tempo, chegaram os elementos de côr a construir a quase totalidade dos obreiros da autarquia colonial, por refugarem os brancos profissões manuais, procurando tornar-se proprietários de terras”⁽²⁵⁾. Nina Rodrigues, talvez o maior conhecedor das questões negras que tivemos, tratando dêste assunto, escreve: “Dotados de grande poder de imitação, em chegando ao Brasil, os negros escravos se converteram em excelentes oficiais, ou mestres

(25) J. F. de Almeida PRADO, *Pernambuco e as capitânicas do norte do Brasil*, vol. 4.º, pág. 67.

de ofício, de cujos trabalhos retiravam grandes proventos seus senhores”(26). E os fatos confirmam estas asserções do ilustre professor baiano.

Outro baiano, pesquisador dos problemas negros em nossos dias, escreve: “Mal chegados, os negros logo assimilavam o que se lhes ensinava. Transformando-se em ferreiros, carapinas, marceneiros, caldeireiros, oleiros, alambiqueiros, e até mesmo em mestres de açúcar, sabendo o cozimento do mel, o “ponto” do caldo, a purga do açúcar”(27). O mesmo autor diz ainda: “Distribuído por várias atividades, carregador, doceiro, cozinheiro, alfaiate, sapateiro, ia ganhar para o dono a remuneração paga pelos seus serviços. Havia também os que se obrigavam a uma contribuição diária ou semanal fixa para o senhor. O que excedesse seria deles. Eram as sobras com que iriam comprar, mais tarde, alforria”(28). Bem poucos seriam, no entanto, os que gostavam de se desfazer de tais máquinas humanas de conseguir dinheiro... Frequentemente a alforria prometida, apesar do dinheiro, era obtida à custa de empenho de amigos do senhor, ou através de demandas judiciárias.

Outros viajantes, do fim da nossa era colonial, os já tantas vêzes referidos aqui, Spix e Martius, assinalam, falando do Rio de Janeiro que conheceram: “Entre os naturais, são os mulatos que manifestam maior capacidade e diligência para as artes mecânicas; até se nota entre eles extraordinário talento para a pintura. (...) Por outro lado, os operários trabalham com seus próprios escravos prêtos, que sob severa disciplina dos seus senhores aprendem, além da habilidade e aptidão nas artes, também a virtude civil da ordem”(29). Os dois artistas mais famosos e maiores que tivemos na época colonial, o Aleijadinho e Mestre Valentim, eram negros, para só citar expoentes.

No Maranhão, os mesmos viajantes alemães, entre um total de 2.155 artífices encontrados em tôda a província, dizem que 1.193 eram escravos e 962 livres. Das 14 profissões por eles enumeradas, em 4 os escravos constituíam maioria, participando em

(26) NINA RODRIGUES, *Os africanos no Brasil*, pág. 255, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1935.

(27) LUÍS VIANA FILHO, *O Negro da Bahia*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1946, pág. 119.

(28) LUÍS VIANA FILHO, *ob. cit.*, pág. 112.

(29) SPÍX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, vol. I, pág. 123.

tôdas as demais, com exceção da de serralheiro, onde não existia artífice escravo, os prêtos talvez sendo livres ou trabalhando como ajudantes.

Já no período imperial, eram freqüentes anúncios como êstes: "Vende-se, não por vindita, um vistoso molecote de Nação, oficial sapateiro, o qual paga pontualmente a sua semana, e tem excelentes qualidades"; ou então assim: "J. J. Melo Cachoeira precisa alugar um escravo cozinheiro e outro para empregar em serviços domésticos"; ou ainda dêste teor: "Aluga-se um prêto bom cozinheiro, e também entende de padeiro, bom para todo serviço de uma casa..."⁽³⁰⁾.

Referindo-se a Pernambuco do tempo de D. João VI, o inglês Henry Koster, que viveu lá durante alguns anos, afirma taxativamente: "A maioria dos melhores artesãos é também de sangue mestiço"⁽³¹⁾, mencionando igualmente negros oficiais mecânicos alugados por seus senhores e dando a êstes suas contribuições diárias ou semanais.

Os artífices, nas cidades maiores, concentravam-se em bairros, e mesmo em ruas, emprestando-lhes característica especial, própria, com fisionomia particular, como também dando origem à denominação das vias públicas⁽³²⁾. Assim, no Rio de Janeiro, tínhamos até bem poucos anos atrás a conhecida Rua dos Ourives, e em tempos mais afastados tivemos outras, como a Rua dos Lateiros, dos Tanceiros, dos Ferreiros, Beco dos Barbeiros, etc.

(30) Citado por Luís VIANA FILHO.

(31) Henry KOSTER, *Vlagem ao Nordeste do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, pág. 482.

(32) O armamento de mesteiros ou ofícios mecânicos no mesmo bairro, na mesma rua, impunha-se como uma necessidade de ordem religiosa. Dependendo da mesma igreja, era natural que quisessem residir nas suas proximidades, para mais facilmente poderem assistir às festas religiosas e outras cerimônias, para melhor levarem a efeito os serviços de assistência aos pobres, aos impossibilitados de trabalhar; mas correspondiam também a um desejo de tornar possível a fiscalização. Várias posturas da Câmara Municipal de Lisboa proibiam aos oficiais mecânicos a residência noutras ruas que não fôsem as destinadas aos seus ofícios respectivos. No fim do século XIV o arramento dos ofícios mecânicos era estabelecido por um *bom regimento e maior formosura da cidade*, e para que os juizes dos ofícios e os almotacés das execuções pudessem mais facilmente fiscalizar os artefatos expostos à venda e verificar se eram feitos como deviam, a bem da *respeitação dos artigos e dos interesses do povo*. (Francisco Antônio CORREIA, *ob. cit.*, págs. 134 e 135.)

BALANÇO DE UMA ERA

Esboçando nas páginas anteriores o desenvolvimento a que havíamos atingido durante os três séculos de vida colonial no campo artesanal, manufatureiro e industrial, de acôrdo com os dados que nos foi possível reunir, procuramos apresentar um quadro objetivo e completo, tanto quanto nos permitiram as forças e os recursos de que dispúnhamos, da economia nacional, focalizada sob êsse ângulo, relatando o progresso material alcançado nesse setor de nossas atividades produtoras.

Desejamos agora, à guisa de conclusão, indicar a influência dêsse processo dentro do conjunto panorâmico da nossa existência, mencionando os fatores que o limitaram e as reações contra essas restrições, a fim de proporcionar uma visão mais clara da situação, ao encerrar-se êsse período histórico. Será uma espécie de balanço daquela era de nosso passado.

O fim do regime colonial, entre nós, coincide, mais ou menos, com o fim do século XVIII, que marca por sua vez o levante geral das novas forças produtoras criadas no seio da sociedade medieval, personificadas na burguesia urbana, contra os entraves opostos ao seu florescimento pela ordem social vigente — o sistema feudal — encarnado êsse levante no grande acontecimento sócio-econômico que foi a Revolução Francesa. Mais ainda: por um desígnio que nada tem de misterioso, foi mesmo aquela gigantesca ação revolucionária que, em seu natural processo de expansão, através de atos nem sempre previamente determinados por seus dirigentes e muitas vêzes escapando ao seu próprio controle, veio a contribuir decisivamente para a nossa libertação do jugo colonial.

São assim os grandes acontecimentos revolucionários da História. Ocorrências sucedidas muitas vêzes a milhares de quilômetros de distância vão repercutir num lugar afastado que, quando da sua eclosão, ninguém poderia prever, ou só os gênios poderiam supor, determinando transformações de enorme impor-

tância na vida política, econômica e social de um povo. Foi o que aconteceu conosco, quando Napoleão, recebendo em suas mãos ambiciosas a herança da Revolução Francesa, devendo cumprir sua missão histórica, que consistia em “criar no interior da França as condições graças às quais se podia daí por diante desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade parcelária da terra e utilizar as forças produtivas industriais libertas da nação, enquanto que no exterior abalava por toda parte as instituições feudais, na medida em que isso era necessário para criar à sociedade burguesa na França a *entourage* de que tinha necessidade no continente europeu”(1), obrigou a fuga para o Brasil da Côrte portuguesa, assinalando com isso o término da nossa subordinação colonial e abrindo nova era para nós. Por isso, com toda a justeza escreveu J. M. de Macedo que, “sem saber, Junot, em nome de Napoleão, fazia a primeira campanha para a independência do Brasil”.

Com efeito, fugindo às tropas francesas que invadiram Portugal, o príncipe regente D. João aporta ao Brasil em janeiro de 1808 e assina os dois famosos decretos: a abertura de nossos portos ao comércio mundial e a revogação do alvará de 1785, que fechara as fábricas existentes no Brasil, atos que, no dizer de Euclides da Cunha, “equivalem aos efeitos de duas revoluções liberais”(2).

De fato, estes dois atos do soberano português têm a mais alta significação histórico-social para nós, porque, com duas penas, varria para sempre os dois maiores óbices ao nosso crescimento econômico, fazendo-nos com isso aparecer ante o mundo, juridicamente, em igualdade de condições no concêrto das nações. É claro que estes dois decretos emancipadores de D. João não se devem a meras circunstâncias fortuitas ou a simples rasgos de generosidade do príncipe regente, mas foram frutos do tempo, necessidades ditadas pela situação do momento, exigências decorrentes da própria transformação do Brasil em sede da monarquia lusitana. Pois não se poderia conceber a Capital de um reino civilizado com seus portos fechados ao intercâmbio de outros países, nem ser nela proibido o exercício das atividades

(1) Karl MARX, *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*, Editions Sociales Internationales, Paris, 1948, pág. 174.

(2) Euclides da CUNHA, *A margem da História*, Livraria Lello & Irmãos, Editores, Porto, 1941, pág. 222.

manufatureiras, que estavam fazendo as riquezas das nações. Isso tudo, sem falar no interesse da Inglaterra, protetora de Portugal e que proporcionara e garantira a mudança da Côrte para o Nôvo Mundo, salvando-a assim do domínio napoleônico, em abrir novos mercados aos seus artigos em superprodução pelo bloqueio do continente europeu.

Que posição havíamos atingido em nosso desenvolvimento econômico então ?

O máximo a que poderia alcançar um país dentro das limitações coloniais, sem possibilidades de progredir sem ao mesmo tempo quebrar os laços do sistema restritivo que o oprimia. “Tínhamos naquele momento chegado a um ponto morto. O regime colonial realizara o que tinha para realizar. Sente-se que a obra da metrópole estava acabada e nada mais nos poderia trazer. Não apenas por efeito da decadência do Reino, por muito que ela fôsse; isto não representa senão um fator complementar e acessório que, quando muito, reforçou uma tendência já fatal e necessária apesar dela. Não é somente o regime de subordinação em que nos achávamos que está em jôgo; mas sim o conjunto das instituições, o sistema colonial na totalidade de seus caracteres econômicos e sociais, que se apresenta prenhe de transformações profundas. A obra colonizadora dos portugueses, na base em que assentava e que em conjunto forma aquêle sistema, esgotara suas possibilidades. Perecer ou modificar-se tal era dilema que se apresentava ao Brasil. Nem lhe bastava separar-se da mãe-pátria, o que seria, quando muito, passo preliminar, embora necessário. O processo de transformação devia ser mais profundo. E de fato o foi”⁽³⁾.

Como se prova êsse máximo que havíamos atingido ?

Pela produção, na quantidade e em sua variedade. Na falta de dados mais concretos, além do que já dissemos nos capítulos anteriores, vejamos os artigos de comércio exterior. Nas vésperas da chegada da Côrte portuguesa ao Brasil, de acôrdo com dados fornecidos por Varnhagen, estas eram as nossas exportações: açúcar, 44 mil caixas, cabendo 9 mil ao Rio de Janeiro, 20 mil à Bahia, 14 mil a Pernambuco e 1 mil a Santos; 70 mil sacas de algodão, sendo 40 mil de Pernambuco, 16 mil do Maranhão, 10 mil da Bahia e 4 mil do Pará e Rio de Janeiro; mais de 90 mil

(3) Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1943, págs. 5 e 6.

arrôbas de café, sendo em sua maior parte procedente do Pará, pois do Rio de Janeiro apenas se encontravam 3 mil e 200 arrôbas; 800 mil arrôbas de cacau; 24 mil couros de boi; 6 mil sacas de arroz; 5 mil e 600 arrôbas de anil, além de tabaco, pau de tinturaria e madeira de construção, salsaparrilha, copaíba, goma e outros de menor importância. Segundo o mesmo autor, o valor total das exportações, inclusive ouro, em 1799, era de 26 milhões de pesos⁽⁴⁾.

Pela procedência dos artigos exportados pode-se já avaliar as principais Capitânicas na vida econômica da Colônia e as produções que as caracterizavam. Quanto à variedade, conforme vimos, compunham-se de importantes gêneros alimentícios e matérias-primas da época, como açúcar, algodão, café, cacau, etc., de grande necessidade nos centros industriais e populosos da Europa.

Outro aspecto que demonstra a importância do país é aquele relacionado com suas importações. Assim, no fornecimento de Portugal ao Brasil, no fim do século XVIII, os artigos de fabricação do Reino ultrapassavam 3.000 contos, representando mais da metade de tecidos de algodão, lã e sêda. Em quatro anos apenas, isto é, entre 1796 e 1800, o valor das exportações das fábricas portuguesas alcançou 48.281.000 cruzados, ou seja, 1.000.000 de libras anuais. O quadro do comércio do Brasil com Portugal, no fim do período colonial entre 1796 e 1807, nos oferece os seguintes dados:

<i>A n o s</i>	<i>Exportação em mil-réis</i>	<i>Importação em mil-réis</i>
1796	11.474:800\$000	6.982:000\$000
1797	4.258:800\$000	8.525:600\$000
1798	10.816:400\$000	10.668:000\$000
1799	12.584:400\$000	15.800:800\$000
1800	12.528:000\$000	9.432:000\$000
1801	14.776:400\$000	10.680:000\$000
1802	10.353:200\$000	10.151:600\$000
1803	11.332:000\$000	9.928:400\$000
1804	11.199:600\$000	11.383:200\$000
1805	13.948:400\$000	9.505:200\$000
1806	14.153:600\$000	8.426:000\$000
1807	13.927:600\$000	6.952:800\$000

FONTE: Roberto SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, vol. II, pág. 332.

(4) F. A. VARNHAGEN, *História geral do Brasil*, vol. V, págs. 65 e 66.

Verificam-se, por êsses algarismos, que nos 12 anos mencionados de nossas transações com a Metrópole, 9 foram favoráveis ao Brasil, isto é, que exportamos mais do que importamos.

Todos êstes dados revelam um país em pleno desenvolvimento, com apreciável produção e uma participação no comércio internacional não desprezível. Éramos já uma nação que começava a se emparelhar com outras de certo porte, o que levou Lemos Brito a dizer que “o Brasil foi econômicamente livre antes de o ser politicamente”(5).

De fato, essa situação de nossa importância econômica foi dando consciência nacional ao povo, despertando-lhe isso aspiração de independência. E êste desejo tomou expressão manifesta na malograda Inconfidência Mineira. Apesar, porém, da repressão brutal com que foi afogada esta tentativa revolucionária, não cessaram os descontentamentos e as queixas contra a Metrópole. O viajante inglês sir John Barrow, que estêve no Rio de Janeiro em 1792, seis meses após a execução de Tiradentes, notou no seio da população fluminense de então “vivo sentimento antilusitano”. Entre os diversos brasileiros que lhe falaram na possível independência, citou o viajante inglês um importante comerciante, homem muito rico, dono de grande propriedade agrícola na Tijuca. De acôrdo com o mencionado viajante, “também se queixava” — o rico negociante do Rio — “veementemente da opressão da Metrópole. Dizia que o monopólio e os impostos haviam arruinado a indústria. Tornara-se o descontentamento geral, com os impostos e as restrições acabrunhadoras em todo o Brasil, que não se surpreenderia se os habitantes desta colônia sacudissem o jugo de Portugal e firmassem a independência, como o haviam feito os seus irmãos do norte do Continente.” E logo a seguir acrescentava: “A maioria dos colonos portugueses, não tendo mais esperanças nem desejos de regressar à Europa, e aliás presos no Brasil pelos laços do casamento e do sangue, haviam perdido de vista a antiga pátria e veriam a separação do Brasil sem maior pesar. Homens de valor, do Rio de Janeiro, falaram-me muito livremente acêrca dêste assunto e tenho razão para crer que as disposições dos brasileiros, daquela época para cá, não se tornaram mais benévolas para com o Go-

(5) Lemos Brito, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, pág. 305.

vêmo portuguezs. Um homem de gênio e coragem, amparado por grande reputação, os impelirá facilmente a proclamar a independência do seu país"⁽⁶⁾.

Aquêle, porém, que melhor soube sintetizar em palavras as reivindicações das forças produtoras nacionais da época foi, sem dúvida, o desembargador João Rodrigues de Brito, homem letrado, que conhecia Adam Smith e J. B. Say. Em inquérito mandado abrir pelo conde da Ponte, em 1807, às vésperas, por conseguinte, da chegada da Côrte portuguezsa ao Brasil, respondeu êle que, "para os lavradores lograrem a plena liberdade que pede o bem da lavoura, era preciso que êles tivessem, 1) a de cultivar quaisquer gêneros, que bem lhes parecessem; 2) a de construir quaisquer obras e fábricas que julgassem convenientes para o aproveitamento de seus frutos; 3) a de os mandar vender em qualquer lugar, por qualquer caminho, e pelo ministério de quaisquer pessoas, de que se quisessem servir, sem ônus ou formalidade alguma; 4) o de preferir quaisquer compradores que melhor lhes pagassem; e 5) finalmente a de venderem em qualquer tempo que lhes conviesse". E mais adiante argumentava, exprimindo certamente o pensamento coletivo dos dirigentes da produção: "Tolher aos lavradores a liberdade de vender os seus gêneros no lugar em que têm mais valor é o mesmo que roubar-lhes uma porção dêsse valor; isto é, privá-los das riquezas que êles mesmos fizeram nascer com o suor do seu rosto, e emprêgo dos seus fundos. E esta privação tem infalíveis e fatais conseqüências contra a lavoura; porque o lavrador não faz nascer aquêles frutos senão pela esperança do próprio interêsse; é lei universal da natureza, que se não pode violar impunemente. Diminuir-lhe o interêsse por meio de regulamentos violentos é diminuir-lhe a vontade, e os meios de cultivar, e por conseqüência diminuir a cultura". A seguir, desenvolve João Rodrigues de Brito, em numerosas páginas, as principais reivindicações dos proprietários nacionais, entre as quais se destacavam a liberdade de exportação, a abolição de intermediários e monopolistas, melhora dos meios de transporte, uniformidade de medidas, melhor policiamento, eleições mais limpas nos governos municipais, diminuição da taxa de juros, melhora nos processos

(6) Afonso d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-reis*, págs. 119 e 120.

da justiça, estabelecimento de uma Bôlsa de Mercadorias e combate à ociosidade⁽⁷⁾.

Constituem estas reivindicações todo um programa das mais sentidas aspirações pela solução dos mais importantes problemas da época, de acôrdo com os interêsses nacionais. Eram lavradores, comerciantes, industriais e capitalistas que se manifestavam pelas palavras do desembargador, que prezava "mais verdades nuas que lisonjas enfeitadas", segundo sua própria expressão.

Por isso, ao desembarcar o príncipe regente no Brasil e promulgar as leis que nos tornaram praticamente independentes, não fez mais do que sancionar uma situação de fato, indo ao encontro de uma realidade sentida por todos e que se manifestava pelas mais diversas formas: por meio de palavras, de argumentos, de queixas, de petições e até mesmo através do atrevido e perigoso apêlo à insurreição. Cedo ou tarde, portanto, com ou contra o beneplácito do soberano da Metrópole, essa aspiração vingaria, impondo-se pelas fôrças incoercíveis da fatalidade a que conduz o imperativo inadiável do progresso.

Qual o papel da indústria dentro dêsse panorama econômico, prenhe de transformações, ávido de expansão, forcejando por libertadoras reivindicações para seu crescimento?

Um papel nada insignificante, se levarmos em conta a época e o conjunto das suas realizações. Entre estas, com efeito, pode-se mencionar o açúcar, artigo industrializado, constituindo a maior produção da Colônia e aquêle de maior volume e valor em nossas exportações. A seguir temos a construção naval fornecendo-nos as embarcações para navegação no litoral e nas bacias fluviais mais importantes, chegando mesmo aos barcos transatlânticos. Existia ainda a fabricação de tecidos grosseiros de algodão para fornecimento de sacaria e vestuário aos escravos e outras camadas pobres da população, além do aproveitamento das fibras, preparação de anil, produção de azeite de baleia e demais atividades, como confecção de móveis, construção civil, fundição de ouro, preparação de gêneros alimentícios, etc...

(7) Resposta de João Rodrigues de Brito, in *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*, Livraria Progresso Editôra, Bahia.

Se, não obstante, êstes ramos de produção não haviam adquirido o desenvolvimento desejado e necessário ao abastecimento completo do mercado interno, e se sua técnica se mantinha em nível retardatário, uma série de fatores contribuía para isso e justamente as reivindicações dos dirigentes da produção constituíam, segundo os itens apresentados pelo desembargador João Rodrigues de Brito, liberdade para construir “as fábricas que julgassem convenientes para o aproveitamento de seus frutos” e “os mandar vender, em qualquer lugar, por qualquer caminho, e pelo ministério de quaisquer pessoas, de que se quisessem servir, sem ônus ou formalidade alguma”, o que, em fórmula resumida, queria dizer liberdade de produção e de comércio (*laissez faire, laissez aller*), isto é, os princípios básicos do liberalismo econômico então em voga e que se tornaram as duas forças mais importantes do progresso daquele tempo.

Quais os fatores que impediram nosso avanço no campo industrial durante o período da dominação portuguesa?

São vários e de natureza diversa. Decorriam êles, acima de tudo, da situação jurídico-social em que nos encontrávamos como nação subjugada, convertida em exclusiva fonte de renda da Metrópole, com economia complementar à sua. E essa situação se manifestava para nós pelas formas seguintes:

a) leis e medidas coercitivas do nosso desenvolvimento industrial, como o célebre alvará de 1785, que fechou as fábricas e oficinas existentes no Brasil e proibiu seu funcionamento; a carta régia de 1766, que extinguiu o ofício de ourives; a proibição da fabricação de hidromel, pela concorrência que fazia aos vinhos do reino; o impedimento de certas culturas, como a uva, a fim de não prejudicar a indústria portuguesa de vinhos, e muitas outras mais de que já falamos anteriormente;

b) os pesados encargos tributários repousando sobre a produção nacional. A êsse respeito escreve Varnhagen: “Cumpre advertir que todos os artigos de produção do país estavam tão sobrecarregados de direitos e êstes subdivididos de modo tal, que nem o fisco sabia bem quanto arrecadava, nem os produtores quanto tão complexamente pagavam”⁽⁸⁾. Assim, vários artigos

(8) Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História geral do Brasil*, vol. v, pág. 66.

como açúcar, tabaco, algodão, café, aguardente, gado e outros mais, além da dízima em caso de exportação, estavam onerados com o dízimo, ainda quando consumidos no país; o açúcar e o tabaco estavam, além disso, sujeitos ao donativo (para a paz com a Holanda e para o casamento da rainha da Inglaterra), e, juntamente com outros, ao do terremoto de Lisboa. Estes eram tributos estatuídos para determinados fins, mas que continuaram a vigorar mesmo depois de cessada a causa determinante, como o do terremoto de Lisboa, cobrado entre nós até após a Independência. O açúcar ainda pagava para saída, de imposto e pensão, 480 réis por caixa ou 240 por feixo. Cada pipa de aguardente pagava de subsídio 2\$600, ademais do subsídio literário de mais de 30 réis por canada. O direito sobre o vinho de mel, que rendia mais de 200 contos, ainda pagava a dízima e os direitos de garapa; o gado também, além do dízimo, era taxado com o quinto dos couros, embora os animais estivessem vivos, e meio real em libra de carne, mais 5 réis em cada couro e outro sobre as carnes importadas, de onde resultava um encargo de mais de 200 contos. As rendas de importação eram cobradas na Metrópole, mas havia também os direitos de internação, cobrados em geral por meio de arrematações, incluindo os dos escravos por terras minerais, passagens de rios, etc., que rendiam mais de 230 contos. Cobra ainda o fisco mais de 100 contos nos direitos chamados territoriais, nos de chancelarias, donativos dos ofícios, meio sôldo das patentes militares, têrça parte dos ofícios, etc.⁽⁹⁾;

c) limitação do mercado interno. Com efeito, a população total, no fim do regime colonial, atingia escassamente três milhões de habitantes, dos quais um têrço era composto de escravos, segundo Varnhagen. Sômente Minas Gerais e Bahia contavam com mais de meio milhão de habitantes cada uma, sendo, respectivamente, de 611.000 e 530.000, cabendo a Pernambuco 480.000 e ao Rio de Janeiro 380.000, formando estes os centros de maior densidade demográfica do país. Sobrava, assim sendo, apenas 1 milhão para as demais capitânias⁽¹⁰⁾. Dêste total, os consumidores ativos eram bem poucos. Excluindo-se o milhão de escravos, restavam sômente dois milhões. Devemos excluir ainda

(9) Ver VARNHAGEN, *ob. cit.*

(10) Lemos BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, pág. 316.

as tribos indígenas, estimadas em 500.000, ficando, portanto, milhão e meio, ou seja, exatamente metade da população global. Dêstes, os fazendeiros e suas famílias obtinham em suas propriedades agrícolas e com suas escravarias tôdas as mercadorias da terra e ós serviços indispensáveis à sua manutenção, pois, como diz Normano, "as fazendas fabricavam as suas próprias armas, roupas para os escravos, preparavam os seus próprios carpinteiros, veículos e mantinham tôda sorte de ofícios e artífices"⁽¹¹⁾; restringindo suas aquisições de fora quase unicamente aos artigos de luxo de importação, como tecidos finos, azeites, bacalhau e outros mais. No pólo oposto, mas alcançando a mesma finalidade sob êste ponto de vista, estava a população mais pobre das cidades, como os artesãos, militares de baixa categoria. Tudo isto reduzia sobremaneira o mercado interno, além de ser em geral bastante mediocre a vida que levavam os habitantes comuns, mesmo das principais cidades de então, como Bahia e Rio de Janeiro, de acôrdo com os viajantes que nos visitaram naqueles tempos;

d) limitações ao progresso técnico. O desenvolvimento da técnica, que constitui um dos elementos impulsionadores da expansão industrial, era entre nós freado, além da situação decorrente do jugo colonial e do atraso cultural (tôdas as escolas superiores estavam localizadas na Metrópole), pela abundância de mão-de-obra escrava, relativamente fácil de adquirir, pois até os artesãos as possuíam, entregando-lhes todos os serviços, após curto aprendizado e traquejo, resultando daí a manutenção da rotina, não havendo assim quem se interessasse por aperfeiçoamento do trabalho, por melhoras no sistema de produção, decorrendo tudo dentro dos velhos métodos rígidos adquiridos no aprendizado, que se iam perpetuando indefinidamente. Quem tem mão-de-obra barata e segura não carece apurar os processos técnicos de trabalho para aumentar a produção, levando isso à estagnação e ao atraso do sistema econômico vigente;

e) dispersão demográfica. Dentro de vasta extensão territorial, os centros populosos espalhavam-se a grandes distâncias uns dos outros. Assim, no litoral, tínhamos o Pará, depois o Maranhão, a seguir Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Ja-

(11) J. F. NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939, pág. 93.

neiro, Santos, Paranaguá, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para o interior, os núcleos povoados eram as regiões mineiras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. As zonas costeiras de maior densidade demográfica, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, os lugares de produção mais importantes e os centros de negócios mais ativos, eram as zonas para onde convergiam os frutos do trabalho da hinterlândia, transformando-se em empórios comerciais. Bahia e Pernambuco atraíam tôda a produção do Nordeste, distribuindo-lhes os artigos de importação do exterior. Ao Rio de Janeiro vinha tudo aquilo que se fazia em seu interior e em Minas Gerais, destinado à exportação e venda, sendo ao mesmo tempo o lugar de aquisição das mercadorias de além-mar. Por isso, no Rio de Janeiro existiam, no fim do período colonial, 126 casas de negócios e na Bahia 76, segundo Lemos Brito⁽¹²⁾;

f) deficiência dos meios de transporte. A fim de atender às necessidades dessa disseminação populacional, os meios de transportes e comunicação de que dispúnhamos então eram poucos, precários e rudimentares. Na orla marítima, o problema resolvia-se com relativa facilidade, por meio de embarcações mais ou menos numerosas, de diversos tipos e tamanhos, percorrendo-a seguidamente e sendo visitada, a períodos determinados, pelas frotas transatlânticas. No Nordeste, essa questão tinha solução mais ou menos satisfatória, pois grande parte dos engenhos se localizavam no Recôncavo, utilizando o transporte marítimo para sua remessa e compra de produtos; em Pernambuco, os engenhos foram instalados nas margens dos rios, servindo-se por isso de barcaças e batelões para o intercâmbio de mercadorias. O problema, porém, apresentava-se embaraçoso para os produtores situados fora das margens dos rios, os moradores dos sertões, principalmente os criadores, que se viam obrigados a fazer um trajeto penoso através de regiões despovoadas e por vêzes sêcas, com seus animais tangidos. Para as zonas centrais, como Minas Gerais e Goiás, dada a distância e a topografia montanhosa, não havia outro recurso senão o transporte por meio de tropas de burros, vencendo centenas de léguas de espaço deserto, devendo as mercadorias a carregar ser adaptadas à comodidade e capacidade dos animais. Isto, como é fácil de compreender, além da

(12) Lemos Brito, *ob. cit.*, pág. 317.

demora e impropriedade, encarecia enormemente os preços das mercadorias de intercâmbio. Para Mato Grosso, a cidade importante que interessava era a longínqua Cuiabá e seus arredores, para onde se locomoviam os interessados através de pequenos rios, em monções, que eram grupos de batelões empurrados à força humana, quando contra a correnteza, sendo essas viagens dificultadas, ou até mesmo impossibilitadas, nas épocas de seca, quando os rios se tornavam inavegáveis. Acrescia a estas peripécias a guerra com os índios selvagens, que não davam tréguas aos viajantes, atacando-os de emboscada⁽¹³⁾. Por tudo isso não se usavam quase veículos de roda entre nós, no tempo colonial, pois as estradas existentes eram muito ruins;

g) escassez de capitais. A política colonial portuguesa no domínio econômico consistia em drenar para a Metrópole todo o fruto do trabalho da Colônia, assim agindo ora através do monopólio de diversas explorações por ela mantida, ora pelos impostos elevadíssimos cobrados, ora ainda em consequência de um intercâmbio comercial escorchante para nós. Disso tudo resultava não se acumularem grandes fortunas, não havendo massas consideráveis de capitais. Amaro Cavalcânti estimava em 9 a 10 mil contos, ou seja, de 9 a 10 milhões de cruzeiros em moeda atual, todo o numerário existente no país, ao findar a era colonial, sendo 2/3 em ouro e 1/3 em prata. Tal era o montante dos recursos de que dispúnhamos como meio circulante para tôdas as transações de negócios. Para o viajante Aguirre, isso não dava para permitir economias consideráveis aos particulares, nem para a acumulação de capitais, não havendo, no Rio de Janeiro de 1782, "um único que dispusesse de capital avizinhandose a cem contos de réis. Assinalavam-se como coisa extraordinária as casas cujos donos tinham cinqüenta contos de fortuna"⁽¹⁴⁾. Agravava esta situação, sendo ao mesmo tempo seu reflexo, uma lei que obrigava ao regresso para a Côrte de todo aquêlle que conquistasse certa riqueza⁽¹⁵⁾.

Foram êstes fatôres que impediram, ou pelo menos não favoreceram o desenvolvimento industrial do Brasil, durante a do-

(13) Sérgio Buarque de HOLANDA, *Monções*, edição da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1945.

(14) Afonso d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro dos Vice-réis*, págs. 45 e 60.

(15) Lemos BRITO, *ob. cit.*, pág. 159.

minação portuguesa. São êles fatôres de ordem externa e interna, que decorriam, de modo geral, da situação jurídico-econômica em que nos encontrávamos, como país subjugado, inteiramente subordinado aos interesses da Metrôpole.

Em tais condições, não poderiam prosperar as poucas iniciativas aqui existentes. Ao contrário, fortes obstáculos se lhes antepunham, erguendo-se como barreiras intransponíveis. Daí o anseio de emancipação palpitante, que assinalamos anteriormente, formulando medidas concretas para atingir essa finalidade e promovendo movimentos políticos para sua consecução. Era a expansão econômica forcejando por um ambiente administrativo para sua plena eclosão. Isso nos veio em parte com a transferência da Côrte portuguesa para o Brasil. Tanto é verdade que, quando a revolução constitucionalista de Portugal nos quis recolonizar, voltando aos velhos tempos dos monopólios, o país insurgiu-se, proclamando a Independência, com a separação definitiva da Metrôpole. Mas outros fatôres aí intervieram, não mais de ordem jurídica, proveniente da mãe-pátria, como nação dominadora, com direitos absolutos sôbre a Colônia, porém de caráter econômico, surgido de outros países, decorrentes da superioridade técnica de produção e comércio, entorpecendo nosso crescimento industrial, como teremos ocasião de verificar posteriormente. Dêsse modo, ao nos libertarmos da dominação colonial, caímos sob a pressão do imperialismo estrangeiro, fazendo isso com que a nossa indústria nascente não encontrasse o almejado campo propício para o seu desenvolvimento. Ao invés das nossas aspirações, predominaram as injunções da política internacional, às quais nos tivemos de submeter. É uma luta que dura de séculos, portanto, a luta pela nossa industrialização, e da qual até agora não saímos ainda completamente vencedores, muito embora tenhamos feito já notáveis progressos nesse terreno e condições melhores se nos apresentem no momento para alcançar êsse sonhado desiderato. Hoje possuímos outras vantagens para isso, inclusive uma experiência própria e alheia valiosíssima e maior compreensão e união das forças nacionais com os seus sentidos concentrados nesse grande alvo: a emancipação econômica da nação,

SEGUNDA PARTE

PERÍODO IMPERIAL

Época de D. João VI

FIM DO SISTEMA COLONIAL

É sabido que fortes temporais açoitaram a esquadra real durante a sua travessia marítima, dispersando-a no meio do oceano, o que fez com que sua chegada às terras brasileiras se desse em datas diversas e atingisse portos diferentes. No dia 22 de janeiro de 1808 fundeava, por isso, na baía de Todos os Santos, a nau *Príncipe Real*, tendo a bordo o príncipe regente.

Durante cêrca de um mês a família real e todo o seu séquito permaneceram na Bahia, recebendo as mais cativantes demonstrações de respeito e afeto, tanto das autoridades quanto de tôdas as classes sociais.

Em retribuição a tantas expansões de júbilo e simpatia recebidos, D. João agradeceu os membros da Câmara, os altos magistrados, o pessoal administrativo, o clero e os mais distintos moradores da Capitania; criou o hospital de cirurgia e obstetrícia, concedeu favores para o estabelecimento de uma fábrica de vidros, nomeou José da Silva Lisboa (Cairu) para uma cadeira de economia política especialmente criada, autorizou a organização de uma companhia de seguros. Em vista da situação crítica que a Europa atravessava, tomou várias medidas de caráter militar, como a de construir 25 barcas-canhoneiras, fundar uma fábrica de pólvora e uma fundição para o fabrico de peças, realizar obras de fortificação do pôrto, completar os regimentos de infantaria e organizar dois esquadrões de cavalaria; mandou abrir estradas, especialmente para o Rio de Janeiro, e autorizou a cultura de trigo e a montagem de fábricas de moagens.

Com essas e outras medidas adotadas, o príncipe regente marcava de modo significativo e grato para a população, a sua passagem por aquela parte do território brasileiro, o primeiro que tocara. No dia 26 de fevereiro a esquadra real se fazia vela novamente, em direção ao Rio de Janeiro, onde chegou no dia 7 de março seguinte.

A mudança da côrte para o Rio de Janeiro teve um enorme significado, porque o Brasil com isso passava automaticamente a ser a cabeça do reino, implicando tal fato benefício de grande transcendência, mas que, por outro lado, acarretava também responsabilidade de considerável consequência e larga projeção no futuro. Eis como a caracteriza um historiador contemporâneo: “A transferência da côrte portuguesa representou para o Brasil, naquele momento, um acontecimento da maior importância para o aceleração da sua evolução histórica. Não só assinalava o término da sua condição de sujeição ao gabinete de Lisboa, mas, também, tendo provocado a libertação das fôrças que, até então se encontravam subjugadas e comprimidas — deu início ao longo processo de fermentação autonomista que iria ter por desfecho a Independência”. Em seguida acrescenta: “Há a considerar, em primeiro lugar, o aspecto político decorrente dessa presença. A inversão verificada no ritmo em que se processava o funcionamento do império — a colônia que sempre recebera ordens, passando a dá-las — alterou e elevou substancialmente o *status* do Brasil, que, de simples território exportador de matérias-primas, tornou-se o centro da administração, base irradiadora de tôdas as decisões reais. Como consequência dessa inversão, a colônia passou a se beneficiar, desde logo, de tôdas as vantagens e prerrogativas inerentes à proximidade do poder real, salientando-se, entre outras, os numerosos e constantes melhoramentos que uma administração altamente centralizada, como era a portuguesa, usualmente confere às populações que se encontram sob a sua direta dependência”⁽¹⁾.

Em decorrência desse nôvo estado de coisas, as sedes das representações diplomáticas estrangeiras passaram para o Brasil. Para aqui se transferiram as principais repartições públicas do reino, sendo instaurada a administração real e a justiça, embora

(1) Caio de FREITAS, *George Canning e o Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1958, vol. I, págs. 136 e 137.

muitas funcionando em forma rudimentar, saindo o Brasil da órbita das atribuições do Conselho Ultramarino, para passar à atenção direta do soberano. A política exterior do gabinete que antes, por fôrça das circunstâncias, era essencialmente européia em seu caráter, tornou-se americana e fundamentalmente brasileira, visando particulamente ao desenvolvimento do Brasil e à exploração dos seus recursos naturais.

Uma série de medidas foram tomadas para êsse fim, como a abertura de estradas, a construção de portos e estímulo à agricultura. A êsse respeito cabe mencionar, entre as principais, pelo seu caráter inovador, a importação de 80.000 bacelos para a cultura da vinha, melhoramento e introdução da cultura de outros vegetais, estranhos ou indígenas, de interêsse para a farmacopéia, para a tinturaria ou as artes, o estabelecimento de prêmios para a aclimação de plantas de especiarias finas da Índia. Dêsse modo se introduziram em nossa flora a moscadeira, a canforeira, o abacate, o cravo, a caneleira, etc. Também aos portugueses que emigrassem para o Brasil, a fim de se fixarem na agricultura, autorizou-se a distribuição de terras, instrumentos para a lavoura, bem como aos que professassem artes liberais e mecânicas, concedendo-se ainda privilégios aos inventores e introdutores de novas máquinas.

Mas, dentre tôdas as providências tomadas pela nova administração no Brasil, duas se destacam pela sua importância: são as referentes à abertura dos portos do país ao comércio internacional e o alvará revogando outro que mandava fechar as fábricas aqui existentes, já mencionados.

Outras medidas ainda que estimularam nosso desenvolvimento material foram a criação do primeiro Banco do Brasil, o incentivo à siderurgia, a reorganização do Arsenal de Marinha, de que trataremos mais adiante.

Nessas condições, a vinda da côrte portugêsa para o Brasil e sua instalação no Rio de Janeiro significou, senão juridicamente, mas do ponto de vista administrativo e econômico, o fim do sistema colonial para nós. Realizavam-se assim as aspirações dos lavradores e comerciantes daquela época e muito bem condensadas na *Resposta* dada pelo desembargador João Rodrigues de Brito ao inquérito mandado abrir pelo conde da Ponte, na

Bahia, pouco antes da vinda de D. João. O verdadeiro impasse que se criara pela maturidade econômica e comercial a que havíamos atingido então, encontrava sua solução natural, libertando-se as forças de produção para a expansão desejada e indispensável. O arcabouço colonial era assim quebrado na hora exata em que as nossas necessidades de desenvolvimento as requeriam de maneira imperiosa e aberta.

Esse fato, aliás, transcende para uma escala mais ampla, como mostra a independência da América espanhola na mesma ocasião. A obra das duas velhas nações coloniais, Portugal e Espanha, atingia ao seu fim, herdando-lhe o acervo a Inglaterra, que estabeleceria um novo sistema colonial de padrão diferente, dentro da nova estrutura econômica do mundo — o capitalismo — disputando esse acervo à França napoleônica e da qual a própria transferência da corte portuguesa para o Brasil constituía um dos episódios mais significativos. É mesmo um escritor inglês quem salienta o novo caráter dessa transformação com estas palavras: “Seus verdadeiros interesses e reais desejos eram, de fato, comerciais e estratégicos e não imperialistas. Não era o território o que a Grã-Bretanha procurava, mas comércio, e seus objetivos consistiam então em impedir que a América espanhola caísse — como a Espanha estava prestes a cair — sob o domínio da França, em assegurar para si, no Novo Mundo, as riquezas de que tinha necessidade para sustentar a luta na Europa e em obter, quando pudesse, a abertura dos mercados sul-americanos”(2). O acerto dessa caracterização da política exterior britânica nós mesmos a sentimos com toda a força das suas conseqüências no famoso Tratado de Comércio de 1810, realizado com a Inglaterra.

Entretanto, o fim de nosso sistema colonial, representado pela mudança da corte portuguesa para cá, preparou-nos econômica e intelectualmente para a Independência, que ocorreria com o desfecho dessa transmigração, determinada pela Revolução do Pôrto de 1820 e o regresso de D. João VI. É o que nos mostra um historiador de nossa economia, nos seguintes termos: “A transferência da corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro ocasionaram uma súbita mu-

(2) R. A. HUMPHREYS, *Liberation of South America*, pág. 12, apud Caio de FREITAS, *ob. cit.*, pág. 161.

dança na vida e na história do Brasil no comêço do século XIX; ela deu lugar às relações diretas, materiais e intelectuais, entre o Brasil e o mundo exterior. A nova fase não tinha sòmente uma significação econômica; gerou imediatamente o término do recebimento das idéias que Portugal enviava para o Brasil. A côrte portugueza transplantou para o Brasil, ou antes, para o Rio de Janeiro, a Versalhes tropical da América do Sul, não sòmente “o cabeleireiro da côrte, Monsieur Catalino” e a “costureira da moda, Madame Josephine”, mas igualmente as idéias em voga. Dessa forma Portugal tornou-se o intermediário da emancipação do Brasil de Portugal e na integração do Brasil no movimento intelectual universal”⁽³⁾.

Para comprovar isso, no entanto, vamos examinar de modo sucinto os principais aspectos econômicos e financeiros da administração de D. João VI no Brasil.

(3) J. F. NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939, págs. 113 e 114.

INÍCIO DE NOSSO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio de tôdas as nações se divide em dois grandes setores, o interior e o exterior, cujas funções os próprios nomes indicam. Este ramo de atividade acha-se condicionado pela produção, indicando os artigos em que é auto-suficiente, aquêles que pode exportar e os que precisa de importar. Por sua vez, o grau de desenvolvimento técnico condiciona a capacidade de aproveitamento das riquezas das nações, determinando-lhes a diversidade e a quantidade de produção. Assim, um país que tem solo rico, mas não possui técnica para explorá-lo, ou que tem matérias-primas, mas não as utiliza, fica na dependência delas, importando-as, de modo a essas riquezas potenciais não influírem em sua produção, e portanto, em seu comércio. Também os períodos históricos influem na produção das nações, e conseqüentemente em seu comércio. Um artigo de grande procura em determinada época estimula sua produção, avultando em seu comércio. Sendo, porém, substituído por outro que ofereça maiores vantagens, decai, desaparecendo às vêzes, provocando isso a ruína de tôda a nação, ou pelo menos de uma região.

É preciso não perder de vista êstes princípios no estudo das relações comerciais de qualquer país.

O Brasil colonial, por exemplo, sofria de muito sérias restrições em sua produção, e por conseguinte, em seu comércio, devido a vários fatores de ordem externa e interna. Como nação subjugada, era a Metrópole que determinava sua política econômica, isto é, os rumos e ritmos de sua produção. São conhecidas as etapas de nossa evolução histórica, caracterizadas pelos vários ciclos monoprodutores: do pau-brasil, do açúcar, da mineração do ouro, etc.

Com a mudança da côrte portugêsa para o Brasil e a abertura dos portos ao comércio mundial, a situação do comércio sofreu transformação radical, não sòmente no que diz respeito às relações internacionais, como igualmente nas relações internas. São estas transformações, em seus aspectos benéficos e desvantajosos, que vamos analisar a seguir, começando pelo mercado interno.

No Rio de Janeiro, segundo Luccock, quase tôdas as lojas de varejistas estavam situadas numa única rua, a Rua da Quitanda, no centro da cidade, sendo pequenas, mas bem fornidas com artigos de algodão e lã de fabricação inglêsa. As lojas de ferragens e armarinhos eram miseráveis, mantidas por pessoas sem recursos, nem experiência de negócios. De acôrdo com o mesmo Luccock, existiam na cidade 40 negociantes regulares, 2.000 retalhistas de variadas espécies, 100 taberneiros vulgarmente chamados vendeiros, e 4.000 caixeiros, aprendizes e criados de lojas. Em poucos anos essa situação mudou. Cresceu o número de lojas, melhoraram os estoques, as casas de negócios se tornaram mais limpas e apropriadas, o trato comercial aperfeiçoou-se, dando outra fisionomia a êste ramo de atividade⁽¹⁾.

O comércio da Bahia, segundo Spix e Martius, era muito animado, concorrendo para isso a entrada e saída de navios, que, de 2.000 por ano, triplicou rapidamente, chegando ainda a seu pôrto muitos botes, carregados de açúcar, milho, farinha de mandioca, aves, peixes, etc., transportando produtos do interior, muitos dêles vindo de 20 a 30 léguas de distância. As transações realizavam-se na Praça do Comércio, ao ar livre, junto ao pôrto⁽²⁾.

Em São Paulo, Saint-Hilaire não encontrou, como no Rio de Janeiro, negros transportando mercadorias na cabeça para vender. Os legumes eram vendidos por negras acoradas na rua, que, por isso, tomou o nome de Rua da Quitanda. Os comestíveis, como farinha, toucinho, arroz, milho, carne-sêca, eram vendidos por mercadores estabelecidos em sua maior parte numa única rua, em pequenas casas, isoladas, denominada rua das Casinhas, estando as mercadorias amontoadas em promiscuidade, dentro das casinhas escuras e enfumaçadas, sem limpeza nem

(1) John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Livraria Martins, São Paulo, 1942, págs. 26 e 29.

(2) J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, vol. II, pág. 290.

ordem⁽³⁾. São João del Rei importava do Rio de Janeiro produtos ingleses, sobretudo, pagando-os com artigos da região: bois, cavalos e mulas; toucinho, queijos e aves; algodão, açúcar e café; tecidos, chapéus e couros, além de ouro e pedras preciosas. Quatro tropas regulares, cada uma composta de cerca de cinquenta burros, perfazendo geralmente oito jornadas por ano, mantinham o comércio entre os dois centros.

O dinheiro era escasso, correndo mais nos grandes centros de negócios das cidades litorâneas, realizando-se no interior boa parte das transações comerciais pela troca dos produtos, como nas economias naturais. Os métodos usuais de comércio, já em prática em outros países, como créditos, juros, etc., eram aqui desconhecidos ou não usados. Os preços variavam muito, concorrendo para isso o custo do transporte primitivo, através de longas distâncias, fazendo com que por vêzes duplicassem ou mesmo triplicassem. Como a vida fôsse frugal em tôda parte, no que diz respeito ao interior, as compras se limitavam ao estritamente necessário para alimentação, vestuário e produção, não variando por isso as mercadorias de importação.

Vejamos agora, também em rápidas pinceladas, a parte referente ao comércio exterior.

Com a vinda da côrte portugueza e a abertura dos portos, o comércio exterior do Brasil tomou grande impulso, realizando-se êle pelos principais portos de nossa costa marítima, como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Santos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para assinalar a animação que tomou, basta mencionar os navios entrados no pôrto do Rio de Janeiro:

<i>Anos</i>	<i>Portuguezes</i>	<i>Estrangeiros</i>
1805	810	—
1806	642	—
1807	779	—
1808	765	90
1810	1.214	422
1819	1.313	340
1820	1.311	354

(3) Augusto de SAINT-HILAIRE, *Viagem à província de São Paulo*, 2.^a edição, Livraria Martins, São Paulo, págs. 180 e 181.

Nos demais portos, embora não se observasse crescimento tão extraordinário, era também grande o aumento, como na Bahia, por exemplo, que triplicou o número de embarcações entradas em seu pôrto.

De Portugal e Ilhas nos chegavam vinho, azeite, farinha de trigo, biscoitos, sal, manteiga, vinagre, bacalhau; da Inglaterra, isto é, de Londres e de Liverpool, todos os objetos de fabricação inglesa, tais como tecidos de lã, chitas, linhos, porcelanas e louças de barro, ferro, chumbo, cobre, zinco em estado bruto e trabalhado; da França, artigos de luxo, jóias, móveis, velas de cêra, medicamentos, licores finos, pinturas e gravuras em cobre; da Holanda, cerveja, objetos de vidro, lãs, genebra e papel; da Áustria, relógios, pianos, espingardas, estojos de lã; da Alemanha vinham sobretudo objetos de ferro e latão e brinquedos de Nuremberg; da América do Norte, cereais, velas de espermacete, biscoitos, azeite de baleia, alcatrão, couros, tábuas, breu, potassa e móveis grosseiros; da África importávamos sobretudo escravos, vindo também de Moçambique ouro em pó, ébano, marfim, pimenta; de Angola e Benguela, cêra, óleos de côco, de dendê e de amendoim, marfim, enxôfre e goma-arábica; de Macau, musselinas e tecidos impressos, sêdas, porcelanas, chá, tinta da china, canela, pimenta e cânfora⁽⁴⁾.

Os principais artigos exportados pelo Rio de Janeiro, consistiam em açúcar, café, algodão, couros de boi e fumo; a Bahia exportava ainda cachaça, melado, azeite de baleia, couros secos e curtidos, arroz, pau-campeche, ipecacuanha, cacau; a exportação de Pernambuco era quase tôda de algodão e açúcar, sendo o primeiro destinado à Inglaterra e o segundo a Portugal; o Ceará exportava algodão para a Inglaterra, em comércio direto; o Maranhão exportava algodão, arroz, couros secos e curtidos, solas e polvilhos; o Pará exportava açúcar, cachaça, melado, café, cacau, baunilha; os principais artigos de São Paulo eram açúcar, couros curtidos, arroz, anil e outros de menor importância; o Rio Grande do Sul exportava para o exterior carne-sêca, sebo, graxa, couros de boi e de égua e chifres.

(4) Sôbre o comércio exterior do Brasil na época, ver Oliveira LIMA, *Dom João VI no Brasil*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1945, vol. II, págs. 387-90.

Em valor, a nossa exportação e importação com Portugal, de 1808 a 1819, foram as seguintes, segundo Balbi:

<i>Anos</i>	<i>Exportação</i>	<i>Importação</i>
1808	546:800\$000	1.510:800\$000
1809	4.819:200\$000	3.437:600\$000
1810	3.683:200\$000	2.932:400\$000
1811	3.663:200\$000	2.792:400\$000
1812	3.987:600\$000	2.463:600\$000
1813	4.797:400\$000	3.587:200\$000
1814	7.005:600\$000	6.691:200\$000
1815	9.059:200\$000	8.233:600\$000
1816	9.663:600\$000	10.304:000\$000
1817	8.308:800\$000	8.567:600\$000
1818	9.646:000\$000	7.939:600\$000
1819	7.516:800\$000	6.546:400\$000

Por estes dados se vê que nos doze anos acima referidos, apenas em três houve *deficits* em nossa balança comercial com Portugal, enquanto que nos demais houve *superavits*.

Quem mormente se aproveitou da abertura dos portos do Brasil, a fim de constituir um mercado de consumo para seus produtos, foi a Inglaterra, porque era senhora absoluta dos mares; teve a primazia de se instalar no país, e gozou de um privilégio alfandegário excepcional, que lhe deu enormes vantagens.

Disso resultou uma afluência enorme de negociantes ingleses ao Brasil, calculando-se que só no Rio de Janeiro, ao retirar-se D. João VI, existiam, segundo Henderson, umas sessenta casas de negócios inglesas, ligadas às casas comerciais da Inglaterra, e tornando-se cada ano mais numerosas, sem contar os estabelecimentos das demais cidades como Salvador, Recife, Fortaleza, São Luís, etc. A tal ponto chegou a penetração de negociantes ingleses em nosso comércio, que o corpo de comércio da Bahia dirigiu uma representação ao Príncipe Regente, sobre o assunto, advertindo-o dos malefícios que causavam aos comerciantes nacionais (brasileiros e portugueses) e dos perigos que representavam.

Instalavam-se os negociantes ingleses nos melhores lugares e nos melhores edifícios, vendendo fazendas, ferragens, vidros, louças, manteiga inglesa, cutelarias, artigos de ferro, aço, cobre, bronze, vidro, chá, cerveja, relógios, munições, pregos, etc. Decorreu daí a influência inglesa em nosso país, como o uso do chá, das roupas sóbrias de casimiras pesadas, o sistema inglês de montar, a moradia em chácaras arborizadas nos arredores da cidade, e muitos outros costumes, que Gilberto Freyre estudou com detalhe em seu livro *Inglêses no Brasil*. “À sombra de tais privilégios” — escreve esse autor — “é que a economia brasileira fôra imperialmente dominada pela britânica; de tal modo que em 1812 o Brasil consumia vinte e cinco por cento mais de artigos ingleses do que a Ásia inteira e mais de quatro quintos do total absorvido pela América do Sul”⁽⁵⁾. Foi este fato, naturalmente, que levou o comentador de nossos problemas econômicos e políticos, João Carvalho Gomes, a repetir as palavras de Sierra y Mariscal: “Qualquer Nação deve temer mais um escritório inglês em seu País que tôdas as peças de artilharia inglesa”.

O Comércio do Brasil foi sempre muito importante para Portugal, não só pelos produtos que lhe remetia, como pelos artigos que adquiria, e pelo tráfico que mantinha, proporcionando atividade à esquadra portuguesa, já em decadência. Segundo estatísticas de fonte portuguesa, mais de 80% das exportações para as colônias destinavam-se ao Brasil, e cerca de 50% dos produtos de exportação para o estrangeiro provinham da colônia brasileira. Nessas condições, era inestimável o valor do nosso país para o reino lusitano.

Quanto aos tributos e sua arrecadação, eram problemas bem pouco claros, conforme dissemos antes.

Comentando esta situação, escreveu o inglês Luccock: “O valor das colônias para Portugal proveio, não como devera, do consumo dos seus artigos manufaturados, do emprêgo da sua mão-de-obra e da navegação, mas sim dos pesadíssimos impostos lançados pela mãe-pátria sobre os artigos de exportação e sobre o ouro, prata, pedras preciosas, açúcar, peles, anil e outros produtos que eram levados para a Metrópole, habilitando assim a

(5) Gilberto FREYRE, *Inglêses no Brasil*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1948, pág. 177.

nação a que mantivesse comércio com alguns países europeus, a África, a Índia e China. Se considerarmos os impostos pagos por todo o comércio brasileiro, verificaremos que êles ascendiam a cento e cinquenta libras por cento de impostos diretos, isto é, para cada cem libras que Portugal mandava para fora em matérias-primas e trabalho, recebia de volta duzentas e cinquenta, fora os direitos todos de transporte e juros de capital, sem estimar os aluguéis ou valores das terras do Brasil, salários, nem tampouco os monopólios reais de diamantes do Brasil e rapé; sem computar igualmente os emolumentos das instituições oficiais nas colônias americanas. Nada melhor que isso poderá demonstrar a sabedoria do Govêrno em mudar-se de Portugal para o Brasil, num momento em que os sucessos políticos ameaçavam a imediata e definitiva separação de ambas as nações"⁽⁶⁾.

Esta situação iria modificar-se, como de fato modificou-se, com a famosa carta régia de 28 de janeiro de 1808, assinada ainda na Bahia. Este célebre documento, cuja inspiração e mesmo autoria é geralmente atribuída ao baiano José da Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cairu, constituía, sem dúvida, uma aspiração brasileira, sentida por todos, muito especialmente pelos negociantes que deviam suportar o monopólio da Metrópole em nosso comércio exterior. O fato inegável, contudo, é que a grande beneficiada com o ato foi a Grã-Bretanha, não somente pela sua posição econômica favorável, em fornecer-nos todos os artigos manufaturados de que carecíamos e de que suas indústrias estavam em superprodução, como também pelo verdadeiro controle dos mares que exercia, com sua esquadra poderosa bloqueando o continente europeu, em mãos de Napoleão. E dêste benefício gozou sem concorrentes até julho de 1814, quando a paz, na Conferência de Viena presidida por Metternich, deu como realmente abertos os portos do Brasil a todo o comércio internacional. Antes disso, as palavras *nações amigas* que podiam negociar conosco eram o eufemismo que escondia um privilégio que de fato se concedia à Inglaterra, única nação então em condições de manter e proteger uma possante marinha mercante.

Pela carta régia de abertura dos nossos portos ao comércio internacional, prescrevia-se que os direitos a serem pagos na al-

(6) John Luccock, *ob. cit.*, págs. 381, 382.

fândega eram de 24%, sendo vinte de direitos grossos e quatro de donativos já estabelecidos, elevando-se ao dôbro do que até aí pagavam os que recaíam sôbre o vinho, aguardente e azeite doce, gêneros denominados “molhados”, segundo os termos da própria carta régia. Pelos tratados assinados em 1810, no entanto, êsses direitos alfandegários eram reduzidos a 15% para mercadorias de procedência inglêsa, enquanto que os portugueses eram onerados em 16% *ad valorem*.

Êstes tratados sofreram e têm sofrido as mais acerbas críticas de todos os publicistas que os têm estudado. O duque de Palmela qualificou-os “na forma e na substância os mais lesivos e os mais desiguais que jamais se contraíram entre duas nações independentes”. Hipólito da Costa, em seu célebre *Correio brasileiro*, publicado em Londres, analisou-os, mostrando-lhes os defeitos, em judiciosas considerações. Sierra y Mariscal atribuiu-lhe a causa da revolução da nossa Independência, tendo causado ruína às cidades, trazendo a morte ao Brasil e a Portugal. Para João Coelho Gomes, foram êles “o pacto do Diabo”. Tão grande foi a grita contra êstes Tratados, que o próprio Soberano se viu na necessidade de justificá-los perante seus vassallos, por meio de um manifesto. Ao fazer isso, porém, não pôde mais do que demonstrar a situação de inferioridade em que ficava ante o aliado poderoso.

Mais modernamente, Oliveira Lima analisou êstes tratados, mostrando as condições em que foram assinados, condições desvantajosas para Portugal, não podendo, por isso, fugir a êles. Posteriormente Calógeras, em sua *Política exterior do Império*, também tratou dêles, qualificando-os de um êrro de política econômica, pois reduziram os réditos aduaneiros e dificultaram a criação de indústrias locais⁽⁷⁾. Entre os poucos defensores dos tratados, encontra-se o inglêz Henry Koster, dizendo: “Tenho razões para crer que os Tratados foram os mais imparciais possíveis, atendendo às Partes Contratantes”. Hoje, decorrido século e meio de sua assinatura, tendo suas conseqüências feito sentir-se ao longo de todo êsse período, já se podem melhor avaliar os resultados, e assim sendo, julgá-los nos seus efeitos de forma mais

(7) J. P. CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1927, vol. I, pág. 346.

serena. O resultado de maior repercussão em nossa história foi, sem dúvida, aquêlê assinalado por Calógeras: "o de dificultar a criação de indústrias locais". Abrindo nossos mercados às manufaturas inglêsas, com tarifas privilegiadas a seu favor, tornou impossível praticamente fabricar no país qualquer produto para competir com elas, máxime levando-se em conta o adiantamento tecnológico a que haviam atingido então.

Ao lado dêste ponto capital, que influiu grandemente em nossa formação histórica, repercutindo de modo acentuado em nossa economia, havia outros que feriam a própria soberania nacional, como a instituição do Juiz Conservador, cargo já existente em Portugal, o compromisso da abolição gradual do comércio de escravos, assunto que se referia a uma questão interna. Igualmente o direito exclusivo concedido aos inglêsês de cortarem e transportarem madeiras para construção de seus barcos, que, além de importar num privilégio, dava margem a muito contrabando, levando-se madeiras para outros fins, como construção de móveis.

A "reciprocidade" consignada nos preâmbulos dos Tratados era, portanto, platônica, como diz Oliveira Lima, havendo por vêzes disposições cômicas, como a faculdade do Príncipe Regente de Portugal em impor taxas proibitivas sôbre o açúcar, o café e outros gêneros coloniais das possessões britânicas, ou a permissão dos negociantes portuguêsês se estabelecerem na Inglaterra, o que só poderia dar-se numa desproporção muito grande em relação aos inglêsês que vinham estabelecer-se no Brasil.

Em resumo, as desigualdades eram flagrantes e freqüentes, desigualdades essas decorrentes da posição em que se achavam os dois países e da diversidade que os caracterizava. Oliveira Lima salientou-os muito bem, nestes períodos: "As condições exaradas no convênio de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole se consagrava na nossa esfera econômica e até se consignava imprudentemente como perpétua"⁽⁸⁾.

A situação daí decorrente foi um pouco atenuada, em relação às vantagens de que gozava a Inglaterra, pelo decreto de 2 de maio de 1818. Por êste, desde logo, os direitos sôbre as mercadorias portuguêsês baixaram de 16 para 15%, equiparando-se

(8) Oliveira LIMA, *ob. cit.*, pág. 405.

dêsse modo à inglesa, passando mesmo as manufaturas da metrópole a gozar de uma redução de 5% a título de prêmio, nas exportações para o Brasil. Os vinhos estrangeiros foram tardiamente onerados no triplo dos portugueses, e a aguardente estrangeira em duas e meia vêzes mais. Cada arrôba de carne-sêca exportada em navio estrangeiro passou a pagar 600 réis, enquanto que em navio português pagava somente metade dessa quantia. As produções asiáticas passaram a pagar 3% ao invés de 8%.

Foi êste decreto uma manifestação da tendência protecionista da parte de Portugal, que procurou com êle ressarcir as perdas sofridas com os Tratados de 1810. Para o Brasil, no entanto, de nada serviria, já que o nosso mercado ficou inteiramente nas mãos dos ingleses, que aqui se estabeleceram sòlidamente, impedindo o nascimento de nossa indústria, que o alvará de 1.º de abril de 1808 permitia.

As demais nações, igualmente, encontraram dificuldades em penetrar no comércio brasileiro, ante as vantagens de que já gozava a poderosa Inglaterra. Sòmente em 1826 conseguiu a França, e em 1828, as outras nações, a igualdade de direitos pagos pelos ingleses.

E daí por diante a nossa dependência econômica aos interesses dos ingleses foi se acentuando cada vez mais, por muitos anos.

FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO BANCO DO BRASIL

A criação de um estabelecimento bancário no Brasil não foi obra do acaso, nem muito menos medida improvisada, para uma situação de emergência, com a mudança da coroa portuguesa. A necessidade de um tal estabelecimento, entretanto, era coisa que já se vinha fazendo sentir em Portugal desde fins do século XVIII, como imperativo mais financeiro do que econômico, ou seja, mais como entidade centralizadora e pública, capaz de obviar à escassez de moeda circulante do que como força de propulsão e fomento das atividades econômicas o que, desde logo, lhe traçava a característica inevitável: seria um Banco de Estado e seria um Banco Emissor.

O declínio da mineração brasileira levou à insuficiência do meio circulante em Portugal. A essa causa principal deve-se acrescentar outras subsidiárias e concorrentes como “a confusa e mal orientada administração financeira do Reino, os gastos excessivos de uma corte freirática e ostentatória, que sustinha o luxo do corpo à custa de importações e procurava resguardar a alma à custa de doações (duas formas de evasão da moeda), gastos para os quais contribuíram as guerras peninsulares, devendo-se adicionar a tudo isso a submissão da vida econômica portuguesa à tutela da poderosa Inglaterra, para onde se drenava, afinal, boa parte do ouro de Minas Gerais”(1).

Existindo a necessidade surgiram, naturalmente, as idéias a respeito. A primeira, talvez, foi a de Domingos Vandelli, italiano, fixado em Portugal desde o tempo de Pombal, que lecionava filosofia em Coimbra e era propenso a estudos econômicos e financeiros. Também D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o futuro conde

(1) Afonso Arinos de Melo Franco, *História do Banco do Brasil*, Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo, s/d, pág. 9.

de Linhares, se ocupou do assunto em suas *Reflexões políticas sobre o meio de estabelecer o crédito público e assegurar recursos para as grandes despesas do reino e Plano sobre o modo de produzir a circulação do papel-moeda*.

Mesmo no Brasil, o incremento adquirido pelos negócios tornou necessário um organismo de giro monetário, tendo chegado até a ser montado, antes da vinda da côrte. Para êsse fim, reuniram-se os mais consideráveis negociantes da época, formando o capital, assegurando-se em cauções recíprocas, funcionando o empreendimento sob a gerência de uma comissão expressamente escolhida. Atuando a princípio apenas como instituição particular, prosperou rapidamente, estendendo-se logo para o grande público. Mais tarde anexou-se-lhe uma Companhia de Seguros e efetuou arrendamento de monopólio da coroa. Conquistou tal confiança no manejo dos negócios que “muitos funcionários do Estado depositavam no Banco uma parte de seus salários e os ricos fazendeiros do interior do país remetiam os seus capitais ao Rio, a fim de depositá-los até para os filhos, como mais segura parte de sua fortuna”(2).

Essas idéias, que não frutificaram em Portugal e que timidamente se ensaiaram entre nós, iriam concretizar-se agora de modo mais amplo com a transferência da côrte.

O Brasil dos princípios do século XIX — como observa Calógeras — podia ser dividido em três zonas distintas, do ponto de vista monetário: as cidades comerciais do litoral, onde se centralizavam as transações e o numerário; a região agrícola, sem necessidade de dinheiro, vivendo dos próprios recursos, lançando mão do gado para liquidação das diferenças das permutas, como numa economia naturista; os distritos mineradores, onde era quase nulo o trabalho agrícola, importando-se quase todos os meios de subsistência, pagos em ouro em pó, única produção local(3). O numerário, nessas condições, era pequeno, sendo calculado por Amaro Cavalcanti em 9 a 10 mil contos.

Ao lado dessa exigüidade de numerário, existia uma verdadeira anarquia no referente à circulação monetária. Assim, as

(2) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, vol. I, pág. 122.

(3) J. P. CALÓGERAS, *La politique monétaire du Brésil*, Rio de Janeiro, 1910, pág. 17.

peças coloniais de circulação limitada ao Brasil eram cunhadas com 10% de acréscimo no valor nominal sobre as congêneres portuguesas. Havia ainda moedas especiais de prata para compra exclusiva do ouro e de circulação restrita à região mineira. As moedas nacionais cunhadas na metrópole circulavam com 20% de acréscimo no valor nominal. Além disso, circulavam também pesos espanhóis e ouro em pó e em barra.

Sentindo aperturas do numerário, D. João, ao chegar, introduziu modificações no sistema monetário, não, porém, com intuito de dar-lhe ordem, mas para atender aos recursos orçamentários, convencido, como era corrente em Portugal, de que a autoridade do Estado bastava para dar valor à moeda, pela simples alteração do timbre. Assim, declarou completa liberdade de circulação, aumentando com isso a confusão reinante, pois permitiu que o giro da região mineira se estendesse a tôdas as regiões. Ordenou também a recunhagem dos pesos espanhóis e proibiu a circulação do ouro. Mais tarde, mandou recunhar à punção as moedas de cobre e prata, da região mineira, determinando a aceitação dos pesos espanhóis para pagamento dos impostos, sendo recunhadas por valor mais elevado, lucrando com isto o Estado.

Eram, tôdas elas, medidas exclusivamente especulativas, que tinham por finalidade elevar o volume do meio circulante pela simples majoração do valor nominal das moedas. As conseqüências dêsse processo empírico de atuar sobre o sistema monetário não se fizeram esperar. A primeira delas foi a fuga do ouro e da prata da circulação, rareando com isso as peças coloniais e nacionais. Esta situação agravou-se ainda mais com as necessidade de pagamento ao exterior, determinando a emigração do ouro. Além disso, houve também especulação, preferindo-se, com a mesma quantidade de ouro, a cunhagem de moeda de mais valor nominal, rareando com isso as moedas mais fortes, enquanto o mercado era cada vez mais invadido por moedas fracas. A simples punção na recunhagem dos pesos espanhóis, alterando-lhes o valor, deu lugar a vasta falsificação, dizendo-se que na época existia um navio que ia do Rio de Janeiro comprar pesos no Rio da Prata, carimbando-os durante a viagem de retôrno.

Todos êstes expedientes (pois não passavam disso, na realidade) não resolviam o problema fundamental que se tinha em

mira, que era o da criação de maior volume de massa circulante para atender ao comércio exterior, agora efetuado diretamente, para acudir às necessidades da administração pública, sobrecarregada com as despesas da côrte e manutenção de 15.000 fidalgos e funcionários recém-chegados. Para demonstrar essa elevação das despesas basta dizer que a Tesouraria Geral das Tropas do Rio de Janeiro, que antes despendia cêrca de 180 contos de réis por ano, agora aumentou êsses gastos para quase 590 contos. Urgia, portanto, uma medida mais eficiente, capaz de ir ao encontro daquilo que se precisava.

Com essa finalidade, logo que chegou reuniu D. João uma conferência de peritos financeiros, na qual tomaram parte D. Fernando de Portugal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Francisco Bento Maria Targini, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Luís José de Carvalho, Paulo Fernandes Viana, José da Silva Lisboa, Antônio da Silva Lisboa e Tomás Antonio. Entre as várias medidas tomadas, deliberou-se a criação de novos tributos, como a décima sôbre os aluguéis de casa, a sisa sôbre a venda de imóveis, meia sisa sôbre as transações de escravos ladinos e 600 réis por arrôba de algodão exportado, funcionamento da Junta da Fazenda até a criação do Erário Real, criação de um banco para troca de barras de ouro em poder de particulares, além de outras relativas ao sistema monetário, antes mencionadas.

Em 12 de outubro de 1808 surgia o alvará criando o Banco do Brasil.

No preâmbulo dêsse documento, assinado pelo próprio príncipe-regente e D. Fernando José de Portugal, presidente do Real Erário, menciona-se como seu objetivo "realizar os fundos de que depende a manutenção da monarquia", devendo o Banco ter duração de vinte anos, sendo ao mesmo tempo banco de depósito, desconto e emissão, com capital constituído de 1.200 contos, dividido em 1.200 ações, podendo os acionistas serem nacionais e estrangeiros e as ações isentas de penhoras e execuções, tendo seus bilhetes curso forçado. Foram-lhe concedidos ainda os seguintes favores: privilégio dos depósitos judiciais e extrajudiciais ou valôres, mediante comissão, privilégio para depósito dos fundos dos Cofres dos Órfãos e das Ordens Terceiras e Irmandades. Em 1812, como não se tivesse ainda realizado o capital, foram criados novos impostos sôbre carruagens, embarcações, armazéns

de atacado e varejo, compra e venda de navios, cujos produtos eram entregues ao Banco, sem quaisquer lucros do govêrno ou do Banco, nos primeiros cinco anos, recaindo tudo em proveito dos acionistas particulares. A assembléia do Banco compunha-se de 40 dos seus maiores acionistas, a Junta de 10 dêles e a diretoria de 4 dos mais hábeis dentre todos.

As ações do Banco do Brasil, porém, não encontravam entre os capitalistas o interêsse que se esperava. Isso levou o príncipe-regente a baixar uma carta régia, em janeiro de 1809, recomendando a alguns capitães-generais para que se esforçassem em conseguir, nas capitánias que governavam, acionistas para o nôvo estabelecimento, convocando para isso o corpo de comerciantes da praça. Esta era, como se pode compreender fâcilmente, sobretudo levando-se em consideração a época, uma forma velada de pressão para colocação das ações. Foi por isso, naturalmente, que um contemporâneo disse mais tarde que a subscrição das ações tornou-se desde logo uma espécie de ruinoso ônus público. Como todavia não se alcançasse o objetivo visado, recorreu-se, mais tarde, a outro método, o da sedução nobiliárquica, autorizando certo número de ações a requerer determinado título de nobreza.

Dada a lentidão na venda das ações, só um ano depois, ou seja, em dezembro de 1809, é que o Banco começou a funcionar, achando-se colocadas apenas 116 ações. Entre 1813 e 1814, as vendas adquiriram nôvo impulso, de modo que sòmente em 1817, quando se venderam cêrca de 500 ações, perfazendo uma soma de 1.189, se atingia o capital estipulado. O total das vendas até 1821, ano da volta de D. João VI, foi de 2.235, estando colocadas 1.380 no Rio de Janeiro, 345 na Bahia, 195 em Minas Gerais, 125 em São Paulo e o restante nas demais capitánias.

Embora o Banco tivesse um caráter nacional, nos primeiros anos ûnicamente funcionou no Rio de Janeiro, e sòmente em 1816 foi autorizado a abrir filiais na Bahia e São Paulo, o que se efetuou, no entanto, em 1818 e 1820, respectivamente. Nas demais capitánias não chegaram a funcionar as filiais do primeiro Banco do Brasil.

Em 1817 ocorre a primeira crise no estabelecimento, com uma corrida aos seus guichês, consequência da escassez de metais, propalada por boatos. O colapso, porém, foi dominado pela

prisão dos boateiros. Em 1818, entretanto, verificou-se corrida de maior vulto, com enorme fila de gente ansiosa por trocar seus bilhetes por metais. Para um historiador, eram essas já “nuvens prenunciadoras da tempestade de pânico que explodiria pouco depois” (4).

O movimento das operações do Banco do Brasil até 1821 pode ser resumido da seguinte forma: para um capital (compreendendo produto da venda das ações, mais fundo de reserva e resultado dos impostos criados em 1812), num total de 3.010:145\$150, havia bilhetes em circulação no montante de 8.070:000\$000. A venda das ações encontrara maior aceitação devido aos dividendos produzidos e pagos regularmente, o que era conseguido com emissões contínuas, sem os devidos resgates. O resultado foi uma enorme massa de bilhetes em circulação, o que também era exigido pela crescente necessidade do Erário Real.

Por outro lado, a circulação de moedas metálicas, por razões já expostas, foi diminuindo, até desaparecer por completo, com exceção do cobre. Além disso, as demais capitanias concorriam parcamente para os cofres do governo central. Os dízimos e os direitos aduaneiros rendiam pouco, mas a situação não permitia a criação de novos tributos, nem o apêlo ao empréstimo externo, o que aliás foi tentado em vão. O resultado do incremento do comércio ficava todo nas mãos de particulares, em sua maior parte dos ingleses.

Nessas condições de desordem financeira, com enorme massa de papel-moeda em circulação, produção de ouro em declínio e comércio exterior também em declínio, a taxa do câmbio começou a baixar. Assim, de acima do par que eram antes das emissões do Banco do Brasil, baixaram, sobretudo a partir de 1815, quando atingiu a 71½-77, descendo bruscamente para 56½-9 no ano seguinte, alcançando 48 em 1821.

Acrescente-se a isso tudo um bisonho sistema de arrecadação de impostos, que facilitava muitas evasões, e a falta de probidade de certos diretores, que utilizavam os recursos do Banco para seus negócios particulares, e teremos o panorama completo dos males que afligiram nosso primeiro estabelecimento de crédito, levando-o a um verdadeiro desastre. Isto aconteceu nas vésperas do

(4) Afonso Arinos de Melo FRANCO, *ob. cit.*

regresso de D. João VI, em abril de 1821, quando uma corrida assaltou os guichês, obrigando o monarca a depositar as alfaias reais e as jóias da coroa nos cofres do Banco a fim de arrefecer a onda humana que se aglomerava pelas ruas do Banco e suas adjacências. O auge, no entanto, foi atingido em julho, quando recrudescceu a corrida, levando os diretores a trocarem os bilhetes em pequenas percentagens de moedas metálicas⁽⁵⁾. Para um débito de mais de 10 mil contos, ficaram nos cofres do Banco do Brasil apenas 200 contos. Equivalia êsse estado de coisas a uma bancarrota, na expressão de Pereira da Silva. O ouro deixou de circular e a prata teve um aumento de 7 a 8 por cento de ágio. Verificaram-se liquidação no comércio, suspensão do giro regular das transações e falência de muitas casas. Era a nossa primeira crise.

Afonso Arinos de Melo Franco defende a inflação provocada pela atuação do primeiro Banco do Brasil, dizendo ter sido menor do que os bens que trouxe, como a Independência, o impulso ao progresso material, a consolidação da unidade nacional. Para o conselheiro Pereira da Silva, a causa primordial dos erros do Banco do Brasil residiu na falta de um fundo metálico para garantir as emissões. O mal intrínseco, a nosso ver, entretanto, decorreu de se ter o Banco do Brasil constituído em instrumento exclusivo da manutenção da côrte e não em organismo financeiro de fomento da produção, de operações do comércio, o que lhe teria dado outra fôrça e um papel bem mais amplo dentro de nossa economia de então. Mas êsse vício de origem defluiu da forma político-administrativa que nos regia: uma monarquia absoluta e atrasada, como era a portuguesa de então, já inteiramente dominada pelo jovem capitalismo inglês em ascensão.

(5) Dorival Teixeira VIEIRA, "A evolução do sistema monetário brasileiro", *Revista de Administração*, São Paulo, julho de 1947, pág. 46.

REORGANIZAÇÃO DO ARSENAL DE MARINHA

Com a emigração da côrte, mudou-se também todo o aparelho administrativo do Estado português. Por isso, em 11 de março de 1808, quando ainda se festejava a chegada da família imperial, D. João reorganizou aqui o seu ministério, conservando na pasta da marinha e Domínios Ultramarinos D. José Rodrigues de Sá Meneses, visconde de Anadia. Em seguida, foram criadas ou estabelecidas as repartições normais para o funcionamento daquele Ministério, como Quartel General, Intendência e Contadoria, Arquivo Militar, Hospital da Marinha, Fábrica de Pólvora, Conselho Supremo Militar. Tendo-se transportado também a Academia dos Guardas-Marinhas, foi ela instalada nas dependências do Mosteiro de São Bento⁽¹⁾.

Em 13 de maio seguinte, o infante D. Pedro Carlos, sobrinho e depois genro de D. João, embora contasse apenas vinte e um anos, foi nomeado Almirante General da Marinha, cargo nôvo com atribuições maiores que as do próprio ministro, pois êsse pôsto deveria ser exercido junto ao rei "sem intervenção de outra qualquer autoridade".

Procede-se então à reorganização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que vinha desde meados do século anterior. Essa reorganização se efetua não sòmente no terreno burocrático e do pessoal, como igualmente no que se referia às diversas dependências, porque as suas funções eram muito amplas, compreendendo além daquilo que lhe era próprio para o atendimento à construção naval e outras mais, como a de combate aos incêndios da cidade, fornecimento de água aos navios ancorados no pôrto, etc.

(1) Prado MAIA, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1965.

As instalações que existiam eram bem deficientes, pois uma resolução de 26 de março mandava criar e estabelecer no Arsenal de Marinha uma ferraria, uma cordoaria, uma oficina de carpinteiro de machado e outra de calafate. Eis como no-lo descreve um estrangeiro contemporâneo: "O Arsenal é um pequeno prédio ao pé do morro de São Bento, com a frente tôda muito exposta, por estar inteiramente aberta para o mar. Consiste de uma ou duas oficinas miseráveis e de um correr de telheiros, sob os quais se vêem uns poucos botes emborcados, e onde se pode consertar um mastro"⁽²⁾.

Entre 1810 e 1812 montou-se uma oficina de funileiros e outra de vidraceiro. Sob a denominação de ferraria entendiam-se as atividades dos ferreiros, dos laminadores, dos fundidores e dos caldeiros de cobre, sendo que a oficina de fundidores tornou-se independente em 1822. Em época que não se pode precisar, foram criadas as oficinas de canteiros, de pedreiros, de bandeiros, de pintores, de poleiros, casa das velas e fábrica de lonas. Havia ainda uma tanoaria, uma serraria, a oficina de "troço", onde trabalhavam marinheiros desembarcados dos navios da esquadra no aparelhamento dos cabos, e na Ilha das Cobras existia de há muito uma oficina para carenar naus e outras embarcações⁽³⁾.

Para realizar tôda essa reorganização e reaparelhamento do velho Arsenal de Marinha, tornou-se necessário ampliar as suas instalações, e para êsse fim foram adquiridos casas e terrenos localizados nas imediações, dando-lhe assim uma extensão maior. No lugar das casas adquiridas, construiu-se um edifício de dois andares, onde se instalou a Intendência e um armazém para fornecimento de gêneros ligados a essas atividades. Também construiu-se um cais de pedra para facilitar o embarque e desembarque dos produtos pertencentes ao armazém. Construíram-se ainda instalações para as oficinas e demais dependências, bem como para atender à moradia do pessoal que trabalhava no Arsenal e também alojamento para os escravos e ainda uma enfermaria.

(2) John LUCCOCK, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Livraria Martins, São Paulo, 1942, pág. 58.

(3) Juvenal GREENHALGH, *O Arsenal de Marinha do Rio Janeiro na História 1763-1822*, Editora A Noite, 1951.

Nessas condições, já em 1815 um memorialista dos acontecimentos daquele tempo salientava as notáveis modificações verificadas nas instalações⁽⁴⁾.

Constituíam-se de grande variedade individual o pessoal que trabalhava no Arsenal de Marinha, pois, além dos operários propriamente ditos, compostos geralmente de homens brancos, portugueses, que traziam seus escravos para trabalharem como ajudantes (e cujos salários embolsavam), havia os escravos da Coroa e toda a espécie de presos ou simplesmente detidos, que por vezes atingiam a muitas centenas. Em 1815 foram também contratados chineses, vindos de Macau. Os operários eram considerados como prestando serviço militar, em decorrência do que a falta era considerada deserção e o trabalho em empresa privada só era permitido mediante licença especial. Esses operários eram, como os marinheiros e soldados, recrutados *manu militari*, ou seja, gente recolhida entre os que se encontravam nas ruas após o sinal de recolher, fossem eles nacionais ou estrangeiros. Desse recrutamento estavam isentos apenas os carpinteiros de machado e os calafates.

Outra classe profissional de operários à qual se dava muita atenção naquele tempo, ademais dos carpinteiros de machado e dos calafates, era a dos tanoeiros, que eram os encarregados de consertar e construir os tonéis em que se conduzia a água dos navios. Tal constituía a sua importância que, em época anterior, no século XVI, o tamanho do navio era calculado pelo número de tonéis que podia carregar, dando isso origem à palavra toneladas.

O atraso nos pagamentos constituía fato bastante comum no Arsenal da Marinha, ocasionando considerável número de deserções.

Os salários dos operários no Arsenal da Marinha não excediam de 400 réis diários, não havendo vencimentos padronizados, sendo os aumentos concedidos de acordo com a capacidade individual do trabalhador.

As oficinas eram dirigidas por mestres e contramestres, sendo a maior graduação a de Mestres da Ribeira, o que também

(4) Luiz Gonçalves dos Santos (padre Perereca), *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, Livraria Editora Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1943, vol. I, pág. 433.

conferia prestígio. Embora os salários variassem de uma para outra oficina, de acôrdo com a sua importância e a consideração pessoal, os mestres ganhavam de 800 a 1.000 réis diários, o que não era pouco, pois o vencimento de um capitão era de 20.000 réis mensais. Os contramestres percebiam entre 700 e 800 réis, e os patrões de um modo geral, 400 réis, com exceção do patrão da Galeota Real e o do escaler do Ministro da Marinha, que recebiam mais. Havia ainda, além dos mestres e contramestres, os mandadores, que faziam o papel de encarregados de obras, com tarefas em geral fora das oficinas. “Ao que parece” — segundo nos informa o historiador dêsse estabelecimento, em cujas informações nos estamos louvando — “os mestres, contramestres e mandadores usavam uniformes”⁽⁵⁾.

Não se sabe ao certo a quantidade de operários que trabalhavam no Arsenal de Marinha entre 1808 e 1822, mas, por um mapa elaborado em 1815, existiam naquele ano 1 contramestre, 5 mandadores, 30 oficiais, 53 mancebos e 36 aprendizes, perfazendo um total de 125 homens.

A classificação dos operários era a seguinte: mandadores, mancebos e aprendizes, e as profissões eram estas: carpinteiro de machado, carpinteiro de casas ou de obras brancas, carpinteiro de lagarto, serrador, calafate, ferreiro de forja, ferreiro de lima, ferreiro de fundição de cobre, tanoeiro, poleeiro, covoqueiro, bandeireiro, pintor, funileiro, canteiro, pedreiro e tecelão.

Os serviços mais pesados eram atribuídos aos escravos e aos presos.

O trabalho de remadores estava afeto aos índios, que não se davam bem com a disciplina e a rotina do trabalho, desertando com freqüência.

Os castigos pelas faltas cometidas eram os mais duros possíveis, pois lidava-se quase sempre com a escória social, ou seja, gente recrutada à noite nos mais sórdidos lugares da cidade, juntamente com criminosos.

No entanto, apesar de todo o impulso dado ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro no tempo de D. João VI, com sua

(5) Juvenal GREENHALGH, *ob. cit.*, pág. 77.

reorganização, reaparelhamento total e ampliação, não se realizou nêle durante aquela época a construção de qualquer navio de grande porte, devido às deficiências de mão-de-obra e de material bastante acentuados que havia. Por isso, mesmo para a construção de embarcações pequenas, recorria-se aos estaleiros particulares. A sua atividade, nessas condições, limitou-se ao conserto de navios avariados ou que careciam de reparos. A maior embarcação que nesse período se construiu ou teve sua construção iniciada foi uma galeota destinada ao rei.

PRIMÓRDIOS DA SIDERURGIA NACIONAL

A expansão industrial do Brasil no tempo colonial achava-se tolhida pelo famoso alvará de D. Maria I, de 1785. O intuito de tal medida foi o de evitar que se desviassem braços e atividades da mineração do ouro, que tanto interessavam ao poder régio.

Com a mudança da cõrte portugêsa para o Rio de Janeiro, e apesar de outro não menos famoso alvará, o de 1.º de abril de 1808, revogando aquêle e proclamando a liberdade de indústria, a situação não sofreu modificação substancial, devido ao tratado de comércio com a Inglaterra, apesar de um pequeno surto da indústria de tecidos em Minas Gerais(*). Isso cercêou nossa produção industrial, limitando seu campo de ação a determinados ramos, como a siderurgia (mesmo esta, sob a proteção governamental), a construção naval (também de interêsse governamental) e as pequenas manufaturas de pouca expressão, ao lado de algumas atividades artesanais de caráter meramente local.

Vejamos a parte referente à siderurgia.

Quando a demência de D. Maria I se tornou incurável no consenso geral, assumiu a regência do império seu filho, o príncipe D. João, que mais tarde seria coroado com o nome de D. João VI. Com esta mudança de soberano, modificou-se igualmente o pessoal que cercava a coroa, vindo para junto dela homens com outra mentalidade, de idéias novas, mais consentâneas com a época. Era gente que conhecia e admitia mesmo os modernos princípios econômicos e filosóficos dos inglêses e franceses, que estavam renovando a face do mundo. Entre êsse nôvo pessoal da *entourage* real havia alguns brasileiros de grande cul-

(*) Ver Américo Jacobina Lacombe: "Dígesto Economico" julho de 1947 — São Paulo.

tura, que podiam influir nos rumos da direção dos negócios públicos. Isso fêz com que os assuntos referentes ao Brasil voltassem a despertar interêsse, sendo encarados sob diferentes pontos de vista.

Um dos problemas que desde logo chamou atenção foi o da siderurgia, pela crescente importância que ia adquirindo na vida das nações e sua conhecida abundância no território da colônia brasileira. Também o ferro era necessário para a própria mineração do ouro, cuja exploração se procurava incentivar.

Como resultado dêsse nôvo estado de coisas, conforme assinala Calógeras, em 27 de maio de 1795 são expedidas instruções em nome do rei para que fôsem abolidos dois dos mais pesados tributos que recaíam sôbre a colônia brasileira: o impôsto do sal e o impôsto sôbre o ferro. A fim de compreender a importância dêste último, basta dizer que o ferro e a sêda pagavam taxas iguais, sendo a cobrança feita sôbre o pêso. Decorria daí que, segundo o bispo de Elvas, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, um quintal de ferro, de cêrca de 60 quilogramas, custasse em Portugal mais ou menos 3\$800, valendo em Minas Gerais 19\$200 e nas capitanias de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, 28\$800, ou seja, mais de nove vêzes. Acrescentavam as instruções expedidas que se podia abrir minas de ferro em todo o continente do Brasil e manufaturar todos e quaisquer instrumentos do gênero. Para suprir o desfalque nos cofres reais decorrente da abolição do impôsto sôbre o ferro, mandava-se que as câmaras das capitanias estudassem uma tarifa a ser paga pelas fábricas que fôsem fundadas, tanto de ferro bruto produzido, como dos produtos manufaturados⁽¹⁾.

Não tendo essa medida surtido o efeito esperado, Lisboa mandou consultar sôbre o assunto o Dr. José Vieira Couto, brasileiro, residente no Tijuco, naturalista acatado e antigo lente de Coimbra. Vieira Couto, na *Memória* apresentada em 1799, propugnava a instalação de usinas grandes e abertura de estradas e canais que facilitassem o escoamento do minério extraído e dos produtos manufaturados.

Na mesma época da *Memoria* de Vieira Couto, chegava a Lisboa um requerimento do negociante baiano, Francisco Agos-

(1) Pandiá CALÓGERAS, *As minas do Brasil*, vol. II, pág. 54.

tinho Gomes, solicitando favores especiais para estabelecer usinas que utilizariam o minério de cobre da serra da Borracha e do ferro de Tapicuru, pleiteando para isso diversas isenções fiscais. D. João não somente consentiu nos favores requeridos por Agostinho Gomes, alguns dos quais, como a isenção do imposto sobre o ferro, já tinham sido objetos de sua deliberação, como ainda se comprometeu a auxiliar com o pessoal técnico necessário, exonerando igualmente a companhia que viesse a se formar de encargos que a petição não cogitava. Infelizmente, por razões que se desconhecem, o projeto de Agostinho Gomes não foi realizado. Várias medidas foram tomadas no sentido de impulsionar a produção de ferro entre nós, mas tôdas elas sem nenhum resultado prático.

Estes atos denotam a preocupação real pelo desenvolvimento da siderurgia entre nós, e são devidas aos esforços do brasileiro Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, conhecido em nossa história pelo nome de Intendente Câmara, que por elas muito trabalhou, através do D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de quem era amigo e conselheiro técnico, conforme demonstrou Marcos Carneiro de Mendonça, em seu livro sobre o nosso ilustre patricio⁽²⁾.

Graças, entretanto, a essas medidas de estímulos governamentais, e auxiliados por negros escravos que conheciam a arte metalúrgica, alguns fazendeiros de Minas Gerais começaram a construir pequenas forjas, onde não somente faziam ferro, como também produziam objetos para uso próprio, entre os quais tesouras e facas, que Eschwege diz ter visto em Lisboa em 1803.

Por tudo isso, não é de surpreender que logo após a mudança da corte portuguesa para o Brasil o problema siderúrgico ocupasse lugar de relêvo nas cogitações da nova administração.

Já em 10 de outubro de 1808, surgia a Decisão n.º 41, ordenando a Câmara, então Intendente Geral das Minas e Diamantes, que dos 120:000\$000 que entravam para a Real Fazenda, provenientes da extração de diamantes, fôssem reservados 10:000\$000 em 1809 e mais 4:000\$000 nos dois anos seguintes, que "se haja de aplicar para o estabelecimento de uma fábrica de ferro, em

(2) Marcos Carneiro de MENDONÇA, *O intendente Câmara*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1933,

que muito pode interessar à mesma real fazenda e ao público”⁽³⁾. Assim tinha origem a Fábrica de Pilar, ou Real Fábrica do Morro de Gaspar Soares, confiada a Câmara.

Em abril de 1809, Câmara deu início às obras de montagem da fábrica. Não foram poucas as dificuldades que teve de enfrentar, sobretudo pela falta de pessoal adestrado.

O plano primitivo era o de um alto-forno que pudesse fundir de cada vez até trinta quintais de mineral de ferro, sendo construído o forno com vinte e oito pés de altura e três de diâmetro de abertura superior. Mais tarde, pela insuficiência de água para movimentar os malhos e foles, o projeto primitivo foi modificado, levantando-se três fornos baixos pelo sistema catalão, que deviam funcionar ao mesmo tempo e auxiliar o forno alto de vasar⁽⁴⁾. Finalmente, em 1815, com ajuda de um oficial alemão, a fábrica começou a produzir. De então, até 1821, a produção total da Fábrica de Ferro do Morro de Gaspar Soares foi a seguinte, de acôrdo com os dados publicados por Eschwege:

<i>Anos</i>	<i>Arrôbas</i>	<i>Libras</i>
1815	395	—
1816	1.156	—
1817	796	17
1818	936	11
1819	701	3
1820	2.536	31
1821	343	9
TOTAL	6.863	71

Afirma o mesmo autor que essa produção era vendida a 2\$000 a arrôba, rendendo portanto uma soma global de 13:730\$000, sendo a despesa geral estimada em 44:284\$000, donde teria resultado um prejuízo de 30:554\$000, que decorreu em parte pela baixa que se verificou nos preços de ferro⁽⁵⁾.

(3) Marcos Carneiro MENDONÇA, *ob. cit.*, pág. 142.

(4) Joaquim Felício dos SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino*, Livraria Castilho, Rio de Janeiro, 1924, pág. 273.

(5) W. L. von ESCHWEGE, *Pluto brasiliensis*, vol. II, págs. 358 e 359.

Infelizmente, êste empreendimento de tão alta significação para nossa economia não mereceu dos poderes públicos a devida atenção, acabando por aniquilar-se completamente, alguns anos mais tarde. Em 1825, a fábrica já estava um cadáver, que nada poderia galvanizar, na expressão de J. Felício dos Santos. Em 1830 retiram-se os irmãos Utschs, que estavam em sua direção, fazendo-se-lhe então o inventário, e em dezembro de 1831, seus móveis, utensílios e semoventes foram postos em hasta pública, visto não se ter conseguido seu arrendamento. “Assim acabou” — conclui Felício dos Santos — “a fábrica do Pilar, inanida por desleixo do govêrno; mas, de suas cinzas, como a fênix, nasceram tôdas as que hoje existem com mais ou menos prosperidade”(6).

Não ficou nisso unicamente os primórdios de nossa siderurgia. Em fins de 1809, chega de Portugal Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, pai do nosso famoso historiador, e que tendo vindo da Alemanha em 1802, trabalhara na fábrica da Foz d'Alge. A Varnhagen foi dada a incumbência do estudo da possibilidade da construção de uma fábrica de ferro em Ipanema, no morro de Araçoiaba, perto de Sorocaba, em São Paulo, onde já nos tempos coloniais se produzira ferro. Depois de visitar o local em companhia de Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, Varnhagen apresentou seu relatório em maio de 1810, consistindo seu plano na construção de uma fábrica de dois fornos biscainhos assoprados por tromba-d'água, que deviam dar ferro no fim de três meses, e fornecer o necessário para construção de uma fábrica grande, constando de um ou dois altos-fornos, refinarias e demais aparelhos.

Nesse ínterim, entretanto, chega a notícia, no Rio, do contrato pelo govêrno, na Europa, de um grupo de metalurgistas suecos. Com a vinda dêstes técnicos, nos quais o govêrno depositava enorme confiança, porque supunha tratar-se de pessoal competente e experiente no assunto, o plano de Varnhagen foi pôsto de lado, adotando-se o do chefe da missão sueca, Carlôs Gustavo Hedberg, que propunha a construção de quatro pequenos *stuckofen*, com o compromisso de produzir anualmente, a partir de um ano, 40.000 quintais de ferro em barras.

(6) Joaquim Felício dos SANTOS, *ob. cit.*, pág. 232.

Resultou, porém, que a missão dos suecos, composta de 17 pessoas, não era de técnicos metalúrgicos, mas de simples aventureiros, gente arruinada que vinha ao Brasil tentar refazer a fortuna perdida em maus negócios na Suécia, e pagar dívidas atrasadas. Após vários anos de atividades inócuas, redundou em completo fracasso a atuação de tais aventureiros. Em 1814, quando não puderam mais encobrir sua incapacidade, foram êles despedidos, tendo feito um gasto de mais de 100 contos e produzido somente 200 arrôbas de ferro impuro, quebradiço e aceirado.

Assim termina, com essa história que parece mais enrêdo de comédia do que lances de um empreendimento econômico, o primeiro capítulo da organização da Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. O segundo começa em 1815, quando a direção da fábrica é entregue a Varnhagen, tendo início de fato, ali, a produção de ferro, por que tanto ansiava o Brasil e pela qual tanto se interessava o governo.

Varnhagen não somente restaurou e ampliou os pequenos fornos suecos deixados por Hedberg, aumentando e melhorando sua produção, como também deu início à construção de dois altos-fornos, um dos quais começou a funcionar em novembro de 1818. As despesas totais realizadas por Varnhagen, inclusive a construção do grande canal, novos edifícios, casas para fornos de refino e malho, telheiros para carvão, etc., importaram em 26:160\$166. A produção total, com os respectivos gastos, até setembro de 1821, foi de 16.085 arrôbas de ferro em barra, 18.087 arrôbas de ferro gusa e 12.589 arrôbas de obras diversas, num valor total de pouco mais de 73 contos. Levando-se em conta que a despesa fôra de mais de 100 contos, pode-se avaliar o prejuízo que causou.

A retirada de Varnhagen da direção da fábrica de Ipanema, em 1821, marca o início de sua decadência, pela incompetência das administrações que se lhe seguiram, embora continuasse ela a existir ainda por muitos anos, passando por várias transformações.

A terceira grande iniciativa no terreno siderúrgico do tempo de D. João VI no Brasil, foi levada a cabo por Wilhelm Ludwig von Eschwege, também alemão como Varnhagen, servindo no Brasil.

Com apoio do conde de Palma, fundou Eschwege uma empresa particular, com o capital de 10.000 cruzados (4:000\$000), dividido em 10 ações. A sociedade denominada Fábrica Patriótica, localizou-se na região da Prata, perto de Congonhas do Campo, a oito léguas de Vila Rica. Os trabalhos de construção tiveram início em 1811, ficando concluídos em dezembro do ano seguinte. O plano que foi realizado constava de 4 pequenos fornos, duas forjas de ferreiros, 1 malho e 1 engenho de secar, instalados todos num único edifício.

A produção da fábrica de ferro de Congonhas do Campo, de acordo com os dados apresentados pelo próprio Eschwege foi de 5.326 arrôbas de ferro, com uma despesa de pouco mais de dois contos de réis, deixando um lucro líquido de cerca de um conto de réis.

Fazendo um balanço dessas mais importantes realizações siderúrgicas no Brasil, num cotejo das obras de Câmara, Varnhagen e Eschwege, escreve Marcos Carneiro de Mendonça: "pode-se estabelecer, nitidamente, que coube ao barão de Eschwege fabricar pela primeira vez no Brasil o ferro líquido, a 17 de dezembro de 1812, nos fornos suecos por ele erigidos na pequena fábrica *Patriótica* situada nas proximidades de Congonhas do Campo; e que a Manuel Ferreira Câmara coube fabricar pela primeira vez ferro gusa em alto-forno, em agosto de 1814, o que só em 1.º de novembro de 1818 foi repetido por Varnhagen, em Ipanema, no início da primeira campanha de resultados verdadeiramente industriais que aqui se obteve. Câmara realizou, pois, o ciclo completo da fundação de siderurgia em alta escala no Brasil" (7).

O que nos parece importante nisso tudo, porém, é que deixando-se de parte o primitivo ciclo siderúrgico do século XVI, o mais antigo da América, a obra realizada no tempo de D. João VI marca entre nós a primeira fase dessa indústria, apesar de não ter tido o desenvolvimento que merecia, principalmente por carência de apoio governamental e pela falta de continuação de administrações capazes de compreenderem sua significação para nossa economia, localizando-se em lugares distantes dos principais centros de produção.

(7) Marcos Carneiro de MENDONÇA, *ob. cit.*, pág. 193.

Além dos três empreendimentos de maior vulto de que tratamos, existiam, como já dissemos, numerosos pequenos fornos particulares, espalhados pelo território de Minas Gerais. Essas forjas não somente mantiveram suas atividades, como se desenvolveram mesmo, aperfeiçoando seus sistemas de trabalho, com as instalações das maiores fábricas de ferro. Aberta ou escondidamente imitavam os métodos mais adiantados de fundição que viam, procurando dêsse modo melhorar seus processos de produção e ampliando até suas instalações.

Eschwege menciona a existência de 16 pequenos fornos, número que sempre ia crescendo, trabalhando com diversos malhos de ferro forjados, movidos a água. Vamos ocupar-nos de alguns dêles, dando detalhes sobre suas instalações, a fim de que melhor se possa fazer idéia de sua capacidade⁽⁸⁾.

Em Itabira do Mato Dentro encontrou Eschwege uma espécie de forno de peito fechado, cujo ar era fornecido por um grande fole de couro, acionado por uma roda d'água que punha em movimento também um engenho de serra, possuindo ainda várias forjas de ferreiro para fundição de ferro, e uma pequena máquina de perfurar, para fabricação de cano de espingarda. Estas forjas serviam de modelo para 12. outras estabelecidas na região.

Nas forjas de Girau, que se compunham de oito fornos, segundo Saint-Hilaire, que as visitou, podia-se fundir de cada vez uma arrôba de metal, trabalhando nelas cerca de 25 operários, metade dos quais eram escravos. Este estabelecimento, que despertou admiração do cientista francês, dizendo êle que atestava a indústria dos mineiros, era dirigido por um homem sem conhecimento especializado no assunto, que nunca vira construções semelhantes, tendo feito tudo por iniciativa própria, guiado apenas por pequeno número de desenhos, deixados pelo viajante inglês Mawe.

As forjas do Bom Fim, que foram o mais belo estabelecimento no gênero visto por Saint-Hilaire em peregrinação pela província de Minas Gerais, podia fundir de 40 a 50 arrôbas de ferro por dia, não o fazendo, porém, por falta de vias de co-

(8) ESCHWEGE, *ob. cit.*, vol. II, pág. 342.

municação que dessem escoadouro aos produtos. Trabalhavam nelas 80 pessoas, sendo escravos uma parte. Debaixo de enorme alpendre estavam colocados 2 martinets e os fornos catalães destinados à fundição do ferro. Trabalhando o metal aí mesmo, produziam-se machados grandes, machadinhas e ferraduras⁽⁹⁾.

Em Cocais igualmente forjava-se ferro de muito boa qualidade, na opinião de Saint-Hilaire, sendo vendido o produto fora, constituindo a principal atividade do lugar, pois a mineração do ouro, que antes era a que proporcionava riqueza, já estava em decadência.

Assim como estas, numerosas outras pequenas forjas particulares trabalhavam, produzindo ferro e elaborando, com o metal conseguido, vários objetos de uso próprio, com que podiam atender às suas necessidades mais imediatas, em outras atividades, nas quais os instrumentos dêsse metal eram imprescindíveis.

Também em todo lugarejo, ou mesmo nas fazendas, encontravam-se ferreiros, não só para atender às necessidades locais, como ainda prestando serviços aos viajantes, que dêles careciam com freqüência para calçar as alimárias, então único meio de condução e transporte naquelas regiões montanhosas, imensas e quase despovoadas.

Cabe-nos agora tratar, a fim de completar essas informações, de uma fábrica de armas localizada na capital paulista.

Achava-se ela instalada a um dos lados do quartel e era dirigida pelo tenente-coronel Daniel Pedro Müller. Trabalhavam nessa fábrica cerca de 60 operários, inclusive 10 mestres, contratados na Alemanha para êsse fim, ganhando cada um 2\$000 por dia, mas que rapidamente degeneraram, dedicando-se à bebida e prestando pouca atenção aos seus afazeres. Os operários compunham-se de mulatos, aos quais não faltavam habilidades, desempenhando a contento suas funções, sendo mais dedicados ao trabalho. Utilizavam em suas obras metais forjados em Ipanema e aço inglês. As coronhas eram feitas de pau-de-óleo. Como nas instalações faltasse água, não foram montados os maquinismos que teriam economizado muita mão-de-obra, sendo por isso usada a fôrça braçal na perfuração dos canos de fuzis.

(9) Augusto de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1938, tomo 1, págs. 250 e 251.

As armas produzidas eram fuzis de modelo prussiano, muito bem acabados, segundo a opinião de Saint-Hilaire⁽¹⁰⁾. Até a chegada d'este viajante francês, haviam sido concluídos 600 fuzis. Estes produtos, que também foram considerados muito bons pelos alemães Spix e Martius, "saem para o govêrno, até agora, quase tão caros como as armas vindas da Europa, pela pouca venda e pela escassez de operários, o que torna impossível a boa organização do serviço. Como primeira escola para a indústria nacional é, entretanto, a fábrica muito útil e importante"⁽¹¹⁾. Esta fábrica existiu até quase a época de nossa Independência.

(10) Augusto de SAINT-HILAIRE, *Viagem à Província de São Paulo*, págs. 181 e 182.

(11) SPIX e MARTIUS, *ob. cit.*, págs. 212 e 213.

MANUFATURAS E ATIVIDADES ARTESANAIS

Embora as manufaturas já tivessem tomado impulso na Europa e mesmo na América do Norte, entre nós seu desenvolvimento era lento, por razões que expusemos anteriormente. Predominavam as pequenas oficinas artesanais, de âmbito meramente local, produzindo artigos de consumo por meio de trabalhos manuais.

Entre os maiores estabelecimentos manufatureiros contavam-se, no Rio de Janeiro, 1 fábrica de galões de ouro e prata, fundada em 1811, 4 fábricas de galões de algodão e sêda, duas fundadas em 1812 e duas em 1813; 1 fábrica de macarrão e outras massas, fundada em 1812; 1 fábrica de couros envernizados, fundada em 1812; 1 fábrica de papel, fundada em 1820, e 1 fábrica de estamperia fundada em 1820, além de tipografia da Imprensa Régia. Na Bahia, ademais de tipografia, fundou-se uma fábrica de vidro em 1814. A São Paulo é enviado Tomás Rodrigues, mestre tecelão, em 1813, com 16 pares de carda de cardar algodão, 9 rocas, 18 pontas de lançadeiras, 18 carrinhos de latão torneados para lançadeira, 200 cardas de Erva, 9 libras de corda de linho para armação dos teares e 12 escôvas. Montada esta fábrica, sob os auspícios da Real Junta de Comércio, foi auxiliada financeiramente por João Marcos Vieira, trabalhando até 1820. Além disso, pode-se mencionar algumas fábricas de cal e numerosas olarias. Em Minas Gerais existia grande produção de tecidos de algodão e lã, feitos em numerosos filatórios manuais. Em 1814 fundou-se uma sociedade por ações, em Vila Rica, com o capital de 4:800\$000 para organização de uma fábrica de tecidos, porém o mestre enviado pedia 3:494\$000 só pelo engenho de cardar e pelo filatório, não se realizando o negócio; porém, no ano seguinte, com outro mestre, foi montada uma fábrica. Em Registro fun-

cionou uma fábrica de grandes proporções para a época, de propriedade de um antigo Inconfidente, trabalhando em lã e algodão, tendo fornecido fardamentos para o corpo da Polícia do Rio de Janeiro. Luccock, que a visitou, achou seus produtos “ótimos no gênero”(1). O Intendente Câmara e o conde de Palma, que governou Minas Gerais, muito se interessaram por este ramo de atividade, tendo o primeiro escrito sobre o assunto um trabalho intitulado *A indústria filatória na demarcação diamantina*, e o segundo mandou construir um tear modelo, que expôs em sua própria residência, mostrando-o aos visitantes e estimulando-os a se dedicarem a essa atividade. A Capitania toda, em 1818, exportou 1.242.343 varas de tecido de algodão, provenientes, em sua maioria, das fábricas de Registro Velho e de Vila Rica. Os tecidos de algodão fabricados no Espírito Santo e que se exportavam até para o Rio de Janeiro, vistos por Saint-Hilaire, eram certamente produzidos em filatórios manuais. Eram tecidos grossos, brancos, semelhantes aos de Minas Gerais, servindo na região para camisas e calças de escravos, havendo proprietários que mandavam fabricar tecidos mais finos. Spix e Martius mencionam a existência, no Maranhão, em 1820, de 22 máquinas para descascar arroz, movidas por animais e 1 a vapor; 7 engenhos de açúcar; 115 aparelhos destiladores de aguardente; 521 máquinas a mão para descaroçar algodão; 230 teares de algodão; 27 fornos para telhas e louças de barro; 26 fornos para cal; 132 forjas de ferreiro; e 18 serrarias(2).

As refinações de azeite de baleia, de Itaparica, na Bahia, eram muito pequenas e sem instalações adequadas, tendo os tachos poucos pés de diâmetro, aquecidos por fornos iguais ao de cozer pão, não havendo aparelhos apropriados para espumar e refinar, ficando os tanques de azeite purificados expostos à poeira e outras impurezas, sob a vigilância de negros e mulatos ignorantes. “Com estas imperfeições” — prosseguem Spix e Martius, — “não é de admirar que o azeite de peixe brasileiro seja tido como muito inferior ao azeite preparado nas refinações do Norte da Europa, não só pela côr parda mais escura, como por conter pedaços de toucinho e pelo cheiro desagradável”(3). Mesmo assim,

(1) John LUCCOCK, *ob. cit.*, pág. 356.

(2) SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, vol. II, pág. 544.

(3) SPIX e MARTIUS, *ob. cit.*, vol. II, pág. 273.

parte dêle era exportado para a Inglaterra e França, onde era utilizado nas fábricas de tecidos e para purificação do enxôfre, sendo a maior parte utilizada no país, nas armações e arsenais, para preparo do alcatrão, na fabricação de sabão ordinário e na iluminação das ruas. Em Santa Catarina, onde trabalhavam 150 negros, o produto devia ser bem melhor, pois, segundo John Mawe, “a casa das caldeiras, tanques, etc., são superiores aos das docas da Groenlândia e, na verdade, são muito superiores aos estabelecimentos similares da Europa”⁽⁴⁾. Só de um lado havia 27 caldeiras enormes, existindo espaço para outras 3 e nos tanques, também enormes, podia mover-se um bote com facilidade.

As fibras eram trabalhadas em proporções mais ou menos consideráveis. Assim, em Olivença, na Bahia, Spix e Martius encontraram uma aldeia de índios composta de 800 pessoas, que em sua maioria se dedicava a fazer rosários de côco de piaçaba, cuja exportação para a Capital rendia 1.000 cruzados por ano, produzindo ainda cordas, vassouras, esteiras e chapéus de palha, tingidos com pau-brasil e tatagiba⁽⁵⁾. No interior do Rio de Janeiro, Saint-Hilaire viu também a produção de esteiras, que era importante pelo papel que desempenhava então como leito dos pobres.

As atividades artesanais eram mais numerosas. Por ocasião de sua chegada, em 1808, Luccock estimava em 700 o número de carpinteiros, pedreiros e gente empregada em construções, no Rio de Janeiro, sem mencionar a grande quantidade de barbeiros, os poucos cutileiros e ferreiros. “Tôda casa que se prezava” — acrescenta o mesmo autor — “era provida de escravos aos quais se haviam ensinado algumas ou mais artes comuns da vida e que não sòmente trabalhavam nessas especialidades para a família a que pertenciam, como eram também alugados pelos seus senhores a pessoas não tão providas como aquêles”⁽⁶⁾. Com o desenvolvimento das necessidades e a chegada de estrangeiros, o valor do trabalho desta gente aumentou, dando motivo a que surgisse, na expressão do viajante inglês, uma nova classe social, “composta de pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los nalguma arte útil ou ofício, vendendo-os em seguida por

(4) JOHN MAWE, *Viagem ao interior do Brasil*, pág. 64.

(5) SPIX e MARTIUS, *ob. cit.*, vol. II, pág. 330.

(6) JOHN LUCCOCK, *ob. cit.*, pág. 72.

preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalhos". Falando destes artífices do Rio de Janeiro, escreveram Spix e Martius: "entre os naturais são os mulatos os que manifestam maior capacidade e diligência para as artes mecânicas; até se nota entre êles extraordinário talento para a pintura". E mais adiante: "Na Capital, entretanto, e nas mais cidades costeiras existe grande número de marceneiros e funileiros e outros operários, porém mais raros são os curtidores, saboeiros e os trabalhadores em aço. Sobretudo são muito procurados mecânicos para estabelecerem engenhos de açúcar e assentarem máquinas para exploração das minas de ouro, e êstes são muito bem pagos"⁽⁷⁾.

Em São Paulo, estas atividades consistiam em algodão e lã fiados a mão, dos quais se faziam camisas e outras roupas, fazendo-se também sêdas de côres variadas e barras de renda. As mulheres, entre suas ocupações caseiras incluíam a produção de rendas. Existiam também ourives, alfaiates, sapateiros e marceneiros, com habilidades, que fabricavam belas peças.

Em Minas Gerais, o centro mais importante era Vila Rica, onde os viajantes da época, além de uma fábrica de pólvora e uma de louça de barro, encontravam manufatura de chapéus de feltro e oficinas de seleiro, funileiro, ferrador e outras de caráter doméstico.

Em Goiás criavam-se carneiros, utilizando-se a lã para fazer tecidos grosseiros para os negros e chapéus, os então famosos *chapéus mineiros* de abas largas, copas baixas e arredondadas, pesados porém bons para se resguardar do sol. Em Vila Boa, Goiás, Saint-Hilaire encontrou artífices muito hábeis, que nunca, no entanto, tinham saído do lugar, capazes, ao mesmo tempo, de consertar relógios, fazer velas, isqueiros e lápis. Os móveis e pratarias do palácio do governador foram feitos lá mesmo, o que "mostrava quanto os artesãos têm habilidade e inteligência naturais" — escreveu o citado Saint-Hilaire⁽⁸⁾.

Em Santa Catarina a cerâmica era desenvolvida, produzindo-se jarros, utensílios de cozinha e grandes potes para água, que eram exportados em quantidades consideráveis para o Prata e o Rio de Janeiro. Ademais, não faltavam artífices de tôdas as ca-

(7) SPIX e MARTIUS, *ob. cit.*, vol. I, pág. 124.

(8) Augusto de SAINT-HILAIRE, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1944, tomo II, págs. 85 e 93.

tegorias, como alfaiates, sapateiros, funileiros, marceneiros e ferreiros; as mulheres, bonitas e muito inteligentes — anota de passagem o inglês Mawe — têm como principal ocupação o fazer renda, em que mostram grande habilidade e bom gosto.

Em Recife, além das oficinas comuns para atender às necessidades, havia ourives trabalhando em objetos de ouro e prata de toda espécie, ocupando-se as mulheres em fazer rendas e bordar, tudo para o consumo local.

No Maranhão os trabalhos artesanais eram bastante difundidos. Disso podemos ter idéia pelo quadro abaixo, transcrito do livro Spix e Martius, em que estão arrolados o número dos diversos artífices existentes na província. Eis o quadro:

Profissionais da indústria em toda a província(*)

<i>Profissões</i>	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>
Alfaiates	61	96
Caldeireiros	4	1
Carpinteiros	178	326
Entalhadores	96	42
Carpinteiros navais	80	38
Serralheiros	5	—
Ferreiros (em São Luís)	37	23
Tanoeiros (em São Luís)	2	1
Marceneiros	30	27
Ourives	49	11
Pedreiros e britadores	404	608
Pintores e ceriadores	10	5
Corrieiros	4	1
Curtidores	4	6
Escravos que auxiliam nas indústrias	—	1.800
Total	964	2.985
TOTAL GERAL	3.949	

(*) SPIX e MARTIUS, *ob. cit.*, vol. II, pág. 545.

No Pará, constituía uma das melhores fontes das rendas públicas a manteiga de tartaruga, produzida de modo muito rudimentar no alto Amazonas, em quantidade aproximada de 1.000 potes por mês. Uma fiação que vinha do tempo do governador Lobo d'Almada, funcionava num edifício bastante grande, mas acaçapado, — segundo Spix e Martius — ocupando de 20 a 30 índios, produzindo fios finos e bons. Outro estabelecimento que vinha do tempo de Lobo d'Almada ainda, era uma cerâmica, empregando argila esbranquiçada e avermelhada, produzindo os potes para a manteiga de tartaruga, telhas e louças não vidradas. Na bacia superior do rio Negro e do rio Branco, havia um estabelecimento do govêrno, empregando só homens, índios puros, onde eram feitos cabos e cordoarias de piaçaba. Segundo Spix e Martius, êsses cabos e cordoarias, eram preferidos às melhores cordas de cânhamo da Rússia, sendo muito empregados no arsenal do Belém e exportados. “Os fios são de grande solidez, tenacidade e dureza” — acrescentam os mesmos autores — “e resistem a imersão na água por tempo infinito.”

Os artífices eram compostos em sua maioria de mulatos e negros, havendo, porém, entre êles, brancos. Mesmo na Missão Artística Francesa, que para cá veio em 1816, havia um ferreiro, um serralheiro, um curador de peles e curtidor e dois carpinteiros.

Os mestres eram livres, sendo os ajudantes e aprendizes escravos, sem contar os cativos peritos em alguma arte que serviam seus senhores ou eram por êles alugados. Seus salários variavam de região para região ou de acôrdo com as necessidades dos serviços profissionais. Luccock diz que em 1808, no Rio de Janeiro, um artífice não ganhava mais do que meia pataca, mas, com o crescimento das necessidades, pouco a pouco elevou-se o valor de trabalho, atingindo a um grau extravagante. No Tijuco, em Minas Gerais, de acôrdo com Saint-Hilaire, um carpinteiro ou pedreiro ganhava 300 réis por dia, com alimentação, e um mestre de obras, 600 réis. No Maranhão, os salários iam de um mínimo de 320 réis a um máximo de 1.200 réis por dia. Os estrangeiros, contratados pelo govêrno, no entanto, como vimos, ganhavam mais, sendo de 2.000 réis por dia, como os alemães da fábrica de armas de São Paulo.

Tais são, em suas linhas fundamentais, as principais manifestações manufactureiras e artesanais da época. Como dissemos

antes, elas eram restritas, com um âmbito de ação meramente doméstica ou local, sendo raras as exportações para outras capitanias e nenhuma venda ao estrangeiro. As causas das suas limitações, também já apontadas, determinavam-lhe seu caráter. Sua significação, contudo, reside em marcar o início da nossa produção nesse ramo de atividade, mas o seu atraso constituiu como que um estigma para nós, em relação a outros povos que rapidamente se adiantaram nesse domínio.

REALIZAÇÕES DE UMA ADMINISTRAÇÃO

A fuga da côrte portugêsa para o Brasil teve enormíssimo significado em nossa história, o que se pode resumir dizendo que ela preparou as bases da emancipação nacional, conforme salientamos antes.

Desde logo, o que ressalta em primeiro lugar são os atos mais importantes que emolduram, por assim dizer, o quadro geral, consubstanciados nas medidas de abertura de nossos portos ao comércio internacional, na revogação do alvará de 1785, permitindo a existência de manufaturas no Brasil e na fundação do Banco do Brasil.

Com a abertura dos portos apresentamo-nos ao comércio mundial, vendendo a êle diretamente nossos produtos, sendo nossas cidades do litoral visitadas por centenas de navios estrangeiros anualmente, desenvolvendo e dando feição ao intercâmbio brasileiro com o exterior. Proporcionando liberdade de manufaturas, abriu-se a possibilidade de fabricação de uma série de produtos, dando ensejos ao aparecimento da indústria siderúrgica. Com a fundação do Banco do Brasil, criou-se nosso primeiro sistema de crédito e fomentaram-se as transações. Embora nem sempre estas medidas tenham alcançado em tôda a sua extensão os fins visados, elas serviram, contudo, para criar uma consciência nacional, para valorizar nossos produtos e para fazer-nos emergir na arena internacional como nação.

Mas, ao lado dessas medidas de maior magnitude, uma série de outras veio beneficiar o país, proporcionando-lhe ocasião para sua expansão. Assim, a produção agrícola aumentou, crescendo com isso a exportação. Ao mesmo tempo, tomou incremento um nôvo produto — o café — estimulado pelo próprio soberano, produto êsse que viria mais tarde a desempenhar grande papel em

nossa economia, sem falar em novas plantações que foram introduzidas entre nós, como as das especiarias, do chá, etc., para cujo cultivo e adaptação foram criados jardins botânicos em várias cidades. Culturas como as da vinha, da amoreira, da oliveira e outras, que antes eram proibidas para não prejudicar as da Metrópole, não só foram permitidas como até incentivadas, o mesmo acontecendo com as pequenas tecelagens, a ourivesaria, etc. Deu-se início à imigração estrangeira, fazendo vir levas de colonos, facilitando-se-lhes a instalação e cercando-as de medidas protetoras. Procedeu-se à abertura de novas estradas, ligando várias regiões entre si e melhoraram-se as que existiam, fomentando-se assim o comércio e intensificando-se as relações das várias regiões, que antes permaneciam separadas. É sobretudo digno de nota o desenvolvimento proporcionado à nossa indústria siderúrgica, anteriormente limitada a pequenas forjas, construindo-se altos-fornos, fabricando-se gusa pela primeira vez no Brasil. Igualmente ampliou-se e aparelhou-se melhor o arsenal da marinha do Rio de Janeiro.

Com estas atividades produtoras avivadas, adquiriu extraordinário impulso o comércio interno, aumentou o movimento de negócios, intensificou-se a circulação monetária, inaugurando-se um período de prosperidade até então desconhecido. Sentiu-se perpassar um sôpro vivificador em tudo, despertando energias adormecidas, espicaçando ambições, elevando entusiasmos.

Para isso contribuiu muito, sem dúvida, o contacto com estrangeiros recém-chegados, — comerciantes, artistas, diplomatas — de costumes diferentes, possuidores de mais elevada experiência, com outros gostos e hábitos, falando-nos de coisas diversas, das possibilidades de realizações entre nós, ensinando-nos, criticando-nos, rompendo com a rotina e tradição nos costumes reinantes. Constituíam isso uma força impulsionadora de progresso, não visível, talvez, em muitos casos, mas certamente sentida.

Como não podia deixar de ser, êsse influxo econômico salutar teve seu reflexo no setor social e em outras atividades da superestrutura.

Em primeiro lugar, as cidades aumentaram e desenvolveram-se, adquirindo também maior asseio. Era grande o afluxo de estrangeiros, não sômente dos que acompanharam a côrte, como igualmente de outros vindos depois dela, fugindo às perturbações

que reinavam em Portugal e demais países da Europa, buscando aqui tranqüilidade e meios de ganhar a vida pacificamente, ou mesmo de enriquecimento rápido. As cidades cresceram, principalmente o Rio de Janeiro, tomando grande incremento populacional e maior extensão territorial. Deixando de comprimir-se na faixa sinuosa que acompanhava a baía, a cidade estirou-se para além do Campo de Santana (atual praça da República), secando os pântanos, criando a "Cidade Nova". Pelos lados do Rio Comprido e Pedregulhos, começaram a aparecer casas boas, com bonitos jardins. São Cristóvão principiou a povoar-se com as visitas do soberano à sua propriedade de Boa Vista, sendo roçada, drenada, em parte ajardinada e ocupada, onde antes havia mata e paúis, lugar sem segurança. Fugindo dos antigos bairros, de ruas apertadas, barulhentas e incômodas, os nobres e a gente abastada passou a residir pelos lados de Botafogo e Catete, em cujas praias se localizaram os banhos de mar, preparando-se nas imediações o primeiro campo de corrida de cavalo. A Tijuca, Gávea, os arredores da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Jardim Botânico encheram-se de casas de campo, levantadas entre a luxuriante vegetação, e tendo ao fundo o mar azul reluzente.

O próprio centro da Capital melhorou. Eis o que escrevia a respeito Luccock, em 1818: "No período que decorreu desde a chegada da Rainha, notaram-se consideráveis progressos para a situação mais favorável da capital do Brasil, a que agora mais comumente chama pelo seu verdadeiro nome de São Sebastião. Acrescentaram-se ruas novas à cidade e fundaram-se novos mercados, enquanto que os antigos melhoram muito em asseio. As casas fizeram-se mais generalizadas e simètricamente caiadas e pintadas; aboliram-se as feias gelosias, e alguns dos balcões, que ficaram, viam-se ornamentados com plantas e flôres. Inúmeras pequenas vivendas e jardins enfeitavam as cercanias, tratos de terras eram cuidadosamente cultivados com grama, verduras e flôres. As estradas foram alargadas em várias direções ao mesmo tempo que limpadas de mato e outros quejandos estorvos, achando-se uma nova construção, através dos mangues do ocidente da cidade, para a Aldeia de São Cristóvão, onde a família real frequentemente se retira"⁽¹⁾. E mais adiante, falando dos

(1) John Luccock, *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, pág. 162.

costumes: “Na Côrte começou a aparecer alguma semelhança para com a magnificência das européias. Os grandes e ricos recebiam ali fervoroso acolhimento, não só por levar-se em conta o grau em que se podiam tornar intrinsecamente úteis, como também pelo brilho adicional que emprestavam à realza e seus satélites. Exigia-se o antigo traje da côrte; a nobreza real fêz-se mais atenta ao bom gôsto e propriedade das suas maneiras de vestir, introduzindo-se librés de gala semelhantes às de Lisboa. As casas, com seu mobiliário, realizaram equivalente progresso em conveniência e vistosidade; as carruagens começaram a fazer-se mais numerosas, algumas delas magníficas e, quando a caminho da côrte, faziam-se puxar por cavalos em vez de mulas e servir por lacaios brancos em vez de escravos”(2). O teatro, pela assiduidade com que a êle comparecia o príncipe regente, começou a ser mais freqüentado, tornando-se uma espécie de moda para as pessoas de destaque, que ali apareciam com suas famílias, sendo logo seguida pela multidão, para admirar o espetáculo, para contemplar a platéia, quebrando-se assim aquêlê encantamento que condenava a mulher à reclusão do lar. As cerimônias e festas religiosas, mais freqüentes e suntuosas, tornaram-se mais animadas, atraindo a população e servindo de novos motivos para as mulheres aparecerem mais em público. “A mudança da côrte portugêsa para o Rio de Janeiro” — escreveu J. F. Normano — “arrancou o fazendeiro do seu isolamento rural. Não foram as novas possibilidades econômicas, mas o esplendor e o luxo da côrte que atraíram a aristocracia agrária brasileira. O fazendeiro, um monarca na sua própria fazenda, o possuidor *de fato* de ilimitados podêres em sua casa, veio para a capital para saudar o monarca oficial do país e para viver ao claro do seu esplendor. Iniciou-se um movimento partido de tôdas as direções do país. O fazendeiro, com sua mulher, filhas, filhos e outros membros da grande família rústica, com escravos e criados, veio para o Rio de Janeiro, saindo da quietude bucólica dos seus domínios para a Versalhes tropical. Era a primeira vez na história do país que o fazendeiro tinha deixado a sua propriedade, e a propriedade era administrada na ausência do seu dono. Muitos proprietários permaneceram na capital, instalaram um segundo domicílio, e dividiam o ano entre a casa da cidade e a

(2) John Luccock, *ob. cit.*, pág. 163.

fazenda. Todos êles se tornaram relacionados com a capital, começaram a sentir as influências da vida urbana, pelas proximidades da côrte, imprimiram uma atmosfera própria ao Rio de Janeiro. O fazendeiro veio para saudar o monarca, para oferecer-lhe os seus serviços, serviços de monarcas locais sem coroa, sua experiência, seu conhecimento do país. Êle esperava em troca participar do poder e influir na política. A côrte portugêsa foi transferida para o Rio de Janeiro, de acôrdo com o Almanaque de Lisboa, mas o fazendeiro abraçou-a"⁽³⁾.

A instrução pública foi consideravelmente melhorada, sendo também ampliada com a fundação de novos setores de estudo, com a criação de aulas de medicina na Bahia e Rio de Janeiro, a academia de guarda-marinha, a academia militar, a aula de comércio, abrindo assim novos horizontes ao nosso ensino.

Fundaram-se e começaram a circular os primeiros jornais no país e tiveram início igualmente as edições de livros, saindo de nossos prelos, além de obras didáticas e documentos oficiais, trabalhos sôbre economia, história, filosofia, moral, literatura, etc. Um grupo de artistas franceses é mandado vir da França, para fundação de nossa Escola de Belas-Artes. Com livros trazidos pelo príncipe-regente, fundou-se a Biblioteca Nacional, e com o gabinete de história natural adquirido ao Barão Oheim, acrescido de diamantes e outras curiosidades, deu-se início ao que é hoje o Museu Nacional. Naturalistas como Freysen e Sellow eram subvencionados pelo rei.

Surgiram então brasileiros notáveis pelo saber, que antes eram desconhecidos ou estavam fora do país, como José Bonifácio, Ferreira Câmara, Cairu, Manuel Luís Alvares de Carvalho, físico-mor e médico da real câmara e muitos outros.

A Justiça adquiriu maior presteza em seus processos, o correio estendeu-se a tôdas as capitâneas, o telégrafo foi estabelecido por tôda a costa; tiveram início os seguros contra o fogo e naufrágios; abriram-se livrarias, casas de moda, lojas de luxo. Alargou-se a alfândega, facilitaram-se os movimentos das embarcações, a armazenagem e despachos das mercadorias. Passou-se a gozar mais confortavelmente da vida material, melhorando o passado, a começar pelo pão, e o asseio na venda dos comestíveis; cres-

(3) J. F. NORIMANO, *Evolução econômica do Brasil*, págs. 95-96.

ceu o número de artífices para o serviço do público, e apareceram até os varredores de ruas.

Era tôda uma vida nova que surgia, mais alegre e mais cômoda, ampliando os conhecimentos, alargando a cultura, trazendo outras concepções das coisas, proporcionando prazeres até então desconhecidos.

Apesar de todo êsse bem suscitado pela administração de D. João VI no Brasil, e que acabamos de assinalar em traços gerais, teve êle suas limitações, que se explicam, podendo ser apontadas as suas causas, mas que nem por isso deixaram de repercutir em nossa história, influenciando em nosso desenvolvimento posterior.

Em primeiro lugar, o progresso urbano mencionado restringiu-se ao Rio de Janeiro, sede da côrte e o maior centro comercial do país, permanecendo as demais cidades no mesmo ambiente atrasado anterior.

Em segundo lugar, as emissões realizadas pelo Banco do Brasil não tiveram a finalidade de impulsionar a produção, mas serviram apenas para cobrir os gastos governamentais e manutenção da côrte e seus fidalgos.

Em terceiro lugar, o tratado de comércio com a Inglaterra, em 1810, dando-lhe um privilégio alfandegário, impediu nosso desenvolvimento industrial, e o surto comercial surgido daí só o aproveitou à própria Inglaterra e seus súditos.

Em quarto lugar, mesmo o aumento da produção agrícola observada foi feito em quantidade, não havendo melhoria técnica nem processo de trabalho mais adiantado.

De tudo isso se conclui que o progresso assinalado foi mais social e político, e até certo ponto comercial, do que pròpriamente econômico ou mesmo tecnológico. Também deve acrescentar-se que muitas das reformas e inovações introduzidas pelo rei decorreram não de sua determinada vontade de melhorar o país, mas das necessidades oriundas do estabelecimento da côrte no Brasil, de conseguir maiores rendas para suas despesas, de dar maior brilho à cidade de sua residência.

Contudo, apesar desta limitação, não se pode negar que houve esforços do soberano e de alguns de seus ministros no de-

envolvimento do país, pelo menos tanto quanto lhes permitia a situação em que se encontravam. Ademais, com a expansão tomada pelo país nos trezentos anos de domínio colonial, com o surto criado pela mudança da côrte, as fôrças de emancipação chegaram a tal ponto que o jugo político não era mais possível. A nação que nascera com a revolução comercial encontrava-se num mundo em pleno período de revolução industrial, almejando tomar seus destinos nas próprias mãos. Não havia outra saída para seu progresso. Ou permanecer na dependência portuguesa, e então paralisar ou mesmo regredir, ou libertar-se dela, buscando com seus próprios recursos outros rumos de vida e desenvolvimento. Tal o dilema que se apresentou ao Brasil, com a saída do soberano português. Um ano depois a escolha era feita com a Independência, abrindo-se assim um nôvo capítulo em nossa história.

Primeiro Império

FATÔRES ECONÔMICOS DA INDEPENDÊNCIA

As lutas da Independência do Brasil não se circunscrevem ao ato simbólico do 7 de setembro de 1822, desenrolado no alto da colina do Ipiranga, em São Paulo, nem às suas conseqüências imediatas, na submissão das fôrças reacionárias que se opuseram ao movimento libertador, mas estenderam-se por um período mais largo, que abrange o primeiro reinado e Regência, durante o qual o país pôde, pouco a pouco, ir conseguindo sua consolidação. É uma fase em que há predominância dos interêsses políticos, administrativos e jurídicos, e na qual se lançaram os fundamentos da nacionalidade. Trata-se de época grandiosa de nossa história, cheia de entrechoques sociais de relêvo. Tampouco se pode dizer que êsses acontecimentos começam exatamente no dia 7 de setembro, embora seja êste seu ponto culminante. A rigor, se deixamos de lado a chegada de D. João VI ao Brasil, seu início deve ser assinalado com a revolução constitucional do Pôrto, em 1820. É dêste movimento que parte o apêlo, ou melhor, a exigência para a volta do soberano à antiga sede do Reino. Das côrtes constituintes saídas dêste movimento é que se originam as medidas recolonizadoras, contra as quais se ergueram os brasileiros, proclamando a Independência. Por isso, dêle devemos partir para estudar as etapas de nossa luta emancipadora.

Oliveira Lima, escrevendo sôbre as origens da revolução do Pôrto, diz: “As três invasões francesas, sucedendo-se a curto prazo e assolando a Península com o caráter invariavelmente feroz das guerras, juntara-se, como geradora da pobreza para Portugal,

a concorrência mercantil inglesa, provocada pela abertura dos portos brasileiros em 1808. Esta medida, a um tempo diplomática e econômica, tivera por efeito direto cerrar tão amplo mercado quanto o da América Portuguesa ao monopólio comercial da sua antiga mãe-pátria e indiretamente trouxe a esta os graves males da penúria do Erário e da vagabundagem por falta de trabalho. Fácil é de ver que não só o povo sofria de tal situação: dela sofria não menos, pela natureza mesma dos fatos, a burguesia de negociantes e lavradores que foi quem fez a revolução de mãos dadas com o Exército enciumado. O povo por si, desacompanhado de outros elementos, jamais conseguiria levar por diante um empreendimento desse gênero, não só destruidor como construtor. O desespero produz *jacqueries*, mas não organiza *regimens*"⁽¹⁾. Um autor contemporâneo⁽²⁾, assinalando as mesmas causas para a revolução liberal portuguesa, escreve: "A verdade, entretanto, não poderia escapar a quem, mesmo no torvelinho dos acontecimentos, soubesse descobrir as molas reais da revolução portuguesa. Através desta, e por seu intermédio, uma classe, que era aliás a negação dialética do absolutismo, pusera-se à frente da Nação, com a qual identificava os próprios interesses. Referimo-nos aos comerciantes de Lisboa e do Porto, aos fabricantes da lençaria de Alcobaça e dos baetões da Beira, aos seus intérpretes e ideólogos postados nas profissões liberais, no clero, no funcionalismo e no Exército. Os produtos da manufatura portuguesa estavam longe de poder competir com as fazendas inglesas, que, abertos os portos de ultramar ao comércio do mundo, desde 1808 abarrotavam as alfândegas do Brasil. Sem o antigo monopólio, com a fuga dos privilégios e das rendas, sobrevieram o descalabro financeiro, a paralisação das forças produtivas fundamentais e um estado de crise crônica bem mais penoso, sem dúvida, do que os atropelos da bota de Beresford. A marinha mercante já não valia grande coisa. Aumentava a importação de gêneros de primeira necessidade, a começar pelo trigo. Fábricas insolváveis trancavam as portas e os artesões e operários tornavam-se mendigos ou ladrões. O Erário, limpo de fundos, não pagava os funcionários nem restituía os depósitos. Os soldados, submetidos à férrea disciplina de oficiais estrangeiros,

(1) Oliveira LIMA, *O Movimento da Independência*, págs. 17 e 18.

(2) Vitor de AZEVEDO, *Fetjô*, Editora Anchieta Ltda., 1942, págs. 33 e 34.

queixavam-se de que não recebiam os soldos respectivos. Nem mesmo os compromissos do montepio eram satisfeitos". Um historiador da economia portuguesa ilustra essa situação com os seguintes dados: "Depois das invasões, tanto a agricultura como a indústria da Nação encontravam-se quase completamente paralisadas e as devastações produzidas pelos exércitos de Napoleão eram tão profundas que, como é natural, exigiam uma reparação demorada e difícil de levar a efeito". E mais adiante: "A miséria era grande; o govêrno teve de prover às necessidades da alimentação pública e, assim, em 26 de março de 1813 enviavã 100 barricas de sardinhas para a Barquinha; igual quantidade para Abrantes e Vilha Velha, reservando 137 barricas para os povos da Extremadura". Continuando, acrescenta: "Em 1813, tendo-se procedido a um inquérito industrial, por iniciativa da Junta de Comércio, verificou-se por meio de documentos oficiais, que havia no Reino as seguintes fábricas: 2 em Lisboa e seu distrito; 1 na comarca de Coimbra; 4 na da Guarda; 2 na de Portalegre; 2 na do Pôrto; 1 na de Tôrres Vedras. Tôdas as esperanças de reconstituição econômica, a seguir às invasões francesas, eram baldadas no que respeita à indústria nacional. As estipulações do Tratado de comércio de 1810 aniquilaram todos os esforços feitos anteriormente, todos os favores do Estado, destinados a permitir às novas indústrias o abastecimento do mercado nacional. As conseqüências do tratado não se fizeram esperar. As fábricas, na sua maioria, suspenderam o trabalho; as que se mantiveram em laboração, não puderam renovar os seus processos e continuaram a utilizar máquinas antiquadas para a produção de artigos de inferior qualidade, que eram os únicos que podiam concorrer em preço com os ingleses no mercado interno"⁽³⁾.

Resumindo os motivos decisivos do constitucionalismo português de 1820, escreve o já citado Oliveira Lima: "Foram sobretudo quatro os motivos determinantes do movimento liberal que implantou o constitucionalismo em Portugal. Em primeiro lugar as misérias do velho Reino, refletidas não sòmente no atraso do pagamento dos ordenados e soldos — miséria financeira — como no fechamento das fábricas e no abandono da agricul-

(3) Francisco Antonio CORREIA, *História Econômica de Portugal*, Lisboa, 1930, vol. II, págs. 192, 198, 204 e 205.

tura — miséria econômica e da primazia brasileira; por fim o contágio espanhol”(4).

Estes fatores determinantes da revolução vitoriosa em Portugal repercutiram mais tarde, imprimindo seu sêlo nas ocorrências posteriores. Assim, logo que o rei é chamado pelas Côrtes Constituintes, que reclamavam sua presença na velha sede da monarquia lusitana, formaram-se imediatamente aqui, sôbre o assunto, duas correntes antagônicas, uma pleiteando a permanência do soberano no Nôvo Mundo, outra instando pelo seu regresso, em obediência ao chamado, cada qual reagindo ante a situação criada de acôrdo com seus interêsses em jôgo. “Entre o elementos partidários da permanência do soberano contava-se o comércio ultramarino, que não queria sacrificar seus lucros ao restabelecimento do monopólio português, e o funcionalismo local, cioso de maior prestígio que lhe advinha da presença da Côrte. Dos elementos contrários faziam parte, além dos cortesãos, saudosos da sua mocidade de *franças e sécias*, os soldados da Divisão Auxiliar, que na guitarra cantavam a nostalgia dos seus casais; os oficiais portugueses a quem o licenciamento da oficialidade inglêsa abria vagas suspiradas para as promoções; os caixeiros reinóis, mal dispostos contra os patrões, desferrando-se dos maus tratos aos marçanos e dizendo-se “fascínados pela liberdade”, embora esta se traduzisse ainda em fórmulas mais do que em realidade”(5).

Mas, a volta do rei era apenas um passo — o primeiro — de uma longa série de medidas tendentes a salvar a situação portuguêsã à custa do Brasil, pelo restabelecimento do antigo monopólio, e que significava na realidade a nossa recolonização. Eram os passados privilégios mercantis que se procuravam reviver nas Côrtes, onde “triunfava a burguesia”, na expressão de Oliveira Lima, buscando por êsse meio reanimar a economia portuguêsã em decadência e contornar a crise financeira assoberbante.

Pouco a pouco essas medidas foram surgindo, sendo vitoriosas nos debates travados na Assemblêia de Lisboa, apesar das objeções e dos protestos em contrário levantados pelos bra-

(4) Oliveira LIMA, *ob. cit.*, pág. 17.

(5) Oliveira LIMA, *ob. cit.*, págs. 75 e 76.

sileiros, colocados em minoria nas discussões e decisões. Quando os argumentos não bastavam contra os representantes do ultramar, recorria-se às ameaças, às vaias pela patuléia adrede preparada, para quebrar a combatividade dos mais arrojados, no intuito manifesto de fazer calar as vozes que se opunham a tais desígnios. Começou-se unindo num só corpo de tropas os exércitos brasileiros e lusos, a fim de guarnecer o Brasil com forças portuguesas de inteira confiança das Côrtes e aquartelar no Reino a tropa brasileira, suspeita de fidelidade ao príncipe herdeiro, que ficara aqui. Logo a seguir, despojava-se o Brasil do Desembargo do Paço, da Mesa de Consciência e Ordem, do Conselho de Fazenda, da Junta de Comércio, da Casa de Suplicação. Acrescentemos a êsses fatos, que nos privavam das principais engrenagens do aparelho administrativo, êste outro decisivo, que veio contribuir para romper em definitivo os laços de união entre a colônia e a mãe-pátria.

Não contando a indústria portuguesa com elementos capazes de concorrer com as da Inglaterra, França e Estados Unidos, já sólidamente estabelecidas entre nós, impondo seus artigos e seus gostos, nem marinha mercante suficiente para atender ao tráfico interoceânico, as Côrtes resolveram considerar as costas brasileiras como cabotagem, dando assim aos navios portugueses o exclusivo direito de transporte através do Atlântico. Êste ato, que representava na realidade um monopólio, visava proporcionar enormes lucros por meio de fretes onerosos, que iam pesando sôbre agricultores e consumidores, vindo assim a dificultar a vida pelos preços caros, estiolando a produção sob tais encargos. “No intuito de restituir à marinha portuguesa o seu antigo papel de distribuidora de gêneros coloniais” — narra Oliveira Lima — “a comissão das Côrtes impôs um direito proporcional de 1% para a exportação ultramarina feita em navios portugueses e de 6% para a que se utilizasse dos navios estrangeiros, exceção feita ao algodão, cujo impôsto era de 10%. Não contente com isso, por uma disposição que já era efeito de pura ganância, em detrimento da economia brasileira, aquelas taxas de 6% e 10% ficariam reduzidas a 2% se as embarcações estrangeiras fôsem carregar nos portos portugueses o que as embarcações nacionais — nacionais européias — tivessem transportado dalém-

mar”⁽⁶⁾. Isto representava uma imposição tácita para afastar dos portos brasileiros a navegação estrangeira, tentando ressuscitar com ela a frota do comércio dos tempos coloniais, anulando dêsse modo, na prática, o decreto régio de D. João VI, abrindo os portos do Brasil ao comércio internacional. De nada adiantou a grita da deputação brasileira, à cuja frente se colocou nessa questão o pernambucano Zeferino dos Santos, secundado por Antônio Carlos. Sua proposta conciliatória para que a taxa de navegação fôsse igual para os gêneros expedidos do Brasil ou reexpedidos de Portugal para o estrangeiro, teve a discussão adiada, e acabou não sendo debatida.

. Ora, tôdas essas medidas queriam dizer a recolonização pura e simples. Com a justiça, a direção do comércio e a gestão fazendária centralizada em Lisboa, lá decidindo-se a direção de tudo e os nossos portos praticamente fechados ao comércio mundial, nada mais restava ao Brasil senão o regresso à antiga posição subalterna de colônia dos primeiros tempos, sem autoridade nem recursos próprios para suas necessidades, sem meios de decisão, para tudo dependendo do beneplácito, do assentimento da Metrópole, que se transformava assim novamente em senhora absoluta e despótica, agindo a seu talante.

Daí por diante ficavam realmente cortadas as relações entre o Brasil e Portugal, a menos que o primeiro quisesse se submeter passivamente a tudo o que se estava fazendo, o que não era possível. Os acontecimentos, então, começaram a se precipitar numa sucessão vertiginosa. Quando, logo depois, as Côrtes mandaram chamar o príncipe herdeiro — o “rapazinho”, como era qualificado — a fim de viajar pela Europa para instruir-se, êste responde com o célebre “Fico”. Os deputados mais expressivos da representação brasileira nas Côrtes de Lisboa, como Antônio Carlos, Feijó, Cipriano Barata e outros, fogem para a Inglaterra, abandonando a arena de luta, convencidos da inutilidade de qualquer ação proveitosa, marcando com êsse gesto um fato consumado de ruptura irremediável.

Quando as Côrtes, insistindo em seus pontos de vista, enviavam ordens terminantes ao príncipe herdeiro para que regressasse,

(6) Oliveira LIMA, *ob. cit.*, pág. 203.

devendo ser julgados os seus ministros, a discórdia atinge seu ponto culminante, processando-se a Independência, com a separação definitiva do Brasil.

Como se processou a Independência ?

Não havendo partidos políticos entre nós, tôda a trama da campanha libertadora foi urdida nas lojas maçônicas, únicas organizações ativas com tal caráter então existentes.

Na América do Sul, as lojas maçônicas, segundo Oliveira Lima, datam pelo menos de 1812, quando funcionava em Buenos Aires uma denominada Lautaro, mantendo ligações com as costas do Pacífico. Seu ideal era a independência com a república, consistindo seu juramento em não reconhecer outro governo legítimo senão o "eleito pela livre e espontânea vontade dos povos". Rivadávia, um dos dirigentes maçons da Argentina, teve entendimentos com Domingos José Martins, um dos chefes da revolução pernambucana, pouco antes da revolução de 1817, na passagem do argentino para a Europa.

No Brasil, afirma-se que existiam lojas maçônicas nos últimos tempos do regime colonial, antes mesmo da vinda da côrte portuguesa: uma delas teria sido instalada sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano e outra do da França, com ramificação pela Bahia e Pernambuco. A loja Comércio e Arte data de 1815. Com a revolução de 1817, em Pernambuco, D. João VI moveu violenta campanha contra a maçonaria, fechando-a e perseguindo-a. A revolução portuguesa de 1820, seguida do movimento constitucional no Reino Unido do Brasil, porém, determinou sua reaparição, reinstalando-se novamente em 2 de junho de 1821, a loja Comércio e Arte. Entre suas finalidades, de acôrdo ainda com Oliveira Lima, incluía-se o estímulo ao comércio livre e à produção agrícola, com o aproveitamento das fontes de riqueza das nações, sob o funcionamento de um regime liberal.

Com êstes princípios estava traçado seu programa econômico-político, consubstanciando inegavelmente os ideais do povo na época. Seu crescimento, por isso, foi rápido. De tal modo se expandiu que, menos de um ano depois, em maio de 1822, a loja Comércio e Arte teve de se dividir em três, desdobrando-se nos títulos União e Tranquilidade, palavras atribuídas a Pedro I

para sossegar o povo em 9 de janeiro, e Esperança de Niterói, designação simbólica da projetada emancipação do reino americano. Fundava-se com estas lojas o Grande Oriente do Brasil.

As principais figuras da política nacional da época, como Gonçalves Lêdo, Clemente Pereira, José Bonifácio e o próprio Pedro I fizeram parte da maçonaria. O "Fico" foi decidido na maçonaria. O título de Defensor Perpétuo do Brasil, dado a Pedro I, foi decidido na maçonaria. É sabido que Pedro I, ao regressar de São Paulo, onde proclamara a Independência, dirigiu-se imediatamente para a maçonaria, onde participou de uma reunião. O dia e a solenidade da coroação de D. Pedro foram igualmente decididos na maçonaria. E daí por diante, todos os assuntos de relevância na vida política do país eram discutidos nas lojas maçônicas, de onde saíram as decisões mais importantes, traçando os rumos a serem seguidos. Este foi o grande papel levado a cabo pela maçonaria entre nós, desempenhando assim uma função histórica de inegável relêvo.

LIQUIDAÇÃO DO BANCO DO BRASIL

Já mencionamos anteriormente as condições que presidiram a criação do Banco do Brasil, bem como o papel por êle desempenhado durante a permanência de D. João VI entre nós. Também indicamos a situação em que ficou aquêlê estabelecimento com o regresso da Côrte para a Europa, situação de penúria, com duzentos contos apenas nos cofres. Tal era o estado que apresentava, que D. Pedro, em carta ao pai, chamou-o de Banco tísico, não tendo nem ouro nem prata, nem também crédito, com seus bilhetes valendo pouco ou nada, dando-lhe um prazo de quatro meses sòmente para sua completa exaustão.

Dada a situação precária a que ficara o Banco reduzido e a urgência de numerário para fazer frente às despesas, que eram grandes, Martim Francisco, empossado no Ministério da Fazenda em julho de 1822, lançou mão de um empréstimo interno de 400 contos, no que aliás foi bem sucedido, tendo mesmo havido excesso de subscrição⁽¹⁾. Para se avaliar das dificuldades naqueles tempos conturbados, basta dizer que, ao proclamar-se a Independência, o govêrno devia ao Banco do Brasil dez mil contos, além de mais três mil à firma inglêsa Youn & Farnnie e mais dois mil contos ao visconde do Rio Sêco e outros particulares, o que perfazia um total de quinze mil contos de réis⁽²⁾.

Martim Francisco, compreendendo as aperturas do momento e a causa dos males em que se encontrava o país, era contrário a novas emissões por parte do Banco do Brasil, o que o levou a expedir enérgicas circulares em 15 de outubro de 1822 e 23

(1) Antonio Carlos Ribeiro de ANDRADA, *O Ministro da Fazenda da Independência*.

(2) Vitor VIANA, *O Banco do Brasil*, Rio de Janeiro, 1926, pág. 125.

de abril de 1823, coibindo a direção daquele estabelecimento de fazer qualquer nova emissão. Daí o empréstimo que citamos, por êle realizado, a fim de acorrer às mais prementes necessidades do Tesouro. Em relação ao Banco do Brasil, ainda em portaria de 22 de fevereiro de 1823, proibiu êle a eleição para diretores, de deputados e acionistas devedores daquele instituto. Com o fim de melhorar a arrecadação, mandou, em dezembro de 1822, sujeitar os produtos da indústria e manufatura portuguesas ao pagamento de direitos de 24% de importação, equiparando-as assim às demais nações estrangeiras. Paralelamente a isso, remeteu circulares aos diretores das repartições públicas exigindo mais dedicação ao trabalho por parte dos funcionários, com autorização para serem demitidos os relapsos. Estas medidas surtiram efeito, desafogando a situação naquele ano, o que levou Pedro I, na Fala do Trono de 1823, a dizer o seguinte: "Consegui (com quanta glória o digo) que o Banco chegado ao ponto de ter quase perdido a fé pública e estar por momentos a fazer bancarota, tendo ficado, no dia em que o Sr. D. João VI saiu à barra, com duzentos contos em moeda, única quantia para trôco de suas notas, restabelecesse o crédito por tal forma, que não passa pela imaginação de indivíduo algum que êle um dia possa voltar ao triste estado a que o haviam reduzido"⁽³⁾. Os acontecimentos posteriores, entretanto, não confirmaram o vaticínio otimista do jovem Imperador. Ao contrário, a sucessão de fatos que se encadearam logo a seguir, conduziram não só à liquidação do Banco do Brasil, como à própria Abdicação de Pedro I. Com efeito, as lutas da Independência se complicaram no Norte do país, acarretando gastos militares consideráveis. Assim sendo, como é fácil de perceber-se, agravou-se sobremaneira a situação do govêrno, fazendo recair sôbre os seus ombros tôda a responsabilidade das despesas. O recurso a que se recorreu então, foi o das emissões, ampliadas posteriormente por alguns empréstimos externos, que só serviram para toldar ainda mais o panorama sombrio com que o país se defrontava na questão financeira. O Banco do Brasil entrou, por isso, a fabricar dinheiro a fim de cobrir os gastos cada vez maiores. Em consequência disso, a circulação, que era de 6.330 contos de réis em

(3) Vítor VIANA, *ob. cit.*, pág. 128.

1821, passou para 17.623 contos em 1830, segundo dados de Araújo Viana em seu "Relatório sôbre o meio circulante"⁽⁴⁾.

As emissões de 1822 a 1832 foram 760 contos em ouro, 2.830 contos em prata e 13.571 contos em cobre⁽⁵⁾.

Redundava tudo isso, como é natural, em uma crescente desvalorização do papel-moeda em circulação, que se refletia na alta contínua do custo de vida para as populações, sobretudo para os moradores do Rio de Janeiro, onde mais acentuadamente repercutiam todos êstes fenômenos.

Quando as coisas chegaram a êste pé (e a sucessão rápida dos acontecimentos não tardaram a levar a êste ponto agudo de crise), começaram as críticas na imprensa, na rua e no parlamento, críticas essas que tinham sua razão de ser, mas que nem sempre eram conduzidas com elevação e critério. "Os jornais da Côte", — escreve Afonso Arinos de Melo Franco — "sem compreender a desesperada situação do instituto, levado à penúria pela ação do govêrno, continuava a pô-lo sob o fogo da sua metralha"⁽⁶⁾.

A situação, de fato, era difícil. As contínuas emissões desvalorizaram as notas do Banco. As moedas de ouro e prata desapareceram da circulação, entesouradas. O cobre começou então a tomar incremento e a valorizar-se, recebendo também ágio. Sendo o único metal em circulação, era preferido para os pagamentos, principalmente nas compras das mercadorias de consumo diário, acostumando-se a gente do Rio de Janeiro, que recebia em papel, a mandar trocá-lo por cobre para fazer suas compras. E isso tinha seu fundamento, pois os artigos adquiridos com cobre custavam menos; assim, uma casaca que valia 8 patacas em cobre, custava 12 em papel, e um sapato de 3 patacas, custava 4½ em papel.

Dentro dêste ambiente de verdadeiro descalabro financeiro e monetário, foi que se iniciaram e se processaram no parlamento as discussões sôbre o Banco do Brasil, ambiente, como se pode imaginar, nada propício a um julgamento sereno, a uma análise

(4) Apud Afonso Arinos de Melo FRANCO, *História do Banco do Brasil*, apêndice n.º 3, São Paulo, [1948].

(5) Afonso Arinos de Melo FRANCO, *ob. cit.*, apêndice n.º 4.

(6) Afonso Arinos de Melo FRANCO, *História do Banco do Brasil*, pág. 196.

objetiva e séria da questão. Inaugurando-se a primeira legislatura em 6 de maio de 1826, já em 31 daquele mês o então deputado e futuro senador Vergueiro, apresentava ao plenário uma indicação referente ao Banco do Brasil, propondo que se nomeasse uma comissão de quatro deputados da Câmara para estudar a situação do Banco. O governo, porém, não concordou com a iniciativa, alegando o ministro da Fazenda, em ofício de 28 de julho, que “pelo alvará de criação, o Banco se regia sem intervenção do governo e que, em tais condições, se tornava impossível a ingerência dêste em seus negócios”. A duplicidade da resposta era evidente, pois, o governo “exercia autoridade sobre êle (o Banco) enquanto tratava-se de obrigá-lo a fornecer recursos, mas entendia não poder exercê-la quando se entrava no terreno da vida administrativa do estabelecimento”⁽⁷⁾.

Em 1827, a questão do Banco do Brasil é novamente levantada na Câmara, e desta vez pelo próprio ministro da Fazenda, em seu relatório, ao dizer que a situação do país era de total desorganização, apontando como causa disso a inflação e as emissões do Banco, o qual, além de péssimamente administrado, se transformara, afinal, em uma sucursal do governo. Disto resultou a nomeação, pela Câmara, de uma comissão para estudar a dívida do governo e propor medidas a respeito. Em 15 de novembro é promulgada uma lei que estancou quase por completo as emissões do Banco, reconheceu e fundou a dívida interna, ao mesmo tempo que tentou criar uma Caixa de Amortização para o pagamento da dívida do governo. O ano de 1828 assiste a um agravamento geral da situação, por que o *deficit* orçamentário crescia, crescendo também as emissões do Banco, apesar da lei do ano anterior. Ao abrir-se a sessão legislativa, por isso, a questão do Banco do Brasil foi novamente focalizada, falando-se muito a respeito, apresentando-se novos projetos, mas nada de concreto se resolvendo. Finalmente, em 23 de setembro de 1829, após longos debates na Câmara e no Senado, sem falar na imprensa, é aprovada uma lei que extingue o Banco do Brasil, passando para o governo a faculdade das emissões. Para tratar da liquidação do estabelecimento são nomeadas duas comissões, sendo uma da parte dos acionistas e outra da parte do governo. O

(7) Afonso Arinos de Melo Franco, *ob. cit.*, pág. 166.

governo afiançava as notas em circulação do Banco, até serem substituídas. Uma demonstração apresentada pelas Comissões Liquidatárias acusava uma emissão circulante no valor total de 18.974:920\$000, enquanto que a dívida do Tesouro atingia a 18.628:079\$470⁽⁸⁾.

Com a extinção do Banco do Brasil exulta a oposição na tribuna da Câmara, na imprensa e nos comentários de rua, mas não faltaram vozes em contrário, pedindo logo a formação de outro novo Banco, pois as dificuldades financeiras persistiam.

A necessidade de um estabelecimento de crédito fazia-se sentir de modo premente, pois, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, os jornais da época reconheciam publicamente que cerca de 40 casas de comércio no Rio de Janeiro faziam as vezes de Bancos particulares, emprestando dinheiro a juros e adiantando recursos para custear a produção. Isso levou a que, em 1838, se organizasse no Rio de Janeiro um Banco de caráter inteiramente particular, sem a faculdade de emissão. A realidade, como se vê, era mais obstinada do que as opiniões e as teorias dos homens, e acabou vencendo-as.

Batista de Oliveira, em livro escrito em 1842, já qualificava de grande erro a liquidação do Banco do Brasil; Sebastião Ferreira de Souza, sustentando a mesma opinião, diz ter sido inoportuna, achando suas operações não terem sido tão desastrosas como se pretendeu fazer crer, e mais recentemente Calógeras qualifica a liquidação do Banco do Brasil de "o mais grave erro financeiro cometido pelo Primeiro Império"⁽⁹⁾.

Estes conceitos valem, a nosso ver, como o julgamento definitivo da posteridade a respeito do destino dado ao famoso instituto que foi o nosso primeiro Banco do Brasil.

O mal, a nosso ver, não estava na organização de um Banco em si, mas na sua estrutura defeituosa, decorrente da sua própria organização e que foi mantida após a Independência. Havia defeitos a corrigir, mas a solução não era suprimir um estabelecimento de crédito que tanta necessidade apresentava à nossa incipiente economia de então.

(8) Estas cifras, tomadas do livro de A. A. de Melo FRANCO, divergem das apresentadas por Antônio Carlos, em *Bancos de Emissões no Brasil*.

(9) J. Pandiá CALÓGERAS, *La politique Monétaire du Brésil*, Rio de Janeiro, 1910, pág. 36.

PRIMEIROS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E SUAS REPERCUSSÕES

Logo após a Independência nosso país começou a tomar os primeiros empréstimos externos, enveredando dessa forma por um caminho que seria longo e melancólico, trazendo consideráveis prejuízos à economia nacional. A propósito de nossa primeira operação desse tipo, escreveu um estudioso do assunto: “E a verdade é que, com aquêle empréstimo, o Brasil declarava ao mundo a sua independência política, mas — o que é mais grave — ficava em absoluta dependência econômica, sacrificando o seu futuro desenvolvimento. Em tôda a sua história, o nosso país com suas indústrias paralisadas misteriosamente, com suas riquezas minerais e agrícolas também misteriosamente inexploradas, é bem a prova concreta e dolorosa das conseqüências daquele empréstimo, tão criticado na época e afinal vencedor. Formava-se a bola de neve...”⁽¹⁾.

De fato, a bola de neve foi se formando daí por diante para acabar rolando pesadamente sôbre nós, quase nos aniquilando com os juros e amortizações que pagamos e ainda estamos pagando, sem falar na sujeição por muitos anos que ficamos à finança inglêsa em conseqüência disso.

A primeira transação desse gênero foi tentada em 1823, mas, como não obtivessem êxito, as autoridades brasileiras conseguiram do Banco da Inglaterra um empréstimo de 300.000 libras, a fim de atender às aperturas de nosso Tesouro de então. A operação foi porém realizada com êxito no ano seguinte, em 1824, montando a 3.686.200 libras, sendo que 1.000.000 de libras com

(1) Valentim F. Bouças, *História das dívidas externas da União*, págs. iv e v, vol. xv da série Finanças do Brasil, Conselho de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, 1946.

três firmas particulares e o restante com Nathan Rothschild, aos tipos de 75% e 85% respectivamente, juros de 5% ao ano, amortização de 1% e prazo de trinta anos, dando como garantia a hipoteca das rendas das alfândegas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão. Sua aplicação foi de 56% para pagamento da dívida do governo ao Banco do Brasil e o restante consumido em juros e amortizações. Ao terminar seu prazo, em 1854, só haviam sido amortizadas 513.000 libras, de onde decorreram prorrogações sucessivas, até sua liquidação, que se deu em 1890, o que quer dizer que pagamos juros durante mais de 65 anos⁽²⁾. Este é o comentário de um historiador dos nossos empréstimos externos: “Na verdade o primeiro empréstimo externo do Brasil foi um mal econômico. O pretexto foi a consolidação da Independência, mas a invocação da causa santa não passou de um sacrilégio”⁽³⁾.

Pelo tratado de paz e aliança firmado entre o Brasil e Portugal em agosto de 1825, através do qual Portugal reconhecia nossa Independência, assumimos um compromisso de 2.000.000 de libras, das quais 1.400.000 constituíam uma dívida de Portugal à Inglaterra e 600.000 do que se denominou de “conta das 600.000 libras”. Devido ao atraso nos pagamentos de juros e amortizações, o dispêndio, mais tarde, para sua liquidação, importou em 6.186.199 libras, ou seja, três vezes mais do que o compromisso inicial.

Estas transações no exterior acarretavam ao Tesouro Nacional um encargo de 300.000 libras anuais, só para pagamento de juros e amortizações.

Em 1829 realizamos outro empréstimo em Londres, com as casas Nathan Mayer Rothschild e Thomas Wilson & Cia., num montante de 769.200 libras, ao tipo de 52%, o que quer dizer que recebemos efetivamente 400.000 libras, com juros de 5% ao ano, amortização de 1% e prazo de três anos. A renda líquida deste empréstimo foi quase inteiramente absorvida pelos juros e amortizações dos dois empréstimos anteriores.

Esta operação sofreu acerbas críticas na Câmara, em 1830, declarando em sua defesa o então ministro da Fazenda, Felisberto

(2) Ver, a respeito, Claudionor de Sousa LEMOS, *Dívida externa*, Rio de Janeiro, 1946, pág. 4.

(3) F. T. de Sousa REIS, *A dívida do Brasil*, Editora Olegário Ribeiro & Cia., São Paulo, 1917, pág. 35.

Caldeira Brant: “Para pagamento de nossa dívida, sem falar em uma receita ordinária e sempre crescente, temos acima de dois milhões de milhas quadradas de terras incultas e excelentes, que podemos vender”. Este fato levou um historiador contemporâneo de nossas dívidas externas a esta exclamação indignada: “vergonha das vergonhas, o Ministro preconizou a venda das terras brasileiras para pagamentos das dívidas nacionais”⁽⁴⁾. A estes empréstimos de 1829, assim se referiu um estudioso desses problemas: “Foi incontestavelmente o mais ruinoso dos empréstimos estrangeiros que contratamos. Tanto mais doloroso é tal fato quanto vemos originar-se a situação que o exigiu de uma dívida externa pleiteada em nome de uma causa justa, sendo a aplicação desvirtuada”⁽⁵⁾.

Fazendo-se um balanço destas operações financeiras no exterior efetuadas pelo Primeiro Império, podemos apresentar o seguinte quadro:

<i>Operações</i>	<i>Nominal</i>	<i>Real</i>
Empréstimo de 1824-25 .	£ 3.686.200	£ 2.999.940
Empréstimo português ..	£ 1.600.000	
Empréstimo de 1829 ...	£ 769.200	£ 400.000
TOTAIS	£ 6.055.400	£ 3.399.940

Verificamos, assim, que para um capital real recebido no montante de 3.999.400 libras, assumimos um compromisso no valor de 6.055.400 libras. Dêsse total, existiam ainda em circulação no ano de 1831 uma soma de 5.331.700 libras, o que quer dizer que nos oito anos decorridos havíamos pago somente 723.000 libras.

Não esqueçamos, a fim de melhor conceituar estas operações, que se o tipo do empréstimo determinava a quantia efetiva recebida por nós, havia pagamentos de comissões aos banqueiros que as efetuavam e também aos negociadores brasileiros. Por

(4) Claudionor de Sousa LEMOS, *ob. cit.*, pág. 8.

(5) F. T. de Sousa REIS, *ob. cit.*, pág. 39.

isso, naturalmente, havia entre nós muitos entusiastas de tais transações. Mas também havia os que viam seus efeitos maléficis e as condenavam, como Martim Francisco, que assim se referiu a elas: “Estou, como sempre estive, convencido de que a teoria dos empréstimos era um abismo em que mais cedo ou mais tarde deviam ser precipitadas tôdas as nações; que os governos nunca as adotariam, senão para oprimirem mais fàcilmente os povos; que um empréstimo, contraído por qualquer Estado, é sempre um sintoma de prodigalidade do seu govêrno ou a morte dêste espírito de ordem e de economia, primeira base de tôda boa organização financeira; que os empréstimos concorrem a excitar a cobiça dos cidadãos e amortecer em seus corações o sentimento desinteressado do amor da pátria; que as chamadas despesas extraordinárias são pérolas douradas engolidas por povos boçais, porque de comum nenhuma há que não tenha sido prevista com antecipação pelos olhos perspicazes da política e que se não possa remediar sem o concurso dos empréstimos; que finalmente os povos, quando querem ser livres, têm muitos recursos em si próprios”⁽⁶⁾.

Durante a Regência, em 1839, nôvo empréstimo foi contraído, por intermédio dos banqueiros Samuel & Phillips, de Londres, de capital nominal de 411.200 libras, tipo 76%, juros de 5%, amortização de 1% e prazo de trinta anos. A importância líquida apurada foi de 312.500 libras, sendo todo êle empregado para atender aos compromissos da praça de Londres. Um remanescente dêste empréstimo, na importância de 227.900 libras, passou a fazer parte do empréstimo de 500.000 libras de 1865.

Constatamos assim que, contraído o primeiro empréstimo, os demais vieram para remunerá-los, formando-se com isso a bola de neve que nos precipitou no abismo de que falava Martim Francisco, e que tantos tropeços causou ao nosso desenvolvimento posterior, sujeitando-nos, ademais, à tutela das finanças inglêsas, com graves repercussões para a vida nacional.

(6) Carta ao Vasconcelos de Drummond, datada de Bordéus, em 12 de setembro de 1824, in Valentim Bouças, *ob. cit.*, pág. 30.

DEPRESSÃO ECONÔMICA

O Primeiro Império teve uma divisão natural no reinado de Pedro I e na Regência, que foi o seu prolongamento. Trata-se de um período nítido de transição, tanto na parte administrativa e política, quanto principalmente no domínio econômico, com a decadência do açúcar e do algodão e a ascensão do café.

É uma época encrespada de agitações e tumultos, na qual os jornais, com sua linguagem atrevida, refletindo as discórdias, exaltavam ainda mais os ânimos já exasperados. Tudo isso provocava desequilíbrio social e retração no campo das realizações, tornando-o um momento singular de nossa história.

O reinado de Pedro I caracterizou-se por uma densidade de acontecimentos de grande repercussão, como o reconhecimento da Independência, a luta entre o imperador e a Assembléia Constituinte, que culminou com a dissolução desta e a outorga de uma Carta Magna, o levante da Confederação do Equador, a guerra Cisplatina e uma crise financeira de proporções gigantescas.

A Regência, inaugurando-se com a verdadeira *journal des dupes*, que foi o 7 de abril, pelo escamoteamento das aspirações populares de uma democracia avançada, foi um tempo extremamente turbulento e convulsionado. Motins e revoltas se sucedem no Rio de Janeiro, no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, trazendo o país numa ebulição constante e perigosa.

Tôda essa intranqüilidade e subversão, que abalava particularmente o Nordeste e o Norte, tinham como causa principal a estagnação econômica dos nossos maiores produtos de exportação: a cana-de-açúcar e o algodão e a queda de seus preços de exportação. Assim, o valor da tonelada de açúcar, que era de

24 libras-ouro no decênio de 1821-1830, caiu para 16,8 libras no decênio de 1831-1840, ou cêrca de 7 libras a menos por tonelada.

O mercado de açúcar entrava dessa forma em uma crise da qual nunca mais se refaria, marcando a decadência do Nordeste em nosso sistema econômico e social.

A razão dessa situação de descenso se deve à descoberta e difusão da produção de açúcar de beterraba, incentivada na Europa, sobretudo na França, durante o período napoleônico, e ao melhor aparelhamento e ampliação da produção açucareira nas Antilhas, especialmente em Cuba.

Nossa posição geográfica, afastada dos maiores centros consumidores, Europa e E. U. A., e a técnica atrasada de fabricação aqui reinante, conduziram-nos à derrota no mercado mundial daquele produto, que havia constituído nossa maior riqueza durante cêrca de três séculos.

O valor médio da tonelada de algodão pluma exportado sofreria baixa mais brusca ainda. Dessa forma, de 66,3 libras-ouro no decênio de 1821-1830, passaria para 47,6 libras entre 1831 e 1840, isto é, quase 20 libras a menos⁽¹⁾.

O Maranhão, nosso principal exportador de algodão até então, sofreria um colapso (agravado ainda pela revolta da Balaiada), que assinalaria sua estagnação.

O motivo dessa depressão foi particularmente a enorme ascensão da produção algodoeira norte-americana. Com efeito, a produção de algodão nos E. U. A., de 80 milhões de toneladas no quinquênio de 1811-1815, subiu para 209 milhões no quinquênio de 1821 a 1825, atingindo a 398 milhões entre 1831-1835. Dêsses totais, as exportações norte-americanas foram de 52,83% no primeiro quinquênio antes mencionado, de 72,93% no segundo e de 83,57% no terceiro⁽²⁾. Com isso, o algodão norte-americano não somente abastecia a indústria têxtil interna, em rápido crescimento, como também supria a manufatura de algodão inglesa, em plena expansão. Em consequência, o consumo de algodão nos E. U. A., em média anual, aumentou de 32,5 milhões de libras-pêso, entre 1804-1814, para 239,0 milhões de libras-pêso entre

(1) Cálculos baseados nos quadros do *Anuário Estatístico de 1939-40*.

(2) Harold Underwood FAULKNER, *Histoire Economique des États Unis d'Amérique*, Presses Universitaires de France, 1958, 1.º tomo, pág. 199.

1844-1854; na Inglaterra, êsse progresso foi de 89 milhões de libras-pêso entre 1811-1819 e 640 milhões entre 1845-1854.

A formidável ampliação da cultura norte-americana de algodão decorreu, por um lado, da extensão de sua cultura nas terras do sudoeste, mas especialmente do uso da máquina recém-inventada de Whitney, que aumentou cinquenta vêzes o rendimento do trabalho de descaroçamento.

A redução do preço do algodão no mercado internacional tornou a rentabilidade do algodoeiro brasileiro insuportável, afastando-o da possibilidade de qualquer concorrência no exterior.

Quanto aos couros e peles, também de relêvo em nossas vendas ao exterior na época, tiveram uma baixa de 25,7% no valor médio da tonelada, entre os decênios de 1821-1830 e 1831-1840.

Em consequência da queda de preços dêstes três produtos, que na década de 1821-1830 representavam 74,3% do total de nossas exportações, passaram êles a representar apenas 52,7% na década de 1831-1840.

O comportamento de nosso comércio exterior em seu conjunto nos dois decênios em exame, foi o seguinte:

<i>Valor médio da exportação</i> (em £-ouro)	<i>Valor médio da importação</i> (em £-ouro)
1821 — 1830 3.907	1821 — 1830 4.250
1831 — 1840 4.977	1831 — 1840 5.735

Como se vê, as relações de troca foram desfavoráveis para nós, em ambos os períodos em exame, o que constituiu indubitavelmente mais um fator de agravamento da situação financeira do país.

Para uma nação essencialmente exportadora, como éramos, essa perda de substância nos produtos de exportação e no comércio exterior representou naturalmente sensível desgaste econômico de profundas repercussões depressivas, geradora de mal-estar profundo.

Simultaneamente ao descenso do açúcar e do algodão, processava-se uma expansão da lavoura cafeeira, em início.

Foi nos arredores do Rio de Janeiro (atual Estado da Guanabara), no tempo de D. João VI e por êle estimuladas, que começaram a se espalhar as plantações da famosa *Coffea arabica* de Lineu, estendendo-se depois para o vale do Paraíba, ganhando em seguida as terras fluminenses e de Minas Gerais, em marcha acelerada. O impulso que adquiriu foi veloz, abandonando-se antigas plantações e terra lavradas por zonas florestais mais produtivas para a nova cultura. É que a riqueza que proporcionava em pouco tempo avassalava tudo e a todos subjugava. A produção no conjunto do país, nessas condições, cresceu rapidamente, montando, no quinquênio de 1821-1825, a 487.594 sacas de cinco arrôbas, passando, no quinquênio seguinte, de 1826-1830, a 1.618.202 sacas e a 3.304.312 no quinquênio de 1831-1835, para alcançar a 4.623.345 sacas entre 1836-1840, ou seja, nove e meia vêzes em vinte anos.

Mas, à medida que se avolumava a produção brasileira, aumentava simultâneamente o consumo mundial de café, elevando-se de um e meio milhão de sacas em 1825 para quatro e meio milhões em 1850, isto é, o triplo em vinte e cinco anos⁽³⁾.

As causas desse extraordinário incremento do consumo de café no mundo foram o fim das guerras napoleônicas, trazendo a paz e o progresso da higiene, proporcionando expansão da população, a qual dobrou no decorrer do século XIX. Influuiu igualmente no mesmo sentido o desenvolvimento e aperfeiçoamento da navegação, intensificando grandemente o comércio entre as nações.

A exportação nacional, por isso, ampliou-se prodigiosamente, passando de 3.178.000 sacas de 60 quilos no decênio de 1821-1830, para 9.744.000 sacas, no decênio posterior, de 1831-1840. Em vista de tal incremento, a participação do café na exportação nacional, que era de 18,4% no primeiro daquele decênio, elevou-se para 43,8% no seguinte. Embora o preço do café, em libras-ouro, por saca, tenha diminuído entre um e outro decênio, a expansão extraordinária da quantidade fêz com que a entrada de libras crescesse muito, passando, durante os dois decênios em exame, de 7.189.000 para 21.529.000 libras. Foi êste crescimento, embora com perda de substância, que atenuou os *deficits* de nosso balanço de pagamento, impedindo-o de se tornar catastrófico.

(3) Roberto SIMONSEN, "Aspectos da história econômica do café". *Separata dos Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, IV volume, págs. 225 e 226.

Tal expansão da lavoura cafeeira, estendendo-se largamente, não só deu lugar à ocupação de enormes faixas de novas terras, desenvolvendo vários municípios no norte de São Paulo e nas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, como elevou consideravelmente o movimento do pôrto do Rio de Janeiro, nosso principal centro de comércio exterior de então. A frequência de navios estrangeiros cresceu muito, sendo equiparado aos portos de Bordeaux e Nantes juntos, aproximando-o ao Havre. Para isso, foi preciso melhorar as estradas existentes, abrirem-se novas, calçando-se algumas delas e realizando-se obras de arte em vários trechos.

O transporte em tropas de muares incrementou-se, particularmente para as grandes distâncias, intensificando os negócios dêsses animais, que provinham do Sul do país e possuíam seu centro de transação em Sorocaba, São Paulo, dando origem assim à famosa feira de muares daquela cidade.

Outra implicação da expansão da lavoura cafeeira diz respeito à mão-de-obra. À semelhança da cana-de-açúcar, a lavoura de café exigia grande extensão de terras e muitos escravos para os trabalhos. Mais ainda, léguas e léguas de terras nada custavam, enquanto que um prêto congo de enxada saía, no Rio de Janeiro, a crédito, por duzentos mil-réis, ou seja, duzentas arrôbas de café⁽⁴⁾, e o escravo integrava-se à propriedade como o gado e a benfeitoria, valorizando-a. Eram os pés de café e os negros de trabalho que contavam.

A fim de atender a essa demanda de mão-de-obra que se avolumava cada vez mais e cujos preços subiam rapidamente, primeiro lançou-se mão dos escravos de Minas Gerais, em grande parte disponíveis desde o declínio das lavras minerais; depois apelou-se para os negros do Nordeste, quando a economia daquela região entrou em decadência. Como tudo isso, porém, não bastasse, intensificou-se o tráfico importador de africanos. Estima Afonso de E. Taunay que entre 1816 e 1851 devem ter entrado no Brasil 1 milhão de negros, aproximadamente, dos quais mais de 600 mil foram colocados nas lavouras de café.

A abundância de mão-de-obra escrava levava a relativo des-caso no sistema de produção, sendo pouco o uso de máquinas e

(4) Pedro CALMON, *História Social do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937, 2.º tomo, pág. 102.

veículos. Mesmo assim, entretanto, começou-se por essa época a introduzir máquinas de socar, descascar e peneirar, multiplicando-se os pilões movidos por força hidráulica, substituindo os velhos monjolos coloniais.

Foi nessa época ainda que teve início o desenvolvimento de nossas vendas de café aos E. U. A., acontecimento que viria a ter considerável repercussão em nossa economia. Assim, de uma exportação de 1.522 sacas de café brasileiro para os E. U. A. em 1809, passou-se para 16.925 sacas em 1825, ascendendo-se a 223.595 sacas em 1835, para atingir-se a 296.329 sacas em 1840, representando já cerca de 28% de nossas vendas ao exterior desse produto. A importação por habitante, nos E. U. A., evoluiu de 1 libra em 1831 para quase 3 libras em 1840. Dessa forma, o tradicional chá deixava de ser a bebida preferida do ianque para ser substituída pelo nosso café.

A economia brasileira passava assim a se integrar cada vez mais na economia mundial, sofrendo seus reflexos.

Foi uma conjuntura mundial favorável, depois das guerras napoleônicas, como já assinalamos, que abriu caminho para a produção e a exportação de nosso café, transformando-o num artigo de repercussão exterior. Além disso, com a abertura de nossos portos a tôdas as nações e a intensificação das transações comerciais com o exterior, começamos a sentir as influências dessas relações e a sofrer também os efeitos das suas flutuações. Entrávamos em cheio desse modo a fazer parte do mercado mundial, com tôdas as suas implicações, vivendo os impulsos e as retrações que caracterizam os diversos ciclos econômicos.

A Independência foi realizada numa época de conjuntura favorável. Decorria essa situação da libertação dos países da América Latina, que a Inglaterra, desde os tempos do bloqueio continental da Europa, soube hábilmente aproveitar para escaudouro de suas mercadorias manufatureiras em crescente desenvolvimento. Para êsse fim, a Inglaterra mantinha linhas regulares de navegação, que iam até os confins do Chile e do Peru, com comandantes de navios que desempenhavam mais funções diplomáticas do que militares. Por outro lado, a mesma Inglaterra alimentava as jovens Repúblicas desta parte do hemisfério com permanentes e até mesmo crescentes empréstimos. Além disso, formava uma sé-

rie de companhias, de vultosos capitais, para exploração de numerosas minas, abundantes por aqui. E todos êstes recursos monetários retornavam à Inglaterra, acrescidos dos respectivos juros, ora para pagamento das máquinas e outros instrumentos de trabalho, ora para pagamento de mercadorias de tôda espécie adquiridas. Comentando tal estado de coisas, escrevia Sismondi em 1827: "Tant qu'a duré ce singulier commerce (...) la prospérité des manufactures anglaises a paru brillante (...) Jamais les manufacturiers anglais n'ont eu plus de commande que durant cette suite de speculations de 1825 (...) Mais tout à coup, le voile est tombé, l'illusion a cessé et la détresse a recommencé bien plus forte qu'elle n'était en 1818".

Com efeito, em 1825 eclode uma das mais fortes crises até então conhecidas, que muitos autores consideram como a verdadeira crise industrial e comercial sofrida pela Inglaterra e a primeira crise de "superprodução" digna dêsse nome. Suas características foram: baixa dos preços, *crack* bolsístico, crise de câmbio, crise bancária. Sendo a mais violenta até então revelada, abalou o regime bancário, precipitando na falência metade dos bancos provinciais, causando imensas perdas, afetando a circulação⁽⁵⁾.

Essa crise, como era de esperar, repercutiu na situação interna do Brasil. Em consequência, o preço médio do açúcar, que vinha em ascensão desde 1822, tendo alcançado cêrca de 30 libras-ouro em 1825, em decorrência da crise baixou bruscamente para 27,8 libras em 1826; o do algodão, que andava acima de 75 libras, desceu para 65 naquele ano; o de couros e peles reduziu-se para 72 libras, quando em anos anteriores chegara a 76 libras; a cotação do café, que estava em permanente declínio, atingiu a 2,17, quando em 1821 fôra de 5½ libras.

Nossas exportações em geral também sofrem sua queda máxima do decênio, chegando a 3.319.000 libras-ouro, ao passo que nos anos anteriores e imediatamente posteriores foram de somas mais elevadas⁽⁶⁾. As importações, embora muito reduzidas, foram mais altas do que as exportações, provocando isso, consequen-

(5) Ver, a respeito, Henri ARDANT, *Les crises économiques*, Flammarion, Paris, 1948, págs. 37 e 38.

(6) Sôbre os preços dos produtos, de exportação brasileira, consultar: *Anuário Estatístico do Brasil - 1939-1940*, págs. 1.376 e 1.377.

temente, desequilíbrio em nossa balança comercial e agravamento do balanço de pagamentos.

Na década seguinte, sobretudo na sua segunda metade, outro período de depressão abate-se sobre a nossa conjuntura. Essa depressão se estendeu de 1836 a 1839, mas com repercussões ainda na década seguinte.

As suas manifestações foram sempre as mesmas: baixa de preços, retração de crédito, etc. Na Inglaterra o pânico atingiu especialmente os bancos irlandeses.

Nos E. U. A., porém, o processo foi mais extenso e mais profundo. Após um período de crescimento do mercado monetário e da criação de quase duas centenas de novos bancos, a partir de 1836 várias casas exportadoras de algodão foram à falência, em decorrência da retração das vendas à Inglaterra. Tal situação trouxe dificuldades aos plantadores da malvácea, o que levou o Presidente da República a exigir moeda metálica nas vendas das terras e conduziu a uma grave crise bancária no exercício de 1837. Essa depressão durou praticamente até a descoberta do ouro, em 1849⁽⁷⁾.

Tais depressões da economia mundial não podiam, naturalmente, deixar de ter reflexos sobre a nossa economia, com pressão baixista sobre nossos produtos de exportação, como já vimos antes, em relação aos principais. E como éramos sobretudo uma economia de exportação, estas repercussões abalavam profundamente todo nosso sistema econômico e social.

A influência de todos estes fatores sobre a nossa taxa cambial é visível e bastante acentuada. Assim, a libra que valia 4\$898 em 1822, sobe para 7\$726 em 1828, atingindo seu auge durante a crise da Abdicação, com 10\$521 e 9\$600 respectivamente em 1830 e 1831. Baixa para 6\$295 em 1832, para subir novamente a 8\$118 e 8\$552 nos anos de 1837 e 1838, quando os reflexos desfavoráveis da conjuntura mundial recaem sobre nós.

Por aí se pode verificar como a nossa participação no mercado internacional fez com que as diversas flutuações ocorridas repercutissem internamente, provocando seus efeitos, que o custo oscilante de nosso câmbio evidencia em todo aquêl período.

(7) Henri ARDANT, *ob. cit.*, págs. 38 e 39.

MOVIMENTO MANUFATUREIRO E ARTESANAL

Pode-se compreender fàcilmente que o Primeiro Reinado, com suas crises econômica, financeira e política, com a depressão cambial e amplo liberalismo praticado nas relações comerciais, não tenha sido um ambiente propício para o florescimento das atividades manufatureiras. Os recursos nacionais encaminhavam-se para a lavoura, a tradicional ocupação do país, que emprestava fôro de nobreza, principalmente o café, o nôvo produto que apresentava considerável expansão, ou então para o tráfico negreiro, igualmente em desenvolvimento. Os capitais estrangeiros vinham para os empréstimos governamentais ou dirigiam-se para o comércio, cabendo o atacadista ou grossista, como se dizia então, aos inglêses; o de modas, joalherias, e artigos femininos em geral, aos franceses, e o varejista de gêneros alimentícios, os chamados de sêcos e molhados, aos portuguezês, havendo assim uma espécie de tácita divisão do mercado.

Nessas condições, a criação de manufaturas era restrita e lenta. Temos notícia de que nas duas décadas que vão de 1822 a 1841, fundaram-se sòmente 14 estabelecimentos fabris e apenas 2 sociedades anônimas nacionais, sendo uma a Sociedade de Seguros Mútuos Brasileiros, em 1825, e outra a Barra e Castro, Sociedade Imperial Brasileira, em 1830⁽¹⁾. Na mineração já começavam os investimentos estrangeiros, quase sempre inglêses. Por isso, em 1824 inicia sua atividade a firma inglêsa, Estabelecimento de Mineração Oxenford & Cia.; no mesmo ano começa a trabalhar a Imperial Brazilian Mining Association, e a famosa

(1) "Sociedades mercantis autorizadas a funcionar no Brasil" (1808-1946), Publicação do Departamento Nacional de Comércio e Indústria.

St. John D'El Rey Mining Limited, que viria aos nossos dias, data de 1830⁽²⁾.

Já havia, entretanto, quem incentivasse a criação de manufaturas entre nós. Assim, na sessão do Conselho Geral, de Minas Gerais, em 1831, os seus membros se apresentaram vestidos com tecidos produzidos naquela Província, o que mereceu elogio do Presidente, Manoel Inácio de Melo e Sousa, barão de Pontal. Exaltando o fato, disse êle em seu discurso: "os tecidos de algodão e lã certamente hão de prosperar; maiormente agora, Senhores, que vos dais o exemplo de patriotismo, vestindo os panos patrios (...) Procuremos o melhoramento da indústria e das artes na Província, procuremos não depender de manufaturas estrangeiras, nem destas ficar avassalados; procuremos emendar os nossos erros e destruir os ferros com que Portugal em outros tempos nos agrilhoava"⁽³⁾. Tal atitude seria naturalmente uma espécie de represália à instrução de 1802, recebida pelo governador da capitania de então, Pedro Xavier de Ataíde e Melo, na qual se lhe recomendava "que não consentisse que alguém se lhe apresentasse vestido senão de tecidos manufaturados na Côrte, no Reino ou em seu domínio da Ásia".

Outro exemplo de estímulo à manufatura nacional era o do célebre jornalista baiano, Cipriano Barata, que só se vestia com fazenda de algodãozinho feito no Brasil e só usava chapéus de abas largas, feitos de palha de carnaúba. O pernambucano Pires Ferreira, revolucionário de 1817, também seguia tal exemplo.

Êsse mesmo Gervásio Pires Ferreira fundou em 1825 uma das maiores fábricas de tecidos da época, em Recife, que dispunha de uma grande máquina de 6 cavalos, 12 máquinas de fiar e 21 teares, onde trabalhavam 50 escravos, produzindo cobertores e algodãozinho. Mais tarde adquiriu nôvo equipamento para aperfeiçoar e melhorar sua fábrica, o que não conseguiu, entretanto, devido à sua morte em 1836, sendo as máquinas vendidas separadamente⁽⁴⁾. Outra fábrica de certo porte foi organizada em Sabará, Minas Gerais, em 1837: a Companhia Indus-

(2) FRANCISCO IGLESIAS, *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*, Instituto Brasileiro do Livro, Rio de Janeiro, 1958.

(3) PAULO TAMM, *A família Mascarenhas e a indústria têxtil em Minas Gerais*, pág. 324.

(4) "A indústria têxtil brasileira", *Revista SENAI*, Rio de Janeiro, outubro de 1949.

trial Mineira, que possuía 3 máquinas de aprontar algodão, 28 fusos para fio grosso e 6 teares para colchas de algodão e lã⁽⁵⁾. No presídio de Fernando de Noronha também o seu comandante, Coronel Aleixo José de Oliveira, estabeleceu em 1837 uma pequena fiação e tecelagem de algodão, destinada a fornecer panos para vestimenta dos presidiários, tendo chegado a produzir mais de uma centena de varas de tecidos em um só ano.

Na Bahia, entre outros estabelecimentos, havia uma fundição de ferro e outros metais, organizada em 1828 e uma fábrica de moer cereais; em Niterói havia uma fábrica de oleados envernizados, e no Maranhão uma fábrica de vela de estearina. No Rio de Janeiro contava-se em 1821 com uma fábrica de papel e uma estampanaria, fundadas em 1820, um curtume fundado em 1821, uma fábrica de tecidos, de 1831, e uma fábrica de vidros, de 1839⁽⁶⁾. Ainda outros estabelecimentos importantes no gênero, no Rio de Janeiro dessa época, eram uma serralharia e fundição, de 1828, uma fábrica de carruagens, de 1833, que era atividade importante naquele tempo. Em 1835 começou-se a explorar a indústria do frio, com a fabricação de gelo, sorvetes, etc. Merecia destaque igualmente, devido ao largo uso que dêles se faziam, a fabricação de selins e arreios. Mesmo a República de Piratini, dos Farroupilhas, no Rio Grande do Sul, apesar da luta armada permanente em que vivia, criou uma "fábrica nacional de arreios de montaria, além de um arsenal militar e um laboratório de inflamável"⁽⁷⁾. No Rio de Janeiro, em 1835, o alemão Eduardo Laemmert, que já possuía livraria, funda uma tipografia, onde se publicaram mais tarde a *Folhinha Laemmert* e o *Almanaque do mesmo nome*, que fizeram época e chegaram aos nossos dias. Em 1850 já havia no Rio de Janeiro 25 tipografias. Abundavam também as *boticas*, que não somente aviavam as receitas médicas, como ainda elaboravam preparados, extraídos de nossa flora exuberante⁽⁸⁾.

Ao lado disso tudo funcionavam ainda numerosos outros estabelecimentos produzindo telhas, ladrilhos, móveis, massas ali-

(5) Francisco IGLESIAS, *ob. cit.*, pág. 107.

(6) Dr. Urias da SILVEIRA, *Fontes de riqueza dos Estados Unidos do Brasil*, 1890, págs. 458 e 459.

(7) Alfredo VARELA, *Rio Grande do Sul*, pág. 159, Livraria Universal, Pelotas e Porto Alegre, 1897.

(8) Adolfo Morales de los Rios FILHO, *O Rio de Janeiro Imperial*, Editora A Noite, s/d., pág. 264.

mentícias, flôres artificiais, sapatos, chapéus, etc., alimentando, vestindo, alojando e enfeitando os habitantes das cidades.

Em 1837, o conde de Gestas apresentou, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Memória* sôbre o estado da indústria na cidade do Rio de Janeiro e arredores⁽⁹⁾. Trata-se de trabalho extenso e pormenorizado, em que o autor analisa a situação das manufaturas existentes na Capital do país, na época.

De acôrdo com o memorialista, a fabricação de açúcar encontrava-se em atraso em tôda aquela redondeza, preconizando a produção de açúcar de beterraba, não praticada no país. O uso de máquinas de socar, descascar e peneirar café, como se estava fazendo, poupava mão-de-obra e mesmo vida dos escravos, mas, o uso de estufas poderia substituir a secagem do café pelo sol. Lamentava, contudo, que das plantações de algodão não se fizessem ao menos vestuário para trabalhadores e escravos. Constatou progresso no tratamento dos couros e a existência de fábrica de chapéus de sêda. O muar, principal meio de transporte da época, estava muito caro, pois, de 6 mil-réis por unidade que era em 1812, passara a 100 mil-réis, devendo observar-se ainda a falta de carros para transportes na cidade. A produção do material de construção era de má qualidade, não ocorrendo o mesmo, no entanto, em relação à louça e vidraria. Mereciam-lhe destaques os trabalhos dos artífices, particularmente os carpinteiros de obras brancas e fabricantes de barcos, bem como os ferreiros, os das "obras de agulha" e de rendas e bordados. Apesar da escassez de dados, podia mencionar a existência de três fundições de ferro e cobre, tipografias e fabricação de bombas e peças hidráulicas, fábrica de tecidos de sêda, refinaria de açúcar, fábrica de oleados e tapêtes, imitando os da Inglaterra, fábricas de papel, papelão e estampanaria e várias de sabão e de azeite de baleia e produção de cal de mariscos, além de outras atividades mais.

Como se vê, por esta rápida resenha de um contemporâneo, eram bem pobres as atividades manufactureiras de nossa Capital no Primeiro Império, sendo inferior ao comércio, que já se mantinha intenso, e de razoável nível.

(9) *O auxiliador da indústria nacional*, n.º 3, 1837.

As manifestações artesanais da sociedade brasileira daquele tempo eram, sem dúvida, mais vivas e mais extensas do que as manufatureiras.

Com a chegada da côrte portugueza, trazendo uma aristocracia endinheirada, com a revogação do alvará de 1875, que proibia a existência de manufaturas entre nós e com a abertura de nossos portos ao comércio mundial, as criações e atividades artesanais, em particular as vulgarmente denominadas mecânicas, se ampliaram grandemente, conforme já mostramos em capítulo anterior.

Isso deu lugar a uma ocupação que se foi dilatando e se tornou mais variada ainda, após a vinda dos franceses, logo depois da paz de 1815, abrindo suas casas de jóias, de modas, de perfumes, de bijuterias. Se êsses trabalhos não cresceram nos anos imediatos do regresso da côrte para Portugal, não sofreram muito, apesar da aguda crise financeira que tal fato provocou. Embora se tratasse em muitos casos de um "consumo conspícuo", a classe rica que aqui ficou, composta dos latifundiários locais e dos altos funcionários, conseguiu sustentar essa espécie de ocupações.

As atividades artesanais localizavam-se de preferência no centro da cidade, aglomerando-se em determinadas ruas. Assim, em 1846, de 78 joalherias e ourivesarias existentes no Rio de Janeiro, 66 estavam estabelecidas na rua do Ourives. As boticas amontoavam-se na rua Direita, entre o largo do Paço e a rua do Ouvidor. Havia a rua dos Latoeiros, dos Ferreiros, o beco dos Tanoeiros e assim por diante, de acôrdo com a localização dos artífices.

As tarefas denominadas mecânicas se dividiam em diversas *artes*. As artes do metal compreendiam os ferreiros, serralheiros, fundidores, os atuais funileiros e caldeireiros, os cutileiros, os espingardeiros, armeiros, etc.; as artes da madeira se distribuía por marceneiros, torneiros, entalhadores, carpinteiros de carruagens e de móveis e coronheiros; as artes do couro abrangiam curtidores, correeiros, seleiros, sapateiros e outros; as artes do vestuário incluía alfaiates, algibebe (que vendiam roupas feitas), sombrereiros, carapuiceiros, luveiros, serigueiros (que fazem obras de sêda); as artes de construção abarcavam pedreiros, canteiros, ladrilheiros, azulejadores e vidraceiros; as artes de precisão reu-

niam ourives, lapidadores, relojoeiros; as artes gráficas envolviam compositores de caixa, tipógrafos e gravadores; outros officios englobavam tanceiros, cordoeiros de linha, tecelões, tapeceiros, estofadores, empalhadores, albardeiros, tosadores, oleiros, serradores e até chocateiros⁽¹⁰⁾.

Dentro dessa imensa variedade de atividades, havia algumas figuras que sobressaíam e se tornaram mesmo famosas como entalhadores, que décoravam os templos da cidade; certos tapeceiros e estofadores, muito procurados pelas famílias ricas; determinados ourives que faziam as insígnias para a nobreza; joalheiros que realizavam verdadeiras obras de arte, muito admiradas e procuradas; prateiros, autores de crucifixos, castiçais, lampadários para as igrejas, lapidários e outros mais.

Eram tarefas que exigiam maestria, bom gôsto muito apurado e autênticas vocações. Somava uma considerável quantidade de artistas, muitos com casas montadas, percebendo remuneração elevada pelos seus labôres, merecendo até certa consideração, apesar dos preconceitos de uma sociedade aristocrática, muito impregnada ainda de ranço feudal, como era a daquela época.

Uma das maiores deficiências de nosso processo manufatureiro de então consistia na pouca difusão do uso do ferro. Embora já o fabricássemos desde o tempo de D. João VI, sua localização era imprópria, pois ficava muito distante dos principais centros consumidores de então, como o Rio de Janeiro, Bahia e Recife, as cidades mais desenvolvidas que possuíamos. E o transporte era difícil e caro, em lombo de burros, como já dissemos. A usina de ferro de Sorocaba durou mais, porque tinha uma fábrica de armas a que alimentava e produzia igualmente vários instrumentos para um mercado, embora restrito, como era o de São Paulo daquele tempo.

Por outro lado, já se fazia sentir a deficiência de carvão mineral. Conquanto as jazidas de Tubarão, em Santa Catarina, fôsem conhecidas desde 1832, não despertou interêsse, porque sua exploração seria dispendiosa, por distar 7 a 8 léguas de pôrto de embarque⁽¹¹⁾. Contudo, já em 1842, interessando-se o governo pelo assunto, enviou à Europa o Dr. Progot, que havia des-

(10) Adolfo Morales de los Rios *FILHO*, *ob. cit.*, cap. v, item 3.

(11) "O auxiliador da indústria nacional", n.º 3, 1838.

coberto nas minas de carvão de Santa Catarina camadas de limonite, obtendo um coque que se lhe afigurava próprio para as grandes fornalhas⁽¹²⁾. Parece, no entanto, que não obteve sucesso, pois não se tem mais notícias do fato. Essa dificuldade dura até os nossos dias, embora bastante atenuada.

Enquanto isso, nos E. U. A., de acôrdo com o recenseamento de 1810, já existiam 153 altos-fornos, produzindo 53.908 toneladas de ferro, que foram estimuladas pelo Embargo de 1812, decorrente da guerra napoleônica. No primeiro têrço do século XIX os utensílios domésticos e ferramentas saíam em geral das pequenas fundições ou das oficinas dos ferreiros locais⁽¹³⁾. Sòmente na zona de Pittsburgo, em 1826 existiam sete laminações, consumindo 6.000 toneladas de lingotes⁽¹⁴⁾.

Ao invés disso, adquiríamos ferro e artigos de ferro na Inglaterra. Gilberto Freyre diz que entre 1808 e 1830 poucos eram os brigues vindos da Inglaterra que não trouxessem êstes quatro ou cinco artigos básicos: vidro, ferro, fazenda, louça e bacalhau⁽¹⁵⁾, acrescentando que não havia comerciante inglês que, ao lado de outros, não vendesse artigos de ferro, aço, cobre, bronze, produtos tipicamente ingleses. E a fabricação de ferro é fundamental para qualquer desenvolvimento manufatureiro. Mauá dizia que a indústria que manipula o ferro é a mãe das outras. Modernamente, nosso processo de industrialização teve sua raiz em Volta Redonda, como veremos mais adiante.

Outro fator a considerar é a dimensão do mercado. Assim, enquanto o total de nossa população andava por volta de 4 milhões de habitantes em 1820, a dos E. U. A. era mais do dôbro, ou seja, de 9,5 milhões. Em 1850 a nossa população alcançava, provàvelmente, a 7,5 milhões, ao passo que a dos E. U. A. se elevava a mais de 23 milhões, ou seja, três vêzes mais⁽¹⁶⁾. Dessa forma, enquanto nos trinta anos em aprêço o número de habitantes do Brasil não chegava a dobrar, o dos E. U. A. triplicava.

(12) Adolfo Morales de los Rios FILHO, *ob. cit.*, págs. 261 e 262.

(13) Harold Underwood FAULKNER, *ob. cit.*, pág. 247.

(14) Louis M. HACKER, *Proceso y triunfo del capitalismo norte-americano*, Editorial Sudamerica, Buenos Aires, 1942, pág. 256.

(15) Gilberto FREYRE, *Inglêses no Brasil*, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1948, pág. 200.

(16) *Anuário Estatístico do Brasil - 1939-40*, e Harold Underwood FAULKNER, *ob. cit.*, pág. 281.

Quer isto dizer que não somente a população norte-americana era muito maior do que a nossa, como também crescia a um ritmo mais acelerado, proporcionando isso dimensões diferentes a cada um dos mercados. Se tomarmos a população negra, quase toda escravizada e por isso de inexpressivo poder aquisitivo, vamos encontrar para o Brasil, em 1822, 39,3% e para os E. U. A., em 1820, 22,5%. Em 1850, no Brasil a população negra era de 48,3% e nos E. U. A., de 19,6%⁽¹⁷⁾. Verificamos assim que êsse segmento da população, de baixíssimo poder aquisitivo, não somente era bem maior no Brasil do que nos E. U. A., e além disso, no período em exame a nossa cresceu ao passo que a dos E. U. A. diminuiu proporcionalmente, predominando a população de mais elevada capacidade aquisitiva, ou seja, de maior atividade no mercado⁽¹⁸⁾.

O aumento demográfico norte-americano se fez principalmente à custa da imigração européia, cuja entrada era avaliada em 10.000 por ano até 1825, crescendo gradualmente até 1832, quando atingiu a 60.000, devido à prosperidade americana e às perturbações na Europa, chegando a 79.000 em 1837, para se reduzir à metade no ano seguinte, em consequência da conjuntura desfavorável, mas desenvolvendo-se depois para subir a 100.000 em 1842⁽¹⁹⁾. Aqui não tivemos coisa semelhante. Durante êsse período, se descontarmos os 5.000 fidalgos portugueses que acompanharam a côrte em 1808, o que se pode contar são os suíços vindos ainda no tempo de D. João VI, que fundaram Nova Friburgo e os colonos contratados por Campos Vergueiro, em 1830, para trabalharem em sua fazenda.

Com o fluxo imigratório mencionado, as cidades norte-americanas começaram a surgir e se desenvolver, fazendo com que a população urbana passasse de 4,9% em 1820 para 6,7% em 1830, subindo a 8,5% em 1840 e alcançando a 12,5% em 1850, ou seja, um crescimento de três vêzes em trinta anos. Em 1850 os E. U. A. contavam com duas cidades com mais de 250.000 habitantes, enquanto que o nosso Distrito Federal de então, a cidade mais povoada, tinha apenas 166.419 habitantes, isto é, quase metade de cada uma das cidades norte-americanas.

(17) Luís VASCONCELOS, "No Brasil Imperial", in *O observador econômico e financeiro*, outubro de 1953, e Harold Underwood FAULKNER, *ob. cit.*, pág. 281.

(18) Para nós isso se explica pela aproximação da suspensão do tráfico e a grande exigência de mão-de-obra da lavoura cafeeira em expansão.

(19) Harold Underwood FAULKNER, *ob. cit.*, págs. 285 e 286.

Finalmente (mas nem por isso menos importante) indiquemos que nos E. U. A. desde o começo de sua colonização, e mais tarde com a ocupação de novos territórios, criou-se no campo uma quantidade enorme de pequenas e médias propriedades, ou seja, uma burguesia camponesa de relativo poder aquisitivo, que depressa se constituiu no grande mercado das manufaturas que iam surgindo, principalmente no Norte do país. Daí resultou que praticamente até a Primeira Guerra Mundial toda a expansão norte-americana se fez à custa do mercado interno, em contínua dilatação. As estradas, os rios e os canais, cedo conectaram as cidades em progresso e uniram estas aos campos, num intenso intercâmbio de negócios e trocas de produtos.

Entre nós, as sesmarias do tempo da colonização se transformaram em imensos latifúndios isolados, bastando-se a si mesmas, com suas escravarias e uma produção completamente voltadas para o mercado exterior, como eram as unidades econômicas do Nordeste, as principais da época. Só mais tarde, já com a cultura do café, é que iam surgir entre nós as estradas penetrando o interior, impulsionando a formação das cidades e despertando as transações entre a lavoura e a indústria.

Já em fins do século anterior, Alexandre Hamilton, nos E. U. A., em seu famoso relatório sobre as Manufaturas, com sua visão profética clamou por proteção às manufaturas, solicitando facilidades para imigração de artesãos, auxílio aos inventores, fomento à indústria mediante concessão de subsídios, ereção de tarifas protecionistas e trabalho de mulheres e crianças. Aqui nunca tivemos uma voz possante assim, de tamanha clarividência. O que houve foram exemplos isolados, como os do Conselho de Minas Gerais e as de Cipriano Barata e Gervásio Pires Ferreira.

Tais foram, a nosso ver, as principais causas de retardo em nosso processo manufatureiro, que o seu paralelismo com os E. U. A., a título meramente exemplificativo, colocaram em bastante evidência. Constituem elas um elenco de fatores que se conjugaram e tiveram como fundo amortecedor a decadência de nossos produtos de exportação, sua baixa geral de preços, crise financeira aguda, permanente e acentuada depressão cambial e a intranquilidade social que caracterizou todo aquê tempo.

E isso marcou o nosso futuro.

CRISE GERAL E TRANSIÇÃO

Observando-se o Primeiro Reinado em seu conjunto, o que se verifica desde logo é uma crise ampla que o caracteriza em todos os seus quadrantes, atingindo-o de modo dilacerador.

Assim, temos em primeiro lugar a crise financeira, que o atenuou de maneira inexorável, com profundas repercussões em todos os setores. Sua origem imediata estava na volta de D. João VI a Portugal, levando todos os haveres que estavam servindo de garantia ao papel-moeda em circulação. Decorreu daí uma intensa corrida ao Branco do Brasil, para troca da moeda sem lastro, que se estava desvalorizando rapidamente. Disso resultou a famosa crise do xem-xem, ou crise do cobre, única moeda em circulação e que foi amplamente falsificada. Calcula-se que durante o reinado de Pedro I a moeda falsa chegou a representar 30% da massa circulante⁽¹⁾. Essa situação ocorria porque uma libra custava no mercado 18 vinténs (360 réis) e dava para cunhar peças no valor de 2.000 réis, o que representava lucro fabuloso, remunerando de modo extraordinário os falsificadores. Realizava-se nessas condições uma competição muito forte entre a iniciativa privada e a Casa da Moeda, gerando uma confusão tremenda na política monetária. Data daí uma emissão descontrolada de papel inconversível, que os governos crescentes dos governos não fizeram mais do que agravar, com o correr do tempo. Para muitos estudiosos de nossas finanças aí teve origem a mais que secular inflação nacional que nos garroteia pereneamente, como se fôsse uma maldição, variando apenas de intensidade nas diversas épocas, mas com seu contínuo efeito maléfico. Se não resultou em catástrofes monetárias de maiores conse-

(1) J. Pires do Rio, *A Moeda Brasileira e seu perene caráter fiduciário*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, s/d., pág. 85.

qüências, foi devido ao sistemático alargamento do mercado interno e à absorção de novas quantidades pelas regiões que se foram integrando à economia do país, através da mudança de nossos ciclos econômicos, exercendo influência moderadora na depreciação da moeda⁽²⁾. Tais emissões a largos jatos ocorriam em consequência das necessidades ordinárias da receita em constante aumento. Esta é a razão também dos freqüentes apelos aos empréstimos externos, ao longo de nossa história.

As dificuldades financeiras do Primeiro Império decorriam igualmente em grande parte do defeituoso sistema tributário então vigente. As matérias-primas continuavam poupadas e o impôsto territorial, que deveria recair sobre a lavoura, nossa principal atividade produtora, não só era difícil de perceber, como ainda considerado impopular e impolítico, porque os principais grupos e organizações partidárias derivavam sua fôrça das propriedades rurais, defendendo-as, portanto, de quaisquer agravamentos em seus interesses. A pressão se exercia por isso sobre a tributação indireta, mais diluída e, assim sendo, menos sentida. O impôsto alfandegário, que se mantinha num nível excessivamente liberal de 15%, foi estendido a tôdas as mercadorias e a todos os países em 1828, por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Já na Regência, pela lei Calmon, em 1836, recorreu-se ao impôsto de exportação de 8%. Daí que a receita alfandegária constituísse a maior fonte das rendas tributárias do país. E essa tributação, particularmente a da importação, recaía mais pesadamente sobre as cidades, porque as fazendas, bastando-se a si mesmas, não sofriam quase seus efeitos. Além disso, sobre o comércio urbano existiam vários tributos, que foram agravados durante aquele período, elevando com isso as condições de vida nas cidades. Isso explica o grande descontentamento popular dos centros urbanos da época, que explodiram em motins e revoltas, principalmente no Rio de Janeiro.

Outra crise peculiar à época foi a econômica. Ela se manifestou através da estagnação de nossos produtos tradicionais, como o açúcar e o algodão, que eram ao mesmo tempo nossos principais artigos de exportação. E como éramos sobretudo uma economia de exportação, essa crise afetou fundamente todo o sis-

(2) Ver, a respeito, Oliver ONODY, *A inflação brasileira*, Rio de Janeiro, 1960, págs. 45 e 46.

tema nacional, marcando a estagnação primeiro, e depois a decadência das principais regiões produtoras do país, que eram o Nordeste e Norte. Defluía tal fato, como já assinalamos antes, de uma transferência dos centros produtores para as Antilhas, no caso do açúcar, e para os E. U. A., no caso do algodão, melhores aparelhados tècnicamente e mais próximos geograficamente dos mercados consumidores. Nossos arcaicos métodos de produção, sem renovação, tornavam-nos incapazes para qualquer competição dentro dessa nova ordem de coisas. A situação de tensão geral das contradições que daí resultava provocava a exacerbação dos descontentamentos, eclodindo em rebeliões, cuja manifestação melhor acabada foi a Confederação do Equador, envolvendo três Estados, num movimento muito bem organizado e planejado, encabeçado por elementos das classes dirigentes. Com a crise econômica do Nordeste assinalava-se a decadência daquela vasta região, a mais importante do país, e que constituía todo o fundamento da nacionalidade até então. Era todo um ciclo econômico que assim se encerrava.

Simultâneamente surge no Sul (Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) o café, que, embora com seus preços cadentes, encontra enorme aceitação no mercado, conquistando assim amplas fronteiras. Esse nôvo produto, ganhando adeptos que a êle se dedicaram com afinco e energia robusta, não sômente marca o nascimento de um nôvo ciclo produtor para o país, como desloca o centro econômico e político, deslocamento êsse que iria atingir sua expressão mais alta no Segundo Império, particularmente na primeira fase da República, antes de 1930.

Finalmente, temos a crise política, em parte decorrência das duas anteriores ou por elas muito influenciadas. Assim, quando Pedro I não quer se submeter ao orçamento da Assembléia Geral Constituinte, é porque tem despesas extraordinárias a fazer com sua coroa, com a guerra do Sul, com as ações militares para esmagamento das rebeliões nas Províncias. Isso atingia fundamente o tesouro depauperado, desgostando os deputados. Sua insubmissão aos limites de uma Constituição é o resultado da sua formação e do seu temperamento despótico, agravando com isso a discórdia entre o Imperador e o Legislativo. Sua intromissão na sucessão da coroa portuguesa, após a morte de D. João VI, leva à sus-

peita de estar êle trabalhando pela unificação dos dois reinos, o que significaria para nós a recolonização indesejada por todos.

Tudo isso, como é fácil de compreender, afastava-o cada vez mais dos brasileiros, incompatibilizando-o com a opinião pública e conduzindo ao 7 de abril.

Com a abdicação e a *journée des dupes* dos moderados, escamoteando as aspirações liberais do povo, explode uma série de motins de ruas, principalmente no Rio de Janeiro, que são esmagados pelo chimango Feijó. Como a angustiante situação econômica e financeira prosseguisse, asfixiando nossa economia, paralisando nosso desenvolvimento, levantes armados de certa proporção, às vèzes com amplos apoios populares, eclodem no Nordeste e Norte, como a Abrilada e a Setembrada de Recife, em 1832, que se desdobra na Cabanada de Pernambuco; a Cabanagem do Pará, em 1835; a Sabinada da Bahia, em 1837; a Balaiada do Maranhão, em 1838, e em 1835 a grande Revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que duraria dez anos e constituiu o mais vivo descontentamento contra uma tributação inepta, que estava afogando a sua economia.

Era um vasto protesto generalizado que dessa forma se manifestava contra a conjuntura asfixiante e o anacrônico sistema econômico e social reinante, que nem o movimento da Independência nem a Abdicação foram capazes de remover ou sequer atenuar. Daí as reivindicações republicanas e federativas que brotam em todos êstes levantes, com uma aspiração renovadora.

Outro traço marcante do Primeiro Reinado foi o de ser êle um período de transição, não só no sentido geométrico de intermediário entre a Colônia e o Segundo Reinado, como também no sentido de preparação para o período histórico imediatamente posterior.

Nesse sentido, no domínio econômico, temos a transferência do centro econômico do Nordeste para o Sul, conforme já salientamos, com o surgimento do café e sua formidável preponderância na vida nacional daí por diante.

Do ponto de vista administrativo temos a institucionalização do país como monarquia hereditária, constitucional e representativa, o reconhecimento da independência, a promulgação do Código do Processo Criminal, a criação das duas Faculdades de

Direito (São Paulo e Recife), a formação do Arquivo Público, a abolição da censura prévia à imprensa, organização do Serviço Sanitário Marítimo, permissão de exportação de moeda para as Províncias, recenseamento da cidade do Rio de Janeiro em 1838, estabelecimento do Seminário São Joaquim (mais tarde Colégio Pedro II), abertura do Museu Nacional à visitação pública, fusão da Academia Militar, contrato para a navegação a vapor das baías do Império, criação de uma Escola de Agricultura no Rio de Janeiro, fundação do Instituto Histórico e Geográfico, autorização para contratar a construção de diversas estradas de ferro, fundação da Escola de Belas-Artes, além de outras mais.

No domínio estritamente financeiro deve salientar-se que após a abdicação houve reforma do tesouro, com decreto fixando as despesas do Ministério do Império, dividindo-se o orçamento na parte geral e provincial. Em 1833 tenta-se criar um novo Banco, mas sem resultado. No ano seguinte, com o Ato Adicional, várias alterações na Constituição dão maior autonomia às Províncias e introduzem modificações na distribuição da Receita e Despesa. Nos anos subseqüentes vários tributos são majorados, num anseio de recuperação dos *deficits* orçamentários.

Com isso procurava-se organizar e regularizar a situação financeira do país, dando-lhe ao mesmo tempo ordem e criando as repartições e a engrenagem indispensáveis para o funcionamento adequado, dentro do novo regime que se estava estabelecendo.

Era um largo passo à frente, que dessa forma se realizava no domínio administrativo, jurídico, financeiro e cultural em relação ao tempo de D. João VI, e com os quais se lançavam os fundamentos da nação.

No terreno ideológico-partidário, ou político propriamente dito, as coisas assumiram também contornos definidos e definitivos, com projeções para o futuro. Os debates atrevidos da imprensa, as batalhas de rua, as lutas parlamentares foram plasmando grupos e correntes políticas que se constituíram em delimitadores dos setores da opinião pública, dividindo-se em três: os jurujubas ou farroupilhas, liberais exaltados, ao extremo de partilharem a República; os chimangos ou liberais moderados, dominando no governo; caramurus, retrógrados ou restauradores, pregando a volta de Pedro I. Mais tarde, êstes grupos políticos

fundiram-se em Sociedades: Sociedade Defensora da Liberdade e Independência, dos moderados; Sociedade Conservadora ou Militar, dos retrógrados; Sociedade Federal, dos exaltados. Distinção curiosa da época igualmente era o uso do chapéu, sendo o dos exaltados chapéus de palha, feito de taquaruçu, e o dos moderados, o chapéu redondo ou chapéu de côco, de origem estrangeira.

Do ponto de vista social, isto é, de classes, os exaltados compunham-se das camadas mais pobres da sociedade (excluídos os escravos, naturalmente sem direitos políticos): funcionários públicos, empregados do comércio, a "caixerada", como se dizia então, artesãos, os raros operários, soldados, pequenos graduados e oficiais de baixa patente; os moderados, segundo o próprio Evaristo da Veiga, um dêles, eram os proprietários, fazendeiros, industriais capitalistas e pessoas ilustradas, prudentes, dadas à reflexão e ao estudo do regime social ou, em outras palavras, o elemento conservador da sociedade, proprietários urbanos, fazendeiros, burguesia intelectual⁽³⁾; os conservadores, retrógrados ou caramurus, além dos irmãos Andradas, convertidos em paladinos da volta de Pedro I, abrigavam comerciantes reinóis, para os quais o verdadeiro patriotismo consistia em ver seu rei dominar outros povos e a patulêia de desordeiros e capoeiras, instrumentos das arruaças. Com a morte de Pedro I, em 1838, êste grupo perdeu sua razão de ser e esfacelou-se. Com as derrotas das rebeliões populares e militares do Rio de Janeiro e sufocamento dos levantes nas Províncias, os exaltados perderam o estímulo da luta, desaparecendo praticamente da cena política. Com o "regresso", organizado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, antigo chefe moderado, amigo de Evaristo da Veiga e Feijó, formava-se o Partido Conservador em 1837. Simplificava-se com isso o cenário político nacional, no qual passavam a existir somente dois partidos políticos: o Conservador, constituído pelo "regresso", e o Liberal, dos que continuaram fiéis aos antigos moderados.

E estas duas únicas organizações político-partidárias dirigirão o país daí por diante, revezando-se no poder, debatendo e deliberando nas duas casas parlamentares sôbre todos os pro-

(3) Otávio Tarquínio de Souza, *Evaristo da Veiga*, pág. 186.

blemas, decidindo assim os rumos da nação. Seus destinos comuns explicam-se pela semelhança de opiniões, decorrentes da mesma base social em que se apoiavam: fazendeiros, comerciantes, capitalistas e intelectuais “prudentes”, como os chamou Evaristo da Veiga. O grosso da população trabalhadora não tinha participação política. A classe média, os pequenos comerciantes e pequenos lavradores, os artesãos e funcionários públicos, pela própria estrutura econômica do país eram numericamente fracos e achavam-se desarticulados desde a derrota dos exaltados, mantendo-se à margem da vida política ou integrando como massa sem expressão os dois partidos dominantes. O proletariado praticamente não existia, pois a indústria era ainda uma atividade incipiente no país, dando os primeiros e tímidos passos, como já vimos.

Tal o cenário sócio-político em que nasceu o Segundo Reinado entre nós.

Segundo Império

GOLPE DA MAIORIDADE

A passagem para o Segundo Império não se fez de uma forma pacífica, normal, de acôrdo com a Constituição, que exigia a idade mínima de 18 anos completos para o nôvo imperador. Fêz-se de modo brusco, violento, em 1840, através do chamado “golpe da maioria”, quando Pedro II contava apenas 14 anos. A causa dessa antecipação foi uma série de acontecimentos ocorridos nos anos imediatamente anteriores e que por isso mesmo precisam de ser rememorados, embora rapidamente, para sua melhor compreensão.

Tendo sido eleito Regente em 7 de abril de 1835, Feijó toma posse do cargo em 9 de outubro seguinte e já no dia 14 organizava seu primeiro ministério. Em 24 do mesmo mês expõe à Nação os princípios com que iria nortear os negócios públicos: observância da Constituição e do Ato Adicional, execução das leis penais e arrecadação das rendas com zelo mas sem vexame, atenção à agricultura e introdução de colonos que tornaria desnecessária a escravatura⁽¹⁾. Ora, a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre constituía a questão nevrálgica daquele tempo⁽²⁾.

Feijó pertencia à ala dos chimangos sem compromissos com os latifundiários, mais ligada à burguesia urbana, que se vinha formando com a intensificação de nosso comércio externo e in-

(1) Vitor de AZEVEDO, *Feijó*, Editora Anchieta Ltda., 1942, pág. 196.

(2) Vitor de AZEVEDO, *ob. cit.*, pág. 199.

terno, após a abertura dos portos. A idéia da substituição do trabalho escravo pelo livre assustou e mobilizou a aristocracia rural. A eleição para deputados, realizada no ano seguinte, revela tal situação. Eis como no-la descreve um biógrafo do Regente: “Nessas eleições de 1836 lançavam-se as bases do futuro partido conservador do Segundo Reinado, a cuja sombra se abrigaram de preferência os proprietários agrícolas, fazendeiros e senhores de engenho, latifundiários e escravocratas, empenhados em contrabalançar na direção política do país a influência dos centros urbanos, com seus agitadores e sua imprensa, preponderantes desde os dias da Independência. Vasconcelos, Honório Hermeto, Rodrigues Tôrres, já então tácita ou declaradamente unidos a elementos que os representavam, por exemplo o marquês de Olinda, foram os que mais claramente perceberam os novos rumos dos acontecimentos”⁽³⁾.

A eleição de Feijó dividiu os chimangos, passando para a oposição os que se julgaram preteridos ou mal aquinhoados. Surgiu também uma questão de jurisdição com a Santa Sé. Tudo isso levou a dificuldades com a Assembléia Legislativa, acabando em conflito aberto. A não solução da Revolução Farroupilha era outro motivo de ataque ao Regente. Em dezembro de 1836 Evaristo da Veiga, que defendia Feijó, fechou a *Aurora Fluminense*. Em 1837, após uma viagem a Minas Gerais, teve uma entrevista com o Regente, pedindo-lhe que transigisse, chamando para o governo os “regressistas”. Feijó não quis ceder. Separaram-se brigados e uma semana depois, em dezembro de 1837, Evaristo da Veiga morria, dizem que de desgosto.

A crise que cercava Feijó açulou seus inimigos rancorosos. Uma velha doença que o atenazava — a tabes — agravou-se. Coroando tudo isso, sua velha mãe, Maria Joaquina de Camargo, com mais de 80 anos, morria de repente em São Paulo, solteira, sendo sepultada como desconhecida, sem nome de família, na Igreja do Rosário — o templo dos escravos.

Desgostoso com o que se passava, resolveu renunciar. As forças físicas escasseavam-se-lhe cada vez mais e os acabrunhamentos morais eram muito grandes. Chamou então os amigos,

(3) Otávio Tarquínio de Sousa, *Diogo Antonio Feijó*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1942, pág. 242.

expôs-lhes a situação com franqueza, mas ninguém quis assumir o cargo que estava para vagar. Diante disso, transmitiu-o ao regressista moderado, Pedro de Araújo Lima. Foi uma surpresa geral, sendo Feijó acusado de ter entregue o poder de mão beijada aos inimigos.

Desaparecia assim o último govêrno chimango.

Com a subida ao poder dos regressistas, em setembro de 1837, as forças latifundiárias procuraram consolidar sua posição. Levantaram desde logo a necessidade de esclarecer o Ato Adicional, em vista das dúvidas suscitadas pelos termos vagos, obscuros e inexatos com que foram redigidos, o que no fundo queria dizer uma reforma das leis no sentido de fortalecer a autoridade e preservar a unidade nacional, em perigo pelos motins e desordens que se sucediam desde o 7 de Abril. Vasconcelos, o monstro, inicia a campanha centralizadora, preconizando a retirada aos juizes de paz das atribuições policiais, acabando com o sistema das listas organizadas pelas edilidades para escolher os promotores, juizes municipais e de órfãos. Falou-se mesmo na necessidade de uma ditadura legal, nos jornais e na Câmara. Era a "autoridade", no seu mais amplo sentido, que se pedia.

Com isso surgia a idéia da maioria, pois, com um imperador, a ordem se implantaria providencialmente.

Os liberais apoderaram-se dela com o pretexto para a volta ao poder. Organizaram o Clube da Maioridade, que começou a receber adesões de parlamentares, ao mesmo tempo que iniciavam forte campanha popular a respeito.

Os conservadores apreenderam imediatamente o alcance dos objetivos visados pelos liberais e começaram a manobrar aceitando também a maioria, apenas transferindo-a para 2 de dezembro, quando o imperador-menino atingisse 15 anos. No fundo, porém, o que tinham em vista, era outra coisa: uma lei do Conselho do Estado que os garantisse no poder, reforma do Código dando maior força à polícia, nomeação dos postos da guarda nacional pelo govêrno central e nova eleição⁽⁴⁾. Como os liberais acelerassem sua ação, recorreram ao recurso extremo: dissolveram a Câmara, convocando nova eleição.

(4) Teófilo OTTONI, *Circular*, pág. 83.

Com isso os acontecimentos se precipitaram e os deputados liberais, tomando a frente de uma demonstração popular exaltada, invadem o Senado, provocando o famoso *quero já* do jovem imperador, elevando-o ao trono.

O golpe da maioria estava vitorioso e os liberais voltavam ao poder. Mas, o ministério organizado não correspondeu às aspirações dos triunfadores. A voz desencantada de Teófilo Ottoni depõe: "Pela minha parte vi com a mais dolorosa surpresa que, tomado o castelo, depois de assédio prolongado e assalto tão perigoso, os generais não houvessem içado nos torreões a bandeira vitoriosa"⁽⁵⁾. Segundo o mesmo autor, êsse ministério teve uma carreira obnóxica, de onde resultou a volta ao poder dos conservadores em março de 1841.

Com a retomada do govêrno, prosseguiram êles na faina de reforçar seu poderio e de procurar maiores garantias para a situação latifundiária. Com êsse escopo, após violenta e prolongada luta parlamentar, conseguiram aprovação pela Câmara das leis criando o Conselho de Estado e reformando o Código do processo (novembro e dezembro de 1841), as chamadas "leis do cabresto". Pela primeira, criava-se um Conselho Vitalício, com funções próprias, acima dos outros podêres, o que representava para os liberais um monstro, passando o poder do monarca para as mãos de uma oligarquia. A segunda alterava as disposições do Código no referente ao processo, ao tribunal de júri, à magistratura e à política⁽⁶⁾. Além disso, o govêrno, convocando novas eleições, praticamente anulou as eleições que se realizaram dois anos antes, dando maioria aos liberais⁽⁷⁾.

Êstes fatos excitaram mais os ânimos dos liberais, que já vinham exaltados desde a discussão das "leis do cabresto", levando-os ao recurso das armas. Era a revolução de 1842 que estourava em São Paulo e Minas Gerais. Era ao mesmo tempo a última ofensiva dos chimangos, à qual não faltou nem a sua figura mais expressiva, o padre Feijó, que pouco depois morria.

Com a derrota daquela revolução encerrava-se o período turbulento da Independência e da Regência. O país voltava à

(5) Teófilo OTTONI, *ob. cit.*, pág. 85.

(6) Rocha POMBO, *História do Brasil*, 1947, vol. v, págs. 69 e 70.

(7) Vitor de AZEVEDO, *ob. cit.*, pág. 222.

normalidade. A prosperidade da economia cafeeira daí por diante asseguraria um tempo de tranqüilidade nacional.

Mas, a infra-estrutura econômica que faltava à burguesia urbana nascente de então e por cuja superestrutura política, social e jurídica tanto se bateram seus mais lídimos representantes, lhes seria proporcionada pela mesma economia cafeeira em desenvolvimento, dadas as características particulares que apresentava, conforme veremos, a seguir.

O Segundo Império se inaugurava sob o signo promissor do café, que lhe iria garantir a sua longa existência de cinquenta anos.

FÔRÇA AVASSALADORA DA ECONOMIA CAFEIEIRA

A tendência de superioridade manifestada pela economia cafeeira no Primeiro Império e na Regência, transformou-se numa fôrça avassaladora no Segundo Império. Sua repercussão por isso foi enorme em todos os quadrantes da vida nacional, provocando alterações profundas, desconhecidas até então, com influências que até hoje se fazem sentir. Mudou completamente a fisionomia do país, dando origem a modificações transcendentais e submetendo-o à sua coerção imperiosa. Esse processo teve derivações tão fecundas em tantos sentidos, que é preciso acompanhá-lo, ao menos em suas linhas gerais, para compreendê-lo em seu inteiro significado.

Sua principal manifestação foi a potência criadora que revelou, tanto em grandeza quanto em rapidez. Por decênios, em milhares de sacas de 60 quilos, esta foi a sua produção:

1841-1850	17.121
1851-1860	26.253
1861-1870	28.847
1871-1880	36.336
1881-1890	53.326 ⁽¹⁾

Uma expansão assim acelerada não podia deixar de refletir na esfera internacional. Com efeito, a produção mundial de café triplicou no quarto de século que vai de 1825 a 1850, ao passo que a produção brasileira, durante o mesmo período, quintuplicou. Esse ímpeto de crescimento proporcionou-lhe posição he-

(1) Afonso d'E. TAUNAY, *Pequena história do café no Brasil*.

gemônica no campo internacional, pois, no quinquênio de 1875 a 1880, para uma produção mundial que alcançou a 8.500.000 sacas, o Brasil já contribuía com 50%, cabendo 20% ao resto da América e 30% à Ásia e África juntas⁽²⁾.

Essa superioridade nunca mais iria ser perdida pelo nosso país.

Quanto aos preços, mantiveram-se continuamente em ascensão, tanto em moeda nacional quanto em libras, bastando para ilustrar, mencionar o valor médio da saca, por libra, nos vários decênios:

1841-1850	1,32
1851-1860	1,89
1861-1870	2,36
1871-1880	3,11
1881-1890	2,54

A baixa do último decênio, em relação ao anterior, se deve às dificuldades pelas quais passou o país no fim do Império⁽³⁾.

Essa formidável expansão da economia cafeeira, com posição preponderante no mercado mundial, deu-lhe destaque em nossas exportações, pois, enquanto o café aumentava suas vendas, a dos demais produtos decaía. Assim, a participação do açúcar, que era de 28,5% em 1840-41 baixou para 6,2% em 1890; a do algodão, que era de 9,4% desceu para 2,4% em igual período; a de couros decresceu de 3,6% durante aqueles anos. Os produtos que aumentaram sua participação em nosso comércio exterior foram o fumo, que de 1,6% subiu para 2,1%; a borracha, que de 0,5% ascendeu para 9,7%, e o mate que, de 0,7% passou para 1,5%. O cacau permaneceu estacionário nos dois períodos extremos indicados. Enquanto isso, a percentagem do café na exportação nacional nos cinco decênios em exame subiu de 41,4% para 61,5%.

Compreende-se fàcilmente, assim sendo, que continuássemos uma economia de exportação, como nos tempos coloniais e tôda a política econômica girasse em tórno do café. E foi essa prosperidade cafeeira que assegurou tranqüilidade ao país, depois dos

(2) Roberto SIMONSEN, *Aspectos da história econômica do café*, pág. 277.

(3) Afonso d'E. TAUNAY, *ob. cit.*

tempos borrascosos da Regência, propiciando o progresso e a centralização do Segundo Império.

Um dos grandes efeitos da lavoura de café entre nós foi o deslocamento regional que produziu.

Já mencionamos que a expansão dessa lavoura, partindo da atual Guanabara, se espalhou pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e norte de São Paulo. Regiões inteiras dessas províncias cobriram-se com suas plantações, sendo que novas comarcas e municípios surgiram e se desenvolveram sob o seu influxo. Nessas fazendas cuidava-se exclusivamente de café e havia fazendeiros, como o comendador Joaquim José de Sousa Breves, na Província do Rio de Janeiro, que, em 1860, em suas várias fazendas, colhia 205.000 arrôbas, o que representava 1½% da safra de todo o país naquele ano. O número de escravos que possuía era de 4.000 a 6.000.

Tais fazendas localizavam-se em terrenos montanhosos, em íngremes inclinações dos contrafortes dos vales, de modo que o desnudamento dos terrenos e a falta de cuidado produziram erosões, provocando a decadência daquelas regiões, pelo esgotamento dos húmus. Daí provieram rendimentos decrescentes da produção, enfraquecimento das plantas, pragas destruidoras e suas decorrências inevitáveis: empobrecimento, abandono da cultura, rarefação demográfica⁽⁴⁾.

A partir de meados do século passado, mais ou menos, saindo de Campinas, teve início a marcha do café paulista para o oeste, embrenhando-se por Amparo, Serra Negra, Bragança, etc., abrangendo o Rio Piracicaba e os afluentes do Mogi-Guaçu, para mais tarde atingir a extraordinária terra roxa de Ribeirão Preto e outros municípios dos arredores.

Com êsse deslocamento da fronteira econômica, a produção paulista de café cresceu prodigiosamente. Assim, em 1870 representava 16% da produção nacional e em 1880 subia para 20%, atingindo a 40% em 1888.

As causas que propiciaram êsse enorme surto cafeeiro no planalto paulista foram apontadas por Roberto Simonsen, e podem ser assim resumidas:

(4) Caio PRADO JÚNIOR, *História econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, pág. 174.

1. clima e solo ideais para a cultura, pois, enquanto no Vale do Paraíba a produção média por mil pés não ia além de 30 a 40 arrôbas, no planalto era o dôbro e em certas zonas de terra roxa as primeiras colheitas equivaliam ao quádruplo da média fluminense; o terreno apresentava ondulações suaves;
2. o clima do planalto era propício à imigração;
3. facilidade de créditos nos últimos tempos da monarquia, estimulando novas plantações;
4. alta do preço-ouro a partir de 1886 e baixas cotações cambiais;
5. sistema estimulante de remuneração dos colonos mediante a exploração de cereais nas terras novas;
6. facilidade de transportes pelo incremento das ferrovias;
7. concentração das atividades agrícolas na monocultura do café⁽⁵⁾.

Com o deslocamento da produção ocorreu também, como é natural, uma transferência nos portos de exportação. Dêsse modo, enquanto na primeira fase da expansão cafeeira tôda a produção fluminense, mineira e do Vale do Paraíba se concentrava no pôrto da Guanabara, para seu escoadouro ao exterior, com o desenvolvimento da produção no planalto paulista a saída para fora passou a se fazer pelo pôrto de Santos. Por isso, de 1850 a 1859, a superioridade do pôrto carioca é manifesta; de 1860 a 1868, há um certo equilíbrio entre os dois portos, e de 1869 em diante o pôrto de Santos começa a ganhar vantagem, que não perderá mais daí por diante.

Teve grande influência nesse sentido a construção das várias estradas de ferro, principalmente a antiga São Paulo Railway, ligando a Capital paulista a Santos, cujo início de construção data de 1860. A seguir, vieram as outras: em 1868 surgia a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1870 formava-se a Companhia Ituana e no mesmo ano aparecia a Companhia Sorocabana, em 1872 era organizada a Companhia Mogiana e ainda em 1872 iniciava-se a ligação ferroviária São Paulo-Rio de Janeiro. Aos lados dêstes troncos principais iam surgindo ramais diversos, ligando vários centros produtores⁽⁶⁾. E à medida que as linhas ferroviárias se estenderam pelo interior de São Paulo, iam-se ampliando as plantações de café.

(5) Roberto SIMONSEN, *ob. cit.*, págs. 279 e 280.

(6) Roberto SIMONSEN, *ob. cit.*, págs. 256 e 257.

Esta criação e extensão de linhas ferroviárias no interior foi mais uma conseqüência e ao mesmo tempo nôvo fator de desenvolvimento da produção cafeeira no planalto paulista. Ao proclamar-se a República, em 1889, sòmente São Paulo já possuía 1.239 quilômetros de ferrovias, sem contar o ramal que vai para o Rio de Janeiro, entroncando-se com a D. Pedro II em Cachoeira.

O regime de garantia de zona e de juros com que foram construídas tôdas as estradas de ferro facilitou seu rápido incremento. No entanto, os lucros que auferiram e o extraordinário desenvolvimento das regiões a que serviam propiciaram ao governo, a partir de 1880, a supressão dos juros para outras concessões⁽⁷⁾.

Outra derivação da extensão da plantação de cafèzais, foi a introdução do uso de máquinas, decorrente da escassez e encarecimento da mão-de-obra. No amanho da terra começou-se a empregar o arado, o que foi pôsto em relêvo pelo ministro da Fazenda de então. Após a Guerra do Paraguai, começaram também a entrar em uso ventiladores, despoldadores e aparelhos de bur-nir e separar o café. Com o uso da maquinaria operou-se nas fazendas maior divisão de trabalho pela introdução de maquinistas, mecânicos, pedreiros, pintores, oleiros, etc., com funções específicas e diversificadas, o que antes não acontecia, quando tudo repousava no trabalho escravo indiscriminado.

Com a propagação da economia cafeeira os rendimentos dos negócios públicos se ampliaram igualmente. Eis a dinâmica da receita das cinco maiores Províncias da época:

Receitas em mil-réis

<i>Províncias</i>	<i>1849</i>	<i>1889</i>
Rio de Janeiro	885:100\$000	4.399:250\$000
Bahia	868:042\$000	3.345:101\$000
Pernambuco	714:346\$000	3.577:870\$000
Minas Gerais	444:027\$000	3.474:000\$000
São Paulo	290:848\$000	4.089:318\$000

(7) Roberto SIMONSEN, *ob. cit.*, pág. 258.

Verifica-se pelos dados acima que os maiores aumentos ocorreram nas Províncias produtoras de café, sendo particularmente digno de relêvo o que sucedeu com São Paulo, que, do último passou para o segundo lugar.

O resultado desta prosperidade, determinada pela expansão da economia cafeeira, se fêz sentir igualmente em nossa balança de comércio exterior, onde começaram a aparecer saldos a partir de 1860, apesar de uma importação crescente, que era reflexo da melhoria de padrão de vida de certas camadas da população. Decorreu daí que foi “nesta época que o Brasil tomara pela primeira vez conhecimento do que fôsse progresso moderno e bem-estar material”⁽⁸⁾.

Tôda esta imensa riqueza, surgindo no campo, deu origem a uma nova aristocracia rural, a dos fazendeiros de café, em substituição à dos antigos senhores de engenho, do Nordeste. As fazendas, particularmente do Rio de Janeiro e do norte paulista, passaram a ostentar fausto, dando festas suntuosas, apresentando luxo e requinte. Algumas delas tinham 1.000 habitantes, com igreja e capelão próprio, escolas, pomares, hortaliças e jardins. As porcelanas, móveis, cristais e tapeçarias vinham da Europa. Suas festas duravam dias, custando dezenas de contos de réis, quantia vultosa para o tempo. Além disso, mantinham na Côrte enormes e luxuosos palácios residenciais, transformando-se em centros de brilhantes recepções políticas e mundanas, reunindo diplomatas, escritores, jornalistas, pintores e demais elementos de relêvo social. Era o esplendor da riqueza da aristocracia do café. Em São Paulo, êsse fausto e esplendor virá mais tarde, na chamada Primeira República, no início do século, antes da crise de 1929, como veremos oportunamente.

Mas, apesar de tôdas estas transformações, a estrutura econômica não mudou. Ao contrário, reforçou o sistema tradicional de uma economia voltada inteiramente para a produção intensiva de poucos gêneros de exportação. Se com isso a crise econômica e social gerada pelo Primeiro Império e a Regência foi superada, perpetuava-se a grande propriedade monocultural, trabalhada por escravos, que vinha da época colonial e havia sido momentaneamente abalada.

(8) Caio PRADO JÚNIOR, *ob. cit.*, pág. 179.

A consequência mais importante, contudo, da expansão cafeeira, foi a de provocar a transformação no sistema de mão-de-obra vigente, num processo mais ou menos lento, que levou à derrocada do próprio Segundo Império. Com a Abolição, caía também a Monarquia.

É desse processo, de tão alta significação, que nos ocuparemos no capítulo a seguir.

TRANSIÇÃO DO TRABALHO SERVIL PARA O TRABALHO LIVRE

O trabalho escravo era a questão nevrálgica do Império, porque era a parte mais importante da produção — a mão-de-obra — já que não usávamos máquinas no sistema de trabalho. Por isso êle se inseria na infra-estrutura da sociedade, com sua imensa repercussão. Não somente na lavoura e na casa-grande o serviço escravo preponderava, como também nas atividades artesanais e mesmo nos serviços domésticos familiares, por vêzes sendo a principal ou a única fonte de renda. Isso explica as consideráveis forças que se levantavam contra a Abolição e a sua longa gestação durante todo o Segundo Império. Daí que o processo abolicionista tenha sido vagaroso e também se efetuasse por etapas sucessivas, através de um movimento gradativo, cheio de lances dramáticos. Mas, à medida que tal processo evolutivo se realizava, como consequência da expansão econômica, êle influía por sua vez para forçar uma nova etapa do seu próprio desenvolvimento, numa ação recíproca, em verdadeiro movimento dialético. Além disso, suas causas, e também seus efeitos, não foram uniformes em todo o país, variando nas diversas regiões, por motivos diferentes e conhecidos.

Tal a complexidade do assunto.

Durante os três primeiros séculos de nossa existência — o período colonial — êsse problema não se apresentava, pois o tráfico negreiro era livre, não havendo qualquer dificuldade em repor os negros que morriam ou de trazer novas levas para atender às necessidades de mão-de-obra para a produção em ascensão. Foi mais tarde, após a fuga da côrte portugueza para cá, quando

se iniciou a influência inglesa sobre nós, que a questão surgiu, trazendo as complicações que lhe foram peculiares.

Esse fato se explica pelas transformações operadas na economia mundial, que teve como centro a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra e a estruturação definitiva do capitalismo. Os novos grupos industriais estavam interessados em conquistar e ampliar os mercados para seus produtos em crescente expansão. Tal interesse levou a Inglaterra, tanto em sua ação diplomática quanto na atuação nos congressos internacionais, a uma violenta campanha contra a importação de negros, favorecendo igualmente o aparecimento de associações filantrópicas que se batiam pela libertação dos escravos. Essa atuação inglesa resultou na liquidação do sistema colonial na América espanhola, particularmente nas Antilhas, onde exercia preponderância acentuada.

No tratado de reconhecimento de nossa Independência pela Inglaterra, em 1826, havia uma cláusula pela qual o Império se comprometia a restringir o tráfico e a suprimi-lo em março de 1830. E, efetivamente, em 1831 tomou-se medida proibindo a entrada de negros no Brasil, mas, a demanda crescente de mão-de-obra para as lavouras de café em desenvolvimento tornaram letra morta aquela providência.

Como a situação não se modificasse, em 1845 a Inglaterra, unilateralmente, promulgou o *Bill* Aberdeen, sujeitando os navios brasileiros à inspeção e apreensão de escravos, decisão essa que provocou enorme desentendimento entre nós, pela interferência em nossa soberania que ela representava. O tráfico então tornou-se uma questão diplomática litigiosa e mais difícil de ser exercido. A vigilância da Inglaterra recrudescceu, transformando-se mesmo em imposições, violações de direito e abuso de força sobre nossos navios e nossos portos. Mas, com essas medidas de violência, seus objetivos foram frustrados, pois, em lugar de se amenizar, intensificou-se o tráfico. Sendo maiores os seus riscos, o preço do africano cresceu, passando em três anos de 630 mil-réis por cabeça a um conto e trezentos e cinquenta mil-réis — ou seja, mais do dobro — e a importação, que oscilava entre 17.000 e 22.000 pessoas por ano, passou para acima de 50.000 e mesmo 60.000 a partir de 1846.

Para exercer sua repressão no mar a Inglaterra despendia 650 mil libras por ano e fez tratados com outras nações contra

o tráfico negreiro, inclusive com chefes de nações africanas. Diante disso e da pressão interna contra a escravidão, que já principiava a se avolumar, o governo brasileiro teve de ceder, promulgando a célebre lei Eusébio de Queirós, abolindo o tráfico negreiro, de 1850.

Qual a razão de tanto empenho da Inglaterra em combater o tráfico africano e a escravidão no Brasil?

Em primeiro lugar havia a concorrência que os produtos brasileiros faziam aos similares ingleses das Antilhas, em consequência da mão-de-obra mais barata⁽¹⁾.

Em segundo lugar havia o interesse dos fabricantes ingleses em ampliar o mercado interno brasileiro, ao qual vendia mais do que toda a América do Sul e o México juntos, enquanto que comprava muito pouco do Brasil⁽²⁾. A quantidade de escravos existentes entre nós no início do século XIX era de 3.993.000 contra 1.347.000 brancos⁽³⁾.

Em terceiro lugar as buscas e apreensões nos navios muitas vezes se transformavam em verdadeiros atos de pirataria, apreendendo volumes de louças, estátuas, candelabros, conservas e doces⁽⁴⁾ que nada tinham a ver com o tráfico negreiro.

Em quarto lugar deve-se mencionar a expansão imperialista britânica que se iniciava e para cuja vitória era indispensável abolir o tráfico e afastar outras nações, como o Brasil, com influência crescente junto aos régulos africanos.

Por outro lado, as razões brasileiras para se oporem à suspensão do tráfico naquela primeira metade do século XIX eram ponderáveis. Do ponto de vista econômico a cessação súbita da fonte de braços traria um colapso à lavoura e os prejuízos daí decorrentes provocariam a ruína de nossos fazendeiros. Do ponto de vista político, nem as autoridades nem os parlamentares se arriscariam a enfrentar os protestos dos comerciantes e demais pessoas envolvidas no tráfico, tão grandes eram eles. Ademais, o

(1) Caio de FREITAS, *George Canning e o Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1958, vol. II, pág. 387.

(2) A. K. MANCHESTER, *British Preeminence in Brazil*, pág. 207.

(3) Viotti da COSTA, *Da senzala à colônia*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966, pág. 13.

(4) José Honório RODRIGUES, *Brasil e África — outro horizonte*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1961, pág. 175.

governo tinha uma boa fonte de renda nesse comércio infame. Um consul britânico da época (1823) calculava tal renda em 200.000 libras anuais.

Os traficantes negreiros eram numerosos e poderosos, penetrando até nas altas esferas administrativas, o que levou Paulino de Sousa, em 1852, a dizer em pleno Parlamento: “muita gente houve mais ou menos diretamente comprometida no tráfico”⁽⁵⁾. Um ministro norte-americano escrevia em 1846 que somente havia três maneiras de enriquecer no Brasil: o tráfico negreiro, a usura e os negócios dos comissários de café, acrescentando que os estrangeiros se ocupavam do último, restando ao brasileiro para ser “homem de importância” os dois primeiros. De uma lista, preparada no Brasil em 1864, de gente envolvida no tráfico, sabe-se que compreendiam 388 pessoas, entre comendadores, barões nacionais e estrangeiros, etc., sendo que 323 eram moedeiros falsos, em sua maioria portugueses. Incluíam-se entre os negreiros pessoas importantes como os Sousa Breves, Vasconcelos Drummond, Cavalcanti de Albuquerque, Wanderley Lins e outras.

Em geral os lucros dos traficantes abrangiam de 200 a 300 contos de réis por ano em cada veleiro que chegava ao seu destino. Grande era o número de embarcações que, sob várias bandeiras, faziam o tráfico de seres humanos entre a África e o Brasil. Assim, entre 1840 e 1845, 64 navios norte-americanos foram comprados no Rio de Janeiro para o comércio negreiro, havendo também embarcações norte-americanas que se dedicavam a êsse negócio. A tal ponto chegou isso que o ministro norte-americano enviou nota sobre o fato ao seu governo⁽⁶⁾.

Compreende-se facilmente, assim sendo, os enormes interesses envolvidos no tráfico africano. Por isso, a sua extinção fez refluir sobre o país vultosa quantia de capital, avaliado em 16.000 contos da época, que se infiltrou em nossa economia, com benéficos efeitos, provocando imediatamente uma grande atividade comercial e industrial, dando origem à criação de numerosas companhias, como veremos mais adiante. As taxas de descontos baixaram para 3 e 4½ em 1851, subindo depois para 6 e 7%. O câmbio, de 27 e 28 subiu para 30, sofrendo o mercado mone-

(5) José Honório RODRIGUES, *ob. cit.*, pág. 191.

(6) José Honório RODRIGUES, *ob. cit.*, pág. 180.

tário uma pletora, com abundância de capitais. Mauá, o mais arguto espírito capitalista e o maior empreendedor do seu tempo, compreendeu imediatamente a situação e canalizou o dinheiro que assim se oferecia para os negócios, fundando então seu primeiro banco em 1851, com capital de 10.000 contos. Com isso abria-se uma nova era de atividades urbanas e capitalistas no país.

Este foi o primeiro e o principal resultado imediato da Lei extinguindo o tráfico africano. O segundo foi acabar com uma série de conflitos diplomáticos com a Inglaterra, que estavam perturbando nossas relações com aquela nação.

Daí por diante as idéias abolicionistas, que se vinham desenvolvendo desde a época da Independência, começaram a tomar vulto, pois, a Lei Eusébio de Queirós representava indiscutivelmente sua primeira e significativa vitória.

As etapas mais importantes da luta anti-escravagista foram as seguintes: 1861, petição, ao Imperador, da Société Française pour l'Abolition de l'Esclavage, com ampla repercussão nacional; 1866, projeto de Pimenta Bueno, sobre a abolição gradual da escravidão; 1871, Lei do Ventre Livre, do visconde do Rio Branco; no mesmo ano Joaquim Nabuco propõe na Câmara a fixação do ano de 1890 para a abolição total; 1884, projeto Dantas, para libertação dos sexagenários e o Amazonas e Ceará libertam seus escravos; em 1885 o projeto Dantas é aprovado; 1887, adesão dos chefes conservadores, João Alfredo e Antônio Prado, ao abolicionismo; a fuga de escravos intensifica-se nesse ano, particularmente em São Paulo; 1888, finalmente, é decretada a Abolição em 13 de maio.

Dessa forma, em menos de quarenta anos, a partir de 1850, foi extinto o sistema escravagista de trabalho que existiu entre nós durante quase quatro séculos.

Com o estancamento da fonte de trabalho escravo, especialmente para a lavoura de café, que assumia progresso inusitado, a situação se tornou difícil, transformando-se no complexo problema da conversão do trabalho servil ao trabalho livre em nosso sistema de produção. Esta é outra consequência não menos importante daquela medida.

A primeira iniciativa que se tomou, na tentativa de resolver a questão, foi a da importação de negros do Nordeste, onde a

economia estava em decadência e havia mão-de-obra disponível. O resultado alcançado foi o seguinte:

Importação de escravos do Norte
pelo Vale do Paraíba(*)

<i>A n o s</i>	<i>Quantidade</i>
1852	4.409
1853	2.010
1854	4.418
1855	3.532
1856	5.006
1857	4.211
1858	1.993
1859	963

(*) Sebastião Ferreira SOARES, "Notas estatísticas sôbre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil", in José Honório RODRIGUES, *ob. cit.*, pág. 175.

Temos aí um total de 26.542 escravos trazidos do Norte, do que na época incluía também o Nordeste, nos oito anos em menção.

Esses números, como estamos vendo, referem-se ao Vale do Paraíba. Mas eles eram insuficientes, porque a expansão cafeeira progredia rapidamente. Além disso, já por essa época, o desenvolvimento da produção de café ganhava o Oeste paulista e era preciso conseguir mão-de-obra para esse mercado de produção em crescimento.

Por isso, já antes da cessação do tráfico o problema era cogitado pelos fazendeiros de São Paulo. Assim, em 1840, o senador Vergueiro introduzia colonos portugueses. Em 1847 trazia colonos suíços e alemães para sua fazenda de Ibicaba. Em 1848, reconhecendo a necessidade de introdução de braços livres na Província de São Paulo, a Comissão de Indústria e Comércio da Assembléia sugeriu ao govêrno que autorizasse o transporte de trabalhadores. Em 1852 a mesma assembléia votava uma dotação de 25 contos anuais para a colonização. Devido a essas e outras providências, o regime do colonato se difundiu naquela Província. Em 1855 contavam-se já várias colônias em São Sebastião, Jun-

diaí, Ubatuba, Rio Claro, Bragança, Limeira, etc.⁽⁷⁾. O colono paulista era o regime da parceria que consistia na prestação de serviços pelo colono para tratamento de determinado número de pés de café, com participação percentual na venda do produto, podendo ainda o colono plantar víveres entre os cafêzais, sendo o produto repartido com o fazendeiro. Tal sistema ocasionou uma série de atritos entre colonos e fazendeiros, chegando por vêzes a choques violentos e demandas judiciais, o que provocou a intervenção diplomática das representações dos países dos colonos. Isso tudo levou ao fracasso do regime da parceria e a uma campanha no exterior contra a emigração para o Brasil. Na realidade, como diz a sra. Viotti da Costa, o motivo fundamental residia no próprio sistema de parceria⁽⁸⁾. Com o fracasso das parcerias, ensaiou-se o regime do salaríato, mas as remunerações eram muito baixas, o que também tornou desestimulante para os imigrantes que para aqui vinham com o intuito muito natural de progredir e de enriquecer mesmo⁽⁹⁾.

Isso tudo sucedeu em São Paulo; casos semelhantes, porém, mas em menores proporções, aconteceram igualmente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Mais tarde, sobretudo depois de 1870, com a introdução de máquinas nos trabalhos da lavoura, modificação no sistema de trabalho nas fazendas e extensão das linhas férreas, as condições na agricultura sofreram alterações. Essas mudanças verificadas propiciaram o incremento da imigração estrangeira para o campo, como se pode ver pelos quadros abaixo:

<i>Decênios</i>	<i>Imigrantes entrados no Brasil</i>	<i>Imigrantes entrados em São Paulo</i>	<i>% de São Paulo sobre o Brasil</i>
1850-1859	108.045	6.310	5,8
1860-1869	106.187	1.681	1,6
1870-1879	203.961	11.730	5,7
1880-1889	453.788	183.349	40,1
TOTAIS	871.984	203.070	

(7) Viotti da COSTA, *ob. cit.*, pág. 82.

(8) *Ob. cit.*, pág. 98.

(9) Ver os salários pagos na época em Viotti da COSTA, *ob. cit.*, págs. 195 e 196.

Como se pode constatar pelo quadro supra, mais de dois terços da imigração estrangeira, que em sua maioria era constituída de italianos, entrou no país nos últimos vinte anos mencionados, ou seja, depois de 1870. Com relação a São Paulo, êsse aumento adquire significação de vulto após 1880. Depois da abolição a onda de imigrantes italianos cresceu enormemente, não só devido à melhoria das condições de trabalho entre nós como igualmente em consequência de uma série de transformações econômicas e políticas ocorridas na Itália com a unificação lá realizada em 1870. Assim, unicamente entre 1873 e 1881 nada menos do que 61.831 propriedades foram tomadas pelo fisco por falta de pagamento de impostos; entre 1884 e 1901, o número de propriedades perdidas pelos *contadini* pelo mesmo motivo se elevou a 215.759, e as vendidas judicialmente por dívidas particulares somaram a 70.774, entre 1886 e 1900⁽¹⁰⁾. A onda de imigrantes italianos, principalmente para o Brasil, Argentina e E. U. A. pulou de 72.000 pessoas em 1885 para 129.463 em 1887 e 204.764 em 1888⁽¹¹⁾. Ademais das razões fiscais, havia outras que impeliam a emigração: esgotamento das terras, relações pessoais entre trabalhadores e grandes proprietários, crises agrícolas, desflorestamento, política comercial, proteção à navegação, etc.

Dessa forma, com a grande prosperidade da lavoura cafeeira, sobretudo depois da extinção da escravidão, impulsionada particularmente pelos braços da imigração italiana em São Paulo, os centros urbanos cresceram, o comércio interno se intensificou, aumentou a renda nacional, surgiram as grandes fortunas, criaram-se as condições necessárias para o aparecimento da indústria. Sendo o café uma atividade de consideráveis ramificações urbanas, conforme veremos mais tarde, sua expansão incrementa as economias citadinas, desenvolvendo os fatores de transformação econômica e social que entre nós tiveram lugar no fim do século passado e cuja expressão político-administrativa foi a proclamação da República.

Esta foi a consequência mais importante da transição do trabalho servil para o trabalho livre, com reflexos mais acentuados, por razões óbvias, na região centro-sul do país.

(10) Constantino IANNI, *Homens sem paz*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963, pág. 73.

(11) Constantino IANNI, *ob. cit.*, pág. 73.

No Nordeste esta transformação foi mais lenta e menos profunda. Só depois de 1870, incentivados por garantia de juros outorgados pelo governo, é que começaram a surgir os engenhos centrais, introduzindo-se novos métodos no fabrico do açúcar, impondo maior racionalização do trabalho, favorecendo a passagem do trabalho servil ao trabalho livre. A revolução provocada no sistema de produção, criando dificuldades entre a lavoura da cana e a nova forma de industrialização, os choques entre os interesses dos antigos senhores de engenho e dos novos industriais refletiam duas técnicas, dois sistemas de produção, gerando dois tipos de sociedade — a patriarcal e a empresarial — dando origem a duas mentalidades, a apegada e a favorável ao trabalho livre. Isso representou sério abalo à escravidão, pois parte dos agricultores se desinteressou dela. Entretanto, essa renovação processou-se com bastante lentidão, pois ainda em 1907 somente 46 usinas produziam 64% do açúcar de Pernambuco⁽¹²⁾. Daí a permanência de um sistema agrário de produção mais atrasado naquela região, que até hoje perdura, com suas conseqüentes repercussões em nossa economia.

Na região Sul, o problema que estamos tratando assumiu contornos diferentes. Lá não tivemos a monoprodução dedicada à exportação, como base da economia nacional, como aconteceu com o açúcar primeiro e o café depois, feitas em exploração de grandes latifúndios, exigindo mão-de-obra abundante e barata. As disputas de fronteiras com as colônias espanholas vizinhas, seu afastamento dos centros mais populosos e desenvolvidos do Centro e do Nordeste, mantiveram em estagnação aquela região durante muito tempo, sem ligação quase com o resto do país.

Devido a isso, somente no início do século passado cogitou-se mais seriamente do seu povoamento. Foi ao alvorecer do Primeiro Império que Pedro I e José Bonifácio, certamente auxiliados por Da. Leopoldina, enfrentaram o assunto. Tratava-se não somente de povoar a região como também de guarnecê-la para defesa das fronteiras, como se fazia em certos lugares da Europa. Vieram, por isso, elementos militares recrutados especialmente para êsse fim e que efetivamente atenderam a tais obje-

(12) Sérgio Buarque de HOLANDA (org.) e outros, *História da civilização brasileira* — *Brasil monárquico*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1967, 3.º vol., págs. 172 e 173.

tivos. Várias colônias alemãs foram assim fundadas no Rio Grande do Sul e depois foram elas subindo para o norte, alcançando Santa Catarina e Paraná. Eram elas colônias na verdadeira acepção da palavra, isto é, instalação de pequenos agricultores em terras doadas para esse fim, especialmente. Nessas condições, diferiam totalmente da imigração encaminhada para São Paulo. Entre os colonos alemães que para aqui vieram havia muitos artesãos que, desenvolvendo suas atividades e conhecimentos, criaram e implantaram muitas oficinas e pequenas indústrias. Entre essas colônias teutas merecem destaque, pelo papel que desempenharam, as que fundaram as cidades de São Leopoldo, perto de Pôrto Alegre, que serviu de centro a outros núcleos hoje convertidos em prósperas zonas fabris, e a de Blumenau, em Santa Catarina, hoje importante centro manufatureiro⁽¹³⁾. A partir de 1870, os italianos começaram a entrar no Rio Grande do Sul, dedicando-se particularmente à cultura da vinha e à fabricação do vinho. Resultou daí maior diversificação de atividades naquela região, tanto no setor agrícola quanto no industrial, e disseminação da pequena propriedade fundiária, atenuando com isso o problema agrário. O latifundiário está quase que confinado às zonas fronteiriças e outras, especialmente dedicadas à pecuária. O que gerou durante algum tempo foram certos quistos raciais, que hoje estão praticamente desaparecidos.

Essa formação particular da região Sul conferiu-lhe característica diferente, dando-lhe feição própria, tanto do ponto de vista econômico quanto em sua paisagem racial e social.

Esta passagem do trabalho servil para o trabalho livre, que tentamos esboçar em seus aspectos essenciais neste capítulo, teve um relêvo muito saliente para a nossa economia, porque com êle teve início a introdução e o desenvolvimento do capitalismo entre nós, pois, até aí, nossa paisagem econômica, social e política era a que vinha do tempo colonial. Mas essa mudança não substituiu o velho sistema latifundiário existente, que permaneceu quase intacto, na verdade realizando-se apenas uma espécie de suplementação, e assim mesmo parcial, atingindo determinadas regiões e setores. Daí que seus efeitos tenham sido desiguais

(13) Ver, a respeito, Sérgio Buarque de HOLANDA (org.) e outros, *ob. cit.*, cap. III do Livro Segundo, e Emílio WILLEMS, *A aculturação dos alemães no Brasil*, cap. II da Parte Especial, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1946.

nas diversas regiões geo-econômicas do país. Assim, no Nordeste, com a criação e difusão dos engenhos centrais, gerando as usinas de açúcar, criou-se uma pequena camada capitalista predominante, deixando à margem um grande número de velhos senhores de engenho, produtores exclusivos da matéria-prima, que se transformaram nos plantadores de cana, fornecedores dos usineiros, constituindo uma categoria econômica diversa no sistema de produção. O arcaico sistema fundiário não foi tocado. O pequeno parcelamento da propriedade agrária efetuada em certas zonas se deve à desagregação dos antigos engenhos, que não conseguiram se elevar à categoria de usina, resultado das crises sucessivas. Não houve praticamente imigração ou colonização estrangeira, de modo que o trabalho livre, principalmente nos campos, que era o setor predominante da economia, teve lugar somente com a Abolição. Daí a complexidade que o problema agrário assume ainda hoje naquela parte do país.

Na região do Centro, particularmente em São Paulo, foi onde se verificou a passagem do trabalho servil para o livre pela forma clássica, através da inserção dos imigrantes estrangeiros nos serviços da lavoura cafeeira, ainda no tempo da escravidão, conforme indicamos antes. Foi um processo mais ou menos prolongado, cheio de vicissitudes, como vimos, e que só alcançou sucesso depois de várias transformações operadas no próprio sistema de trabalho das fazendas. Mas foi graças a esse processo que São Paulo pôde ampliar sua produção de café no fim do século passado, durante a crise da escravatura, e também foi por isso que não sofreu abalo com a decretação da Abolição, como aconteceu com o Rio de Janeiro, que não havia adotado quase a imigração de braços estrangeiros. No entanto, o sistema fundiário de vastas extensões de terras das fazendas não foi alterado. Ao contrário, desenvolveu-se mesmo à medida que o café atingia novas zonas, graças à ação dos "grileiros", ampla e impunemente exercida. As divisões das fazendas em parte se efetuaram mais tarde, com a desagregação das famílias dos fazendeiros e as contínuas crises ocorridas na lavoura de café, particularmente a grande crise mundial de 1929, que castigou duramente nossa economia cafeeira. O que fixou o colono estrangeiro na agricultura paulista, sobretudo após a década de 80, quando ela se intensificou enormemente, foi, além do novo sistema de

trabalho, a possibilidade de cultura própria, de gêneros alimentícios, entre os cafêzais, que os fazendeiros permitiram nas terras novas. Isso proporcionava ao colono uma certa poupança que lhe propiciava melhorar de situação, seja como agricultor, seja em atividades urbanas das cidades do interior.

Na parte Sul do país, também como já mostramos, o povoamento efetuado posteriormente ao das demais regiões, realizou-se pela autêntica colonização, com pequenas propriedades doadas, originando vastas zonas de predominância estrangeira. Os latifúndios existentes caracterizam particularmente a região pecuária, da criação do gado e do estabelecimento das xarqueadas, regime econômico dominante durante muitos anos no Rio Grande do Sul, até 1930 praticamente, determinando isso sua representação e ação política dentro do complexo nacional. As pequenas e médias agriculturas, dedicadas sobretudo à produção de cereais, só adquiriram representação e ressonância políticas após 1930, com a revolução daquele ano e a criação de vários Institutos para sua defesa. O mesmo se pode dizer com relação à indústria daquela região, oriunda do artesanato de fins do século passado. Santa Catarina e Paraná só mais recentemente adquiriram valores econômicos e conseqüentemente importância e projeção políticas.

Pode-se constatar, portanto, pelo que acabamos de expor, que a transição do trabalho servil para o livre não tocou nos fundamentos de nossa economia agrária em sua parte principal, deixando quase intacto o sistema fundiário colonial. As transformações verificadas tiveram como causa as necessidades de aumento e melhoria da produção e os resultados obtidos em nosso progresso econômico independeram de qualquer propósito nesse sentido ou qualquer planejamento para isso. Assim se explica que onde essa passagem se efetuou em maior profundidade (São Paulo), o maior resultado tenha sido alcançado.

Decorre daí o fato de a Abolição, que foi o coroamento de toda essa passagem, em nada tenha afetado nossa economia, com exceção do Rio de Janeiro e da maior extensão dada à economia monetária⁽¹⁴⁾. Do ponto de vista social, a "negrada" (na

(14) Rui BARROSA justificou parte de suas emissões como ministro da Fazenda do Governo Provisório da República, pela necessidade de atender à demanda de remuneração em dinheiro de 500 mil negros libertados no ano anterior.

expressão pejorativa dos fazendeiros da época) liberta ficou des-sarvorada. Uma parte afluiu para as cidades, onde em grande parte se perverteu no nôvo ambiente, degenerando pela embriaguez e vagabundagem, transformando-se em verdadeiros párias sociais. Os que permaneceram nos campos, pioraram de situação, porque os salários que passaram a perceber não atendiam sequer às suas elementares necessidades de vida e por não possuírem o vigor moral, a ambição e o desejo de progresso de seus colegas estrangeiros, os colonos. Os longos anos de cativoiro os deformou moral e mentalmente, amortecendo-lhes qualquer anseio de progresso pelo trabalho e esforço próprios. Devido a isso, não acreditamos que a simples distribuição de terras aos libertos, como se aventou na época, tivesse resolvido suas situações, com exceção, certamente, de uma minoria, capaz de reagir contra as degradações do cativoiro. O problema é mais complexo e profundo e ainda hoje persiste.

Do exame a que estamos procedendo pode-se concluir que os males de que sofre nossa economia, principalmente dos campos, decorrem da insuficiente penetração do capitalismo na agricultura e permanência do velho sistema herdado do tempo colonial. Daí a deficiência estrutural de que padece e que só pode ser resolvida com uma reforma agrária de profundidade, reforma essa que precisa ser muito bem estudada, devendo sua aplicação variar de uma para outra região, levando em conta suas peculiaridades, como é hoje amplamente reconhecido pelos técnicos e estudiosos dos problemas nacionais.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

O enorme progresso que caracterizou o Segundo Império, do ponto de vista material, devido sobretudo à extraordinária expansão da economia cafeeira, ao aumento da população, ao desenvolvimento dos centros urbanos, ao crescimento da imigração estrangeira, ampliando a área de trabalho livre e com isso o mercado interno, redundou em maior enriquecimento do país, criando assim condições propícias para a aplicação em vasta escala de capitais alinígenas entre nós, particularmente inglêses, pois a Inglaterra estava em fase de plena expansão e dominava o mercado internacional, especialmente o da América do Sul. Disso resultou a organização ou a transferência para cá de uma série de emprêsas dedicadas às mais variadas atividades, como se pode constatar pelos dados abaixo:

Emprêsas estrangeiras autorizadas
a funcionar no Brasil, por decênios

1860	1869	27
1870	1879	26
1880	1889	84
TOTAL . .		137

Pelos dados supra se pode verificar que no último decênio da monarquia o número de firmas de outros países autorizadas a funcionar aqui foi quase o dôbro dos dois decênios anteriores, porque nosso desenvolvimento mais se intensificou nesse período.

Confirmando o que dissemos antes, a preponderância britânica era absoluta, pois, do total antes mencionado, 111 eram firmas inglesas.

Decompondo-se o global citado pelas diversas categorias de atividades, encontramos, entre as principais, as seguintes:

<i>Categorias de emprêsas</i>	<i>N.º total</i>
Minas em geral	26
Estrada de ferro	18
Seguros	31
Bancos	11
Serviços públicos	13
Usinas centrais	8

Os serviços públicos compreendiam companhias de gás, telégrafos, transportes urbanos, etc.

Os números acima referem-se a firmas autorizadas a funcionar no país, o que não quer dizer que tôdas se tenham organizado e existido realmente⁽¹⁾. Algumas talvez nem tenham chegado mesmo a se constituir, como por exemplo determinados casos de exploração mineral. Mas, a maioria delas, como as emprêsas de Seguro, Bancos, Estradas de Ferro e Usinas Centrais funcionaram, pois existiam até há pouco tempo ou ainda existem, embora com outras denominações ou sob outras direções, como são os casos de várias ferrovias, bancos, serviços públicos, usinas de açúcar, etc.

Êstes eram setores de atividades completamente novos entre nós, inexistentes antes e que por isso mesmo passaram a dominar completamente o mercado da época, como nos casos dos serviços públicos, que exploravam com exclusividade; dos seguros, em que predominavam pela sua importância, ou das estradas de ferro, controlando praticamente o transporte de determinadas zonas, como eram os casos da São Paulo Railway, da Leopoldina Railway ou da Great Western, no Nordeste.

(1) Os quadros foram compostos com dados retirados de "Sociedades Mercantis Autorizadas a Funcionar no País (1808-1946)", Publicação do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1946.

Estas empresas, porém, em numerosos casos, não tinham os interesses circunscritos à exploração que aqui realizavam, mas serviam também de mercado para outras atividades de seus países de origem. Assim, as estradas de ferro, as usinas centrais, as de serviços públicos, as minas adquiriam todo o material de que careciam (e que era tudo na época) nas suas metrópoles, que enviavam para cá juntamente com os engenheiros e até operários, necessários por vezes não só para as montagens e construções como também para a manutenção.

O transporte transatlântico, de exportação e importação, era todo êle efetuado por companhias de navegação estrangeiras, estando a elas ligados os bancos e as empresas de seguros estrangeiros, que operavam nessas transações.

Compreende-se facilmente, nessas condições, os grandes interesses que uniam nosso país às nações aqui instaladas, particularmente à Inglaterra, que possuía maiores liames a respeito.

É preciso não esquecer que muitos destes empreendimentos exigiam avultados capitais, de que não dispúnhamos, como as construções de ferrovias, as explorações minerais e outras e que mesmo nas metrópoles se obtinham através da coleta de fundos de várias fontes, constituindo os acionistas das empresas que aqui operavam. Mas os rendimentos por elas recebidos eram bem mais elevados do que os recebidos em seus países, tendo ainda garantia de juros em muitos casos, o que explica a atração que exercíamos.

Quanto ao comércio interno, na sua parte mais expressiva e nos principais centros urbanos, também se achava dominado por estrangeiros. E havia, como já dissemos, uma divisão tácita de trabalho entre êles, sendo os ingleses os "grossistas" ou atacadistas, como se diz hoje, com suas lojas de fazendas, de ferragem, de vidros, de louças, etc.; os franceses eram vendedores de artigos femininos, jóias, calçados e outros, cabendo aos portugueses os negócios de varejo, os armazéns de secos e molhados⁽²⁾.

Em 1844, na atual Guanabara, existiam 3.501 casas comerciais licenciadas, das quais 2.417 pertenciam a brasileiros natos

(2) Alan K. MANCHESTER, em seu livro *British Preeminence in Brazil*, a partir da página 323 faz um breve resumo dos investimentos ingleses no Brasil durante o Segundo Império.

ou naturalizados e 1.084 a estrangeiros, sendo que os naturalizados eram quase todos portugueses. A título de exemplo da evolução dos principais setores de atividades desse comércio, nos primeiros anos do Segundo Império, vejamos o quadro abaixo⁽³⁾:

<i>Tipos das lojas</i>	1844	1847
Fazendas	83	89
Armarinhos	39	48
Ferragens	21	28
Modas	10	—
Calçados	15	18
Padarias	33	40
Alfaiatarias	28	—
Confeitarias	10	15

No Recife, em 1845, existiam 20 negociantes ingleses, em sua maioria localizados na rua do Trapiche, ou seja, junto ao pôrto⁽⁴⁾.

Em Recife, ainda, em 1847, havia mais de 6.000 casas de comércio de retalho, tôdas de estrangeiros, como lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, etc., e cada uma delas com 3 ou 4 caixeiros portugueses, o que daria um global de 12.000 caixeiros e 6.000 patrões, tomando-se apenas dois caixeiros por casa. Daí uma das reivindicações dos “praieiros”, pedindo a nacionalização do comércio a retalho. Em 1875 havia em tôda a Província de Pernambuco mais de 10.000 casas de comércio a retalho nas mãos de estrangeiros, sendo a maioria deles portugueses⁽⁵⁾.

No Pará, igualmente, a Cabanagem lutou contra a exploração do comércio varejista, quase todo dominado por portugueses⁽⁶⁾.

(3) Adolfo Morales de los Rios FILHO, *O Rio de Janeiro Imperial*, Editora A Noite, Rio de Janeiro, 1946, pág. 239.

(4) Gilberto FREYRE, *Inglêses no Brasil*, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1948, pág. 80.

(5) Barbosa LIMA SOBRINHO, *Desde quando somos nacionalistas*, Editora Civilização Brasileira, Cadernos do Povo, Rio de Janeiro, 1963, págs. 39 e 40.

(6) Referindo-se ao Recife, escreve Edison CARNEIRO: “O português, nas cidades, era a encarnação da exploração econômica, o capitalista, o usurário, o monopolizador do comércio, a contraparte do barão feudal e era contra o velho inimigo que se dirigia a vinda popular”. *A insurreição praieira*, Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1963, pág. 23.

Vejamos, finalmente, os empréstimos externos, que constituíram a forma mais perniciosa de investimentos estrangeiros em nosso país. Para compreender isso basta mencionar alguns aspectos dessas transações.

Começemos pelo exame do contrato de junho de 1855, pelo qual nomeávamos os banqueiros ingleses N. M. Rothschild e Filhos nossos agentes financeiros. Esses agentes financeiros tinham exclusividade para receber quaisquer fundos de nosso governo para pagamento de dividendos, salários e outras despesas efetuadas em letras, ouro em barra ou em pó, diamantes, dinheiro e mercadorias e pagarem os dividendos dos empréstimos brasileiros já contraídos ou a serem contraídos em Londres. Por esses serviços eles recebiam 1% sobre o custo das mercadorias, navios e outros artigos comprados ou vendidos, sem incluir a corretagem; ¼% sobre as seguintes operações: venda de ouro em barra ou em pó, venda de diamantes, pagamentos e recebimento em letras, pagamento realizado em virtude de contratos que figurem no passivo de conta corrente e comissão no ativo; 1½% sobre o pagamento de dividendos de empréstimos não contraídos com eles e 1% se o empréstimo fôsse com eles. Tudo isso, em geral, não incluindo as corretagens.

Como se vê, era um contrato bem vantajoso para os banqueiros ingleses, em detrimento de nossos interesses.

Esse contrato deveria terminar em 1858, mas prolongou-se por todo o tempo, porque, para determinar sua expiração era necessário que o governo brasileiro pagasse tôdas as somas devidas aos citados agentes, o que não aconteceu⁽⁷⁾.

Os juros cobrados pelos empréstimos eram relativamente módicos, pois variavam em 4, 4½ e 5%, porém, havia ainda o *tipo*, ou seja, uma comissão percentual cobrada sobre o total de cada operação realizada, a qual, no Segundo Império, oscilava entre 16 e 5%, de acordo com as circunstâncias em que se verificava cada operação. Havia ainda as comissões pagas aos intermediá-

(7) Valentim Bouças, em sua *História da dívida externa da União*, faz um resumo muito sucinto desse contrato; Jacob Cavalcanti, em seu *Histórico da dívida externa federal*, transcreve o contrato no original inglês. Gustavo Barroso, em seu *Brasil — colônia de banqueiros*, menciona o original inglês e faz sua tradução, tecendo comentários veementes contra ele. Era a fase integralista desse autor, que atacava então a Inglaterra e os E.U.A., defendendo a Alemanha nazista e a Itália fascista. No fim do livro preconiza mesmo a organização de *fascios* no Brasil.

rios das operações, tanto estrangeiros quanto brasileiros, resultando daí considerável diferença entre o montante do empréstimo, sobre o qual o país assumia a responsabilidade e a quantia efetivamente entrada no país. Assim, por exemplo, o empréstimo de 1875, no valor de 5.301.200 libras, rendeu líquido somente 5.000.000 de libras; o de 1883, no valor de 4.599.600 libras rendeu líquido 4.000.000 de libras, e assim por diante, em todos êles.

Outro aspecto oneroso dessas operações consistia na finalidade a que se destinavam. De 1843 a 1889 contraímos 13 empréstimos no exterior, num montante total de 61.896.300 libras. Dêsses 13 empréstimos, dois foram para atender nossos compromissos decorrentes das dívidas portuguesas, cuja responsabilidade foi por nós assumida, em decorrência do reconhecimento de nossa Independência por Portugal; sete destinaram-se a atender às nossas dificuldades financeiras, gastos com a Guerra do Paraguai, resgate da dívida flutuante, cobertura de *deficits* orçamentários e amparo à lavoura, em conseqüência da extinção da escravidão; um para liquidar empréstimos anteriores(!) e três a fim de cobrir despesas com estradas de ferro, geralmente estrangeiras⁽⁸⁾.

As nossas estradas de ferro eram quase tôdas incorporadas na Inglaterra, adquirindo-se lá também todo o material necessário para suas construções. Todo o pessoal técnico era também inglês, e em conseqüência disso as construções eram prolongadas ao máximo possível, de onde resultaram seus traçados cheios de sinuosidades, para maior gasto de material e duração de tempo, decorrendo disso males que ainda atualmente perduram.

Dessa forma, através de tôdas estas modalidades de relações entre nós e o capital estrangeiro, passamos a ser inseridos na economia mundial como país periférico, ou seja, exportador de matérias-primas (café, açúcar, algodão, etc.) e importador de artigos manufaturados, como veremos mais tarde. Além disso, todo o nosso comércio estava em mãos de estrangeiros, bem como as estradas de ferro, as empresas de seguros, de serviços públicos, e isso exigia encargos enormes para pagamentos de suas amortizações, juros, dividendos, etc., influenciando em nossa balança de

(8) Os detalhes e o conjunto destas operações estão descritos no livro de Valentim BOUÇAS, antes mencionado.

comércio, nos orçamentos, nas taxas cambiais. E para atender aos desequilíbrios daí resultantes, recorriam-se aos empréstimos, os quais por sua vez vinham aumentar os compromissos exteriores, obrigando-nos a remessas forçadas e avultadas somas anuais para seu atendimento. No entanto, cada uma dessas operações quando realizadas eram alardeadas por nossas autoridades como motivo de êxito para nós, demonstrativo da confiança de que gozávamos no exterior!

Nessas condições, nossa inserção na economia internacional nos sujeitava completamente às grandes potências, principalmente à Inglaterra, a mais poderosa delas, drenando para lá tôda fonte de recursos, naquele tempo representada quase que só pelo resultado de nosso comércio exterior, não nos restando meio algum de acumulação para o progresso nacional, para mudança da estrutura econômica e social então vigente.

Essa atuação prática dos investimentos estrangeiros, que repercutiam sôbre o povo através da elevação dos custos de vida, da alta dos preços das mercadorias de consumo imediato, da desvalorização monetária, de nosso maior endividamento, muitas vezes agravadas por atitudes arrogantes de seus súditos aqui, como acontecia com os ingleses, foi plasmando um nacionalismo que assumia caráter antibritânico ou antilusitano, explodindo em certos momentos em verdadeiras revoltas populares, como durante a Questão Christie contra a Inglaterra, ou a “noite das garrafas” e a revolução Praieira, contra os portugueses, e que para muitos não passava de mero *jacobinismo*. Na realidade, como estamos vendo, tinham fundamentos econômicos e eram consequência de nossa inserção na economia mundial nas condições em que foi feita,

FINANÇAS E CRISES

A situação financeira do Segundo Império caracterizou-se por *deficits* orçamentários permanentes, chegando mesmo por isso a cunhar-se o *slogan* “o Império é o *deficit*”, *slogan* êsse muito usado pela oposição, mas que se repetiu quando essa mesma oposição subia ao poder. Por outro lado, êsses *deficits* continuaram na República, o que prova não serem provenientes de homens do poder ou de regimes político-administrativos, mas terem causas mais profundas, ligadas à própria estrutura econômica do país.

Com efeito, como salienta Normano⁽¹⁾ a deslocação de fronteiras que se processou entre nós desde o período colonial teve a maior influência na história econômica do Brasil, porque as populações da costa e do interior próximo tinham de suportar as despesas do país, imenso e despovoado. As tentativas de deslocamento da fronteira política do Sul, custeando exércitos e mantendo lutas, refletiam-se nas finanças. O último dêsses conflitos de fronteiras foi já na República, com a aquisição do Território do Acre. Além disso, o velho conflito entre a necessidade do Estado e a capacidade financeira da Nação, que vinha dos tempos coloniais, prolongou-se pelo tempo imperial. Finalmente, cabe ressaltar o congênito defeito de nosso sistema tributário, em que os setores de maiores rendimentos (os produtos agrícolas e a terra) eram os que sofriam menos taxações, recaindo sôbre as cidades e os habitantes urbanos os mais elevados ônus tributários, numa verdadeira discriminação de classes a tal respeito.

Tomando-se isoladamente o Segundo Império temos que, para uma Receita de 766.333:678\$ houve uma Despesa de 917.057:201\$, produzindo um *deficit* de 150.724:215\$(²), o que

(1) J. F. NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, págs. 151 a 153.

(2) Os dados detalhados se encontram em Castro CARREIRA, *História financeira e orçamentária do Brasil*, pág. 608.

representa considerável parcela, mesmo para um período dilatado de cinqüenta anos. Decompondo-se, porém, êsse *deficit*, constataremos que êle foi de 64.965:698\$, ou 41,1% do total, no quinquênio 1865-1869, ou seja, os anos da Guerra do Paraguai, e de 38.631:733\$ no quinquênio 1875-1879, representando 25,6%, quando da grande sêca do Ceará. Êstes dois *deficits* somaram um conjunto de cêrca de 80% do *deficit* geral do período em exame, isto é, o montante maior dos *deficits* orçamentários, e que quase sempre eram cobertos por meio de empréstimos externos. Assim, para atender às despesas da Guerra do Paraguai contraímos um empréstimo de 6.936.000 libras em 1865, no comêço das hostilidades, e no fim, em 1871, para cobrir os gastos deixados por aquêle movimento bélico contraímos outro empréstimo de 3.459.600, ou seja, um global de 10.396.200 libras, além das emissões e empréstimos internos destinados ao mesmo fim. No entanto, nos Estados Unidos da América do Norte, mais ou menos por essa época eclodiu a famosa Guerra de Secessão. As despesas dessa luta fratricida e suas conseqüências, as pensões que acarretaram, tanto de um lado quanto de outro, foram avaliadas em 4.823.000.000 de dólares. Para atender a essa despêsa enorme e imprevista, o Govêrno norte-americano recorreu a vários expedientes. Em primeiro lugar alterou a tarifa aduaneira, elevando-a até 47%, em seguida instituiu um impôsto sôbre a renda, que foi subindo gradativamente até chegar a 347.000.000 de dólares em 1872, quando foi suprimido. Além disso, houve uma emissão do Govêrno, os famosos *greenbacks*, num montante autorizado de 50.000.000 de dólares. Em conseqüência de tôdas estas medidas, surgiu o Sistema Federal de Reserva, que é o Branco Central dos E. U. A. Por isso, um historiador da economia norte-americana disse muito acertadamente: "Os efeitos da Guerra Civil sôbre a estrutura financeira da Nação foram quase revolucionários"⁽³⁾. Ora, nada disso aconteceu entre nós, porque sempre recorremos aos empréstimos externos para atender às nossas dificuldades.

Com os gastos da sêca do Ceará, de 1877 a 1880, dispendemos 60 mil contos, e a fim de cobrir o *deficit* daí resultante recorremos novamente à bôlsa estrangeira, contraindo o emprés-

(3) Harold Underwood FAULKNER, *Histoire économique des États Unis d'Amérique*, tomo II, pág. 503.

timo de 1883, no valor de 4.599.000 libras. Era sempre ao recurso mais oneroso que recorríamos, os empréstimos externos.

Outro fator de desequilíbrio financeiro que sofríamos decorria das constantes remessas para o exterior que tínhamos de fazer. Um estudioso de nossas finanças calcula que de 1850-1851 a 1890 as remessas para o exterior foram de 60.345.000 libras⁽⁴⁾. Com efeito, além dos pagamentos de juros e amortizações que tínhamos de fazer dos empréstimos que contraímos no exterior, havia ainda a remuneração dos investimentos aqui feitos, os pagamentos de fretes e seguros de nosso comércio exterior, as despesas com a nossa diplomacia, as remessas dos estrangeiros aqui residentes, etc., reunindo um montante que ultrapassava nossa entrada de divisas, baseada quase que somente nos saldos do comércio exterior.

Isso tudo, como é natural, exercia uma ação depressiva sobre nossa taxa cambial, que por sua vez repercutia sobre o mercado interno, elevando os preços dos produtos importados, quer para consumo direto, quer para componentes das manufaturas aqui produzidas.

Dada a estrutura econômica nacional, nosso comércio exterior baseava-se na exportação de artigos primários vegetais e importação de produtos manufaturados. Decorria daí uma relação de intercâmbio desfavorável a nós, embora o cômputo geral das transações comerciais nos fôsse favoráveis⁽⁵⁾. Essa vantagem ocorreu devido sobretudo à maior venda de café e não tanto em consequência da alta de seus preços, conforme vimos antes. Em nossas aquisições no exterior havia produtos que poderíamos perfeitamente dispensar pela substituição total de alguns similares nacionais, como xarques, sal, manteiga, bacalhau e muitos outros mais. Criticando essa situação, escreveu Amaro Cavalcanti que por preguiça importávamos até palitos e cabos de vassouras⁽⁶⁾. Esse conjunto de produtos, somente no quinquênio 1870-75 re-

(4) Carlos Inglês de Sousa, "A anarquia monetária e suas consequências", Quadros Sinóticos do Movimento Financeiro do Brasil.

(5) Nos 50 anos do Segundo Império, sobre uma exportação valendo 1.395.782 contos, a importação foi de 1.304.974 contos, redundando num *superavit* de 89.808 contos.

(6) AMARO CAVALCANTI, *Resenha financeira do ex-Império do Brasil*, pág. 184.

presentou quase 10% do cômputo geral das importações⁽⁷⁾. Ora, isso tudo tinha influência em nossa situação financeira e refletia-se particularmente sôbre nossa taxa cambial.

Outro aspecto de nossa situação financeira, embora possua um caráter estritamente econômico, é o referente às crises que assolaram o país naquele período da história nacional.

Devido à nossa inserção no quadro mundial como Nação periférica, começamos a sentir sua interferência e reflexos. Assim, os movimentos cíclicos passaram a repercutir aqui, embora com intensidade variável, porém de modo infalível. Tomemos os anos de crise na Europa e E. U. A., como 1847, 1857, 1864-66, 1873, 1882 e 1890-93, verificaremos que elas se repetiam aqui quase que simultâneamente, embora por vêzes com colorido diferente, em conseqüência da diversidade estrutural que as separavam. Os dois mais fortes abalos dêsse tipo que sofremos, foram os de 1857, com prejuízo calculado em 15.000 contos, elevando-se o número de falências de 49 em 1857 para 90 em 1858⁽⁸⁾, e o de 1864, mais denso e extenso, com a chamada "quebra do Souto", resultando em 95 falências só no Rio de Janeiro, além de outras em diversos Estados, sendo as perdas estimadas entre 65.000 e 70.000 contos⁽⁹⁾.

Eram quase sempre crises "importadas", ou seja, conseqüência de abalos econômicos lá de fora. Por isso, invariavelmente, se refletiam em nossas exportações, com baixas mais ou menos acentuadas, repercutindo no comércio, nos bancos e em outros tipos de transação e atividades, ocasionando considerável perda de substância econômica, já que as exportações constituíram quase que a única fonte de nossas rendas do exterior.

Por outro lado, contribuía para nossa vulnerabilidade às crises cíclicas do capitalismo a nossa fragilidade econômica, pois dependíamos quase que de um único produto — o café — para o comércio exterior, e mesmo êste possuía caráter secundário no mercado mundial. Além disso, tínhamos um balanço de paga-

(7) Hélio Schlittler SILVA, "Tendências e características gerais do comércio no século XIX", *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, número 1, junho de 1953.

(8) Ramalho ORTIGÃO, "A circulação, crise do xem-xem, evolução das leis monetárias, crises de 1857 e de 1864", Primeiro Congresso da História Nacional.

(9) Relatório da Comissão Encarregada de Estudar a Crise do mês de setembro de 1864.

mentos desfavorável, com maiores despesas do que receita, em decorrência especial do uso e abuso que fizemos dos empréstimos externos, conforme já acentuamos antes. Um contemporâneo⁽¹⁰⁾ calculou parcialmente nosso balanço de pagamento em 224.000 contos entre os anos de 1853 e 1862, enquanto que o *superavit* de nossa balança comercial, segundo Castro Carreira, em 48 anos de monarquia, foi de 89.808 contos.

Foram os *deficits* do balanço de pagamentos, acrescidos dos *deficits* orçamentários quase permanentes, que nos conduziram aos contínuos empréstimos externos, onerando e ampliando constantemente nossos compromissos no estrangeiro e com isso tornando-nos cada vez mais dependentes da finança exterior e da política internacional.

Dessa situação resultou uma perene e crescente evasão de moedas metálicas, levando-nos a uma contínua emissão de moeda fiduciária para os gastos internos, o que conduziu muitos de nossos economistas e estadistas a atribuírem as crises que aqui se processavam às emissões fiduciárias e ao seu abuso, sem compreenderem que isso era uma consequência e não uma causa. Com efeito, foram as necessidades de nosso progresso interno que obrigavam às emissões fiduciárias, sem as quais não teríamos tido o progresso então alcançado.

Também se atribuíram nossas crises aos bancos emissores espalhados por alguns Estados, sem tomarem em consideração que a organização de tais estabelecimentos de crédito decorria de uma necessidade de numerário naquelas praças, sobretudo durante a década de 50, quando o país adquiriu um surto comercial e industrial notável. Daí a constante queixa contra os “emissionistas”, como eram depreciativamente chamados. No entanto, eminentes homens de negócios, como Mauá, eram emisionistas, pois todo o impulso de nossa economia interna se fazia com emissões fiduciárias⁽¹¹⁾, pois os metais se destinavam sempre a atender nossos compromissos externos.

Decorria êsse fato não só da incompreensão de nossos problemas internos e de nossa situação dentro da economia mundial,

(10) Sebastião Ferreira de Sousa, “Esbôço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1864”.

(11) Ver, a respeito, o folheto de Mauá: “O meio circulante do Brasil”.

como também da influência teórica dos economistas estrangeiros, principalmente europeus, entre nós predominantes. Era portanto com instrumental teórico elaborado em outros países de diferentes graus de desenvolvimento e características diversas que se queriam e tentavam resolver nossos problemas. Por isso praticávamos o liberalismo econômico reinante na Europa, sistema prejudicial e perigoso, segundo o visconde de Ouro Preto, recomendando para nós o sistema protecionista exercido nos E. U. A. na época, e que fizeram sua grandeza, por nós tão admirada hoje.

Mas vozes dêsse diapasão não eram escutadas, redundando daí as crises contínuas que nos acometeram durante o Segundo Império como uma fatalidade inexorável a que não pudemos fugir.

ESFORÇOS PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO

Por uma série de razões, algumas das quais já expostas anteriormente, não tivemos qualquer esforço sério para a industrialização durante o Primeiro Império. E assim permanecemos até o Segundo Império, ou mais exatamente, até a segunda metade do século XIX. A esse respeito depõe Roberto Simonsen: “Pressões externas, de natureza política, fizeram com que permanecêssemos em regime de livre-câmbio até 1844. Não era possível, até então, implantar aqui qualquer manufatura de valor, que pudesse, desde o início, competir, no preço e na qualidade dos artigos, com a indústria inglesa. As nossas condições econômicas eram precárias, e mesmo nas proximidades de 1850 as nossas importações suplantavam em valor as nossas exportações”. Adiante acrescenta: “Na primeira metade do século XIX, a inexistência de fatores favoráveis à industrialização do Brasil, a política livre-cambista que adotamos e a concorrência das manufaturas inglesas impediram a nossa industrialização”(1).

Em consequência disso, entre 1839-40 e 1843-44 de todas as aquisições nacionais no exterior, só os manufaturados têxteis por nós importados somaram 48,4%, dos quais 33,8% eram manufaturados de algodão, 21% eram de gêneros alimentícios, destacando-se a farinha de trigo, bebidas e carnes, 3,7% de calçados, chapéus e artefatos de couro, perfazendo essas rubricas 70% do global de nossas importações(2). Entre os países que mais nos vendiam na época figuravam a Grã-Bretanha, a França, os E. U. A. e Portugal.

(1) Roberto SIMONSEN, *A evolução industrial do Brasil*, págs. 15 e 18, São Paulo, 1939.

(2) Hélio Schlittler SILVA, “Tendências e características do comércio exterior do Brasil no século XIX”, *Revista da História da Economia Brasileira*, 1953.

O livre-cambismo, como estamos vendo, foi um dos principais fatores pela ausência de condições para a industrialização brasileira naquele tempo. Os E. U. A. desde cedo compreenderam isso. Assim Alexandre Hamilton, no seu *Report on Manufactures*, que data de dezembro de 1791, dava expressão ao protecionismo clássico, que já em 1812 ganhava ressonância, sob o lema de “defesa da indústria nascente”, ao qual mais tarde foi acrescentado o argumento de a indústria absorver parte dos produtos agrícolas e das matérias-primas nacionais. O protecionismo desenvolveu-se primeiramente nos Estados do Centro e do Oeste, como Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Ohio e Kentucky, sendo combatido, por razões óbvias, pelo Sul agrarista. Por isso, já em 1818, seus direitos alfandegários atingiam a 25%⁽³⁾. Tal a explicação de uma das razões da sua grandeza atual.

Entre nós, entretanto, durante êsse tempo, vigorava a tarifa de 15%, estendida a todos os países por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1828. Em 1843, porém, terminavam nossos tratados com a Inglaterra e o *Foreign Office*, que solicitou a prorrogação da tarifa vigente, só a obteve por mais um ano. A fim de fazer pressão talvez sobre nós no sentido de obter a prorrogação da tarifa que a favorecia, ou então porque o Império Britânico já possuísse bases sólidas em outras colônias, criou um imposto de 63 *shillings* nas suas alfândegas sobre o açúcar importado do Brasil, ao passo que o de outras procedências pagariam 43 *shillings*. Era, sem dúvida, uma medida de desigualdade gritante, afetando-nos diretamente, dada a importância que a exportação de açúcar representava para o nosso comércio exterior. Dessa forma se explica, para muitos, a famosa tarifa Alves Branco, de 1844, como uma espécie de represália à atitude insólita da Inglaterra. Essa tarifa, que leva o nome do Ministro da Fazenda de então, sistematizava a nossa nomenclatura aduaneira em 2.919 artigos, e elevou os direitos para a maioria das mercadorias para o dobro da taxa anterior, ou seja, para 30% e para os demais artigos a majoração variava entre 40, 50 e 60%, de acôrdo com o tipo dos artigos. Entre os mais afetados por esta alta tarifária se encontravam os tecidos e as bebidas, que ficaram sujeitos a direitos de 50 e 60%, e que constituíam nossas maiores aquisições

(3) Harold Underwood FAULKNER, *ob. cit.*, tomo 1, págs. 162 a 165.

no exterior. Como era de se esperar, essa tarifa de 1844 provocou persistentes protestos do comércio importador, quase que inteiramente explorado por estrangeiros, bem como dos produtores ingleses de artigos têxteis⁽⁴⁾, o que é perfeitamente compreensível, embora injustificado.

Para muitos, ainda hoje, a tarifa Alves Branco não podia ter um caráter protecionista, porque, dizem, não tínhamos indústria a defender, sendo a medida, por isso, de caráter fiscal. A prova, no entanto, de sua preocupação com o problema industrial, está nestas palavras que faziam parte da sua justificação: “a indústria manufatureira nacional, em todos os povos, constitui o primeiro, o mais seguro e mais abundante escoadouro de sua agricultura, e a agricultura nacional, em todos os povos, constitui o primeiro, o mais seguro e o mais abundante escoadouro de sua indústria”. Em síntese, o que se pode dizer da tarifa Alves Branco de 1844 é que ela, além de ser um contragolpe à atitude inglesa, tinha por finalidade aumentar a arrecadação alfandegária e dêsse modo melhorar a situação do Tesouro e também visava proteger, ou antes, criar condições propícias ao desenvolvimento da Manufatura Nacional. Resumindo o significado da tarifa de 1844, escreveu um economista moderno: “Com a sua política econômica Alves Branco pretendia: *a*) estimular a criação das indústrias nacionais; *b*) obrigar a Inglaterra a modificar a sua tarifa sobre o açúcar brasileiro, base mesmo de nossa vida econômica; *c*) criar novos mercados de trabalho; *d*) aumentar a receita do país”⁽⁵⁾.

A prova do conteúdo industrialista da tarifa Alves Branco é o fato de ela ter dado “nascimento” a Mauá, o maior homem de negócios daquele tempo. Com efeito, já em 1845 Mauá adquiria o estabelecimento da Ponta da Areia, dando início assim a uma série de empreendimentos industriais, bancários, de transporte, minas, etc., que marcaram toda uma época e deram um novo sentido à nossa evolução material. Mas a importância de Mauá não está só naquilo que êle pessoalmente realizou, porém, também nos empreendimentos dos outros em que tomava parte, animando-os, pois todos o procuravam e faziam questão do seu no-

(4) Helio Schlittler SILVA, *ob. cit.*

(5) Humberto BASTOS, *A economia brasileira e o mundo moderno*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1948, pág. 108.

me na lista dos acionistas, por constituir isso um penhor de garantia do empreendimento perante o público e de grande efeito para a mobilização de capital. Por isso, dele disse Normano, com muita razão, que a importância de Mauá em nossa história residia em deslocar rapidamente as fronteiras econômicas do país⁽⁶⁾.

Em consequência dêsse impulso inicial, já em 1850 o Brasil possuía 72 fábricas para manufaturas de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros e tecidos de algodão, das quais 50 estavam localizadas na Província do Rio de Janeiro, 10 na Bahia, 4 em Pernambuco, 2 no Maranhão e as demais espalhadas por São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul⁽⁷⁾.

Eram fábricas pequenas, usando poucas máquinas, que ainda eram muito caras, mas que apresentavam produtos de notável acabamento, embora fôsse de âmbito apenas local, não se realizando quase intercâmbio de manufaturados entre as Províncias. Dentre todos êstes estabelecimentos industriais, destacava-se sem dúvida, o da Ponta da Areia, que produzia tubos para encanamentos, caldeiras, pontes metálicas, navios, guindastes, etc., tendo merecido por isso menção especial no Relatório do Ministro da Fazenda de 1850.

A pressão do comércio importador, quase que exclusivamente exercido por estrangeiros⁽⁸⁾ começou a se intensificar contra a tarifa Alves Branco, sendo por isso, já em 1849, nomeada uma Comissão para rever a tarifa. Os seus trabalhos, porém, se prolongaram até 1853, resultando daí em 1854 uma lei autorizando a revisão, mas que só se concretizou em março de 1857, com a tarifa denominada de Sousa Franco, que introduziu tarifas específicas para muitas mercadorias e reduziu para 15% *ad valorem* as incidências sobre matérias-primas e maquinismo para a indústria. Em 1860, a tarifa Silva Ferraz faz uma nova classificação das mercadorias, alterando as incidências de acôrdo com as necessidades do Fisco. Entre as reduções feitas figuravam as referentes a ferragens, armamentos, ferramentas e máquinas, o que prejudicou enormemente a Ponta da Areia, levando-a a uma decadência que lhe foi fatal, conforme declaração do próprio Mauá

(6) J. F. NORMANO, *Evolução da economia brasileira*, pág. 125.

(7) Gilberto FREYRE, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, Instituto Joaquim Nabuco, Recife, 1964, pág. 91.

(8) Afonso de Toledo Bandeira de MELO, *ob. cit.*, pág. 64.

em sua célebre “Exposição aos Credores”. Em 1869 surge a tarifa Itaboraí⁽⁹⁾, que fêz nova reclassificação das mercadorias, estabeleceu também regularidade das novas taxas e sugeriu sua revisão quinquenal. A tarifa Rio Branco, de 1874, muito louvada na época e considerada a melhor do tempo, uniformizou em 40% *ad valorem* as taxas das mercadorias e isentou de direitos a entrada de várias máquinas, como alambiques, retortas, caldeiras, moíños, etc. Em 1880 foi promulgada a tarifa Assis Figueiredo. Destinada sobretudo a reprimir o contrabando no Sul do país e em Mato Grosso, tecia louvores ao progresso industrial norteamericano — que nos devia servir de inspiração — e isentava de direitos máquinas agrícolas e outras destinadas à montagem de fábricas e oficinas. Em 1881 procedeu-se a nova revisão tarifária, com a chamada tarifa Saraiva, também conhecida como “tarifa móvel”, segundo a qual ao montante dos direitos acrescentava-se a diferença alcançada pelo valor oficial da mercadoria com a elevação progressiva do câmbio ou somente o percentual correspondente aos direitos percebidos por esta diferença⁽¹⁰⁾. Em 1887 apareceu a tarifa Belisário de Sousa, que os estudiosos do assunto declaram ser uma tarifa protecionista, afirmando mesmo Bandeira de Melo que ela satisfêz a tôdas as exigências dos industriais. Roberto Simonsen, no entanto, acha que foi protecionista “mais com intuito de proporcionar rendas ao Tesouro público do que propriamente de fomentar a criação de indústrias”⁽¹¹⁾. Diz Normano que sua discussão foi um campo de batalha no Parlamento, por um lado devido ao caráter regional das indústrias então existentes, de outro, porque levou ao choque os representantes das economias urbanas e os dos fazendeiros, ou seja, entre o Brasil econômico e o Brasil político⁽¹²⁾. Este choque se repetirá com maior intensidade nos primeiros tempos da República, como veremos mais adiante. O essencial nessa tarifa, do ponto de vista que estamos encarando o problema, é que alterou as taxas, aumentando os direitos sobre as mercadorias estrangeiras com similar nacional. A economia monetária do litoral procurava já

(9) Para NORMANO, a nota protecionista encontra-se nesta tarifa e não na de Alves Branco, porque a tarifa Itaboraí se baseou na experiência de Mauá e foi completada pela tarifa Belisário de Sousa (*ob. cit.*, pág. 185).

(10) Afonso Toledo Bandeira de MELO, *ob. cit.*, pág. 67.

(11) Roberto SIMONSEN, *ob. cit.*, pág. 17.

(12) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, pág. 186.

fazer valer os seus direitos, visando à formação de uma indústria nacional. Em janeiro de 1889 foi aprovada a última tarifa da monarquia, a tarifa João Alfredo, que elevou os direitos sobre o algodão e a juta, procurando amparar a indústria têxtil nacional. O principal objetivo, contudo, desta tarifa, foi salvaguardar a arrecadação das rendas das alfândegas, prejudicada com a mobilidade cambial, tendo, para isso, acompanhado a elevação do câmbio acima da taxa de 22½ dinheiros.

Como estamos vendo por esta muito breve resenha da evolução de nossas tarifas alfandegárias, seu caminho foi cheio de sinuosidades, de altos e baixos, refletindo os antagonismos que o nosso desenvolvimento desigual ia provocando. Seu traço principal foi a falta de um protecionismo continuado, que propiciasse nossa expansão manufatureira, o que se deu pelo predomínio das forças adversárias da industrialização: os interesses agrários e os do comércio importador, este último quase todo estrangeiro, como dissemos antes. Também atuava nesse sentido a necessidade fiscal, que tinha sua base nas rendas aduaneiras, conforme já salientamos. Roberto Simonsen, mostrando isso, escrevia: “A quase totalidade de nossas tarifas, durante o século XIX, teve caráter acentuadamente fiscal. Nunca tivemos um governo que se dispusesse, resolutamente, por tempo útil, como fizeram os governos norte-americanos, a seguir uma política nitidamente protecionista”⁽¹³⁾. Outra crítica não menos valiosa aos problemas tarifários do Segundo Império partiu de Amaro Cavalcanti, que disse o seguinte: “Dar hoje proteção aduaneira a certa indústria e amanhã diminuí-la ou retirá-la mesmo, antes de alcançar o efeito desejado — sem o devido critério ou pela simples razão de desagrar o imposto — como já se tem feito entre nós, é erro considerável e prejudicialíssimo, sobretudo ao capital, cujo emprêgo em tal e tal indústria depende sempre da fé na ordem das coisas existentes”.

De fato, em vários números de *O auxiliador da indústria nacional*, revista mensal que existia naquele tempo, encontra-se o reflexo do descontentamento dos manufatureiros nacionais contra as tarifas vigentes, sobretudo a partir de 1870, quando o processo de industrialização começou a se intensificar entre nós.

(13) Roberto SIMONSEN, *ob. cit.*, pág. 34.

Assim, no do ano de 1877 (pág. 324) publicava-se um memorial dos artistas chapeleiros protestando contra as baixas tarifas em relação ao produto estrangeiro acabado e elevadas para a importação da matéria-prima. Isso acarretava uma concorrência que obrigava os patrões a baixarem os salários até 40 e 50%. Reivindicavam, diante disso, baixa das tarifas para as matérias-primas, e alta para as dos produtos acabados. Outro memorial, da Companhia Brasil Industrial, uma das maiores da época, protestava contra a baixa tarifa concedida à importação de tecidos, pedindo sua elevação, pois, estava provocando a decadência da produção algodoeira nacional. No ano de 1881 (pág. 105), memorial da Associação Industrial erguia-se com veemência contra o livre-cambismo que praticávamos, o que nos colocava sob a dependência da produção estrangeira, citando o exemplo norte-americano de progresso pelo protecionismo. Acrescentava que em tal situação era uma ilusão a independência política, pedindo reforma tarifária, porque o que realmente havia era um protecionismo ao estrangeiro. No de 1882 (pág. 177) havia um memorial contra a baixa tarifa dos fios de algodão importados, produzidos muitas vezes com algodão levado daqui, porque prejudicava os fios fabricados entre nós. O maior exportador desses fios, com mais de dois terços do total, era a Inglaterra. Havia ainda quem se queixasse da falta de capital, atribuindo tal fato aos altos juros aqui cobrados, de 10%, quando na Europa eram de 3% e 4%. Disso resultava que o lucro líquido na Europa era de 10%, enquanto que entre nós precisava ser de 20%. Em 1886, *O auxiliador da indústria nacional*, em sua página 173, publicava um memorial de Frederico Glette, gerente da Fábrica de Tecidos Rink, levantando-se contra o *slogan* “país essencialmente agrícola”, atribuído ao Brasil, porque — dizia — tôdas as nações precisam de possuir suas indústrias, opondo-se também às baixas tarifas cobradas aos tecidos importados, alegando que os fabricados aqui eram iguais aos estrangeiros e pedindo finalmente a suspensão da importação de roupas feitas. Concluía manifestando-se contrário à concessão feita à Estrada de Ferro Leopoldina para a importação de sacos, que eram depois alugados aos lavradores nacionais, em detrimento do similar aqui produzido. As oficinas e pequenas metalurgias trabalhavam com metais inteiramente importados.

As alegações dos fabricantes nacionais, que sumariamos rapidamente, servem para mostrar, em forma igualmente breve, por um lado a completa dependência dos manufaturados estrangeiros em que vivíamos, e por outro as dificuldades por eles enfrentadas devido à ausência de medidas adequadas que não somente protegessem a produção fabril nacional como também estimulassem o seu desenvolvimento, por razões já mencionadas antes.

É muito difícil quantificar a evolução industrial do Segundo Império devido à raridade dos dados e à sua precariedade. O Recenseamento Geral de 1920⁽¹⁴⁾ apresenta a êsse respeito o seguinte quadro (excluídas as salinas e usinas de açúcar), divididos em períodos quinquenais:

Estabelecimentos industriais segundo a época da fundação das empresas

<i>Época da fundação</i>	<i>N.º de estabelecimentos industriais</i>	<i>Capital empregado</i>	<i>Fôrça motriz (HP)</i>	<i>N.º de operários</i>	<i>Valor da produção</i>
Até 1849	35	26.156:982\$	2.076	2.929	31.991:461\$
De 1850 a 1854	16	2.757:425\$	154	1.177	10.141:305\$
De 1855 a 1859	8	4.130:895\$	1.173	1.094	8.784:405\$
De 1860 a 1864	20	7.179:202\$	686	775	9.058:689\$
De 1865 a 1869	34	10.847:443\$	1.784	1.864	15.909:360\$
De 1870 a 1874	62	41.311:267\$	7.129	6.019	59.380:145\$
De 1875 a 1879	63	23.194:486\$	4.435	4.230	34.839:523\$
De 1880 a 1884	150	58.368:338\$	12.865	11.715	89.866:076\$
De 1885 a 1889	248	203.401:521\$	36.174	24.369	247.121:620\$
TOTAL ..	636	377.347:559\$	66.479	54.172	507.092:584\$

Acrescenta-se no fim do quadro que, de origem ignorada existiam mais 267 estabelecimentos, com capital de 24.258:841\$, fôrça motriz de 7.488 HP, ocupando 4.227 operários e um valor

(14) Volume v, 1.ª parte, pág. LXIX.

de produção no montante de 46.820:660\$. Ora, estas emprêsas, cujas datas de fundação se desconheciam, certamente pertenciam ao tempo do Segundo Império, pois julgamos que, se tivessem sido criadas depois da proclamação da República, não seria difícil a identificação de suas origens em 1920, ou seja, apenas 30 anos depois. Por isso achamos que elas devem ser incluídas entre as emprêsas do Segundo Império. Se assim fôr, os totais do quadro acima passariam a ser os seguintes:

Número de estabelecimentos .	903
Capital empregado	401.606:400\$
Fôrça motriz	73.967 HP
Número de operários.....	58.399
Valor da produção	553.913:244\$

Além disso, os dados estatísticos de 1920 foram tomados de estabelecimentos existentes naquela época, o que quer dizer que os que desapareceram antes não foram computados. Assim, as casas e indivíduos que suspenderam seus pagamentos, faliram ou fizeram concordatas durante a crise de 1864, elevaram-se a 95, com um passivo de 110 mil contos⁽¹⁵⁾. Será possível que entre êstes falidos não tenha havido algumas manufaturas? Por outro lado, Caio Prado Júnior diz que na década de 1850 fundaram-se entre nós 62 estabelecimentos industriais⁽¹⁶⁾, enquanto que pelo quadro do Recenseamento de 1920, o número de estabelecimentos industriais naquele decênio foi apenas de 24, o que demonstra a relatividade dos dados estatísticos referentes à segunda metade do século XIX, citados antes, e de um modo geral às de todo aquêle período.

De qualquer maneira é inegável que foi na segunda metade do século passado que se criaram no país os primeiros núcleos manufatureiros de certa importância, transformadores do sistema artesanal para o industrial, que se intensificaram sobretudo a partir da década de 80 e que iriam contribuir para o nosso primeiro

(15) "Relatório da comissão encarregada de estudar a crise do mês de setembro de 1864", Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1865, pág. 73.

(16) Caio PRADO JÚNIOR, *História econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1945, pág. 203.

surto industrial no início da República, com o tão malsinado Encilhamento. Eles tiveram seus primeiros passos com a tarifa Alves Branco e os primeiros empreendimentos de Mauá, como a Ponta da Areia. Ampliaram-se a partir de 1850, como consequência da suspensão do tráfico africano, que reforçou de modo considerável o capital disponível para ser empregado no interior do país. A partir da década de 60, com as exportações excedendo às importações, criaram-se possibilidades para maior elasticidade de nosso comércio exterior. No decênio de 70 começa a tomar vulto a imigração estrangeira, difundem-se as estradas de ferro, incrementando com isso os negócios internos. Finalmente, na década de 80, com maior vulto das imigrações e dos centros urbanos, tem lugar a instalação de pequenas e médias fábricas de transformação, particularmente no atual Estado da Guanabara, o que é fruto em boa parte do barateamento das máquinas operatrizes. Criavam-se, dessa forma, fatores favoráveis para o desenvolvimento de certas regiões. Com o desenvolvimento assim adquirido, de modo geral as vendas dos produtos agrícolas se tornaram insuficientes para cobrir as aquisições das mercadorias de importação, reclamadas pelo mercado interno em elevação. A baixa taxa cambial reflete uma situação de desequilíbrio provocada por uma população em crescimento e desenvolvimento e que não dispunha de meios de pagamento no exterior para os produtos de que necessitava, criando-se assim um forte elemento de emulação para a nossa expansão industrial.

Tais foram os fatores que na segunda metade do século XIX propiciaram as condições para o nosso progresso manufatureiro e das quais redundaram as transformações econômico-sociais corporificadas na Abolição e na República.

SOCIEDADE E IDEOLOGIA

O progresso realizado na economia brasileira na segunda metade do século XIX, que teve como fator preponderante a enorme expansão da produção e exportação cafeeiras, não se repartiu por igual por tôdas as regiões, porque essa atividade se concentrou na parte centro-leste, provocando assim um deslocamento do eixo econômico do país, de imensa significação histórica, levando a estagnação às velhas e tradicionais atividades, como as do açúcar e algodão. Se é justo, por isso, considerar a exportação, particularmente a do café, como o centro dinamizador de nossa economia naquela época, não se deve, contudo, desprezar, a êsse respeito, a considerável ampliação do mercado interno verificada e cujos indícios (na falta de outros) podem ser aferidos pelo próprio aumento da renda *per capita* ocorrida então.

Recente historiador de nossa economia⁽¹⁾ estimando a evolução dessa renda *per capita* durante aquêlê período, chegou às seguintes conclusões: na região Nordeste houve diminuição, na Bahia manteve-se a renda, na região Sul houve aumento, que não deve ter sido inferior a 1%, na região cafeeira admitiu o crescimento da taxa de 2,3%. Nessas condições a renda real do Brasil se teria multiplicado de 5,4%, representando uma majoração anual de 3,5% e de 1,5% *per capita*, o que era elevada em relação ao desenvolvimento da economia mundial do século XIX.

Os novos produtos que propiciaram êstes aumentos de rendimentos foram o café, cuja quantidade de exportação cresceu de 341% e o preço de 91%; o fumo da Bahia, que passou a ser exportado para a Europa; o mate do Paraná que entrou no comércio exterior, e a pecuária, particularmente o xarque e a banha do

(1) Celso FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959, pág. 176.

Rio Grande do Sul, que se expandiram grandemente no mercado interno.

Na mesma época, a renda real dos E. U. A. se multiplicou de 5,7; porém, em vista do mais intenso aumento de sua população, devido aos afluxos das ponderáveis correntes imigratórias, a taxa de renda *per capita* foi menor do que a do Brasil. Para Celso Furtado, no entanto, a diferença entre a evolução das duas nações reside em que, enquanto que os E. U. A. vinham num ritmo de expansão desde o último quartel do século XVIII, o nosso somente teve início após três séculos de estagnação⁽²⁾. Em nossa opinião, entretanto, foi a estagnação material ocorrida na primeira metade do século XIX, causada por um lado pelo manietamento de nossa economia ao capitalismo inglês da época e por outro pelos malefícios decorrentes do predomínio latifundiário, redundando em nosso atraso industrial, é que determinaram o distanciamento que tão tristemente nos diferenciam.

Com o progresso material desencadeado pela expansão cafeeira os centros urbanos se desenvolvem, o incremento ferroviário e rodoviário intensifica as transações entre as cidades, alargando o mercado interno. Tudo isso resulta em mais vigorosa atividade produtora das cidades: comercial, artesanal, fabril e de serviços. Em consequência desse crescimento geral, as classes sociais aumentaram e assumiram contornos mais nítidos. O fato mais importante, nesse sentido, foi o aparecimento, nos centros urbanos, de uma classe empresarial (burguesia urbana): industriais, comerciantes, banqueiros, acionistas de estradas de ferro, etc., e do seu reverso, o proletariado urbano: operários fabris, empregados no comércio (a "caixerada", como se dizia então), ferroviários, bancários e outros. Também cresceu a classe média: pequenos comerciantes (vendeiros, taverneiros, padeiros, etc.), os artesãos de várias atividades, os funcionários públicos — particularmente em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. Nos campos, na zona cafeeira, com a imigração estrangeira, aumentou enormemente o semiproletariado rural (os colonos); na zona açucareira do Nordeste, com os engenhos centrais, tem início a penetração do proletariado; na região Sul, com a colonização realizada, surgiu e difundiu-se a pequena proprie-

(2) *Ob. cit.*, pág. 177.

dade agrícola, dando nascimento também aos artesãos⁽³⁾. Por outro lado, os militares, especialmente do exército, não somente cresceram em número como igualmente começaram a tomar parte mais ativa na vida nacional, sobretudo depois da Guerra do Paraguai. Também o clero, que exercia considerável influência, passou por um processo de nacionalização cada vez maior, recrutando-se crescentemente entre a classe média, como acontecia com os militares, e estas duas "classes" iriam criar as duas grandes "questões" que tanto contribuiriam para a queda do trono. Mas estas classes e camadas sociais que tomam vulto e adquirem dia a dia mais elevada importância na economia, não tinham representação política, porque a base eleitoral estava vinculada à renda, o que constituía uma flagrante discriminação contra elas. Mesmo um analfabeto poderia votar, desde que possuísse renda. O mecanismo do Estado: a monarquia, o Conselho de Estado, os Gabinetes, os presidentes de Província, as câmaras do Império e das Províncias representavam as classes dominantes: os latifundiários e os exportadores. Daí que o lema de República encontrasse ampla ressonância nos centros urbanos, entre a classe média, o proletariado, a burguesia em formação, porque prometia a eliminação do esdrúxulo Poder Moderador, do Senado vitalício, do direito de representação pela renda e demais elementos anacrônicos da administração. Daí igualmente a simpatia e o apoio que emprestavam à campanha da Abolição.

Formavam-se, dessa maneira, os elementos materiais e sociais para a derrubada da monarquia.

Ao lado desse extraordinário progresso econômico e dessa maior delimitação de classes, verificou-se também uma enorme transformação na sociedade.

O telégrafo elétrico, inaugurado em 1854, já possuía 10.969 quilômetros de extensão, com 182 estações, ao findar o Império. Os "bondes" de tração animal, sobre trilhos, saem do centro da cidade do Rio de Janeiro em direção a vários bairros: Largo do

(3) Ao fundar-se São Leopoldo (Rio Grande do Sul), em 1824, foram para lá vários artesãos, como seleiros, alfaiates, sapateiros, marceneiros, etc., e em 1844 já ele exportava 7.681 selas e 13.995 pares de calçados. Em 1820, em oito municípios do Rio Grande do Sul existiam 540 curtumes e fábricas de couro. Em 1874 fundou-se a primeira fábrica têxtil do Rio Grande do Sul, com 200 operários. A indústria têxtil de Blumenau (Santa Catarina) começou em 1880. Ver, a respeito, Emílio WILLEMS, *ob. cit.*, págs. 346 a 349.

Machado, São Cristóvão, Rio Comprido, Vila Isabel. Em 1854 a iluminação a gás substituía os velhos lampiões de azeite colonial, e em 1852 já se irrigavam as ruas centrais da cidade. O teatro lírico passou a ser a fina sensação coletiva, empolgando tôdas as classes. O carnaval, com suas alegorias, os bailes de máscara, passaram a ter atrativos especiais, juntamente com as regatas e o hábito de refeições nos restaurantes. A navegação transatlântica a vapor é encetada em 1850. A rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, torna-se o centro de elegância mundana das mulheres e dos homens. A mulher, libertando-se dos velhos costumes, sai à rua para fazer as suas compras, existindo para isso, só na rua do Ouvidor, 23 casas de modistas, 4 floristas, 77 ourives, 33 relojoeiros, 66 sapatarias, 8 "retratistas". Quase tôdas as famílias de posse têm seus pianos, coisa rara anteriormente. Os bailes são numerosos e freqüentes, enchendo-se da nata social. A aristocracia do Norte remove-se para o Rio de Janeiro, deixando a sua velha lei de nobreza. Um historiador escreve: "O Segundo Reinado é o período dessa distinta sociabilidade, que se humaniza com a opulência dos novos ricos, a elite política, conjugados ao redor do trono. Tudo mais recuava para o segundo plano: a política e o dinheiro eram as duas nobrezas reconhecidas, as duas rodas do carro social"⁽⁴⁾. Surgem jornais importantes, como o *Jornal do Comércio*, o *Correio Mercantil*, o *Diário do Rio de Janeiro*.

Era um florescimento social e cultural como nunca se vira antes, deixando para trás, definitivamente, a vida oprimida, triste e estreita da Colônia e mesmo do Primeiro Império.

Todos os problemas sociais daí decorrentes, em seus diversos matizes e variados coloridos humanos, foram retratados na literatura do tempo como nas obras de Machado de Assis⁽⁵⁾, nos romances citadinos de José de Alencar, de J. M. de Macedo e nas peças teatrais de Martins Pena⁽⁶⁾, onde até os problemas econômicos e monetários foram suscitados em forma chistosa,

(4) Pedro CALMON, *História social do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937, 2.º tomo, págs. 249-51. Ver também Gilberto FREYRE, *Sobrados e mucambos*.

(5) Ver, a respeito, Astrojildo PEREIRA, "Machado de Assis, romancista do Segundo Reinado", *Interpretações*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1944.

(6) Sílvio ROMERO, "Martins Pena", *História da literatura brasileira*, vol. IV, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1949, e Djacir MENEZES, "Os preços e a vida numa comédia de 1845", in *Carta Mensal*, da Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, março de 1965.

mas nem por isso menos verdadeiras. Aquêlé, porém, que melhor soube expressar as aspirações sociais e políticas da época foi o extraordinário vate baiano, Castro Alves, em seus admiráveis poemas épicos, cheios de vibratibilidade comunicativa, que até hoje nos emocionam⁽⁷⁾.

Como era de esperar, porém, essas mudanças econômicas refletiram-se em transformações ideológicas, exercendo considerável influência na renovação do pensamento até então vigorante.

Predominava entre nós, até aí, a filosofia cristã, ou o catolicismo, na sua expressão mais pura e bem acabada. Estava ela atrasada, no entanto, pois não acompanhara a evolução, tendo se retraído ante as inovações pelas quais estava atravessando o mundo. O pensador católico, Tristão de Ataíde, estudando a época que medeia entre as encíclicas *Mirari Vos* e a *Syllabus* (1832-1864), diz que foi o período que consolidou um equívoco entre a Igreja e o Mundo Moderno, pois a Igreja não tomou conhecimento da Revolução Industrial Inglesa, por considerá-la fora de suas finalidades espirituais e tomou nítida posição contra a Revolução política francesa, por considerá-la atentatória de filosofia da vida e da sociedade baseada na primazia do fator religioso e da tradição cristã. Mesmo um Lamennais, cujas reivindicações nos parecem hoje tímidas, diante das modernas encíclicas sociais, foi condenado. Era o período em que floresciam a chama revolucionária do individualismo de 89, prosseguida pelo socialismo romântico de Saint Simon, tanto no Velho Mundo como na América Latina. Dada a violência e a intolerância anticlerical e eclesiástica que o movimento assumiu, a Igreja se colocou cada vez mais como defensora da tradição, da autoridade constituída, defendendo as classes altas da sociedade e as populações rurais mais conservadoras, contra as novas gerações e o espírito citadino de rebeldia e liberdade, afastando-se gradativamente do povo, da mocidade e do futuro. "Diante do Mundo hostil, a Igreja punha trancas na porta"⁽⁸⁾. De 1864 a 1891, o mal-entendido entre a Igreja e o Mundo Moderno não fêz senão agravar-se, devido ao *anathema sit* que o *Syllabus* lançou contra os "erros mo-

(7) Edison CARNEIRO, *Castro Alves*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1937, e Heitor Ferreira LIMA, *Castro Alves e sua época*, Editora Anchieta Ltda., São Paulo, 1942.

(8) Tristão de ATAÍDE, in *Fôlha de São Paulo*, 28-5-1967.

dermos". A filosofia, a ciência, a economia, a política, a educação, as letras, as artes seguiram seu caminho, deixando a Igreja marginalizada, como uma avòzinha caduca, que se vai extinguindo aos poucos. A medida que o século XIX se dinamizava, a Igreja dava a impressão de se estratificar, apresentando-se como instituição parada diante do mundo em marcha. As novas filosofias — o evolucionismo naturalista, o positivismo, o mecanicismo, o monismo — se baseavam tôdas na idéia do tempo, ao passo que a Igreja procurava exaltar o passado, colocando-se como um rochedo imóvel, em face da mobilidade agitada das ondas dos tempos novos⁽⁹⁾. Só em fins do século, em 1891, é que vem a encíclica *Rerum Novarum*, assinalando uma nova posição da Igreja diante dos problemas do mundo. É interessante anotar que essa renovação foi feita por Leão XIII, uma flor da civilização obsoleta, de tipo aristocrático, de economia latifundiária, de cultura clássica, que ainda predominava na península itálica e cuja formação humanística o colocava em posição hostil à nova sociedade. Sua preocupação com os problemas sociais se limitavam a uma atitude meramente assistencial e paternalista. Sua nunciatura na Bélgica colocou-o, porém, em contato com a nova civilização que vinha da Revolução Industrial, com a nova economia baseada na *usina* e a nova classe que a configurava: o *proletariado*. Antes de voltar à Itália o futuro Leão XIII visitou ainda a Inglaterra. "Não sei se foi dessa visita" — diz Tristão de Ataíde — "que nasceu a *Rerum Novarum*. Mas que deve ter influído muito para ela, não tenho dúvida"⁽¹⁰⁾. Conforme observa o mesmo pensador católico, a nota capital da grande encíclica não era tanto a elaboração de uma doutrina social da Igreja, mas o reconhecimento dos novos tempos, das novas condições sociais, das novas classes em ascensão, e com isso do êrro de ligar os destinos da Igreja a regimes políticos e a situações sociais superadas⁽¹¹⁾. Não esqueçamos que até aí muita água havia corrido sob as pontes: houvera a Revolução de 1848, a fundação da Primeira Internacional em 1864, a Comuna de Paris de 1871, a criação da Segunda Internacional em 1889 e fortes Partidos Socia-

(9) Tristão de ATAÍDE, in *Fôlha de São Paulo*, 4-6-1967.

(10) Tristão de ATAÍDE, in *Fôlha de São Paulo*, 11-6-1967. Lembremos que foi na Inglaterra que Max escreveu seu famoso *Das Kapital*.

(11) Tristão de ATAÍDE, in *Fôlha de São Paulo*, 18-6-1967.

listas, apoiados em fortes sindicatos, tinham consideráveis representações nos parlamentos europeus.

No entanto, eram idéias ultramontanas que dominavam o nosso clero, que constituía a religião oficial do Estado. Não esqueçamos que foi uma questão com o Vaticano que contribuiu para a queda do Regente Feijó. Embora houvessem muitos maçons entre o clero, desde os tempos coloniais, o ultramontanismo predominava em sua cúpula diretora. Aliás, foi por causa da Maçonaria que surgiu a Questão Religiosa entre nós, de tanta repercussão em nossa história e um dos fatores da derrubada da Monarquia.

Dentro da história do pensamento brasileiro a questão religiosa serviu sobretudo para pôr em evidência a posição da Igreja diante dos problemas sociais da época, com sua face retardatária, mas em consonância absoluta com os ideais do Vaticano de então. Assim, por exemplo, para D. Macedo Costa, um dos bispos envolvidos na famosa Questão, a revolução, movimento admitido e pregado mesmo pela burguesia, como em 1848, na Europa, era um movimento satânico para constituir uma sociedade sem Deus, a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, o batismo civil, o entêrro civil, a emancipação da carne, a usurpação dos bens e direitos da Igreja, etc.⁽¹²⁾. Para D. Vital, outro bispo envolvido na mesma questão, separar a Igreja do Estado era o mesmo que separar a alma do corpo e considerava heresia afirmar-se que o homem tem o direito de professar a religião que sua razão reconheça⁽¹³⁾. Com relação à separação da Igreja do Estado, havia também um interesse econômico em jôgo: eram as côngruas que recebiam e o perigo representado pela supressão da generosidade de muita gente às confrarias e que constituía uma farta parte de suas receitas⁽¹⁴⁾.

Mas não era apenas no domínio espiritual e nas suas relações com o Estado que a Igreja sustentava posições retrógradas, porém igualmente no terreno econômico. Assim Júlio César de Moraes Carneiro, mais conhecido por padre Júlio Maria, numa

(12) Roque Spencer Maciel de BARROS, *A ilustração brasileira e a idéia da Universidade*, Edição da Universidade de São Paulo, 1959, pág. 49.

(13) Roque Spencer Maciel de BARROS, *ob. cit.*, pág. 52.

(14) Ver Oliveira LIMA, *Império do Brasil*, Cia. Melhoramentos de São Paulo, s/d, pág. 169.

série de artigos escritos em 1885 e mais tarde reunidos num volume denominado *Apóstrofes*, dizia o seguinte: "Que ilusão, dos *práticos!* Pensam êles que com maior número de vias-férreas, mais vasta rêde de telégrafos, maior imigração e mais indústrias, o Brasil se há de purificar e salvar! Pensam êles que com reformazinhas colegiais, de eleições e dos cativeiros dos negros velhos (*sic*) a pátria há de sair incólume da crise moral que ameaça revolucioná-la"⁽¹⁵⁾. Outros afinavam pelo mesmo diapasão reacionário, erguendo-se contra a imigração estrangeira e a emancipação da mulher.

Tal era, em forma muito breve, a posição retardada da Igreja diante do dinamismo evolutivo material do tempo, o que evidentemente a marginalizava dentro da nova ideologia nacional em formação.

Entretanto, nesse ínterim, uma série de invenções revolucionava a indústria, como a nitroglicerina em 1847, o telégrafo elétrico em 1850, a dinamite em 1864. Darwin, com a publicação de sua célebre *Origem das espécies*, em 1859, abria novos horizontes à biologia e assestava golpes mortais no *Gênesis*. Fuzis e canhões foram aperfeiçoados com novas descobertas, acarretando modificações importantes nas táticas militares e na arte guerreira. As tarifas alfandegárias e o sistema de impostos sofreram transformações substanciais, rompendo-se as travas à produção industrial, tendo por objetivos o barateamento do custo das matérias-primas e das mercadorias produzidas.

E tudo isso estava metamorfoseando o mundo, conferindo novos matizes à filosofia, erigindo novos princípios científicos, propiciando mutações da mais alta significação, tanto na vida material quanto na espiritual.

Essas alterações de tão profundo relêvo que se operavam lá fora repercutiam certamente aqui, contribuindo para a modificação de nosso modo de pensar. Sílvio Romero registra isso com as seguintes palavras: "o decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual". E acrescenta que até aí o catolicismo, a filosofia espiritualista, a instituição monárquica, os direitos tradicionais, o romantismo literário não haviam sofrido quaisquer abalos ou opo-

(15) Roque Spencer Maciel de Barros, *ob. cit.*, pág. 55.

sição. De repente, porém, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, mostrou-se a instabilidade de tôdas as coisas e o sofisma do Império apareceu em tôda sua nudez. É que um bando de idéias novas esvoaçou todos os horizontes. "Positivismo, evolucionismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, *folk lore*, novos processos de crítica e de história literária, transformação da instituição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alerta partiu da escola de Recife"⁽¹⁶⁾. Em 1882 Tobias Barreto entra "como um ciclone" na academia de Recife, abalando-a em seus fundamentos, marcando época, renovando, fazendo discípulos que se distinguiram na história do pensamento brasileiro, como Clóvis Beviláqua, Farias Brito, Graça Aranha e outros mais. O tempo era propício. "Quando Tobias intervém na vida intelectual, sopram no campo das ciências e da filosofia novos ventos. Batera-se definitivamente o fixismo. A idéia evolucionista aplicara-se em cheio à história social, sem que lhe fôsse poupado nenhum dos recantos privilegiados pelo sentimento ou pela tradição. (...) o que a mocidade esperava é que viesse alguém capaz de ajudá-la a enquadrar o direito na interpretação científica que se dispunha a fazer o mundo"⁽¹⁷⁾.

Tobias era anti-socialista (embora conhecesse Marx), era anti-republicano (embora fôsse indiferente à monarquia), mas, com seu monismo, com as idéias científicas alemãs que difundia, representou um grande avanço em nosso meio intelectual e estudantil. Um colaborador da Academia de Ciências da URSS, por isso, em recente trabalho, compara-o aos democratas revolucionários russos de meados do século passado.

O meio em que estavam sendo semeadas estas idéias — Pernambuco — encontrava-se adubado por três revoluções: a de 1817, a de 1824 e a de 1848, sendo que esta última tinha, na conhecida frase de Nabuco, "a fôrça de um turbilhão popular" e "mais do que um movimento político era assim um movimento popular", pois "a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo"⁽¹⁸⁾. Realmente, seu suporte eram os operários, arte-

(16) Sílvio ROMERO, "Explicações indispensáveis", in Hermes LIMA, *Tobias Barreto*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939, págs. 109 e 111.

(17) Hermes LIMA, *ob. cit.*, págs. 108, 109 e 205.

(18) Joaquim NABUCO, *Um estadista do Império*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1936, tomo 1, págs. 74 e 75.

sãos e camponeses pobres, “os esfarrapados e os mulambos”, na expressão pejorativa da imprensa latifundiária. Para um historiador moderno, não parecia 48, mas sim a Comuna de 71⁽¹⁹⁾. Dentro dela lutavam revolucionários intransigentes, como Inácio Bento de Loyola, que lembrava o jacobino Marat; o “general das massas”, Abreu Lima, adepto de um socialismo vago; Borges da Fonseca, liberal avançado. Em 1845 pululavam nas livrarias de Recife as obras do socialista utópico Charles Fourier. Havia também os partidários de Saint Simon. Viviam em Pernambuco, por essa época, o francês Henrique Augusto Milet, homem de idéias avançadas, que era contra o padrão-ouro, denunciava nosso atraso econômico proveniente de atividades produtoras baseadas no açúcar, café e algodão, colocando-nos na dependência da manufatura importada, e pregando contra isso um protecionismo desenvolvimentista⁽²⁰⁾.

Havia ainda Antônio Pedro de Figueiredo, denominado *Cousin Fusco*, que pregava o intervencionismo do Estado nos fenômenos econômicos, o que já o aproxima do socialismo científico, pois dêle disse um dos mais lúcidos historiadores daqueles acontecimentos: “Se há no seu socialismo fulgurações que o projetam além das tendências meramente utópicas dos seus contemporâneos, imprimindo-lhe um caráter quase científico, não se pode desprender o *Cousin Fusco* do sentido romântico, às vezes mesmo lírico, dos homens da geração que fez a Revolução de Fevereiro de 48”⁽²¹⁾.

A riqueza da região do Nordeste propiciou em Pernambuco, desde cedo, a formação de uma elite intelectual curiosa e interessada no debate das idéias, embora muitas delas fôssem heréticas e subversivas para o meio. Liam-se livros proibidos, havia admiradores da Revolução Francesa; os enciclopedistas tiveram influência sobre os revolucionários de 1817, e Montesquieu foi o mestre de Frei Caneca. E a Academia adaptou-se a essas funções. Todo ponto de convergência em Recife é um esforço na revolução intelectual, deixando para segundo plano as cogitações po-

(19) Vamireh CHACON, *História das idéias socialistas no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1945, pág. 85.

(20) Sobre a ideologia de nossos *quarant-huitards* ver Vamireh CHACON, *ob. cit.*, que faz interessante exame dela.

(21) Amaro QUINTAS, *O sentido social da Revolução Praieira*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, pág. 161.

líticas. Predomina o lado intelectual e o movimento antes de ser pela República era para a abertura de novos caminhos ao espírito.

Em São Paulo, sua fonte de riqueza é recente — o café — e encontra-se em plena ascensão. Em sua Academia, por isso, predominava o lado político e a idéia republicana agitada transige com a escravidão. Da crise brasileira fere-se, de preferência, o aspecto das instituições políticas e nessas condições germinaram com menos viço aí as modernas idéias e teorias filosófico-jurídicas⁽²²⁾.

No Rio de Janeiro as escolas de medicina, de engenharia e militar dedicam-se mais à divulgação da ciência, da física e da matemática. Teixeira Mendes diz mesmo que “só os militares do exército e da marinha por um lado, e por outro, os engenheiros e médicos, chegavam a entregar-se a estudos científicos”⁽²³⁾.

Isto explica, a nosso ver, o sucesso do Positivismo nesse meio, principalmente na Escola Militar, onde a influência de Benjamim Constant iria ser extraordinária e de enorme significação em nossa história.

Com o desenvolvimento da economia urbana, começaram a penetrar nas Faculdades de Direito e nas Escolas Técnicas (Central e Militar) os filhos da burguesia comercial e burocrática, que irão aparecer mais tarde no cenário político e intelectual do país. Sobretudo nas Escolas Central e Militar essa nova geração vai buscar uma instrução diferente da dos bacharéis de Coimbra, Recife e São Paulo, outrora reservada aos filhos do patriciado rural, formando assim uma nova burguesia de importância sobretudo no setor intelectual. “É dessa burguesia formada por militares, médicos e engenheiros — mais próximos das ciências positivas, graças à índole de suas profissões — que irá surgir o movimento positivista do Brasil”⁽²⁴⁾. E esse movimento, como se sabe, terá considerável influência na formação da mentalidade republicana entre nós, particularmente no meio do exército.

Em São Paulo, no campo científico, atuava uma cerebração prodigiosa, como a do positivista Luís Pereira Barreto, e no do-

(22) Hermes Lima, *ob. cit.*, págs. 196, 197, 202 e 203.

(23) Citado por João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956, pág. 144.

(24) João Cruz Costa, *ob. cit.*, págs. 139, 140 e 142.

mínio político, como teórico e propagandista, trabalhava incansavelmente outro positivista de alto mérito, Alberto Sales, difundindo novas idéias e propagando a República e a Democracia⁽²⁵⁾. E foi a junção destas duas correntes, a elite intelectual e a organizativa do Rio de Janeiro, com a economia, representada pelo café em ascensão de São Paulo, que possibilitou a transformação do regime político-administrativo de forma incruenta, que pareceu a Aristides Lôbo uma “bestificação do povo”.

A essa renovação do pensamento brasileiro, com a introdução de princípios e teorias modernas e a essas novas expressões que iam aparecendo no campo intelectual, correspondeu uma radicalização política. A primeira manifestação nesse sentido sucedeu com a eleição de 1860, a qual, segundo Joaquim Nabuco, assinalou uma época em nossa história. No Rio de Janeiro, o movimento, chefiado por Teófilo Ottoni, adquiriu amplas proporções, com grande participação do povo e da mocidade, o comércio concorrendo pecuniariamente, assumindo dessa forma o caráter de uma revolução pacífica. Essa vitória significou sobretudo a queda da oligarquia encastelada no Senado, representando uma “ressurreição liberal, com outro pessoal e outras idéias, mas com a mesma tradição, o mesmo espírito, mais forte que os homens e os princípios”⁽²⁶⁾. Em 1869 o Partido Liberal, assim revitalizado, lança um programa avançado, quase socialista, na expressão de Sílvio Romero. Esse programa exigia a responsabilidade dos ministros pelos atos do poder moderador, a máxima do rei reina mas não governa, descentralização no sentido do *self-government*, maior liberdade de comércio e de indústria e derrogação dos privilégios e monopólios, liberdade efetiva de consciência, liberdade de ensino, independência do poder judiciário, supressão da vitaliciedade do Senado, redução das forças armadas em tempo de paz, etc.⁽²⁷⁾. O manifesto do Centro Liberal, do mesmo ano, coloca a questão nestes termos decisivos: “ou a reforma ou a revolução”, acrescentando logo em seguida: “a reforma para conjurar a revolução; a revolução como consequência necessária da natureza das coisas, da ausência do sistema repre-

(25) Ver Luís Washington VITA, *Alberto Sales, Ideólogo da República*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1965.

(26) Joaquim NABUCO, *ob. cit.*, pág. 347.

(27) Américo BRASILIENSE, *Os programas dos partidos políticos e o 2.º Império*, São Paulo, 1878, págs. 37 a 39.

sentativo, do exclusivismo e oligarquia de um Partido”(28). A linguagem era incisiva, quase atrevida para o tempo, lembrando as reivindicações dos republicanos liberais da Europa de 1848.

Em 1870 surge o Partido Republicano, com longo manifesto, mais crítico das instituições monárquicas do que reivindicatório das classes e camadas sociais que representava. Seus principais princípios são representação popular, autonomia das províncias e regime federativo, reclamando a convocação de uma Assembléia Constituinte para instaurar um novo regime. Dizia arvorar a bandeira do partido republicano federativo, proclamando a vontade de ser americano, por pertencer à América(29).

Trata-se, sem dúvida, de um documento fraco e bem menos audaz do que o programa liberal de 1869, mas já era um partido republicano e foi ele, juntamente com o exército, que pôs abaixo a monarquia, vinte anos mais tarde. Seus signatários, em número de 57, eram, em sua maioria, componentes da classe média: advogados, médicos, engenheiros, jornalistas, raramente encontrando-se um fazendeiro ou um capitalista.

O Brasil, inegavelmente, progredira em tôdas as dimensões. E daí por diante, a partir de 1870, o processo de deterioração do Império acelerava-se de maneira rápida e inexorável. É que o café, embora sustentáculo econômico do Império, levava em si uma contradição mortal para a velha instituição vigente: impulsionava os elementos capitalistas da economia em ascensão. Eram as cidades que cresciam, as estradas que se ampliavam, intensificando o mercado interno, o comércio urbano que se desenvolvia, o comércio externo que crescia, a imigração estrangeira que aumentava, o trabalho assalariado que adquiria maior vulto, alargando a economia monetária, as indústrias e atividades artesanais que prosperavam e tudo isso avolumava as classes sociais urbanas, tornando-as mais fortes e conscientes de seus interesses, interesses êsses não atendidos pela superestrutura monárquica, sufocante. Daí o antagonismo crescente entre o litoral dinâmico e o interior fechado, fixo. Daí igualmente as três reivindicações fundamentais republicanas: representação, descentrali-

(28) Américo BRASILIENSE, *ob. cit.*, pág. LVI.

(29) Américo BRASILIENSE, *ob. cit.*, págs. 59 a 88.

zação e federação. É o que explica ainda a luta em tórno das tarifas aduaneiras, antes aludidas.

O invólucro monárquico tornava-se incompatível com as novas formas de economia em gestação e desenvolvimento, condenando-o por isso ao perecimento. Foi o que aconteceu em 15 de novembro de 1889, com uma simples parada militar, no dizer exagerado de Euclides da Cunha.

TERCEIRA PARTE

PERÍODO REPUBLICANO

A República do Café

PROCLAMAÇÃO E RUMOS DA REPÚBLICA

A proclamação da República, que foi feita com uma simples parada militar, como afirma Euclides da Cunha, e que deixou o povo bestializado, na expressão de Aristides Lôbo, teve essa dupla aparência devido à forma com que foi urdida a trama de conspiração militar, que a levou a cabo.

Com efeito, no dia 9 de novembro Benjamin Constant recebe, do Clube Militar, recém-fundado, a incumbência de resolver a célebre questão militar, que vinha de há muito deteriorando as relações entre o exército e o governo. Para êsse fim, no dia seguinte procurou o marechal Deodoro da Fonseca, a maior figura militar da época, que se achava doente, em sua casa. Convenceu-o da necessidade da mudança do regime, pois, qualquer outra solução seria uma simples sedição monárquica, voltando mais tarde os mesmos opróbrios⁽¹⁾. Conquistado Deodoro, Benjamin Constant procura Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo, Rui Barbosa e outros, tendo comêço a urdidura da conjura.

O levante militar foi fixado para 17 ou 18 de novembro, porém, o major Solon, um dos conjurados, receando seu fracasso devido à transpiração da notícia, provocou sua precipitação, espalhando boatos falsos na rua do Ouvidor, que imediatamente chegaram aos quartéis, levando a oficialidade jovem, compro-

(1) Artigo do então capitão José BEVILÁQUA, publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 7 de julho de 1890 e transcrito no livro *Benjamin Constant*, de Benjamin Constant NETO.

metida, a lançar as tropas à rua na madrugada de 15 de novembro, sem conhecimento dos próprios Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, que foram levantados de seus leitos para assumirem a direção do *coup d'État*. Foi, dêsse modo, uma surpresa mesmo para os promotores do levante.

Mas a facilidade com que foi tecida a conspiração e a passividade com que foi recebido o movimento mostram não só a sua maturidade como também a sua oportunidade, o que representa inegável sintoma da sua aceitação popular. Para êsse desfecho, não se pode negar o papel desempenhado pela propaganda republicana, que desde 1870 se vinha realizando no país. Quem o disse foi Babino Besouro, um dos participantes daquele movimento, oficial do exército, em plena Assembléia Constituinte, de 1891: "se não fôsse a propaganda, não teríamos vencido, ainda mesmo que se triplicassem as baionetas"⁽²⁾. Um historiador estrangeiro chega às mesmas conclusões: "A prova mais significativa do valor da propaganda republicana encontra-se indubitavelmente nos acontecimentos de 15 e 16 de novembro. A passividade absoluta com que a maioria dos brasileiros presenciou o desaparecimento de um regime no qual haviam prosperado e progredido, causa espanto aos observadores políticos. A doutrinação do povo pelo Partido Republicano, constituiu, pois, a contribuição dêste último para a revolução"⁽³⁾. Nesse sentido cabe destacar a obra dos Clubes Republicanos, que se espalhavam por tôda a Nação em número de 237, ao proclamar-se o nôvo regime, localizando-se 56 em Minas Gerais, 48 em São Paulo, 32 no Rio Grande do Sul, 30 na Capital Federal (hoje Estado da Guanabara), 30 no Rio de Janeiro, etc., cabendo, numa repartição percentual, 89% à região centro-sul e 11% ao norte-nordeste⁽⁴⁾. Ao lado dos Clubes, havia também os jornais, que eram em número de 74 em 1889, sendo 21 em São Paulo, 33 em Minas Gerais, Capital Federal e Rio Grande do Sul, 9 no Rio de Janeiro, Pernambuco e Santa Catarina, 11 nas Províncias do Norte, Nordeste e Mato Grosso, o que dava 73% para o centro-sul e 27% ao norte-nordeste. Sôbre a importância da imprensa na queda da monar-

(2) Sertório de CASTRO, *A República que a revolução destruiu*, pág. 63.

(3) George C. A. BOEHRER, *Da Monarquia à República*, tradução de Berenice Xavier, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro.

(4) Oliveira VIANA, *O ocaso do Império*, Cia. Melhoramentos de São Paulo, 2.^a edição, págs. 114 e 115.

quia, escreveu Oliveira Lima: “O papel que coube à imprensa em 1831 de salvar a monarquia brasileira, coube-lhe de 1870 a 1889 para derrubá-la. Foram primeiro jornais doutrinários como a *República* e o *Globo*, em cujas colunas o primoroso jornalista Salvador de Mendonça não esquecia a urbanidade; logo fôlhas de combate mais porfiado e menos impessoal, como *O País*, dirigido por Quintino Bocaiúva, mestre da arte da polêmica de idéias; por fim a análise desapiedada de Rui Barbosa no *Diário de Notícias*, desfibrando a trama de realeza constitucional e esmagando as instituições do passado sob a clava formidável do seu estilo seiscentista”⁽⁵⁾.

Outro fator que concorreu para a formação do pensamento republicano entre nós foi, sem dúvida, o Positivismo. Tem razão, por isso, João Camilo de Oliveira Tôrres quando diz “que foi o Positivismo, mercê da influência de Benjamin Constant e das doutrinas de Comte no seio do exército, a causa da proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889”⁽⁶⁾. Essa ação de Benjamin Constant (que também lecionava em outras escolas) exercia-se sobretudo na Escola Militar, que era principalmente uma escola de engenheiros e os que tinham vocação para professores de matemática perdiam completamente o espírito bélico, segundo o mesmo Oliveira Tôrres. Tal *paisanização* do exército foi severamente condenado por Oliveira Lima, afirmando que transviava os oficiais da sua educação profissional, transformando-os em agitadores, abolicionistas e democráticos, freqüentando clubes, discutindo política e literatura⁽⁷⁾. Eduardo Prado ergueu-se igualmente contra as “filosofantes do positivismo”, que “não fêz senão abacharelar o oficial do exército que agora naturalmente revela um tão pronunciado furor politicante, discursante e manifestante”⁽⁸⁾.

Além dêste aspecto ideológico, havia o caráter social dos seus componentes, sendo geralmente pessoas saídas das classes médias, de poucos recursos, que buscavam na escola militar um meio para

(5) Oliveira LIMA, *O Império do Brasil*, Cia. Melhoramentos de São Paulo, págs. 38 e 39.

(6) João Camilo de Oliveira Tôrres, *O Positivismo no Brasil*, Editôra Vozes, Petrópolis, 1943, pág. 100.

(7) Oliveira LIMA, *O Império do Brasil*, pág. 152.

(8) Eduardo PRADO, *Fasto da ditadura militar no Brasil*, 5.ª edição, 1923, pág. 62.

fazer carreira. Ao contrário do que sucedia nas academias de direito, composta de filhos de fazendeiros e senhores de engenho, onde se preparavam o juiz, o promotor, o delegado de polícia, o deputado, “o homem talhado para as lides do parlamento e da administração”⁽⁹⁾. Daí a fôrça que possuía no Império, constituindo, juntamente com o coronel, conforme assinala Mota Filho, o sustentáculo do regime. Por isso, “quando um perdeu a sua antiga preeminência o outro, também, perdeu a sua”⁽¹⁰⁾.

A República teve, em seus primeiros tempos, duas fases bem demarcadas e características próprias. A primeira, ou “Primeira República”, como a denomina Leôncio Basbaum⁽¹¹⁾, mas que nós chamaríamos de “fase jacobina”, compreende a instalação do Governo Provisório até a eleição de Prudente de Moraes, cheia de tumultos e sinuosidades, na qual se forjaram as bases do novo regime, e a segunda, que marca a sua consolidação, com a predominância absoluta do café na economia nacional.

Na primeira fase, na qual se salienta a obra revolucionária de construção de uma nova ordem de coisas, dois aspectos tiveram relevância, sob o ângulo que estamos encarando o estudo de nossa história: a reforma econômica de Rui Barbosa e a Constituição de 1891.

Rui Barbosa, de formação liberal e sem quaisquer compromissos com o passado ou grupos econômicos vigentes, vendo-se guindado a um pôsto de relêvo, como ministro da Fazenda de um governo revolucionário, onde se destacava pelo brilho da sua inteligência e cultura, e gozando ainda da confiança das principais figuras desse governo, como Deodoro e Benjamin Constant, quis imprimir novo rumo ao país. Sua convicção, nesse sentido, expressa em seu famoso “Relatório do Ministro da Fazenda”, era a de que a República só se firmaria baseada numa democracia do trabalho industrial, sendo por isso o desenvolvimento industrial para nós não somente uma questão econômica, mas também uma questão política. E dentro dessa orientação desenvolveu uma atividade prodigiosa no Governo Provisório.

(9) Cândido MOTA FILHO, *Notas de um constante leitor*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1960, pág. 174.

(10) Cândido MOTA FILHO, *ob. cit.*, pág. 173.

(11) Leôncio BASBAUM, *História sincera da República*, Editôra Fulgor, 4 vols.

A mais comentada medida visando a êsse objetivo foi a muito discutida reforma bancária, que tinha em mira estimular os empreendimentos privados, principalmente urbanos, encorajando as manufaturas. Juntamente com êsse decreto (17 de janeiro de 1890) eram publicados três outros: um que dava nova estrutura à organização das companhias e sociedades anônimas, outro que regulamentava as operações de crédito móvel à produção e o terceiro que reformava a legislação hipotecária e estabelecia as bases do crédito real. Êstes dispositivos legais tinham por escopo estabelecer um regime de circulação fiduciária de molde a substituir o papel-moeda do Estado pelas emissões bancárias. Se lhe acrescentarmos a criação do Banco de Crédito Popular, de 14 de novembro seguinte, teremos o conjunto de providências que se pode chamar da reforma bancária Rui Barbosa.

Tais medidas inspiraram-se em outras semelhantes, tomadas por Alexandre Hamilton, nos E. U. A., em circunstâncias parecidas e possuíam o objetivo de enfrentar as dificuldades financeiras decorrentes do encilhamento, já desencadeado, e que poderiam levar a jovem República a um *crack* desmoralizante, logo em seu início. Diz Aliomar Baleeiro que outro alvo financeiro e político procurado por Rui Barbosa com seus projetos foi o de elevar a cotação dos títulos públicos, de modo a atrair para o nôvo regime as simpatias da classe média, detentora das apólices e possivelmente como preliminar preparatória de uma conversão, operação sempre consagradora do mérito dos ministros da Fazenda⁽¹²⁾. Alardeou-se muito contra os privilégios que por êsse meio se estava proporcionando aos bancos emissores, embora não se tratasse de qualquer inovação, pois havia precedente a tal respeito. Decorreu daí a pecha de responsável pelo encilhamento assacada posteriormente contra o ministro da Fazenda do Govêrno Provisório e que o perseguiu como um estigma durante sua vida, sendo talvez a causa de nunca mais ser convidado para qualquer cargo executivo⁽¹³⁾.

Como uma espécie de complemento à reforma bancária, promulgou também a reforma tarifária, com a cobrança em ouro do impôsto alfandegário, buscando com isso desestimular as impor-

(12) Aliomar BALEEIRO, *Rui, um estadista do ministério da Fazenda*, pág. 58.

(13) Ver, a respeito, nosso trabalho "Rui Barbosa e o Encilhamento", na revista *Desenvolvimento e conjuntura*, outubro e novembro de 1964.

tações e fomentar a produção interna, particularmente das manufaturas, para o que se facilitava a entrada de matérias-primas e de máquinas. Propôs ainda Rui Barbosa uma reforma tributária, criando o imposto de renda (então inexistente) e agravando a incidência sobre terrenos incultos e não edificados, sobre o álcool, o fumo e o sêlo. Cuidou, além disso, o Ministro da Fazenda, das várias medidas para dinamizar o seu ministério, com a criação do Montepio dos Funcionários Públicos, do tribunal de contas, da construção do pôrto de Santos, do combate ao contrabando nas fronteiras, que, a nosso ver, constituiu o fator econômico da revolução federalista rio-grandense.

Todo êste arcabouço de transformação econômico-financeira, foi logo destruído e desmantelado, assim que Rui Barbosa deixou o ministério. Por isso, fazendo a defesa de sua gestão administrativa, em discurso pronunciado no Senado, em 12 de janeiro de 1892, exclamava êle, em tom de requisitório: "De um sistema cheio de correspondências complexas a sutis, onde não se podia tocar em qualquer parte sem modificar a ação das outras, fizeram um atamancado de ferros velhos, digno de figurar numa exposição industrial de doidos", aduzindo em seguida: "Que resta, com efeito, das instituições criadas pelo Govêrno Provisório? Que ficam dessas instituições desde 22 de janeiro de 1891? Nada sr. Presidente, nada, a não ser a parte onerosa, a difícil, a menos simpática do plano"⁽¹⁴⁾.

Rolava assim por terra a mais séria tentativa levada a efeito naquele tempo para dar nova estrutura econômica e social à nossa República, permanecendo o velho alicerce monocultural como base de nossa economia, com tôdas as conseqüências daí decorrentes.

Outro conjunto de medidas que decidiu a sorte da República entre nós emanaram da elaboração da Constituição, promulgada em 1891.

Embora calcada no modêlo norte-americano, nossa Constituição adotou o processo da eleição direta do Presidente e vice-Presidente, por terem sido rejeitadas as propostas para sua eleição pelos Estados, ou mediante eleitorado especial, representando um

(14) Rui BARBOSA, *Finanças e política da República*, págs. 222 e 223 da edição de 1892.

voto cada um dêles, ou na proporção eleitoral de cada Estado. “O problema é muito simples” — comenta um exegeta moderno — “vigorasse a solução da igualdade ou da proporcionalidade; se o número de Estados prevalecesse, o Norte dominaria a República; valendo o eleitorado maciço, o Sul dominaria, como de fato dominou”⁽¹⁵⁾.

A constituição de 1891 consagrou a dualidade da Justiça e do processo, o que provocou vivos debates, pois parecia aos juristas de maior evidência que, não existindo dualidade no direito, não deveria haver dualidade na Justiça. A essa tese se opôs o ministro da Justiça de então, Campos Sales, alegando o primado da soberania do Estado, o que se afigurava a muitos razão meramente política, porque pelo domínio da magistratura se pode exercer igualmente o domínio dos cidadãos.

Grande interêsse despertou a discussão sôbre a representação, segundo a qual cabia dois senadores a cada Estado, sendo o número de deputados à Câmara proporcional ao número de eleitores. A doutrina firmada era a de que os senadores representavam os Estados e os deputados o povo. Contra essa tese levantou-se o então jovem Epitácio Pessoa, dizendo ser o Estado composto pelo povo e tanto uma quanto outra representação ser do povo, pois êste não podia ficar fora do Estado. O que se admitia na doutrina oficial era o predomínio da maioria eleitoral, que viria permitir a hegemonia dos grandes Estados, através da densidade demográfica. Um comentarista escreve: “De qualquer modo, Epitácio Pessoa previa a “política dos governadores”. E lutou antecipadamente contra ela”⁽¹⁶⁾. Em outro livro, o mesmo autor, comentando êsses fatos escreveu: “Campos Sales, além de consolidar financeiramente o nôvo regime, consolidou-o politicamente, através da “política dos governadores”, garantindo aos donos das situações estaduais o domínio absoluto da política local, não sômente no plano infra-estadual, como no plano federal; as bancadas deviam representar o pensamento dos governadores”⁽¹⁷⁾. Dessa forma se explica o estabelecimento das célebres

(15) João Camilo de Oliveira TÓRRES, *A formação do federalismo no Brasil*, Cia. Editora Nacional, 1961, pág. 159.

(16) João Camilo de Oliveira TÓRRES, *ob. cit.*, pág. 163.

(17) João Camilo de Oliveira TÓRRES, *O presidencialismo no Brasil*, Edição O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1962, pág. 222.

oligarquias, que dominaram os Estados durante 40 anos. Mais tarde Campos Sales, “o pai da política dos governadores”, assim se expressava a tal respeito: “Neste regime, é minha convicção inabalável que a verdadeira fôrça política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A *política dos Estados*, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União, é, pois, a soma dessas unidades autônomas, onde se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados, pensa a União”⁽¹⁸⁾. Esta política dos Estados, esclarece Afonso Arinos de Melo Franco, era a política dos grandes Estados, que representou um nôvo progresso de centralização. Sob a capa federal havia um corpo nacional que, na falta de um partido nacional, precisava de se apoiar em alguma coisa, que foi o rotativismo mineiro-paulista. E a razão justificativa disso estava em nossa produção agrícola, particularmente a cafeeira, concentrada especialmente nos dois Estados. Dessa forma, a República, tanto em São Paulo quanto em Minas Gerais, era o café. E em Minas Gerais, o café era a Zona da Mata e o Sul. Daí que os governadores de Minas Gerais, de Silviano Brandão a Antônio Carlos, tenham sido homens dessas zonas, com raras exceções, determinadas por causas anômalas e ocasionais, mas que não alteraram em nada a linha histórica predominante⁽¹⁹⁾.

Em São Paulo é bem conhecida a hegemonia política do antigo P. R. P. (Partido Republicano Paulista), o “velho jequitibá”, como era chamado, que nunca perdeu eleição, partido dos fazendeiros de café.

Na presidência da República revezavam-se por isso São Paulo e Minas Gerais, também com as devidas exceções de soluções para as crises (Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa), mas que não alteram igualmente a linha histórica predominante.

Assim formou-se a política de orientação e direção econômica vigorante no país até 1930.

Outro assunto de relêvo suscitado na Constituinte de 91 refere-se à posse da terra. Determinou o legislador a transferência

(18) Campos SALES, *Mensagem Presidencial de 1902*.

(19) Afonso Arinos de Melo FRANCO, *Um estadista da República*, José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1955, vol. I, págs. 231 e 232.

de todo o *ager publicus* nacional aos Estados, com exceção das faixas indispensáveis à defesa nacional, estando assim redigido o texto: “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas em seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que lhe fôr indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (art. 64 da Constituição de 1891). Com isto o contrôlo do Estado era absoluto dentro de suas fronteiras, inclusive no domínio agrário, afastando qualquer veleidade da União, cuja preponderância circunscreveu-se unicamente à Capital Federal.

Problema não menos importante foi o da discriminação das rendas, pois, como diz Oliveira Tôrres, “Sem dinheiro, não há Federação”, acrescentando logo: “E muito mais lutaram os constituintes em tôrno da discriminação das rendas do que a respeito dos direitos de intervenção nos Estados, teòricamente mais importante e que, na prática, daria muito mais assunto”⁽²⁰⁾. A luta foi renhida, passando finalmente a proposta governamental por 123 votos contra 103 da oposição, formada pelos positivistas e os gaúchos de Júlio de Castilhos. Atribuía ela à União os impostos de importação, direitos de entrada, saída e estadia de navios, taxas de selos, de correios e telégrafos, sendo de competência dos Estados a exportação de suas próprias mercadorias, transmissão de propriedades, indústrias e profissões. A União de Minas com São Paulo e outros Estados é que garantiu a passagem do projeto governamental, o que já seria, de acôrdo com um comentarista dêstes assuntos, o prenúncio da “política do café com leite”, mas que na realidade não passava de café puro, porque a Minas atuante politicamente era a do interêsse cafeeiro, conforme demonstramos há pouco.

Vê-se, portanto, que as normas jurídico-administrativas estatuídas em nossa primeira Constituição republicana eram uma emanação da preponderância do café, estendendo sua influência sôbre os demais Estados da Federação. E não podia deixar de ser assim, porque consagrava aquêlo princípio já proclamado por Lassalle em 1862: “Os problemas constitucionais não são, primordialmente, problemas de *direito*, mas de *poder*; a verdadeira

(20) João Camilo de Oliveira Tôrres, *A formação do federalismo no Brasil*, pág. 172.

constituição de um país só reside nos fatores reais e efetivos de poder que nesse país regem; e as Constituições escritas não têm valor nem são duradouras senão quando são expressão fiel aos fatores de poder imperante na realidade social”(21).

Mas, levantemos a questão: a Constituição de 1891 era democrática? Um exegeta de nossas instituições políticas responde negativamente, assim argumentando: “A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 não é, nunca foi uma constituição democrática, no sentido de expressão consciente e voluntária de um povo livre. Ela é, quando muito, uma *carta de direitos*, outorgada por uma vontade individual soberana, que lhe deu aquela forma, como lhe poderia ter dado qualquer outra de seu melhor agrado”. Condenando sua inspiração norte-americana, acrescenta: “A Constituição federal dos E. U. A. é um aparelho brutalmente autoritário, que para ser admitido ou mesmo suportado, dentro de um ponto de vista democrático, precisa ser tomada em função das constituições estaduais que lhe foram anteriores e que ela veio apenas coordenar na união federativa”. Prosseguindo, explica: “A democracia moderna, com qualidades de grande extensão territorial e demográfica, fundada na igualdade universal dos direitos e na completa emancipação espiritual, é um produto característico da Convenção Nacional dos Franceses, em 1892. Ali nasce um *novo regime*, que, excedendo amplamente as formas anteriores, conseguiu enfim transportar à prática legal e política as grandes idéias morais que, da maravilhosa antevisão de Roger Bacon à sistematização dos enciclopedistas, lentamente foi formando a nova consciência da Europa”(22).

Sílvio Romero, em artigos escritos em 1893, defendendo o Parlamentarismo para o nosso país, condenava o presidencialismo, como filho espúrio da história, oriundo de um *mal entendu*, um resultado da inadvertência, que só por aberração pode ser elevado à categoria de princípio político geral, que se proponha à imitação de outras nações(23). Entre os males que atribuía ao Presidencialismo mencionava: é chegado ao militarismo, é uma

(21) Fernando LASSALLE, *Que és una Constitución*, tradução de W. Rocas, Editorial Cenit, Madri, 1931, pág. 96.

(22) José Maria dos SANTOS, *A política geral do Brasil*, São Paulo, 1930, págs. 221, 226 e 233.

(23) Sílvio ROMERO, *Parlamentarismo e presidencialismo na República brasileira*, Cia. Impressora, Rio de Janeiro, 1893, pág. 10.

espécie de ditadura, não tem maleabilidade, acumula abusos pela irresponsabilidade, tira força e prestígio ao poder legislativo, propicia elevar e manter no poder homens individualmente medíocres, etc.⁽²⁴⁾. Em certo trecho afirma: “Percebe-se que até na monarquia, com ministros responsáveis, que podem ser derribados e substituídos por homens que melhor representem o país, *existe mais liberdade e verdadeira democracia do que na América*, onde uma vez que um homem é eleito presidente, representa por quatro anos a administração, sem que se possa tocar em seu poder; e durante esse tempo ele pode governar só, *entregue a si mesmo e sem prestar atenção à vontade do país*”⁽²⁵⁾.

Mas, a causa da preferência do figurino norte-americano para nossa Constituição deu-se “pelo entusiasmo que causava a contemplação do progresso norte-americano, cuja pujança econômica se atribuía à forma de governo”⁽²⁶⁾.

Foi esta a Carta Magna que regeu o Brasil até 1930, e nela vemos já traçados os rumos da República, com a consagração do sistema agrário monocultor, baseado na lavoura do café, dando isso predominância aos dois Estados produtores, após a rejeição dos planos industrialistas propostos por Rui Barbosa.

Nascia dessa forma entre nós a República do café.

(24) *Ob. cit.*, págs. 23 e 24.

(25) Sílvio ROMERO, *ob. cit.*, pág. 19. Os grifos são do autor.

(26) Orlando M. CARVALHO, citado em *A formação do federalismo no Brasil*, pág. 181.

O CAFÉ NA VIDA DA REPÚBLICA

A implantação da República não trouxe mudança na estrutura econômica do país, porque continuamos com o nosso sistema agrário de produção baseado no latifúndio e uma economia monocultora voltada para a exportação, como no tempo da Monarquia. Contudo, não se pode negar que se verificaram transformações de certo vulto, facilitando determinadas modificações, que começaram a se fazer sentir. .

A fazenda do café difere das plantações de açúcar e de algodão, tendo tido uma penetração muito mais profunda no mercado internacional. O café, com as proporções que tomou, requer dinheiro, produz dinheiro e depende do dinheiro. Com isso, a figura do “comissário” de Santos, característica dessa produção, adquire papel especial, pois êle é o financiador da safra, dono da hipoteca sobre a fazenda, agente vendedor do produto e naturalmente o conselheiro do fazendeiro. Para tal missão o “comissário” possui relações com banqueiros nacionais e estrangeiros, com exportadores estrangeiros e exportadores locais, dispondo de melhores informações a respeito do café e do mercado do dinheiro, tornando-se agente dos agricultores e seus banqueiros. Dessa forma, a agricultura comercializa-se. Tudo isso envolve o café numa economia monetária e empreendimento comercial de grande escala. No dizer de Normano, tal fato deu nascimento a um novo produto, um novo tipo humano, um *yankee* sul-americano. Esse novo tipo humano é o *paulista*, o tipo líder do período da República, representativo por excelência do elemento urbano do Brasil⁽¹⁾.

(1) J. F. NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, tradução de Teodoro Quatim Barbosa, Roberto Peake Rodrigues e Laércio Brandão Teixeira, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939.

Outra modificação que se observa decorre da Abolição, verificada no ano anterior, alterando as relações sociais de trabalho, provocando certa instabilidade na mão-de-obra nos campos, em substituição da antiga fixidez, determinada pela escravatura, dando lugar a permanentes atritos, o que deu origem a uma legislação sôbre o assunto, que se estende aos dias de hoje.

Finalmente, deve salientar-se o aparecimento de dois novos artigos em nosso panorama produtor — a borracha e o cacau — que assumiram relêvo no sistema econômico nacional, e pelo menos durante algum tempo, o primeiro desempenhou papel de alguma magnitude em nossa exportação, enquanto que o segundo possui hoje apreciável destaque.

Com efeito, a borracha, conhecida desde os tempos coloniais, começou a ter emprêgo mais difundido com a introdução do pneumático nas rodas dos automóveis, em fins do século passado. Assim, de uma exportação insignificante de 7.000 toneladas em 1880, passa para 17.000 toneladas em 1887, com expansão ininterrupta nos vinte anos seguintes, estimulada pela crescente ampliação do mercado internacional e apoiada no afluxo constante dos trabalhadores nordestinos para sua extração. No decênio de 1900-1910, a exportação de borracha terá a média anual de 34.500 toneladas, no valor de mais de 220.000 contos, ou seja, 13.400.000 libras esterlinas, o que representava 28% do total da exportação nacional.

A exploração dessa planta nativa se realizará primeiro na baixa bacia do rio Amazonas, no Estado do Pará, passando depois para o médio rio, alcançando mais tarde seu alto curso, nos tributários Purus e Juruá. Atinge-se aí uma região desabitada, com fronteiras não fixadas com a Bolívia, o que dá lugar a um conflito internacional, que se soluciona com a compra pelo Brasil daquela área de 200.000km², por 2.000.000 de libras esterlinas, formando-se então o *Território do Acre*. (Hoje Estado do Acre).

Com essa aquisição, a nossa produção de borracha aumentou consideravelmente, e com ela a exportação, que alcança o seu auge em 1912, com venda ao exterior de 42.000 toneladas, ao preço mais elevado também conseguido, de 10 contos por tonelada FOB, somando nesse ano 377.000 contos, ou 24.646.000 libras esterlinas, representando cêrca de 40% da exportação global do

país, emparelhando-se praticamente com o café, cuja venda ao exterior montou naquele exercício a 385.000 contos.

Daí por diante começa o declínio, pela razão bastante conhecida das imensas plantações racionalmente conduzidas e selecionadas no Ceilão e Malásia, desbancando do mercado internacional a nossa famosa *Hevea brasiliensis*, de modo que, em 1919, ao terminar a Primeira Guerra, dentro de uma produção mundial de 423.000 toneladas, a nossa participação era apenas de 34.000 toneladas, valendo somente 105.000 contos⁽²⁾.

A história do cacau é mais modesta, não apresentando o fulgor da borracha, porém igualmente sem a sua decadência atordoante e cheia de lances dramáticos.

Conhecida também desde os tempos coloniais, foi igualmente nos fins do século passado que se deu a sua ascensão, encontrando para isso solo e clima propícios no sul da Bahia. De uma pequena produção de 1.668 toneladas em 1880, evoluiu para 3.502 em 1890, subindo para 6.732 em 1895, atingindo a 13.131 toneladas em 1900. É ainda o vigoroso braço nordestino que dará impulso a esta cultura.

Sua exportação seguirá o mesmo ritmo acelerado da produção, passando de 21.000 toneladas em 1905, para 44.980 em 1915 e 64.526 toneladas em 1925.

Foram também os ingleses, concomitantemente com as plantações de borracha no Oriente, que incentivaram a produção de cacau na África, especialmente na Costa do Ouro (hoje Gana), Camarões, etc., criando assim uma região competitiva ao nosso produto⁽³⁾.

No domínio do comércio internacional, o açúcar continuou ainda a desempenhar papel de alguma importância. Mas era evidente já a sua decadência, que se vinha acentuando cada vez mais. A fim de constatar tal fato, basta observar, por décadas, os dados referentes à sua exportação, no período em exame:

(2) Este resumo foi baseado no livro de Caio PRADO JÚNIOR (*ob. cit.*), mas existe literatura abundante sobre a borracha e a Amazônia, inclusive romances, narrando os lances épicos e tristes daquela época de seu esplendor e miséria.

(3) Os romances de Jorge AMADO focalizam muito bem os problemas e as relações sociais decorrentes da economia cacauíra.

Exportação de açúcar

<i>Decênios</i>	<i>Toneladas</i>
1891-1900	183.000
1901-1910	64.000
1911-1920	62.000
1921-1930	81.000

Praticamente desaparece das transações internacionais, convertendo-se em produto de consumo interno, exclusivo. A participação do Nordeste nessa produção continuou predominante, porque São Paulo não se interessou por ela, dedicado que se achava à lavoura cafeeira e o alargamento do seu mercado doméstico se verificou em consequência da formação e expansão de consideráveis centros urbanos no País.

O grande elemento dinamizador de nossa economia, porém, foi o café, tendo um efeito multiplicador muito amplo.

Ele ocupa extensões sempre crescentes das terras paulistas, em direção ao Oeste, desbravando sertões e empurrando para o interior as tribos indígenas que as ocupavam. Vai levando atrás de si as longas paralelas das estradas de ferro, penetrando cada vez mais no *hinterland* desconhecido, fundando cidades e povoados, num movimento intenso de alargamento de nossas fronteiras econômicas.

Surge então, como corolário desse desenvolvimento rápido, uma aristocracia endinheirada que domina a política nacional e as esferas administrativas. “Fazendeiros são os estadistas; fazendeiros os deputados e senadores; fazendeiros os engenheiros, os médicos, os advogados, os magistrados, os professôres, os industriais, os juizes de todos os graus, os banqueiros e literatos”⁽⁴⁾. Suas residências urbanas se transformam em importantes cidades, como a Capital de São Paulo e Ribeirão Preto (o centro da “terra

(4) F. Ferreira RAMOS, *La valorisation du Café au Brésil*, Antuérpia, 1907, apud Rodrigo SOARES JÚNIOR, *Jorge Tibiriçá e sua época*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1958, vol. 2.º, pág. 511.

roxa”), despertando o gôsto para o luxo. Constroem-se então teatros espaçosos, como o Municipal e outros, onde as companhias estrangeiras vêm deliciar uma platéia refinada. Eram os nossos desfrutadores da *belle époque*.

Na economia, a importância do café não tinha rival. *Fils unique*, como o chamou Luís Amaral⁽⁵⁾ era, como todo filho único, absorvente, caprichoso e perdulário. Por isso, a política econômica do país passou a ser traçada em função do café, a política cambial, no mesmo sentido, o comércio exterior dependia do café, bancos e institutos eram criados para atender às necessidades da sua produção e dos seus negócios.

A instalação da República é assinalada por um enorme surto cafeeiro, particularmente em São Paulo. Em decorrência disso, sua plantação duplicou, passando de 220 para 520 milhões de árvores, entre 1890 e 1900⁽⁶⁾. A circulação monetária do país evoluiu de 200 mil contos em 1888 para 800 mil em 1898. A partir de 1896 a safra nacional aumentou de 100% sôbre o quinquênio anterior e São Paulo passou a produzir dois terços dessas safras⁽⁷⁾. Tem início daí para frente a superprodução, geradora das crises, que caracterizaram a economia cafeeira.

Eis alguns dados demonstrativos do desenvolvimento de nossa exportação de café no período em exame:

Decênios	Milhares de sacas de 60 quilos	Valor em 1.000 £ ouro	Porcentagem do café na exportação nacional
1891-1900	74.491	187.917	64,5
1901-1910	130.599	244.146	51,3
1911-1920	120.503	364.842	53,0
1921-1930	139.532	561.035	69,6

Verificamos assim um aumento constante na exportação, chegando por vêzes a representar dois terços do total de nossas vendas ao exterior.

(5) LUÍS AMARAL, *História Geral da Agricultura Brasileira*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1940, tomo 3.º, pág. 268.

(6) CAIO PRADO JÚNIOR, *ob. cit.*, pág. 241.

(7) ROBERTO SIMONSEN, *Aspectos da história econômica do café*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942, pág. 278.

Se é justo afirmar com Roberto Simonsen que a crise do café não é possível ser atribuída ao subconsumo, porque êste passara de 11 milhões de sacas em 1896 para 16 milhões em 1902, atingindo a 22 milhões em 1914, ou seja, o dôbro em menos de 20 anos, não é menos verdadeiro dizer que os consideráveis incentivos encontrados pelos fazendeiros paulistas nos primeiros anos da República levaram-nos a uma produção muito rápida, em descompasso com o desenvolvimento do consumo. Disso resultou que a safra paulista de 1906-1907 alcançasse a 15.408.000 sacas, para um consumo mundial de 16 milhões. Devido a tal fato, já a partir do presente século, as superproduções começam a se fazer sentir, anunciando uma perspectiva sombria, provocando alarma.

Principia então a dramática luta do Brasil na esfera internacional, em busca de condições favoráveis para maior colocação de seu principal produto no mercado mundial, ao mesmo tempo que pela manutenção de preços vantajosos. Essa luta se traduz nas várias "intervenções" realizadas, que começa com a célebre Convenção de Taubaté, em 1906, seguida da criação dos "armazéns reguladores", da procura de ampliação do consumo no estrangeiro, mediante propaganda organizada no exterior, da promulgação de medidas desestimuladoras de novas plantações, enfim, de uma série de providências que resultaram em panacéias periódicas, sem trazer solução definitiva e cujo desfecho doloroso para nossa economia foi o retumbante abalo de 1929, decorrência em parte do estrondoso *crack* de Nova York, do mesmo ano, acompanhado de perto pela Revolução de 1930, que encerra entre nós a era da preponderância do café e com ela um ciclo de nossa vida republicana.

Durante êsse longo tempo de 40 anos, nunca se pensou em diversificar nossas exportações, estimulando outros produtos, ou em incrementar a substituição interna das importações, mediante a expansão das manufaturas, cujo valor-ouro, dentro do total das aquisições no exterior, variaram nos 30 primeiros anos do século atual de 35 a 60%, mantendo-se na maioria dos anos acima de 40%, ou dos gêneros alimentícios que sempre adquirimos em quantidade superior a 30% do total importado.

Redundou daí o saldo das exportações sôbre as importações ser inteiramente "absorvido pela remessa do govêrno para o pagamento dos juros da dívida externa, a compra de armamentos

e, sobretudo, remessas de fundos dos estrangeiros domiciliados no Brasil e dos que dêle se retiravam”(8). Por outro lado, o beneficiamento e venda realizados no exterior rendiam fartos lucros, pois o importador americano comprava o café no Rio de Janeiro e Santos por 5½ cents a libra e vendia-o depois de torrado a 25 e 30 cents(9). Além disso, os fretes ferroviários variavam muito de uma a outra estrada de ferro, sendo também elevados, particularmente, os da “São Paulo Railway”, que “tinha uma situação privilegiada de ser a bôca de funil de tôda a economia paulista, que tinha de pagar altos fretes para atingir o litoral, com suas cargas de exportação, resumida no café, que era uma mercadoria altamente valiosa, suportando fretes exageradíssimos, como cobrava a emprêsa britânica”(10). Por isso, o então senador Alfredo Ellis denunciava êsse fato no Senado, em 1922, dizendo que enquanto a “São Paulo Railway” tinha uma receita quilométrica de 124 contos, as das demais estradas eram bem menores, sendo a da Paulista de 25 contos, a da Central de 23 contos, a da Mogiana de 13 contos, e assim por diante, em valôres decrescentes(11).

Tôdas as “valorizações” e “intervenções” na economia cafeeira foram realizadas invariavelmente através de empréstimos externos, com prazo de vencimento e juros estabelecidos, que tivemos de pagar integralmente, onerando com êle o nosso balanço de pagamento(12).

Daí esta conclusão melancólica de Luís Amaral: “Filho único do Brasil, o café brasileiro repartiu com o estrangeiro os lucros da política de valorização. Apenas o estrangeiro levou a melhor, porquanto não participou do ônus dessa política”(13).

Enquanto se tomavam estas providências no domínio econômico e financeiro, bem pouco se fazia pelo progresso técnico da cultura cafeeira. Houve, evidentemente, uma pequena me-

(8) Afonso d'E. TAUNAY, *História do café no Brasil*, Departamento Nacional do Café, 1941, vol. 9, pág. 501.

(9) Afonso d'E. TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 403.

(10) Alfredo ELLIS JÚNIOR, *Um parlamentar paulista da República*, São Paulo, 1950, pág. 247.

(11) Alfredo ELLIS JÚNIOR, *ob. cit.*, pág. 251.

(12) Ver Roberto SIMONSEN, *ob. cit.*, págs. 284 a 290.

(13) Luiz AMARAL, *ob. cit.*, pág. 268.

lhoria no preparo e beneficiamento do produto, como na lavagem e descorticação dos grãos, mas, no referente à cultura própria-mente dita, como seja, trato do solo e da planta, seleção de variedades, etc., não se efetuaram progressos⁽¹⁴⁾. Disso tudo decorreu o processo itinerante da lavoura cafeeira, sempre à procura de terras virgens, seu constante decréscimo de produtividade, a qualidade inferior dos seus produtos, redundando daí seus altos custos constantes.

Fazendo um balanço desse estado de coisas, escreve Normano: “O principal motivo do sucesso do Brasil nos primeiros tempos do aparecimento de um produto, reside no fato de a produção brasileira poder satisfazer a uma procura *nova* da matéria-prima. A história mostra que a supremacia do Brasil usualmente corresponde aos períodos do primeiro aparecimento de um produto em grandes quantidades nos mercados mundiais”. E mais adiante: “Quando os mercados mundiais criam novas necessidades de um produto que o Brasil já produziu, o país corresponde a essa procura com febril aumento da produção. Mas trata-se de uma economia frágil, *Raubwirtschaft*, um aumento em quantidade e não em qualidade. Os altos preços desse período são oriundos da quantidade e não devidos a melhores métodos de produção. Essa atitude corresponde ao desenvolvimento normal de países novos com vastas áreas de terras, falta de trabalho barato, meios de transporte, capital e maquinismos modernos. Aplicando a tecnologia de Sombart, podemos dizer que faltam as premissas do capitalismo, o capital e o trabalho estavam ausentes, e o espírito e o mercado presentes”⁽¹⁵⁾.

Em meio a isso tudo, o café travava permanente batalha para alcançar preços favoráveis no exterior, procurando vencer as elevadas barreiras alfandegárias que contra êle se erguiam, principalmente na Europa. Ao seu lado havia outra pugna, não menos dura, contra os trustes norte-americanos, em constante ação para baixar os preços do nosso produto naquele formidável mercado. Tal ação adquiria, por vêzes, caráter bem pouco simpático, como aconteceu com uma firma importadora novaiorquina, que, em circular de rara franqueza escreveu que continuaria a “comprar

(14) Caio PRADO JÚNIOR, *ob. cit.*, pág. 240.

(15) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, págs. 62 e 63.

café por preços baixos e ínfimos, porque os brasileiros, oriundos de uma raça forte e trabalhadora, como a portuguesa, tinham grande capacidade de trabalho, mas pouca capacidade intelectual". Comentando essa circular, no Senado, em 1902, exclamava indignado Alfredo Ellis: "Além do esbulho — o escárnio!"⁽¹⁶⁾.

Internamente, por sua vez, o café enfrentava sérios inimigos no domínio das transações com o exterior, pois, enquanto lavradores e exportadores se achavam interessados numa baixa da cotação cambial, para manter elevadas suas remunerações, o comércio importador, em geral, em mãos de firmas estrangeiras, batia-se pela alta, procurando aumentar a capacidade aquisitiva do mil-réis lá fora. Este aspecto da questão constituía um dos problemas das "valorizações", relacionando-se também com a política financeira, pois afetava diretamente o balanço de pagamento do país, refletindo-se na história financeira da República, através da permanente batalha da estabilização monetária. Acontecia por isso assumir às vészes aspectos mais sérios, como em 1906, quando o Governo Rodrigues Alves não quis compartilhar das responsabilidades do Convênio de Taubaté, porque isso comprometeria a política de estabilização do seu Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, partidário do prosseguimento da política do governo anterior, Campos Sales, além de prejudicar a execução de seu programa que, como é sabido, consistia em uma série de medidas saneadoras e na remodelação da Capital do país. Assinalava isso Rodrigues Alves, em sua Mensagem de 1906⁽¹⁷⁾.

Este é o comentário de Normano a estas facêtas da política econômica nacional, daquela época: "A história da valorização é a história de uma luta entre São Paulo e o Governo Federal, o qual nem sempre se sentiu muito entusiasmado a respeito dos grandes planos paulistas, e preferia mesmo amparar um plano mais local a arcar com a responsabilidade das proporções de uma envergadura nacional. Mas o café, a economia nacional, o câmbio e a política tornaram-se tão dependentes entre si que o governo federal *volens nolens* se viu envolvido nos planos referentes ao café e nas suas especulações. Esse interessante tópico —

(16) Afonso d'E. TAUNAY, *História do café no Brasil*, vol. nono, pág. 413.

(17) *Mensagens presidenciais, 1891, 1910*, Rio de Janeiro, 1912.

café e política — aguarda impacientemente um investigador que lhe conte a história” (18).

Tal é, de maneira muito resumidamente exposta, a importância do café em nossa economia durante a primeira fase da história republicana, bem como os aspectos fundamentais de que se revestiu. O papel considerável desempenhado é inegável, e as vicissitudes pelas quais passou e lhe são inerentes, marcaram de forma indelével o processo de nossa evolução naquela época.

(18) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, pág. 59.

PROTECIONISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO

O aparecimento de uma ideologia é consequência de transformações que se estão operando na infra-estrutura da sociedade, refletindo-se na mente dos indivíduos ou grupos sociais. Ela, portanto, não surge pronta, tãda armada, como Minerva da cabeça de Júpiter, mas sofre um processo de formação mais ou menos lento, por vêzes até doloroso, enfrentando vicissitudes de tãda a sorte. Essa foi a trajetória da ideologia do industrialismo entre nós, vencendo óbices das mais variadas espécies e dificuldades as mais diversas.

Conquanto as tarifas aduaneiras não sejam suficientes por si sós para criar indústrias, requerendo-se para isso outros requisitos mais, foi em tãrno delas, durante os seus debates, que se travaram as principais batalhas pelo desenvolvimento de nossas atividades fabris.

Rui Barbosa era declaradamente industrialista, e com sua ação no Ministério da Fazenda incentivou o primeiro surto industrial que tivemos e que se estendeu praticamente por todo o nosso "período jacobino", ou seja, até o govêrno Prudente de Moraes. E esta ação não se restringiu aos estímulos creditícios da sua reforma bancária, nem às concessões e privilégios que fêz, mas igualmente se exerceu através das tarifas aduaneiras que apresentou.

Explicando o sentido da sua proposta, escreveu êle: "Fugindo à sistematização do protecionismo, que poderia trazer diminuição no rendimento das alfândegas, transtornos no próprio desenvolvimento das indústrias, perturbações em nossas relações comerciais com os países estrangeiros, podemos, no entanto, por uma proteção módica e lenta, aplicada com critério a cada caso especial, estudado nos seus efeitos, ir preparando a indústria na-

cional para, em época mais ou menos próxima, confiar exclusivamente em si mesma, e criando simultaneamente um mecanismo de rendas internas, que nos habilite a recorrer cada vez menos, em suprimento às necessidades do Tesouro, aos direitos de fronteira”(1). Dentro desse critério, as mercadorias foram submetidas a taxas fixas de 5, 10, 25 e 48% sobre os valores oficiais, às quais se acrescentaram posteriormente aumentos de 50 e 60% sobre os direitos de importação, em substituição ao imposto-ouro do decreto 804 de outubro de 1890. Para cobrança dos direitos foi estabelecida uma taxa permanente de 12 d. e os artigos que gozavam liberação ficaram sujeitos a um imposto de 10% como taxa de serviços(2). O alcance dessa reforma foi assim explicado por um estudioso da obra econômica e financeira daquele estadista: “1) deu entrada livre aos produtos químicos destinados a adubos ou corretivos da indústria agrícola, aos animais de raça importados para as fazendas de criação; 2) baixou a taxa referente ao gado lanígero; 3) isentou de direitos os alambiques de tipo grande destinados às fábricas de açúcar e álcool; 4) isentou de direitos ou reajustou as taxas para máquinas, ferramentas e outros instrumentos de trabalho; 5) foram reduzidos os direitos para chumbo, estanho, zinco em bruto, cobre fundido, em barra ou fôlha, de ferro em barra, em chapa, verguinha, vergalhão; 6) baixou ainda as taxas para enxôfre e fósforo, como matérias-primas”. Simultaneamente majorou as taxas de numerosos produtos manufaturados, como tecidos de várias espécies, caixas de pinho, doces, velas, chocolates, etc., por haver produção nacional suficiente, objetivando com isso “facilitar a entrada de matérias-primas e incentivar principalmente a produção industrial no setor de alimento e do vestuário”(3).

O governo de Floriano Peixoto, cujo Ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, estava preocupado em restaurar as finanças, ou seja, combater a depressão cambial e reduzir as emissões monetárias, não desamparou, todavia, o impulso manufatureiro que se vinha verificando. Assim, embora a causa tenha sido meramente

(1) Rui BARBOSA, “Relatório do Ministro da Fazenda”, in *Obras completas*, volume XVIII, tomo III, pág. 129.

(2) Afonso de Toledo Bandeira de MELLO, *Politique commerciale du Brésil*, Rio de Janeiro, 1936, pág. 70.

(3) Humberto BASTOS, Rui, *Ministro da Independência Econômica do Brasil*, ed. da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1949, págs., 141 e 147.

fiscal, o orçamento de 1892 elevou para 50% os adicionais sôbre os direitos de importação, exceto para os gêneros alimentícios, sendo que para alguns artigos, como os têxteis, essa taxa subia para 50%, estimulando, com isso, sua fabricação interna. Além disso, propôs Floriano Peixoto, em sua Mensagem de maio ao Congresso, e que foi transformado em lei em 17 de dezembro daquele mesmo ano, um auxílio pecuniário às indústrias em dificuldades. Destinava-se êle às emprêsas que haviam encomendado equipamentos em época anterior e agora, em consequência da depressão cambial, se encontravam na necessidade de desembolso muito maior, para o qual não tinham disponibilidade⁽⁴⁾.

O debate no Senado sôbre essa medida foi bastante característico. Opôs-se a ela, desde logo, o comércio, enviando representação assinada, entre outros, por consignatários de manufaturas estrangeiras ou filiais de casas estrangeiras. Banqueiros estrangeiros, igualmente, enviaram telegramas contra a proposição. Em nome da lavoura paulista falou Rangel Pestana, dizendo ter o projeto já provocado uma baixa de cotação de nossos títulos em Londres, manifestando o receio de o auxílio proposto ser aplicado de maneira improfícua, inquietando-o sobretudo a repercussão que teria sôbre o nosso câmbio. Falou também Amaro Cavalcanti, pronunciando uma de suas brilhantes orações, em defesa dos interesses nacionais, declarando-se favorável à medida. Quanto à repercussão que pudesse provocar no exterior, dizia “preferir votar as leis necessárias ao meu país, antes com os olhos nas necessidades dêste do que obedecendo ao *mot d'ordre* que nos venha do estrangeiro, às vêzes ditado no seu interesse somente”. Lembrava que leis protecionistas estavam em vigor em vários países europeus e nos E. U. A.⁽⁵⁾.

Leite e Oiticica, filho de senhor de engenho de Alagoas, é mais incisivo e direto em seu ataque à indústria, afirmando estar ela se fartando de lucros à custa da miséria da população devido aos altos preços dos gêneros que fabricava.

Em 1894, com a ascensão à Presidência do paulista Prudente de Moraes, que representava a derrota do “florianismo”, opera-se

(4) Nelson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, Editôra Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, pág. 223, e *Mensagens presidenciais, 1891-1910*, 1.º vol., pág. 76.

(5) Amaro CAVALCANTI, “Política e finanças”, discurso no Senado em 25 de julho de 1892.

um *tournant* em nossa história republicana, encerrando-se o período jacobino e iniciando-se uma era de estabilização social, com a liquidação do motins e revoltas que marcaram aqueles anos turbulentos.

Com o novo governo inaugurava-se orientação que “revelava uma atenção maior aos problemas da lavoura que, colocada até então em segundo plano pelo governo republicano, julgava-se desprotegida. O Ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, era mesmo de opinião que o desenvolvimento industrial do país estava prejudicando a agricultura, pois atraía para os centros urbanos a mão-de-obra e os capitais necessários à lavoura; necessitava esta tanto maior soma de capital quanto mais caro se tornava o custeio por causa da inflação; no entanto, dizia o Ministro, *o dinheiro que fecundava a agricultura com sua circulação e que alimentava o crédito agrícola, embora muito mal organizado, emigrou para os centros comerciais*”⁽⁶⁾. Precisamente no primeiro ano da administração Prudente de Moraes, foi revista a pauta aduaneira, entrando em execução em 1896 uma reforma tarifária de caráter protecionista, sobre a qual o governo chamou logo atenção, por prejudicar o imposto de importação, “fonte principal de nossa renda”, esclarecia, aconselhando a evitar novas concessões de direitos e mesmo a restringir os favores já concedidos. O ministro da Fazenda, sempre mais incisivo em suas manifestações, atribuiu o desfalque das rendas públicas ao protecionismo, feito sem reservas a centenas de concessionárias. Essa situação agravou-se mais ainda com a queda dos preços do café, como se pode verificar por estes dados:

Preços do café por saca

Anos	Mil-réis	Libras-ouro
1896	77\$580	2,59
1897	55\$551	1,74
1898	50\$590	1,49

(6) Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961, pág. 173.

Tal estado de coisas aumentou as dificuldades financeiras do govêrno, atingindo o comércio importador e as rendas públicas, cujo montante de 263.000 contos, em 1896, caiu para 225.500 contos em 1897. Formou-se então uma corrente afirmando que a causa disso tudo estava na tarifa protecionista de 1896 e nas alterações da lei orçamentária do ano. Modificou-se por isso a tarifa através de uma comissão presidida por Leopoldo de Bulhões, conhecido livre-cambista, diminuindo as taxas de 25%, em alguns casos até 75 e 80%, constituindo essa medida “a primeira tentativa para se pôr em xeque o industrialismo inaugurado pelo nôvo regime”(7). Os fatos, no entanto, não deram confirmação à corrente de opinião formada, porque a receita aduaneira contraiu-se de 262.981 contos em 1896 para 225.640 contos em 1897 e 220.439 contos em 1898.

Foi dentro dêsse panorama de exacerbação das condições financeiras, com redução das rendas públicas, diminuição da receita alfandegária e baixa do preço do café que se iniciaram as negociações com Londres, das quais resultaram um acôrdo com os nossos credores estrangeiros, consubstanciado no famoso *Funding-Loan* de junho de 1898, que deveria ser executado pelo govêrno seguinte, de Campos Sales. A história dêsse empréstimo, que marca também uma época em nossa vida econômica e financeira, é contada pormenorizadamente nos livros sôbre a dívida externa nacional.

Campos Sales, a fim de dar cumprimento às cláusulas do *Funding-Loan*, teve de praticar uma política deflacionista, impopular, resgatando e incinerando papel-moeda, ampliando a órbita e majorando as incidências tributárias, elevando as tarifas alfandegárias, enfim, uma política restritiva em todos os setores de atividade, que provocou falências generalizadas. Registra um estudioso do passado: “Foi um imenso *crack*. As mais velhas casas, as mais sólidas fortunas comerciais das nossas praças entraram em concordata de fome ou desapareceram simplesmente. Os bancos nacionais faliram quase todos (. . .) Nas zonas rurais, inúmeros fazendeiros e senhores de engenho, sem poderem mais vender os seus produtos nem pagar os trabalhadores, fugiram para as cidades. Tudo era abandonado naquele pânico geral, restando

(7) Nícia Vilela Luz, *ob. cit.*, pág. 115.

apenas aos juízes e escrivães e outros oficiais dos auditórios do comércio a furiosa atividade das execuções em massa, em penhoras sem conta e dos pregões sucessivos, até abandono final do objeto penhorado ao credor, por ausência completa dos licitantes”(8). Roberto Simonsen anota o seguinte: “Em 1898 assumiu Campos Sales a presidência da República e iniciou a conhecida política do saneamento do meio circulante pela deflação e valorização do papel-moeda. Essa política, se bem que melhorasse as condições do câmbio e do crédito externo brasileiro, provocou, como era de esperar, a crise de 1900, conhecida como *crise dos bancos*, que levou à falência nada menos de dezessete estabelecimentos bancários do Brasil, colocando em penosa situação as classes produtoras”(9). O sêlo, marca do impôsto de consumo, difundiu-se largamente, com seus valôres acrescidos, refletindo-se na elevação do custo de vida, o que levou o espírito carioca a fazer trocadilho com o nome do Presidente da República, chamando-o de Campos Selos(10). Um historiador moderno analisa desta forma aquêlo período: “A política de Campos Sales correspondia, assim, à paralisação do surto industrial, à submissão inteira das atividades à economia exportadora, à obediência aos interêsses do imperialismo, a que se abria o mercado interno, inteiramente desprotegido. A dívida externa, entretanto, crescia de trinta milhões em 1890 para noventa milhões em 1910”(11).

A tarifa aduaneira, que já havia sofrido o restabelecimento de uma quota-ouro de 5% e sua majoração de 10%, com a chamada tarifa Murtinho, de 1900, aumentou essa quota-ouro para 25%, elevando de modo geral os direitos alfandegários. O objetivo, como sempre, era meramente fiscal, visando atender aos compromissos externos do país. Tal providência, entretanto, satisfez à indústria, pois o encarecimento dos produtos de importação, decorrente de majoração tarifária, estimulava a substituição interna dêsses produtos. Tratava-se de imitação de medida idêntica do tempo de Rui Barbosa, o que levou Aliomar Baleeiro a fazer êste comentário: “A parte aproveitável da obra de Mur-

(8) José Maria dos SANTOS, *A política geral do Brasil*, págs. 401 e 402.

(9) Roberto SIMONSEN, *As crises no Brasil*, pág. 38, São Paulo, outubro de 1930.

(10) Sertório de CASTRO, *A República que a Revolução Destruiu*, pág. 170.

(11) Nelson Werneck SODRÉ, *Formação Histórica do Brasil*, Editora Brasiliense, 1962, págs. 307 e 308.

tinho, tão decantada, não passa duma cópia das idéias de Rui, a quem êle tanto hostilizou”⁽¹²⁾. Joaquim Murтинho, como se sabe, era um antiindustrialista ferrenho⁽¹³⁾.

O govêrno de Rodrigues Alves foi uma continuação declarada da política anterior no domínio financeiro, o que era, aliás, solicitado pelos nossos credores estrangeiros, os banqueiros Rothschild. Seu ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, livre-cambista confesso, conferindo às tarifas uma função puramente fiscal, achava que entrar naquilo que êle denominava de regime proibitivo seria funesto e prejudicial ao povo e ao govêrno, que viviam em dificuldades financeiras. Considerando encontrar-se a indústria em regime de monopólio, escrevia o seguinte, em seu Relatório de 1905: “O monopólio das indústrias torna-se dêsse modo não sòmente nocivo às mesmas, como também prejudicial ao consumidor, o qual podendo obter artigos aperfeiçoados e por preço razoável, de manufatura estrangeira, só recebe de qualidade inferior, e mais caras da indústria indígena⁽¹⁴⁾.”

Dessa forma, combatia-se a indústria nacional, ora sob o pretexto de defesa do consumidor, ora sob a alegação da necessidade de aumento das rendas alfandegárias.

Êste debate sòbre as tarifas e suas repercussões em nossa economia, travando-se no Parlamento, na imprensa e mesmo em entidades de classe já então existentes, deu origem à formação, no início do presente século, de um forte núcleo de partidários do proteccionismo, agrupando industrialistas fervorosos, como Serzedelo Correia, Barata Ribeiro, Lauro Müller, Osório de Almeida e outros do Clube de Engenharia, ao lado de estadistas e políticos fluminenses e mineiros, como Nilo Peçanha, João Pinheiro, Francisco Sales, João Luís Alves. Êsse grupo não defendia apenas o proteccionismo para as manufaturas, mas também para a agricultura, em vista da considerável importação de produtos agrícolas que estávamos fazendo, principalmente de gêneros alimentícios. Englobava também os partidários da defesa da “indústria legítima”, assim classificando-se as atividades manufatureiras

(12) Alomar BALEIRO, *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda*, Livraria Progresso Editôra, Bahia, 1964, pág. 79.

(13) *Sòbre a vida e as idéias de Murтинho*, ver Virgílio CORREIA FILHO, *Joaquim Murтинho*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1951.

(14) Augusto BULHÕES, *Leopoldo Bulhões - financista de princípios*, Edições Financeiras S/A., Rio de Janeiro.

que consumiam matéria-prima de origem vegetal, o que redundava, no fundo, em proteção à agricultura.

No Congresso da Expansão Econômica, realizado em 1905, Vieira Souto, industrial e professor da Escola Politécnica, defendendo a chamada "indústria artificial" (que não usava matéria-prima nacional), assim se manifestava: "Quem diz país novo diz indústria nascente; portanto, a indústria que é criada em um país novo traz consigo a fraqueza de tudo o que nasce ou começa". E logo adiante: "Se a condenação das denominadas indústrias artificiais pudesse prevalecer, nenhuma indústria poderia ser explorada no Brasil; ficaríamos reduzidos à grande indústria de torrefação de café, com lenha ou carvão nacional". Parecer da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, consignava: "A tese que o Brasil antes de tudo é um país destinado à agricultura, não pode ser afirmada seriamente, porque por fim de contas isso importa em dizer que o Brasil não é destinado a atingir jamais um alto grau de civilização"⁽¹⁵⁾.

Essas manifestações revelaram a compreensão do papel da indústria em nossa economia, sendo portanto bastante animadoras. Já existiam então, tomando parte em tais debates, organizações industriais como o Centro Paulista de Fiação e Tecelagem e o Centro Industrial do Brasil, constituído este último no Rio de Janeiro, em 1904, pela fusão do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem e a antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, aparecendo também líderes de cultura e combatividade de um Jorge Street e um Vieira Souto.

Como já estivesse resolvida a questão financeira, mas persistissem os transtornos econômicos, os temas de industrialização e protecionismo voltaram à discussão de forma mais ruidosa. É que não havia compreensão ainda de que as nossas dificuldades provinham do hoje denominado *subdesenvolvimento*, procurando-se soluções para elas através de medidas tarifárias, de restrição monetária ou elevação da taxa cambial.

A reforma Murinho, ainda em vigor, não satisfazia mais, no entanto, pleiteando-se por isso a sua revisão. Criaram-se então para tratar desse assunto duas comissões, sendo uma oficial, com

(15) Ver, a respeito, Humberto BASTOS, *O pensamento industrial do Brasil*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1952, págs. 133 e 134.

membros do Congresso, industriais e negociantes, e outra organizada sob os auspícios da Associação Comercial do Rio de Janeiro, presidida por Serzedelo Correia, da qual participavam industriais como Jorge Street, Vieira Souto, Trajano de Medeiros e outros, membros também da Comissão oficial. Ambos os projetos, por causa disso, assemelhavam-se e tinham caráter protecionista. Nenhum dêles, contudo, chegou a ser apresentado ao Congresso, porque êste se antecipou, discutindo um trabalho apresentado pelo deputado mineiro, João Luís Alves, que adotava o princípio de defesa e amparo da produção nacional, por meio de uma tarifa protecionista.

O projeto João Luís Alves sofreu oposição dos interesses regionais, do fisco e da indústria. Atacaram-no os representantes de Pernambuco e Santa Catarina. A lavoura cafeeira opunha-se pelo receio de que a sua aprovação provocasse represália das outras nações, elevando as tarifas sôbre o nosso café. O ministro da Fazenda, Bulhões, condenava-o em nome do fisco, pois iria desfalcicar o impôsto de 1½% ouro criado para atender às obras do pôrto do Rio de Janeiro. A indústria pleiteava a cobrança de uma incidência em ouro e papel, o que em parte foi conseguido em 1905, apesar da forte oposição do comércio do Rio de Janeiro, ao estabelecer na lei orçamentária para aquêles exercício uma cobrança de 50% dos impostos aduaneiros em ouro para algumas mercadorias e 35% para as outras, o que vinha de encontro aos interesses do fisco.

É interessante saber que, quando se discutia o projeto João Luís Alves, o *Times* de 4 de agôsto de 1904 escrevia que, em vista da adoção pela Câmara em primeira discussão do projeto, sem consulta da Comissão de Orçamento, os representantes diplomáticos da Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, E. U. A., França e Itália, coletivamente, exprimiram a esperança de que o govêrno usasse de sua influência sôbre o Congresso, para manter as velhas tarifas. Na mesma época, o *Jornal do Commercio* informava: “sabemos que a generalidade do corpo diplomático, residente em Petrópolis, acudiu cada qual no interesse do produto de maior exportação do seu país para o Brasil, a queixar-se dessa tentativa de modificação das tarifas alfandegárias...”⁽¹⁶⁾.

(16) Humberto BASTOS, *O pensamento industrial do Brasil*, pág. 79.

Em consequência de tôdas estas opiniões, o projeto João Luís Alves permaneceu encalhado na Câmara, de 1904 a 1907.

Afonso Pena, o govêrno seguinte, apresentou uma plataforma essencialmente política e, como bom mineiro, expressou seu espírito de conciliação, acenando aos industriais com uma tarifa “defensiva”, enquanto tranqüilizava os consumidores com a garantia de moderação quanto ao regime aduaneiro.

A administração Hermes da Fonseca manteve-se na orientação tradicional quanto aos impostos alfandegários, reconhecendo a necessidade de proteção à produção nacional, mas também a necessidade de eliminar os impostos exagerados e inúteis, sacrificando o consumidor. A crise de 1913, entretanto, colocou em evidência a necessidade de uma alteração tarifária.

Discutia-se ainda a reforma alfandegária, quando Wenceslau Brás sucedeu a Hermes da Fonseca. Logo em seguida, eclodia a Primeira Guerra Mundial, de tão funda repercussão no processo de nossa industrialização, e de que nos ocuparemos no capítulo seguinte.

Vejamos agora, brevemente, a ideologia que inspirou a êsse grupo pioneiro da expansão manufatureira do país, cuja luta acabamos de esboçar em largos traços.

Recentemente, escrevendo sôbre Amaro Cavalcanti, o economista e pesquisador da história financeira do Brasil, Dorival Teixeira Vieira, classificou-o doutrinariamente adepto do *sistema de economia nacional*, discípulo de Frederico List, dizendo perceber nitidamente a sua filiação ao Sistema de Economia Nacional, acrescentando: “Amaro Cavalcanti é, antes de tudo, um industrialista, seguindo passo a passo as idéias de List”⁽¹⁷⁾. Não esqueçamos também que Amaro Cavalcanti estudou nos E. U. A., onde deve ter conhecido as obras de Daniel Raymond, John Rae, Hezkiah Niles e Henry C. Carey, componentes da escola romântica nacional norte-americana, que, se não inspiraram as idéias de List, reforçaram-nas, dando-lhe maior convicção⁽¹⁸⁾.

List visava restabelecer o estudo da nação como intermediário entre o indivíduo e o gênero humano, considerando a ri-

(17) Dorival Teixeira VIEIRA, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*, Edição da Universidade de São Paulo, 1960, págs. 75 e 86.

(18) Sôbre o pensamento econômico norte-americano, ver J. F. NORMANO, *As idéias econômicas na América do Norte*, Editôra Atlas S/A., São Paulo, 1945.

queza do indivíduo ou da nação como somas de forças produtivas postas em obras ou prontas para isso, devendo, para serem apreciadas, levar-se em conta o *devenir* histórico, tanto quanto o presente, e não omitir as riquezas virtuais a realizar. Distingua List três estados sucessivos na história de tãda nação: o estado agrícola, agrícola e manufatureiro e o agrícola, manufatureiro e comercial, sendo o "normal" êste último, julgando o proteccionismo necessário a tãda nação para que possa atingir o estado manufatureiro⁽¹⁹⁾.

Reprochava List à economia clássica o caráter abstrato que a situa fora da história e da geografia, pretendendo ditar leis que sejam válidas para todos os tempos e todos os países, mas na realidade dando novas normas que respondessem aos interesses presentes da Inglaterra. Carey tem maior reação contra o livre-câmbio do que List, considerando o proteccionismo comercial não uma medida temporária, mas duradoura, aplicando-se tanto à indústria quanto à agricultura. Vivendo em meio diferente ao da Inglaterra dos clássicos, é populacionista, inflacionista e otimista⁽²⁰⁾. Carey erguia-se contra a exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas industriais à Inglaterra, recebendo uma pequena compensação sob a forma de produtos manufaturados. A perdurar tais transações, a Inglaterra acabará transportando quase tãda a matéria-prima orgânica da América. Para evitar que tal aconteça, é preciso aproximar o consumidor do produtor e o produto da fonte das matérias-primas e, para isso, edificar uma indústria americana, ao abrigo de sólidas barreiras alfandegárias⁽²¹⁾.

Ê sintomático (mas não casual) que a reação contra as teorias clássicas da divisão internacional do trabalho, em defesa da economia nacional, do proteccionismo e das vantagens da industrialização tenha surgido precisamente nos dois países em retardo dentro da economia mundial. E foram justamente nessas doutrinas heterodoxas que os nossos industrialistas iam buscar ensinamentos para fundamentar suas posições.

(19) Émile JAMES, *Histoire des théories économiques*, Flammarion Editeur, Paris, 1950, págs. 115 e 116.

(20) Daniel VILLEY, *Petite histoire des grandes doctrines économiques*, Presses Universitaires de France, 1946, págs. 160 e 161.

(21) Daniel VILLEY, *ob. cit.*, pág. 163.

O mais completo desses industrialistas do início do século, o melhor intérprete do movimento formado nesse sentido, talvez tenha sido Serzedelo Correia, cujas idéias, expostas em livro⁽²²⁾, vamos examinar aqui em ligeira síntese, como demonstração do pensamento da época nesse domínio.

Considerava não sermos mais um país essencialmente agrícola, em vista dos grandes centros de população que possuíamos, sendo por isso necessário o desenvolvimento correlato da agricultura e da indústria. As soluções para nossas crises não deviam visar somente ao café, mas ao conjunto de nossas atividades produtoras e do comércio. Assinalava que 85% de nosso lucro comercial iam para fora do país, destinados a pagamentos de fretes, de juros e dividendos dos bancos e outras empresas, remessas de estrangeiros residentes aqui, etc. Como solução para isso propunha um plano geral, de modo a desenvolver nossas fontes de produção, melhorar os portos, proteger as indústrias, diminuir ou suprimir os direitos de exportação e nacionalizar uma parte dos lucros das atividades comerciais. Achava que o Estado, nos tempos modernos, desempenhava papel de vigoroso elemento de progresso. Atribuía ao livre-cambismo vigorante no Império a causa principal de nosso atraso. Aconselhava a adoção de uma política comercial eminentemente nacional, reservando à nossa produção os nossos mercados internos. Não seria pelo aumento da importação que desenvolveríamos nossa riqueza e nosso progresso, pois, sem uma sólida e crescente atividade nacional, sempre seríamos um país empobrecido, sem nervos e sem sangue. As minas, que não podem ser criadas ou renovadas pelos homens, devem constituir um patrimônio da nação, deixando de ser assunto de ganância individual.

Verifica-se aí uma visão progressista dos problemas, uma compreensão muito nítida de nossos interesses, ao mesmo tempo que imenso desejo de servir o país e atender às aspirações nacionais. Não há dúvida de que eram homens representativos de sua época e forjadores do futuro, batendo-se com denodo pela industrialização do país como elemento principal para construção de nossa grandeza.

(22) *O problema econômico do Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1903.

NOSSO PRIMEIRO SURTO INDUSTRIAL

O impulso das atividades industriais em um país em determinada época, é sempre o resultado da conjugação de alguns fatores que para isso surgem e se desenvolvem anteriormente. Foi o que aconteceu entre nós em fins do século passado e início do atual. Esses fatores podem ser assim enumerados:

- I — nos derradeiros anos do século XIX começou a grande imigração para as regiões temperadas do sul do país, e em princípios do século XX surgiu a superprodução do café e um conseqüente refluxo dos colonos para as cidades;
- II — a decretação do trabalho livre em 1888, a maior imigração de colonos europeus e a considerável cultura cafeeira determinaram a formação de um mercado interno de alguma importância para os produtos industriais. O progresso da eletricidade e a construção de grandes usinas de energia elétrica, principalmente em São Paulo e na Guanabara, constituíram elementos essenciais à evolução industrial: fontes de energia barata. O progresso e barateamento de máquinas operatrizes permitiram o estabelecimento de indústrias médias de transformação, baseadas na disponibilidade dessa energia em maior número nos dois centros: São Paulo e Guanabara;
- III — criaram-se, dessa forma, no século XX, elementos favoráveis ao desenvolvimento de determinadas regiões do país: energia abundante e barata (com papel semelhante aos que os núcleos hulleiros exerceram na Inglaterra, nos E. U. A. e na Alemanha), aparelhamento moderno e de preços relativamente baixos, mercado de certa importância e melhores meios de transportes, pela construção de ferrovias e rodovias, abundante mão-de-obra não absorvida pelas fazendas, então em regime de superprodução;
- IV — nossas exportações de produtos agrícolas deixaram de proporcionar poder aquisitivo externo suficiente para pagar as mercadorias industriais reclamadas pelo consumo interno. A baixa do câmbio reflete, em parte considerável, a situação de desequilíbrio provocada por uma população que cresce e se civiliza continuamente, e que não dis-

põe de meios de pagamento no exterior, para os produtos de que necessita. Essa contínua depressão das taxas cambiais passou a ser uma forte emulação para o desenvolvimento industrial⁽¹⁾.

Em 1889, ou seja, no ano da proclamação da República, existiam em todo o país 636 estabelecimentos industriais, cujo capital estava avaliado em 401.630:600\$000 (valor de 1920), correspondendo isso a 25.000.000 de libras esterlinas, empregando força de 65.000 cavalos e dando emprêgo a 54.169 operários. O valor global da produção era estimada em 507.092:587\$000. Dos capitais investidos na indústria, 60% estavam no setor têxtil, 15% no de alimentação, 10% no de produtos químicos, 4% na indústria de madeira, 3½% na do vestuário e objetos de toucador e 3% na metalurgia⁽²⁾.

No primeiro ano da República, isto é, em 1890, foram fundados 38 bancos e 294 sociedades anônimas, somando um capital bastante elevado para a época, de 1.332.800 contos de réis. No ano seguinte, 1891, arquivaram estatutos na Junta Comercial da Guanabara 51 bancos e 255 companhias diversas, envolvendo 1.397.796 contos, perfazendo para os dois exercícios um total de 89 bancos e 549 companhias, num global de 2.720.500 contos, que constituía importância respeitável, mesmo levando-se em conta a depreciação monetária, como conseqüência da inflação que principia então a tomar vulto⁽³⁾.

Como se sabe, êsses foram os anos culminantes do encilhamento, caracterizados por uma jogatina desenfreada na Bôlsa.

Costuma-se atribuir essa anomalia de nossa história econômica à política adotada pela República em seu início e particularmente ao seu ministro da Fazenda, Rui Barbosa. No entanto, fenômeno semelhante registrava-se na Argentina. Assim, um historiador da economia informa: "Os anos que precederam a 1890 foram para o país uma época de especulação desenfreada. Em três anos haviam sido criadas 250 sociedades anônimas, com capital de 764 milhões de pesos-ouro. O govêrno nacional dava sinais de loucura e corrupção, que o constituíram no escândalo

(1) Roberto SIMONSEN, *A evolução industrial do Brasil*, São Paulo, 1939, págs. 19 e 20.

(2) Roberto SIMONSEN, *ob. cit.*, pág. 25.

(3) Afonso d'E. TAUNAY, *O encilhamento de 1890-1891*, Anais do Museu Paulista, tomo XVI, págs. 226 e 263.

da Hispano-América. Seus orçamentos eram sancionados com *deficits* enormes, cobertos em seguida com empréstimos estrangeiros, através de manobras tão censuráveis como a de aumentar as cifras do comércio exterior, para dar assim, aos incautos prestamistas, a impressão de grande prosperidade⁽⁴⁾. Outro historiador do mesmo país menciona: "Produz-se um empapelamento vergonhoso, que determina a desvalorização da moeda em 332% entre 1883 e 1891. A crise agrava-se com escândalos, como os bancos e emissões não garantidos, concessões de estradas de ferro, etc."⁽⁵⁾. Nos E. U. A. eclodira uma crise na Bôlsa em 1893, que foi classificada como *débâcle*: "Centenas de bancos e mais de três mil emprêsas faliram durante os seis primeiros meses de 1893. O mercado monetário encontrava-se completamente desorganizado no comêço de agôsto. Para o conjunto do ano de 1893, contaram-se 600 falências de bancos e 15.000 falências de emprêsas industriais e comerciais"⁽⁶⁾. Episódios parecidos ocorreram igualmente nas colônias inglêsas, como a Austrália, de que resultou considerável desemprego na Inglaterra, E. U. A. e Alemanha. É que estávamos diante daquelas crises cíclicas que periodicamente abalam a economia mundial e não diante de um fenômeno puramente brasileiro, decorrente da administração republicana, como se quis fazer acreditar então.

As somas mobilizadas pelo encilhamento até meados de 1892 devem ter ascendido a mais de três milhões de contos de réis, quantia avultadíssima para a época. Se uma parte foi dissipada com gastos pessoais e viagens à Europa e outras modalidades de dilapidação, houve também investimentos, principalmente para aquisição de equipamentos, importando-se muita maquinaria, que foi aproveitada em organizações que sobreviveram ou que passaram a outras mãos e ainda hoje existentes. A fim de atender as numerosas emprêsas que se viram em dificuldades logo em seguida, em vista da desvalorização monetária, para satisfazer seus compromissos no exterior, o govêrno de Floriano Peixoto votou uma lei de ajuda financeira às emprêsas em dificuldades, con-

(4) Luís Roque GONDRA, *Historia económica de la República Argentina*, Editorial Sudamerica, Buenos Aires, 1943, pág. 442.

(5) Adolfo DORFMAN, *Historia de la industria argentina*, Escuela de Estudios Argentinos, Buenos Aires, 1942, págs. 148 e 149.

(6) Henri ARDANT, *Les crises économiques*, Flammarion, Paris, 1948, págs. 43 e 44.

forme indicamos no capítulo anterior. Os trapiches e armazéns da Guanabara atulharam-se de máquinas e equipamentos de toda espécie, muitos dos quais, não podendo ser aproveitados pelos que os encomendaram, foram vendidos a preços muito inferiores ao seu custo real. Taunay menciona o caso de um industrial, seu conhecido, que lhe contou ter comprado uma fábrica completa de calçados por 80:000\$000, mas cujo valor seria certamente de 900 ou 1.000 contos⁽⁷⁾. As importações, em vista disso, cresceram extraordinariamente, como demonstram êsses dados:

Importações

<i>A n o s</i>	<i>Contos de réis</i>
1889	217.880
1890	255.520
1891	413.680
1892	527.104

Como se vê, no período mencionado, o valor das importações subiu a mais do dôbro, o que é bastante significativo, embora se trate de moeda desvalorizada, pois a cotação da libra esterlina foi a seguinte:

Cotação da libra em mil-réis

<i>A n o s</i>	<i>Mil-réis</i>
1889	9\$075
1890	10\$638
1891	16\$182
1892	20\$040

Não esqueçamos que êstes foram anos tumultuosos, pontilhados de crises políticas agudas, abalados por motins e revoltas militares, contribuindo isso para agravamento geral da situação.

(7) Afonso d'E. TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 273.

Com a adoção da política de recuperação financeira, inaugurada pelo governo Campos Sales e o estabelecimento da tarifa-ouro para as importações, estas começaram a declinar, principalmente a partir do presente século. Isso elevou os saldos de nosso comércio, mas foram êles canalizados para fora, a fim de atender aos pagamentos das dívidas externas, dos fretes e seguros, dos vários tipos de remessa, etc. Seu efeito sôbre a industrialização do país, no entanto, foi benéfico, porque impulsionou a organização fabril nacional. Em virtude disso, de 1895 a 1899 foram criadas 472 novas emprêsas; de 1900 a 1904 mais 1.080, de que resultou a constituição de 1.552 novos estabelecimentos industriais no decênio em aprêço.

De acôrdo com o Censo Industrial organizado em 1907, existiam no país 3.410 estabelecimentos, com capital de mais de 679.806 contos, valor da produção avaliado em 766.482 contos, onde trabalhavam 156.250 operários.

A Guanabara, que era o mais adiantado centro fabril, detinha 30% da produção total, 24% do operariado e 20% do número de estabelecimentos, cabendo a São Paulo 16% da produção, ao Rio Grande do Sul 7% e a Minas Gerais 4%⁽⁸⁾.

Englobadamente, essa produção fabril assim se distribuía pelos seus mais importantes setores:

Indústria de alimentação	26,7%
Têxtil	20,6%
Vestuário e objetos de toucador ...	15,9%
Produtos químicos e análogos	9,4%
Outros produtos	27,4%

O setor de alimentação sobressai porque envolve refinações de açúcar e cereais, além da fabricação de bebidas, de massas alimentares, doces, biscoitos, banha, xarque e inúmeros outros de produção largamente difundida em todos os Estados. A fabricação de tecidos, especialmente de algodão, espalhava-se por tôdas as Unidades federativas, exceção do Amazonas, Pará, Goiás e Mato

(8) Roberto SIMONSEN, *ob. cit.*, pág. 26.

Grosso, representando importante atividade no Nordeste, figurando com relêvo ao lado do açúcar, por vêzes mesmo sobrepujando-o, como sucedia no Maranhão, Ceará e Bahia.

A produção industrial já havia adquirido considerável desenvolvimento, ocupando lugar de destaque em nosso parque produtor, pois, segundo Tobias Monteiro, secretário do Centro Industrial do Brasil e prefaciador do Censo do ano de 1907, o seu valor era superior ao total, em conjunto, das exportações do café e da borracha, daquele mesmo exercício.

Quanto ao atendimento das necessidades nacionais, para avaliá-lo basta saber que o montante das importações de artigos manufaturados somava a 133.195 contos, enquanto que a soma da produção interna dêsses mesmos artigos era de 477.746 contos, o que quer dizer que a indústria nacional fornecia mais de três vêzes o valor dessas aquisições no exterior. Entretanto, alguns produtos, como tecidos de lã e sêda, perfumaria, vinagre e laticínios, tinham importações maiores do que a fabricação interna, o que se explica por determinadas concessões de tarifas feitas, facilitando com isso certas importações, segundo informa Tobias Monteiro.

Examinando 35 ramos de produção, que somavam 606.225 contos de capital, ou seja 91% do total, verificamos que, em média, 58% estavam organizados em forma de sociedade anônima, sendo que em alguns dêles alcançavam a 100%, como no ramo de material de transporte, 86,39% no de tecidos, 81% no de vidros, 77,28% no de artigos de chumbo e zinco, 75,74% no de papel, 66,06% no de sal, 50% na fabricação de formicidas, e outros em menores proporções, o que demonstra certa difusão do tipo mais adiantado de organização econômico-jurídica.

Sôbre a qualidade dos produtos, deve-se dizer que eram bastante satisfatórios em sua maior parte, especialmente daqueles destinados a atender o consumo do grande público, como tecidos de algodão, chapéus, calçados, bebidas e muitos mais.

As atividades de maior expansão eram as denominadas de "indústrias naturais", ou seja, as que consumiam matéria-prima nacional, como tecidos, açúcar e outras, aspecto êsse salientado por Nilo Peçanha, em sua Mensagem Presidencial de 1910, quando no exercício do cargo, em substituição a Afonso Pena.

Pondo em relêvo a importância da indústria na economia nacional, assim concluía Tobias Monteiro a apresentação do Censo Industrial de 1907: “Dessa estatística, ainda tão incompleta que somos o primeiro a reconhecer, resulta de modo incontestável que a indústria brasileira já é uma fôrça econômica, um elemento de riqueza nacional de que a própria nação não tinha uma idéia aproximada sequer”. E era verdade.

REFLEXOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL SÔBRE NOSSA INDUSTRIALIZAÇÃO

A Primeira Guerra Mundial foi a consequência de uma série de crises econômicas e políticas, que determinaram a formação, militar e política, de dois grandes grupos de nações que iriam buscar, através da luta armada, uma nova repartição do mundo. A última crise desse período deu-se justamente em 1913, e com maior repercussão precisamente na Alemanha, um dos grandes contendores.

Sobre tal fato, escreve um estudioso desse fenômeno econômico: "Em 1913 a Alemanha manifesta sintomas muito nítidos de uma crise. Seu aspecto monetário, cujas primeiras manifestações tiveram lugar em 1911, por ocasião da questão de Agadir, marcava a gravidade do problema de superprodução. É significativo pois observar que os anos de 1912 e 1913 são caracterizados por uma grande atividade de negócios, que não foi acompanhada por qualquer *boom*". Mais adiante, acrescenta: "É impossível dissociar a guerra de 1914 da crise econômica européia, cujas primeiras manifestações produziam-se na Alemanha em 1911"⁽¹⁾.

Entre nós, essa crise manifesta-se em primeiro lugar, como é natural, nos produtos de exportação. Em decorrência, a cotação do café caiu de 57\$811 em 1912 para 46\$103 em 1913, e a da borracha, de 5\$282 para 4\$282, nos mesmos anos⁽²⁾. Com a deflagração do conflito bélico, e em virtude também da redução da quantidade das exportações, a situação de nosso comércio ex-

(1) Henri ARDANT, *Les crises économiques*, Flammarion, Paris, 1948, págs. 46 a 91.

(2) Nelson Werneck Sodré, *História da burguesia brasileira*, pág. 247.

terior agravou-se, como demonstra o quadro abaixo, referente ao valor médio de nossas vendas ao exterior⁽³⁾:

<i>A n o s</i>	<i>Mil-réis</i>	<i>Libras-ouro</i>
1912.....	861\$000	57,4
1913.....	710\$000	47,4
1914.....	577\$000	35,7
1915.....	576\$000	29,8

A queda das importações, porém, que foi outra consequência da guerra, refletiu-se de forma benéfica sobre a produção manufatureira, pois levou a suprir as necessidades do mercado interno, que não podia mais se abastecer nos seus tradicionais fornecedores. Um estudioso da história nacional escreve a tal propósito: “A guerra deu uma noção de tempo ao processo de industrialização; assegurou às empresas novas um monopólio do mercado nacional e trouxe com êle a possibilidade de entrar nos mercados estrangeiros; ela forçou o desenvolvimento nacional, em virtude de as importações terem sido restringidas”⁽⁴⁾. Outro autor salienta tal processo com estas palavras: “Foi devido às dificuldades encontradas durante a guerra para a importação de artigos manufaturados que os brasileiros decidiram explorar o grande número de indústrias; e o resultado foi o Brasil começar a produzir muitos artigos de primeira necessidade. O Estado de São Paulo e a Capital da República⁽⁵⁾ tornaram-se, como consequência da guerra, grandes centros de produção industrial”⁽⁶⁾. Por isso, um escritor francês acha que, com os efeitos da guerra, “no Brasil, sobretudo, é quase uma revolução econômica que se prepara”⁽⁷⁾.

De fato, o impulso industrial ocasionado por aquêle conflito armado internacional foi extraordinário, pois 5.940 novas empresas

(3) *Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940.*

(4) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, págs. 138 e 139.

(5) Atualmente Estado da Guanabara.

(6) Hanibal PÓRTO, *O Brasil Econômico em 1920 e 1921*, pág. 41.

(7) A. DEMANGEON, *Le déclin de l'Europe*, pág. 145.

manufatureiras foram criadas no país no decorrer de 1915 a 1919. Os índices da produção industrial, em valor nominal e valor ponderado, deflacionados pelo índice do custo de vida, são os seguintes para êsse período:

<i>A n o s</i>	<i>Nominal</i>	<i>Ponderado</i>
1914	100	100
1915	127	118
1916	164	140
1917	253	197
1918	247	171
1919	312	209

Comentando êste quadro, afirma Nelson Werneck Sodré que, se representarmos a produção industrial brasileira em 1914 por 100, ou seja, um valor de 956.557 contos de réis, verificaremos que ela se elevou em 1917 para 2.424.193 contos de réis, com aumento de 153%; mesmo levando-se em conta a desvalorização monetária ocorrida nessa época, poderemos verificar entre 1914 e 1919 um aumento de 109%. Se o valor nominal em 1919 alcançava a 2.989.176 contos de réis, significava, em relação a 1914, um aumento de 212%. Daí o aparecimento, nos cinco anos em aprêço, de pouco menos do número de estabelecimentos criados nos vinte e cinco anos anteriores⁽⁸⁾.

Quais as causas dêste rápido e substancial surto industrial?

A dificuldade do parque industrial europeu em suprir nossas demandas de artigos manufaturados não decorreu apenas dos riscos da navegação transatlântica em enfrentar os submarinos, mas também porque todos os seus recursos, materiais e humanos, estavam concentrados na fabricação de material bélico para a luta armada. Além disso, com a crise que caracteriza as atividades de café e borracha, opera-se uma constante transferência de renda e de capitais para a área industrial que começava a apresentar ren-

(8) Nelson Werneck Sodré, *ob. cit.*, págs. 267 e 268.

dimento cada vez maior, pois o mercado interno estava ampliando-se mais e mais. Resultava disso uma acumulação que se ia avolumando continuamente.

Para que fôsse possível, no entanto, aproveitar estas condições *objetivas* surgidas com a guerra, era necessária a existência de certos fatores *subjetivos*, ou pré-requisitos, como diz Fernando Henrique Cardoso: "Isto significa que o processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista, e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, um grau de desenvolvimento social do trabalho"⁽⁹⁾.

Outra demonstração do progresso industrial, realizado na época, encontra-se no tipo de energia usada na produção. Assim, enquanto que em 1907, num total de 109.289 H. P. utilizados na indústria, 80.028 H. P. ou 73% eram produzidos pelo vapor, 28% por energia hidráulica e apenas 4.687 ou 5% por energia elétrica; em 1920, sobre um global de 300.424 H. P., 47,2% provinham de energia elétrica, 36,2% de vapor, 7,7% de turbinas hidráulicas, 5,3% de motores de combustão interna, 2,7% de rodas de água e 0,9% de outros motores.

Contudo, apesar dêste progresso verificado, nosso parque industrial padecia ainda de graves insuficiências. A primeira é a excessiva concentração geográfica, pois, sobre um total de 13.569 estabelecimentos existentes no país em 1920, 4.157 localizavam-se em São Paulo e 1.541 na Guanabara, ou seja, cêrca de metade nestes dois Estados unicamente. Disso decorria um afastamento muito grande dos centros produtores das várias zonas de consumo, requerendo transportes dispendiosos, o que encarecia os produtos. Os benefícios da economia capitalista, dessa forma, só muito fracamente atingiam as várias regiões do país. Uma segunda característica residia na predominância absoluta dos bens de consumo, como atividades têxteis, bebidas, fumo, calçados, chapéus, conservas, velas, etc. A terceira deficiência a assinalar refere-se ao pêsso muito grande das atividades artesanais, sobre as fábricas, pròpriamente ditas. Nessas condições, se excluirmos

(9) Fernando Henrique CARDOSO, "Condições sociais da industrialização de São Paulo", *Revista Brasileira*, n.º 28, março e abril de 1960.

os estabelecimentos têxteis, os frigoríficos e algumas fábricas de bebidas e calçados, o grosso da produção se fazia em padarias, alfaiatarias, confeitarias, olarias, carpintarias, ferrarias, vidrarias, etc., ou seja, em pequenas oficinas e por meio de artífices especializados. Achavamo-nos naquela etapa que um autor alemão⁽¹⁰⁾ qualifica de processo quantitativo, ou produção de alimentos e tecidos, à diferença do processo qualitativo, com produção de ferro, de metal, de maquinarias.

O resultado do Recenseamento Geral de 1920, relativo à indústria, revelava a existência de 13.569 estabelecimentos industriais, com capital estimado em 2.032.280 contos de réis, ocupando 293.673 operários, num valor de produção de 3.200.670 contos⁽¹¹⁾.

São Paulo passa a ocupar o primeiro lugar, com um terço, mais ou menos, do valor da produção. Se lhe acrescentarmos a Guanabara, atingem ambos metade do total nacional; o mesmo ocorrendo quanto ao capital aplicado. Com relação ao número de operários, São Paulo destaca-se, com mais de 4 mil operários, vindo, a seguir, com mais de mil operários o Rio Grande do Sul, a Guanabara e Minas Gerais.

Tomando-se unicamente a produção fabril (sem as usinas açucareiras), a distribuição por categorias foi a seguinte:

Indústria de alimentação	40,2%
Têxtil	27,6%
Vestuário e objetos de tocador ..	8,2%
Química e análogas	7,9%
Outros grupos	16,1%

Em confronto com o Censo de 1907, o Recenseamento industrial de 1920 acusa os seguintes acréscimos nas principais regiões: 325,8% quanto ao número de estabelecimentos, 210,4% quan-

(10) Walter HOFFMANN, *Studien und Typen des Industrialsierung*, apud NORMANO.

(11) Recenseamento do Brasil, 1920, volume v, 1.ª parte, pág. xi, Rio de Janeiro, 1927.

to ao capital, 96,9% quanto ao número de operários e 334,8% quanto ao valor da produção.

A produção das salinas, pelo Recenseamento de 1920, era de 231, com capital de 25.400 contos, 3.333 operários e valor de produção de 23.955 contos.

O crescimento verificado em relação a 1907 foi de 168,5% quanto ao capital, de 55,3% quanto ao número de operários, de 666,2% quanto ao valor da produção.

Outra grande consequência da Primeira Guerra Mundial sobre a economia nacional, foi a consciência da necessidade da exploração da indústria siderúrgica. Isso é assinalado por Nícea Vilela Luz nestes termos: "Os efeitos da guerra sobre a economia brasileira forçaram, entretanto, o Governo a encarar com mais urgência o problema das indústrias básicas, levando-o a não hesitar mesmo diante da concessão de favores considerados como uma intervenção direta do Estado na esfera econômica"⁽¹²⁾. Ou, como disse outro autor: "A guerra fez compreender, também, e com certa agudeza, a necessidade de passar da indústria de bens de consumo para a de bens de produção"⁽¹³⁾.

O fomento de nossa produção de manufaturas, com a crescente demanda de máquinas e ferramentas e a procura cada vez maior de artigos metalúrgicos conduziram à compreensão da utilização das imensas jazidas minerais de ferro que possuíamos e estavam quase abandonadas, pois não tínhamos, praticamente, atividade que aproveitasse essa rica matéria-prima. O que havia até 1914 era uma pequena usina siderúrgica e numerosas forjas espalhadas pelo interior de Minas Gerais. Por isso, a partir de 1921 fizeram-se várias concessões e empréstimos a firmas que se propusessem a estabelecer indústrias siderúrgicas entre nós. O Governo central mandou, igualmente, realizar experiências, na Europa, com o nosso carvão, a fim de verificar a possibilidade da fabricação do coque metalúrgico⁽¹⁴⁾. As atividades básicas, em decorrência dessas condições, entraram em maior animação, como demonstra o quadro abaixo:

(12) *Ob. cit.*, pág. 189.

(13) Nelson Werneck Sodré, *ob. cit.*, pág. 253.

(14) Ver, a respeito, as Mensagens do Presidente Epitácio Pessoa relativas aos anos de 1920 e 1921.

Produção siderúrgica e de cimento
(em toneladas) (°)

Anos	Ferro gusa	Aço	Cimento
1926	21.300	9.557	13.382
1927	15.355	7.862	54.623
1928	25.763	20.882	84.964
1929	33.708	26.403	96.208

(°) Estatística da Produção Industrial de 1915-1929
- Departamento Nacional de Estatística.

Foi dentro do quadro das iniciativas destinadas a fomentar a indústria siderúrgica que apareceu o "caso" da *Itabira Iron*, destinado a uma larga repercussão.

O representante da *Itabira Iron* era o norte-americano Percival Farquhar, que dispunha de um capital de 54 milhões de libras esterlinas, sendo já possuidor de numerosos negócios no Brasil, como o contróle de várias estradas de ferro e de empresas de exploração agrícola e de colonização. Pretendia ainda incentivar a cultura do trigo, de cereais, frutas, alfafa, lã e carne para a exportação. Interessou-se igualmente pela Amazônia, adquirindo a estrada de ferro Madeira-Mamoré, o que indicava propensão pela borracha.

A extensão de seus planos, bem como suas ligações com determinados políticos despertaram fundas suspeitas, provocando reação tenaz, que se manifestou de forma ostensiva no Parlamento e na imprensa. Os mais violentos opositores foram os políticos mineiros, que não queriam que suas riquezas minerais passassem para as mãos de empresas estrangeiras, que Farquhar representava. Também combateram as pretensões da *Itabira Iron* políticos de outros Estados, como Maurício de Lacerda, Alfredo Ellis, Rafael Pinheiro e publicista como Alberto de Faria e Alberto Tôrres, alegando tratar-se de um vasto consórcio internacional, desejoso de explorar nossas riquezas naturais em seu proveito exclusivo, como se fazia na África.

No decorrer dos apaixonados debates sôbre o contrato da *Itabira Iron*, freqüentes vêzes houve alusões ao “imperialismo ianque”, que soava assim como um eco das grandes campanhas realizadas em outras nações vizinhas, a êsse respeito.

Dêsse modo surgiu entre nós uma corrente nacionalista e anti-imperialista, mas que possuía raízes agrárias muito fortes, embora mantivesse certa relação com os interêsses industrialistas, de repulsa à drenagem de nossas riquezas naturais para o exterior. Alberto Tôrres extremava-se nesse nacionalismo, a ponto de repudiar a imigração estrangeira, por considerar que iria agravar o problema do excessivo desbravamento do solo, tornando com isso mais precárias as condições de nossas populações rurais.

Êstes os principais aspectos econômicos decorrentes da industrialização do primeiro após-guerra.

EFEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A intensa industrialização ocorrida no primeiro após-guerra não teve apenas repercussões materiais, porém também ideológicas. Assim, com a inserção da atividade industrial na economia brasileira deu-se o início à sua transformação estrutural. E isto por várias razões.

Em primeiro, porque criou uma nova atividade até então inexistente, ou de bem pouca significação. Por outro lado, ampliou e fortificou as duas principais classes da sociedade moderna: os empresários industriais e os trabalhadores fabris. Os centros urbanos, naturalmente, se desenvolveram, crescendo o número de comerciantes, de funcionários, de estudantes e outras camadas da classe média.

Tudo isso ia revolucionando a sociedade, forçando alterações em sua estrutura, entrando em choque com os padrões, os costumes estabelecidos e predominantes. “Em cinco anos o país realizou um trabalho que provavelmente levaria décadas para ser realizado em condições normais. Uma revolução estrutural substituiu uma evolução estrutural, sem mudança de direção do processo. Mas, talvez mesmo o mais importante do que os resultados da incipiente industrialização, foi o crescimento da psicologia industrial”(1).

Além disso, a guerra mundial havia trazido mudanças muito profundas no mundo, particularmente na Europa, nossa fonte de suprimento material e espiritual. Três velhas monarquias seculares — Rússia, Áustria-Hungria e Alemanha — acabavam de ruir fragorosamente e em seus territórios fragmentados surgiram

(1) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, págs. 149 e 150.

repúblicas democráticas. Em um dêles, no vasto espaço geográfico dos tzares, apareceu pela primeira vez na história um regime socialista. A repercussão dêsse acontecimento foi imensa, conquistando adeptos em todos os países, particularmente entre as massas trabalhadoras.

Êstes eventos calaram fundamente em vastas camadas de nosso meio social, produzindo efeitos de grande significado em nossa história. Êstes foram de três ordens, ocorridos simultânea, mas não casualmente, no mesmo ano, 1922: o primeiro 5 de julho, com a revolta do Forte de Copacabana, que assinalava de maneira violenta um anseio de renovação política; a fundação do Partido Comunista, iniciando uma nova forma de organização e de lutas da classe operária; a Semana de Arte Moderna, desencadeando a campanha por uma nova expressão de manifestação estética.

Assim, com o primeiro 5 de julho começa uma série de movimentos armados, encabeçados por jovens oficiais do Exército, estendendo-se pelo segundo 5 de julho de 1924, na Capital Paulista, pela organização e marcha da Coluna Prestes no interior do país, sem falar nas numerosas conspirações e tentativas de levantes nos quartéis. Tais movimentos passaram à história sob o nome de "Tenentismo", devido aos postos hierárquicos da maioria dos seus componentes. O lema principal adotado era o de *representação e justiça*.

O tenentismo nunca teve um programa definido e concreto — a não ser aquêles dois substantivos abstratos — de modo a situá-lo dentro do panorama sociológico nacional. Para sua ação não buscava aliados nas organizações operárias nem nos empresários, mas baseava-se nas conspirações de quartéis, e seu objetivo era a mudança dos governos vigentes. Assim, em 1924, o general Isidoro Dias Lopes, chefe da revolução eclodida em São Paulo, apresentava como seu programa a substituição do presidente da República, liberdade religiosa, proibição de impostos interestaduais, proibição da reeleição do presidente da República e dos governadores, voto secreto e reforma tributária⁽²⁾. Em 1929, Luís Carlos Prestes, em Buenos Aires, apresentava, a um enviado do Partido Comunista do Brasil, o seguinte programa:

(2) José Carlos de Macedo SOARES, *Justiça*, Paris, 1925, pág. 82.

voto secreto, alfabetização, justiça, liberdade de imprensa e de organização e melhoria para os operários⁽³⁾.

Esta fraqueza programática, bem como sua ausência de organicidade com as classes sociais do país, fizeram do movimento tenentista, apesar da pureza do seu idealismo e de sua atuação heróica, um agrupamento amorfo, que acabará absorvido pelos espertos políticos da Aliança Liberal, depois de servir-lhes de dispositivo militar na revolução de 1930.

O outro acontecimento singular de 1922 foi a fundação do Partido Comunista, destinado a atuar fundamentalmente dentro das massas operárias. Seu influxo se deve abertamente à Revolução Russa de 1917 e à organização da Internacional Comunista, em 1919⁽⁴⁾. Antes, a ideologia predominante no movimento operário, principalmente nas organizações sindicais, era o anarco-sindicalismo, conseqüência, por um lado, da origem camponesa e artesanal das massas trabalhadoras e, por outro, devido à influência de imigrantes espanhóis, italianos e portugueses. Havia, contudo, associações trabalhistas que escapavam à orientação anarquista, estando ligadas a políticos da época. A tarefa principal das organizações anarquistas e sindicais daquele tempo consistia em lutar por reivindicações sociais, como aumento de salários, melhoria das condições de trabalho, jornada de 8 horas e outras mais, de onde lhes advinha enorme prestígio popular, expresso em poderosas greves realizadas em São Paulo e Guanabara, além de outros Estados, e concorridíssimas manifestações de rua, onde se reuniam milhares e mesmo dezenas de milhares de pessoas⁽⁵⁾.

O Partido Comunista propunha-se a aplicar outros métodos nas lutas operárias, especialmente abolindo o apoliticismo dos anarquistas. Devido às injunções de seus fundadores, em sua maioria operários e artesãos, o P. C. B. conseguiu desde logo empolgar a direção de várias organizações sindicais, devido aos antigos dirigentes anarco-sindicalistas terem sido deportados por

(3) Leoncio BASBAUM, *História sincera da República de 1889 a 1930*, Livraria S. José, 1952, Rio de Janeiro, pág. 312.

(4) Ver, a respeito, Astrojildo PEREIRA, *Formação do P. C. B.*, Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro, 1962.

(5) Sobre o movimento operário e sindical daquela época, consultar o bem documentado livro de Everardo Dias: *História das lutas sociais no Brasil*, Editora Edaglit, São Paulo, 1962.

suas atividades revolucionárias, ou pelo afastamento de outros, desiludidos com os fracassos resultantes das lutas por êles orientadas aqui e o sucesso da Internacional Comunista em escala mundial. Foi um período, também, de ruidosas controvérsias entre anarquistas e comunistas dentro das organizações operárias. Durante muitos anos, no entanto, a atividade do P. C. B. limitou-se à propaganda da Revolução Russa e dos princípios da Internacional Comunista. Sua atuação política, nessas condições, era pouco significativa. As teses políticas que apresentava foram sempre muito sectárias, fato aliás reconhecido posteriormente pelo seu principal fundador e historiador⁽⁶⁾. Papel de maior relevo desempenhou, entretanto, na divulgação dos princípios marxistas e leninistas entre estudantes, professores e jornalistas. Nunca, porém, dedicou-se a estudar seriamente os problemas brasileiros.

O terceiro evento de relevo de 1922, foi a Semana da Arte Moderna, que teve lugar em São Paulo, dando origem ao movimento denominado Modernismo.

Tratando de suas origens, escreveu recentemente um de nossos mais completos ensaístas: "Podemos dizer que a vigília do modernismo, ao menos entre nós, durou de três a quatro anos, entre 1918 e 1922. Seu início foi marcado pelo início da Grande Guerra. Um acontecimento social dêsse porte impregnou profundamente todos os espíritos. Com ela terminava o século XIX e aquilo que se convencionou chamar de *belle époque*. Ou, como escrevia Charles-Louis Phillippe: "Finie la douceur de vivre. Les temps de passion sont arrivés"⁽⁷⁾. A principal figura daquele movimento, vinte anos mais tarde, fazendo-lhe um balanço, se expressava desta forma: "A transformação do mundo com o seu enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática européia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil outras causas internacionais, bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito nôvo e exigiam a reverificação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional". Adiante aduz: "O modernismo no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas conseqüentes,

(6) Astrogildo PEREIRA, *ob. cit.*

(7) Tristão de ATAÍDE, "1920", in *Fôlha de São Paulo*, 18 de novembro de 1962.

foi uma revolta contra o que era a Inteligência nacional. É muito mais exato imaginar que o estado de guerra da Europa tivesse preparado em nós um espírito de guerra, eminentemente destruidor. E as modas de que se revestiam êste espírito foram, de início, diretamente importadas da Europa". Mais à frente, caracterizando-o já, diz: "(...) o movimento modernista era nitidamente aristocrático. Pelo seu caráter de jôgo arriscado, pelo seu espírito aventureiro ao extremo, pelo seu internacionalismo modernista, pelo nacionalismo embravecido, pela gratuidade anti-popular, pelo seu dogmatismo prepotente, era uma aristocracia do espírito"⁽⁸⁾. No entanto, pelo seu caráter inovador, bem como pela coincidência cronológica, liga-se diretamente ao movimento tenentista. "É que o movimento estético "modernista" está ligado ao movimento político "tenentista". O mesmo anseio secreto — já inicialmente patente — de mudanças das estruturas literárias e plásticas ocorre com as estruturas políticas. A República Velha aproxima-se do fim, como se prepara a demolição da Arte Velha. O crepúsculo de ambas caminha *pari-passu*. O ambiente civil está maduro para uma mudança radical de estruturas"⁽⁹⁾.

Todos êsses acontecimentos, pelas feições transformadoras de que estavam impregnados, abriram um verdadeiro ciclo revolucionário no país. Com o correr dos anos, foram êles se avolumando, para desaguar na caudal imensa da revolução de 1930.

Estas ocorrências, no entanto, sucederam nos centros urbanos, dando-lhes caráter exclusivamente cidadão, embora fôsem dirigidos contra o sistema agrário vigente, particularmente da predominância cafeeira. Daí seus principais protagonistas serem elementos urbanos. Os campos, por consequência, permaneceram afastados de tôdas estas agitações e movimentos reivindicatórios.

Era a classe média das cidades entrando em ação, encabeçada militarmente pelos jovens oficiais do tenentismo.

(8) Mário de ANDRADE, *O movimento modernista*, Edição da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1942, págs. 13, 25 e 29.

(9) Tristão de ATAÍDE, "1922", *Fôlha de São Paulo*, 25 de novembro de 1962.

INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS E PANORAMA INDUSTRIAL

O período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial caracterizou-se por uma grande ofensiva de investimentos norte-americanos em nosso país. Esse acontecimento assinala não somente um novo aspecto de nossas relações internacionais, como também marca outra fase no processo nacional de industrialização. Até então, o grosso do intercâmbio de negócios, tanto no campo financeiro quanto no econômico, efetuava-se com a Europa, particularmente com a Inglaterra, que detinha assim consideráveis interesses aqui. Eram relações que vinham de tempos anteriores, da época de nossa sujeição a Portugal, sendo hereditárias, por assim dizer.

Eis como Normano explica a origem dessas relações: “Quando a Inglaterra perdeu suas colônias do Norte, a idéia mais natural foi procurar uma compensação no Sul. Uma das trilhas dirigia-se para o Brasil”. Adiante aduz: “O estado ultramarino de Portugal era na realidade o estado ultramarino de Londres, e a economia brasileira teve o seu início não em Lisboa, mas em Londres”. Mais à frente acrescenta: “O governo britânico, depois de 1808, tornou-se o necessário, indispensável intermediário entre Portugal e o Brasil, primeiro entre a Côrte Portuguesa no Brasil e Portugal, e depois entre o Brasil independente e sua antiga Metrópole”. Finalmente: “A Inglaterra aproveitou a oportunidade para transferir alguns débitos portugueses a um devedor ainda virgem, o Brasil. Foi essa a origem dos primeiros empréstimos a Londres. O Brasil fez dessa forma uma entrada prematura no terreno da economia de crédito, sob a direção dos ingleses”(1).

Essa tradição, estabelecida através de séculos, iria mudar com a entrada dos investimentos norte-americanos em nossa eco-

(1) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, págs. 200 a 202.

nomia. É ainda Normano quem nos mostra, nos seguintes termos, como isso aconteceu: "Depois da guerra, abre-se um novo capítulo na história da dívida pública brasileira. O mercado de Nova York apossou-se do velho cliente do Rothschild. Somente um pequeno empréstimo (5% — Estrada de Ferro Vitória-Minas) foi lançado na França e em Londres e um em Londres, em 1927 (6% — da Consolidação da dívida flutuante); os quatro grandes empréstimos federais (de 1921, 1922, 1926 e 1927) tiveram suas origens em Nova York. Dos US\$ 176.500.000, somente US\$ 25.000.000 foram usados parcialmente para a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, tendo sido o restante utilizado para fins puramente fiscais e a maior parte destinado à consolidação da dívida flutuante. Paralelamente às mudanças havidas na economia durante a guerra, as finanças brasileiras passaram a ficar mais dependentes de Nova York. A diferença entre os métodos financeiros da Inglaterra e dos E. U. A. patenteia-se claramente no caso do Brasil. De acordo com os cálculos de Sir Otto Niemeyer, o valor nominal das dívidas em 1.º de janeiro de 1931 era de £ 100.569.751 para a Grã-Bretanha, depois de um século de concessão de empréstimos, e de US\$ 143.336.998 para os E. U. A., depois de dez anos. Os E. U. A. se tornaram detentores de cerca de 35% de todo o débito do Governo Federal brasileiro em uma década (mais exatamente em seis anos, visto que as emissões foram feitas em 1921-1927). Esse fato somente pode ser compreendido em relação com a corrida de negócios de títulos, registrada em Wall Street depois da guerra"⁽²⁾.

De fato, é essa grande euforia do capitalismo norte-americano no primeiro pós-guerra que determina o encaminhamento de seus investimentos para o nosso país com todas as suas repercussões.

Além desse liame estritamente financeiro, operam-se igualmente, por outro lado, mais intensas relações econômicas. Essa forma manifestou-se através de uma série de empresas que abriram filiais no Brasil, em sua maioria companhias industriais, visando à penetração em nosso mercado. Apresentamos, em seguida, uma lista das primeiras firmas instaladas no país durante os anos de 1912 a 1929.

(2) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, págs. 208 e 209. Valentim Bouças diz que nossas dívidas externas em dólares somavam a 146.191.638 ("História das dívidas externas", vol. xv de *Finanças do Brasil*.)

Algumas empresas norte-americanas instaladas no Brasil
(1912-1929) (*)

<i>Ano</i>	<i>N.º Dec.</i>	<i>Nome da Sociedade</i>
1912	9.384	Amazon Land and Colonization
1915	11.503	The National City Bank of New York
1917	12.444	The American Chemical Works Inc.
1917	12.467	International Machinery Company
1917	12.522	United States Rubber Export Company Limited
1917	12.527	Brazilian Tobacco Corporation
1918	13.126	American Steel Export Company's Brazilian Corporation
1918	13.306	American International Steel Corporation
1919	13.638	SS. White Dental Manufacturing Co. of Brazil
1920	14.166	American Coffee Corporation
1920	14.167	Ford Motor Company
1920	14.242	The Sydney Ross Company
1920	14.244	Bethlehem Steel Company of Brazil
1921	14.887	Davis & Co. Ltd. of Brazil Inc.
1922	15.551	Atlantic Refining Company of Brazil
1923	16.056	Firestone Tire and Rubber Company
1923	16.164	Universal Pictures Corporation
1923	16.270	American Steamship Agencies Company Inc.
1924	16.585	Great American Insurance Company
1924	16.754	Armour of Brazil Corporation
1924	16.756	Parke, Davis & Company
1924	16.757	International Business Machines Co. of Delaware

(*) FONTE: "Sociedades mercantis autorizadas a funcionar no Brasil" (1808-1946), Publicação do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, págs. 122-141.

<i>Ano</i>	<i>N.º Dec.</i>	<i>Nome da Sociedade</i>
1926	17.304	International Harvester Export Company
1926	17.491	Metro Goldwyn Mayer (do Brasil)
1926	17.609	Ingersoll-Rand Company of Brazil
1927	17.970	Companhia Brasileira de Fôrça Elétrica
1928	18.404	Goodrich Rubber Company of Brazil Inc.
1929	18.591	General Tire & Rubber Co. of Brazil
1929	18.592	S/A. Refinações de Milho Brazil
1929	18.648	Western Electric Company of Brazil
1929	18.664	First National Pictures of Brazil Incorporated
1929	18.745	Companhia Burroughs do Brasil Inc.
1929	18.768	Pan American Airways Inc.

Trata-se, como se vê, de emprêsas montadoras de veículos, cinematográficas, bancos, companhias de seguros ou então de simples filiais de perfumarias ou de indústria farmacêutica. Estas aberturas de subsidiárias tinham por finalidade assegurar o nosso mercado para tais produtos, ou aproveitar determinadas facilidades alfandegárias, ou mão-de-obra mais barata que o nosso país proporcionava, ou ainda beneficiar-se de vantagens de transportes, dividindo assim o processo de produção em duas partes: uma, a da fabricação de peças ou componentes nas matrizes, e outra, a sua montagem aqui.

Outras companhias como frigoríficos ou de fabricação de pneus e câmaras-de-ar se estabeleceram entre nós, tendo em vista o consumo já apreciável destes produtos e a abundância de matéria-prima que possuíamos.

Estas foram as primeiras emprêsas estrangeiras que aqui se instalaram e cujo escopo consistia na conquista de modo mais permanente de nosso mercado, tendo em vista não só a sua já relativa capacidade, como igualmente o caráter promissor que apresentava.

Não deixa de ser interessante lembrar que, durante esse período, teve lugar uma intensa propaganda rodoviária, sob o *slogan* “governar é abrir estradas”. E abriram-se então as primeiras estradas de rodagem ligando certas Capitais mais importantes, como a Rio-São Paulo ou algumas cidades do interior, como Petrópolis e Ribeirão Preto. Iniciava-se aí então a era rodoviária, que iria posteriormente desenvolver-se em detrimento das ferrovias e da navegação, apesar de não possuímos petróleo, nem fabricação de automóveis. Tudo era importado: as máquinas e equipamento para a abertura de estradas, os veículos e suas peças, o combustível e lubrificantes. Inaugurava-se assim a influência norte-americana em nossa economia. “Esta circunstância” — assinala um historiador de nossa economia — “é importante, porque representa um grande fator (que é o estímulo de empresas poderosas e bem aparelhadas) no sentido de provocar o aparecimento e desenvolvimento de uma indústria de base no país, capaz de iniciar aqui mesmo a elaboração da matéria-prima e a produção do material semi-acabado e mesmo maquinaria destinada às diferentes indústrias”⁽³⁾.

O nosso incipiente capitalismo padecia de uma fraqueza fundamental: não tínhamos um mercado de capital organizado e definido. A acumulação vinha-se fazendo de modo precário, através dos lucros da lavoura de café, que não mais podiam ser reinvestidos devido à superprodução; através da poupança de pequenos comerciantes prósperos, que resolviam ampliar suas atividades para a produção; através da expansão de certas atividades artesanais aqui estabelecidas, principalmente por estrangeiros imigrantes.

Esse processo teve lugar sobretudo durante o conflito armado, sendo estimulado em sua execução pelas dificuldades de importação então vigorantes. Desempenhou também papel incentivador a inflação reinante caracterizada na época por fortes jatos emissores. Para dar idéia disso basta lembrar que a média das emissões foi de 706.771, 3 mil cruzeiros no decênio de 1900 a 1909, passando no seguinte de 1910 a 1919 a 1.203.200, 1 mil cruzeiros, para atingir a 2.679.567, 7 mil cruzeiros no decênio de 1920 a 1929.

(3) Caio PRADO JÚNIOR, *ob. cit.*, pág. 279.

Nestas condições, a acumulação é um fato individual, restrito e mais ou menos lento na sua formação, estando o volume adstrito à própria prosperidade dos negócios. As empresas assumiam por isso um caráter marcadamente pessoal ou familiar. Daí que em 1920 cerca de 42% das firmas recenseadas sejam sociedades por pessoas e não de capitais. As sociedades anônimas, além de serem relativamente pouco numerosas, tinham a feição de grupos de amigos, havendo mesmo muitas que buscavam esta forma jurídica de organização para auferirem determinados benefícios legais, não passando vários membros de sócios fictícios, destinados meramente a completar a finalidade exigida por lei.

Por tais razões, e em vista de terem o mercado assegurado pelas leis protecionistas em vigor, nossos produtos industriais nem sempre ofereciam padrões dos mais elevados, de modo que seu consumo atingia somente às necessidades das camadas populares, ficando a parte de luxo e a mais exigente para ser atendida pelas importações estrangeiras.

Mas, a partir de 1924, mais ou menos, cessam as emissões, a moeda se revaloriza e depois se estabiliza, o que assinala o fim da inflação do pós-guerra. Por outro lado, o comércio externo se fortalece, com o aumento das exportações, devido à política de valorização do café, e intensificam-se as nossas transações com o exterior, fruto de uma folgada situação do balanço de contas do país⁽⁴⁾.

As maiores importações refletem-se negativamente sobre a nossa produção industrial. Entrávamos num período de recessão: em 1928, o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo elabora um Relatório intitulado *A crise têxtil*, queixando-se da prática de *dumping* contra nossa produção de tecidos. A importação nacional desse artigo havia crescido de 3.913 toneladas em 1923 para 7.246 toneladas em 1927, e o valor subira de 2.705 mil para 3.912 mil libras esterlinas, entre as duas datas. Mais de 70% dessas importações vinham da Grã-Bretanha. Resultava daí não somente uma pressão baixista sobre os produtos similares nacionais, como também a formação de um imenso estoque que se ia formando e já havia atingido a 25.000.000 de me-

(4) Ver Caio PRADO JÚNIOR, *ob. cit.*, pág. 276.

tros de tecidos⁽⁵⁾. As recomendações aprovadas pelo órgão de classe para enfrentar tal conjuntura excepcional foram de várias ordens, destacando-se entre as principais a de combate à importação clandestina de tecidos, a intensificação da plantação de algodão em São Paulo, a revisão das tarifas alfandegárias e proibição da importação de máquinas têxteis por 5 anos.

Tal era o panorama de nossa indústria naquele após-guerra cheio de tantas modificações, quando se formavam no céu dos negócios as nuvens negras da Grande Depressão que iria desencadear a crise mundial de 1929, aqui amplificada pela Revolução de 1930.

(5) *A crise têxtil*, Relatório apresentado pela Comissão do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, págs. 16, 21 e 28.

Processo de industrialização brasileira

A REVOLUÇÃO DE 1930 E O SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

A Revolução de 1930 foi principalmente o resultado da conjunção de dois fatores simultâneos: a crise mundial de 1929, desencadeada com o famoso *crack* na Bôlsa de Nova York e a crise do café entre nós, ocorrida logo imediatamente. Mas a nossa crise cafeeira possuía fatores intrínsecos próprios, de modo que explodiria mesmo sem a detonante da crise mundial, ou melhor, explodira antes, pois, já em 5 de outubro de 1929, dias antes do *crack* de Nova York, o jornal *Praça de Santos* narrava que na manhã daquele dia as agências bancárias do interior não descontavam saques sôbre qualquer firma da praça santista. Com isso, rolavam os preços do produto no interior, provocando uma situação penosa, começando as recriminações mútuas⁽¹⁾. Assim, o impacto da Bôlsa de Nova York agravava apenas um estado de coisas cambaleante, prestes a desmoronar.

Seus efeitos, porém, foram terríveis. As exportações caíram bruscamente, de um valor de 95.000.000 de libras esterlinas em 1929, para 65.000.000 em 1930. As entradas de capitais estrangeiros, que estavam em declínio desde 1927, cessaram de todo. As estimativas do orçamento federal para 1930 ruíram, pois, de um saldo-ouro de mais de 64.000 contos previstos, ocorreu um

(1) Afonso d'E. TAUNAY, *História do café no Brasil*, Edição do Instituto Nacional do Café, 1942, vol. XIII, pág. 355.

deficit-ouro superior a 6.000 contos, e o *deficit* papel que se esperava de 268.000 contos, na realidade alcançou a quase 746.000 contos. Resultou daí que em lugar de um excedente líquido que deveria atingir a 117.000 contos de réis, ou seja, 2.200.000 libras esterlinas (valor da época), tivemos um *deficit* líquido da ordem de 785.000 contos, ou 15.000.000 de libras esterlinas. “A situação era de desastre, e suas conseqüências políticas não tardariam” — comenta um cronista dêsses acontecimentos⁽²⁾.

Interpretando essas ocorrências, escreveu um historiador de nossa economia: “As oscilações mundiais atingiram o Brasil tão rapidamente que o ano de 1929 — em que se registra a crise de Wall Street — foi o ano oficial da transformação da crise crônica brasileira em crise aguda. Ela foi o resultado do cruzamento das oscilações nacionais e mundiais e da coincidência das oscilações longas e curtas do ciclo comercial”⁽³⁾.

Qual a causa da crise do café?

Fundamentalmente ela se deve a um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura. Assim, para não remontar a anos anteriores, somente entre 1927-29 a produção média de nosso café era de 20,9 milhões de sacas e a exportação de 14,1 milhões, sendo que o desequilíbrio máximo foi alcançado no ano da crise, 1929, quando a produção atingiu a 28.941.000 sacas e a exportação a 14.281.000 sacas⁽⁴⁾.

Constatava-se dêsse modo uma inelasticidade na procura contra um crescimento acentuado na oferta.

Celso Furtado considera que o único meio para evitar tal situação teria sido a adoção de uma política de preços baixos para o café e estímulo de outras produções, suplementado por subsídios. Para que tal acontecesse, no entanto, teria sido necessário a existência de diferente base institucional, e não a da República do Café, vigente entre nós desde 1889. O menor atentado a tôda essa instituição erguida e mantida custosamente provocaria, como é natural, a mais violenta reação dos detentores do poder e dos demais interessados no estado de coisas vigente.

Por outro lado, as elevadas cotações do produto, provocadas pelo Brasil, com sua política de retenção, estimulava em outras

(2) Nelson Werneck SODRÉ, *ob. cit.*, pág. 285.

(3) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, pág. 263.

(4) Celso FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, pág. 212.

nações de estruturas semelhantes a produção, aumentando com isso a competição na esfera internacional, diminuindo por conseguinte nossa capacidade de ação no mercado externo.

Com a crise do café, não somente a sua lavoura foi duramente atingida, como toda a agricultura e o comércio exterior, estendendo-se ainda pela indústria e comércio interno, gerando um desemprego em massa.

Estava criado, nessas condições, o clima econômico e social de descontentamento generalizado, propício à Revolução de 1930.

Mas, a política de cotas de exportação, estabelecida pelo mecanismo de defesa do café, não satisfazia aos demais Estados, que se julgavam lesados com ela. Daí a organização, em 1928, do Instituto Mineiro do Café, quebrando-se dessa forma a tradicional frente única São Paulo-Minas Gerais, fundada na produção cafeeira, e que vinha dirigindo a política nacional desde a eleição de Prudente de Moraes. Essa cisão foi fatal à velha ordem de coisas até então estabelecida. Além disso, Minas Gerais começava a desenvolver e a querer incrementar a exploração de minérios, principalmente de ferro, que possuía em abundância e constituía valiosa riqueza, inaproveitada ou pouco utilizada. Para sua defesa tivera aquêlê Estado de lutar quase sozinho, pouco antes, contra a investida de um poderoso sindicato estrangeiro.

Estas causas separaram Minas de São Paulo, levando ao rompimento da antiga unidade, que assegurara até aí a hegemonia de ambos na política nacional.

Mesmo em São Paulo, uma parte dos fazendeiros que discordavam da orientação governamental no concernente à política do café tendo à frente o velho conselheiro Antônio Prado, criou órgão político próprio, o Partido Democrático e um jornal, *Diário Nacional*, atacando a ação das autoridades administrativas e rompendo com o velho P. R. P., a tradicional agremiação política dos fazendeiros paulistas.

Ao lado disso tudo, existia o Rio Grande do Sul, com sua economia predominantemente de pecuária e pequena propriedade agrícola, cuja defesa não encontrava suficiente ressonância nas altas esferas da República, o que o tornava um Estado em permanente posição de descontentamento dentro do país. Daí sua

militância constante nas hostes da oposição, levando-o a uma situação “regionalista”, por assim dizer, com suas aspirações frustradas e recalçadas⁽⁵⁾.

Acrescente-se ainda o descontentamento generalizado de vastas camadas populares, principalmente das cidades, em consequência da crise e do desemprego, constituindo-se na massa ululante das ruas, que formava a audiência dos ruidosos comícios da Aliança Liberal.

Esse era o ambiente de agitação que os políticos da oposição tinham diante de si e tão bem souberam aproveitar para os fins visados: a derrubada do governo central.

Finalmente mencionemos a ausência de uma força de esquerda empolgando as massas, capaz de atraí-las e conduzi-las a lutas por reivindicações mais avançadas, o que permitiu a grupos tradicionais e caracteristicamente conservadores, como os situacionismos gaúcho, mineiro e paraibano apresentarem-se com máscaras inovadoras, encabeçando agitações de massa, preparando conspirações militares. Constituía isso até uma medida preventiva contra possível radicalização de luta, temida pelos políticos conservadores e perfeitamente sintetizada na célebre frase de Antônio Carlos: “façamos a Revolução antes que o Povo a faça”.

O dispositivo militar foram buscá-lo no grupo de oficiais exilados na Argentina e Uruguai, componentes da Coluna Prestes, o núcleo fundamental do Movimento Tenentista. Uma áurea de heroísmo e despreendimento tornava êstes jovens militares extremamente simpáticos a vastas camadas da população.

Este caráter e origem da Aliança Liberal explica a falta de um programa concreto renovador da sua parte, suscitando os problemas mais sentidos e de maior evidência, bem como a apresentação de soluções claras e específicas para os males nacionais. A tecla mais batida pelos oradores “aliancistas” na campanha eleitoral era a origem governamental do candidato situacionista, coisa tradicional em nossa política, e o clamor pela anistia, aspiração sensível às camadas populares, condoídas com os sofrimentos dos jovens oficiais sacrificados por um idealismo patriótico e bem intencionado.

(5) Barbosa LIMA SOBRINHO, em seu livro *A verdade sobre a Revolução de 30*, salienta muito bem esse aspecto de nossa vida republicana.

A plataforma de govêrno apresentada pelo candidato da Aliança Liberal, lida por Getúlio Vargas na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, constituía um conjunto de generalidades abordando os mais diversos aspectos da administração pública. Os pontos novos que tocava vinham envoltos em promessas vagas, como as referentes às necessidades dos trabalhadores, à revisão da tarifa alfandegária com caráter meramente fiscal, referindo-se os demais itens à instrução pública, ao funcionalismo, às obras contra as sêcas, etc. Quanto à questão econômica, era assim enunciada: “pode-se resumir numa palavra — produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos para abastecer os mercados internos e exportar o excedente de nossas necessidades”⁽⁶⁾. Com relação ao café, que merecia defesa pela sua importância em nossa economia, transcrevia trechos de um trabalho do conselheiro Antônio Prado, preconizando a diminuição dos custos de produção, a necessidade de proporcionar braços para o trabalho, capital, crédito, ensino profissional, fertilizante, transporte barato e alívio dos impostos⁽⁷⁾. Os assuntos tratados mais concretamente referiam-se à política, como a decretação da anistia, a revogação das leis compressoras da liberdade do pensamento e o voto secreto. Seu autor era o brilhante publicista gaúcho, deputado Lindolfo Collor, homem de idéias conservadoras, formado dentro do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, dirigido por Borges de Medeiros.

Isso era o máximo que o candidato “liberal” poderia oferecer ao país, sendo que, mesmo assim, muitas dessas promessas não foram cumpridas.

A vitória do candidato da Aliança Liberal pelo “prélio das armas”, já que o “prélio das urnas” lhe havia sido adverso, significou, no entanto, mudança de grande importância em nossa história. Oswaldo Aranha, que foi o maior artífice da conspiração militar, preparada em Porto Alegre, no prefácio que escreveu ao livro de Virgílio de Melo Franco, assim caracterizou aquele movimento: “A campanha da Aliança Liberal foi um episódio similar ao da Independência, ao da libertação dos Escravos e maior do que a da República. Pela sua extensão e profundidade,

(6) Getúlio VARGAS, *A nova política do Brasil*, vol. I, pág. 38.

(7) *Ob. cit.*, pág. 52.

não foi um movimento político, mas uma crise de opinião, uma reação nacional, uma transformação social”⁽⁸⁾.

Aqui, evidentemente, há exagêro característico de um orgulho mal sopitado pela própria obra, mas, sem dúvida, a Revolução teve grande alcance em nosso passado. Sua maior significação consistiu em ter alijado do poder os fazendeiros de café, que o vinham detendo desde a fundação da República, ou melhor, a partir da presidência de Prudente de Morais, em 1894. Com isso, não foi sòmente uma camada social representativa de um produto dominante em nossa história que se viu afastada da direção político-administrativa do país, mas era tôda uma política econômica que se via condenada por uma aspiração generalizada de renovação. Não representava, portanto, uma simples mudança de homens no poder, porém, uma transformação de orientação nos negócios públicos.

(8) Virgílio de Melo FRANCO, *Outubro, 1930*, Schmidt Editôra, Rio de Janeiro, 1931, pág. 15.

INÍCIO DO ATUAL PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Tôda revolução vitoriosa costuma acusar o *ancien régime* de catastrófico, responsabilizando-o por todos os males anteriormente existentes. Isso não sòmente se explica como em parte é verdadeiro, pois, o simples fato da eclosão e do triunfo revolucionário provam que as coisas não andavam bem.

De acôrdo com essa tradição, a situação encontrada pelo Governô Provisório, após a vitória de 1930, era grave. Do ponto de vista financeiro, ao comemorar o primeiro aniversário do movimento armado, Getúlio Vargas mencionava ter encontrado um *deficit* no montante de 1.323.759 contos de réis, que se vinha acumulando desde 1927. As operações realizadas para cobrir êsses débitos, compreendendo empréstimos externos, emissões de apólices e encampação pelo Banco do Brasil montava a 1.338.934 contos⁽¹⁾. A exportação sofrera profundo golpe, passando a sua média anual no quinquênio 1926-1930 de 88.200.000 libras esterlinas para 38.000.000 no quinquênio seguinte, 1931-1935. A importação experimentava restrição sem precedente, baixando de 5.460.000 toneladas no quinquênio 1926-1930 para 3.830.000 no quinquênio 1931-1935. O valor médio da saca exportada de café decresceu de 4.71 libras esterlinas para 1.80 libras, entre 1929 e 1933-1934, representando uma redução de 64%. Em 1925 havíamos auferido 74 milhões de libras esterlinas pela nossa venda de café e em 1930 conseguimos apenas 41 milhões, baixando para 21 milhões em 1934 e pouco mais de 10 milhões em 1940. A desvalorização monetária, nestas condições, foi rápida⁽²⁾. O estoque

(1) Getúlio VARGAS, *A nova política do Brasil*, vol. I, págs. 182 e 183.

(2) Nelson Werneck SODRÉ, *ob. cit.*, págs. 300 e 301.

de ouro foi diminuindo até reduzir-se a zero. Os investimentos exteriores cessaram por completo. Era uma situação verdadeiramente catastrófica, com perspectiva sombria. “Para auxiliá-lo nessa tarefa ingente obteve (o Governo Provisório) de nossos correspondentes em Londres — Srs. N. M. Rothschild & Sons — a vinda de um perito inglês, Sir Otto Niemeyer, a quem uma posição técnica e política de alto destaque dava a autoridade de quase embaixador financeiro do Império Britânico” — assinalava o chefe do Governo Provisório⁽³⁾.

Que disse e que preconizou o “quase embaixador do Império Britânico”, após estudar a nossa situação? Para Sir Otto Niemeyer “o Brasil ressentiu-se da mudança brusca operada nos países que lhe fornecem capital e da forte e geral depressão de preços que caracterizou os últimos dezoito meses, mas é, sobretudo, vítima da sua própria política financeira dos últimos anos. Confiança exagerada na emissão de notas, empréstimos dispendiosos no estrangeiro, para fins de valor econômico duvidoso, e despesas públicas excessivas produziram uma situação de inflação financeira, para corrigir a qual pouco foi feito, dela provindo natural e inevitavelmente a depressão do câmbio”. Em suas conclusões, o perito inglês recomendava a constituição de um Banco Central de Reservas, o lançamento de um empréstimo externo pelo Governo Federal e autorização dêste para todos os empréstimos futuros, evitando-se operações dêsse caráter pelos governos dos Estados e até dos Municípios⁽⁴⁾.

O jornal norte-americano *New York Times* (29 de maio de 1931) afirmava que Sir Otto Niemeyer não fôra convidado pelo governo brasileiro, “mas fôra enviado ao Brasil para salvaguarda dos Rothschild”.

Eis a crítica bastante objetiva dêsse Relatório, feita por um historiador de nossa economia: “A análise da situação e o programa apresentado constituem um trabalho típico de um conselheiro financeiro estrangeiro, que visita um país. Trata-se, naturalmente, de um trabalho muito inteligente, e industrioso, mas sem aplicação no tempo e no espaço, ou, para ser mais exato na

(3) Getúlio VARGAS, *ob. cit.*, pág. 187.

(4) *Reorganização das Finanças Brasileiras — Relatório apresentado ao Governo Brasileiro por Sir Otto Niemeyer*, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1931.

expressão, uma transferência dos princípios contemporâneos de *Lombard Street* no sertão brasileiro. A principal característica desse relatório é que a economia local foi simplesmente esquecida. Niemeyer procura uma explicação da situação na crise mundial e nas conseqüências da política financeira interna do Brasil nos últimos anos. No programa de reformas, também, a economia é esquecida, como se a estrutura financeira fôsse inteiramente independente e autárquica. O Relatório é mais uma peça técnica; não é econômica”(5).

Getúlio Vargas, com seu agudo espírito pragmático, desligado de qualquer interesse com a política econômica até aí adotada, sem qualquer compromisso filosófico ou econômico a limitá-lo, enfrentando os angustiantes problemas práticos do momento, foi mais sagaz do que o técnico enviado pela casa Rothschild. Assim, em discurso pronunciado em Belo Horizonte, já em fevereiro de 1931 preconizava a redução das importações, reforma tributária a fim de acabar com aquilo que “se assemelha a verdadeira guerra de tarifa entre determinadas circunscrições federais”, mas, “o problema máximo, pode dizer-se básico de nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica”. E mais adiante: “Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro e o ferro é Minas Gerais”. Depois acrescentava: “Muito teremos feito dentro de breve tempo se conseguirmos libertar-nos da importação de artefatos de ferro, produzindo o indispensável ao abastecimento do país. Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos um grande passo na escalada ao alto destino que nos aguarda(6).

Vemos aí, além de palavras destinadas a lisonjear Minas Gerais, que ansiava pelo aproveitamento de suas jazidas ferríferas, objeto de cobiça estrangeira, todo um programa de indústria pesada, visando mudar a estrutura econômica então vigente. Não que fôsse um plano traçado dentro de linhas teóricas previamente concebidas, mas resultado de esforço na busca de uma solução para os problemas a enfrentar, decorrendo como uma es-

(5) J. F. NORMANO, *ob. cit.*, págs. 270 e 271.

(6) Getúlio VARGAS, *ob. cit.*, págs. 100 e 101.

pécie de corolário do estudo da realidade objetiva. Estava, com isso, delineado entretanto todo um esboço de industrialização. E era o inverso do que propunha o técnico inglês: solução dos problemas financeiros mediante ataque às questões econômicas. Data desse ano a criação do primeiro órgão para estudar as possibilidades de implantação da siderurgia pesada no Brasil.

Em primeiro lugar, no entanto, era preciso cuidar do café, base sôbre a qual repousava tôda a nossa economia.

As alternativas que nesse campo se apresentavam eram estas:

- a) colhêr o café ou deixá-lo apodrecer no arbusto?
- b) se se colhesse o café, que fazer com êle? forçar o mercado mundial ou retê-lo em estoque para destruí-lo?
- c) caso fôsse decidido estocar ou destruir o produto, como financiar a operação?

A decisão, como se sabe, foi a de colhêr o produto e destruí-lo, o que parecia um absurdo, mas que constituiu uma forma generalizada na época e ainda é solução que se repete na economia de mercado, pois, antes de tudo era preciso evitar que os estoques invendáveis pressionassem no sentido da baixa dos preços.

Eis como um economista contemporâneo justifica a política então adotada: "Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprêgo na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sôbre os demais setores da economia. Como a produção de café cresceu nos anos de depressão, tendo sido a colheita máxima de todos os tempos a de 1933, é evidente que a renda global dos produtores agrícolas se reduziu menos que os preços pagos a êsses produtores. Dessa forma, ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se inconscientemente evitando que a renda monetária se contraísse na mesma proporção que o preço unitário que o agricultor recebia por seu produto. É fácil compreender a enorme redução da renda do agricultor, que teria significado o aban-

dono das árvores da parte da produção, digamos 1/3 dessa produção, que foi, aproximadamente, o que se destruiu entre 1931 e 1939". Aduz ainda o mesmo autor: "Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados"(7). Acrescenta o mesmo autor que as inversões líquidas, que eram de 2,3 milhões de contos de réis em 1929 se contraíram para 300 mil contos em 1931, mas que a acumulação dos estoques de café teve, do ponto de vista da formação da renda, um efeito idêntico aos das inversões líquidas, o que explica que já em 1933 a renda nacional tenha recomeçado a crescer, enquanto que nos E. U. A. a recuperação só se manifesta em 1934.

Por outro lado, o aguçamento da crise mundial leva à instauração de governos ditatoriais em vários países, como Itália, Alemanha e Japão, que iriam preparar a Segunda Guerra Mundial a fim de forçar pelas armas uma nova repartição do mundo. Principalmente os dois últimos, erguendo-se contra a Inglaterra e os E. U. A., senhores do algodão do mundo, tiveram de recorrer a outras nações para seu abastecimento dessa importante matéria-prima. Ao Brasil tocou parte desse fornecimento, voltando assim novamente o nosso país ao mercado mundial com um novo produto, desenvolvido principalmente em São Paulo(8).

Todavia, o fator acelerador mais importante de nossa economia naqueles anos de depressão foi o setor industrial. Com a forte redução das importações e a cessação das inversões estrangeiras, a produção manufatureira nacional viu-se liberta dos vários entraves que a tolhiam, como a concorrência externa, podendo expandir-se então livremente, utilizando todos os fatores ociosos que existiam. A produção industrial cresceu por isso de 50% entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno teve um incremento de 40% no mesmo período. Entre 1920 e 1929 haviam sido criados 4.697 estabelecimentos industriais e entre 1930 e 1939 mais 12.232 estabelecimentos desse gênero. Eis a produção de alguns setores principais durante o período em exame(9):

(7) Celso FURTADO, *ob. cit.*, págs. 222 e 224.

(8) Ver os dados a respeito em Nelson Werneck SODRÉ, *ob. cit.*, pág. 304.

(9) Nelson Werneck SODRÉ, *ob. cit.*, pág. 310.

<i>Produtos</i>	<i>1930</i>	<i>1935</i>	<i>1940</i>
Cimento (t)	87.160	366.261	744.763
Ferro gusa (t)	35.305	64.082	185.570
Aço laminado (t)	25.895	52.358	135.293
Álcool (1.000 l)	32.290	62.000	126.600
Tecidos de algodão (ton)	47.600	75.300	82.200
Papel (t)	53.200	92.000	121.000
Pneumáticos	—	—	236.189
Câmaras-de-ar	—	—	186.579
Carvão	385.000	840.000	1.336.000

A recuperação da agricultura paulista antes mencionada reaproximou São Paulo do Governo Provisório e a ascensão da indústria aproximou o parque manufatureiro bandeirante, através do seu grande líder, Roberto Simonsen, de Getúlio Vargas. Durante o movimento da Aliança Libertadora com o Partido Comunista, em 1935, por isso, São Paulo foi o principal sustentáculo do Governo Provisório, tendo sido seu líder na Câmara quem apresentou e apoiou a famosa Lei de Segurança Nacional, que permitiu prender deputados e professores. Getúlio Vargas contou mesmo que quando teve conhecimento do plano insurrecional da Aliança Libertadora, reuniu em Petrópolis industriais e comerciantes, comunicando-lhes o que sabia a respeito e as medidas que pretendia tomar⁽¹⁰⁾.

Com essas transformações que se iam operando no sistema nacional de produção, havia também mudança no mercado interno, com reflexos em tôda a dinâmica de nossa economia. Eis como a consigna um estudioso de nossa situação material: "Contudo, o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10%, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É

(10) "Memórias de Getúlio Vargas", suplemento da *Revista do Globo*, agosto de 1950.

evidente que, mantendo-se elevado nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam, impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam um maior impulso atraindo capitais que se formavam ou desinvertiam no setor da exportação⁽¹¹⁾. A indústria passa então a ser o fator dinâmico principal na criação da renda.

Surgiam com isso fatores internos de desenvolvimento de nossa economia que se expandiram mais ainda no período seguinte, do conflito armado da Segunda Guerra Mundial, iniciando dessa forma o processo de nossa industrialização, que se estende aos dias de hoje. Era toda uma passagem de imensa significação que se realizava entre nós naqueles anos difíceis.

O resultado das atividades industriais do país durante todos êsses anos pode ser verificado no Censo de 1940, pelo qual se constata que o número de estabelecimentos industriais passara para 49.418, o capital empregado a 18.033.237 contos, com 781.185 operários e um valor da produção de 17.479.393 contos, com preponderância considerável de São Paulo, vindo a seguir Guanabara, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

(11) Celso FURTADO, *ob. cit.*, págs. 230 e 231.

CONSEQUÊNCIAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.

O impacto da Segunda Guerra Mundial sôbre a economia brasileira foi tremendo. Muito maior que o da Primeira, pois havíamos crescido consideravelmente e também a economia mundial se tornara mais complexa. Seus reflexos, nessas condições, não se fizeram sentir apenas no decorrer do conflito armado, mas estendem-se para além dêle, com profunda repercussão em todos os setores de atividades. A intensidade de seus efeitos, no entanto, variou entre as diversas regiões e sua duração foi diferente entre elas. É preciso igualmente não esquecer que todos êstes problemas tiveram duas fases: a primeira até 1942, quando éramos neutros, e a segunda depois, ao nos envolvermos na luta armada, acompanhando os Estados Unidos da América do Norte.

O efeito imediato e de maior ressonância foi sem dúvida o registrado em nosso comércio exterior, por motivos óbvios e já apontados quando estudamos as conseqüências da Primeira Guerra Mundial.

Por isso, nos dois primeiros anos, ou seja, até 1941, o volume físico, tanto das importações quanto das exportações, baixou de 15%, enquanto os preços cresceram de 20% para as exportações e de 11% para as importações. Produziram-se também modificações geográficas nesses negócios. As importações da Europa, principalmente das Ilhas Britânicas, que representavam 46% do total, caíram para 13%, e as exportações, que eram de 46%, baixaram para 17%; ao passo que para os E. U. A. as importações, que tinham sido de 34% em 1939, subiram para 60% em 1941, e as exportações passaram de 36% para 57% sôbre o total. Era um completo des-

locamento, que dessa forma se operava em nossas transações com o exterior. Se tomarmos um prazo mais dilatado, tais negócios tiveram o seguinte comportamento, em milhares de cruzeiros⁽¹⁾:

<i>A n o s</i>	<i>Importação</i>	<i>Exportação</i>	<i>Saldo</i>
1940	4.964	4.461	- 3
1941	5.514	6.726	+ 1.212
1942	4.693	7.500	+ 2.857
1943	6.092	8.729	+ 2.567
1944	7.997	10.727	+ 2.730

Êstes saldos favoráveis das exportações não se devem a um aumento físico do seu volume, pois êstes desceram gradativamente durante o mesmo período de 3.236.000 toneladas em 1940 para 2.671.000 toneladas em 1944, mas, ao crescimento do valor das mercadorias vendidas, como se pode constatar pelo quadro abaixo:

Valor médio da tonelada em cruzeiros

<i>A n o s</i>	<i>Exportada</i>	<i>Importada</i>
1938....	1.295	1.057
1942.....	2.818	1.547
1943.....	3.237	1.824
1944.....	4.015	2.108

As nossas exportações para os E. U. A., que representavam 43% em 1940, passaram para 53% em 1944 e as importações, nos mesmos anos, evoluíram de 51% para 61%⁽²⁾.

(1) *Relatório do Banco do Brasil, 1945.*

(2) Heitor Ferreira LIMA, "Fisionomia de nosso comércio exterior", *Revista do Comércio*, janeiro de 1946, Rio de Janeiro.

O que os dados acima revelam é um aumento muito rápido do valor das exportações, em relação às importações.

Isso se deve, por um lado, aos tipos de mercadorias que importávamos, pois, em 1940, as máquinas e aparelhos representavam 15% do total e em 1944 se reduziram a 13% somente; por outro lado, em nossa exportações de 1944 avultavam artigos manufaturados, como tecidos, ocupando o segundo lugar, com mais de 12% do total, ao lado de produtos de importância estratégica, como cristais de rocha, que tiveram seus preços majorados em 451%; mica, em 154%; óleo de oiticica, em 200%; minério de ferro, em 67%; manganês, em 20%; borracha em 213%; antimônio, em 73%. Esses artigos aumentaram igualmente o volume de vendas, passando, em toneladas, o cristal de rocha de 435 para 796, entre 1939 e 1943; e mica, de 678 para 2.411; o manganês, de 11.804 para 14.571. Em virtude dessa expansão, tomando-se como índice 100 a produção física da indústria mineral em 1939, ela passou para 127 em 1944, o que indica um acréscimo de 27%.

Todos estes preços, porém, teriam crescido muito mais se não fôsem os termos dos famosos "Tratados de Washington", que assinamos com os E. U. A. em 1943, através dos quais nos comprometíamos a vender exclusivamente àquele país uma série de produtos como borracha, ferro, babaçu, oiticica, mica e cristal de rocha a preços de antemão estipulados, o que nos impediu de usufruir das vantagens da livre competição do mercado.

Por outro lado, com as dificuldades de importação, não só devido aos riscos da guerra submarina como também decorrentes dos obstáculos da aquisição de artigos manufaturados, porque a Europa estava engajada na maior luta armada de sua história e os E. U. A. se achavam ocupados em abastecê-la, tivemos que fazer um esforço extraordinário para desenvolver nossa manufatura já existente, procurando implantar outras que não tínhamos e substituir peças e matérias-primas que precisávamos ir buscar no exterior. Assim, somente em São Paulo, entre 1942 e meados de 1943, substituímos mais de 80 matérias-primas e outros artigos em vários processos de produção. Algumas destas substituições de matérias-primas deram tão bons resultados que o próprio estrangeiro passou a usá-las, como a do óleo de oiticica em lugar do óleo Tung. Substituímos o criolito da Groenlândia pela fluo-

rita da Paraíba numa percentagem de 90%, e na produção de chapas de cobre, de latão, de vergalhões, etc. empregamos material nacional numa proporção de 98%. Realizamos grande progresso na utilização de matérias-primas nacionais na fabricação de tintas e vernizes, de máquinas operatrizes e em várias atividades metalúrgicas⁽³⁾.

Em decorrência disso, a produção manufatureira nacional, que devia atender ao mercado interno em ampliação constante, crescia de modo considerável, como se pode observar no quadro seguinte:

Índice do volume físico da produção
da indústria de transformações(*)

<i>Indústrias</i>	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Metalúrgicas	100	127	141	145	158	177
Material de transporte	100	121	139	48	16	17
Transformações de minerais não metálicos	100	103	160	153	185	207
Papel	100	108	115	120	113	125
Borracha	100	159	258	282	343	341
Óleos e graxas vegetais	100	123	165	112	125	164
Couros e peles	100	100	102	105	44	80
Têxteis	100	96	111	120	153	151
Calçados	100	103	107	108	122	140
Produtos alimentares	100	107	107	109	106	105
Bebidas e estimulantes	100	101	98	97	102	127
Editorial e gráficas	100	99	106	83	95	104
MÉDIA DO AUMENTO	100	105	117	112	124	130

(*) FONTE: *Revista Brasileira de Economia*, março de 1953.

Verificamos pelos dados supra que a média do desenvolvimento no conjunto foi de 30% para o período em aprêço, havendo, porém, alguns setores que triplicaram sua produção, como o de

(3) Heitor Ferreira LIMA, *Evolução industrial de São Paulo*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1954, págs. 108 e 109.

borracha, ou duplicaram, como o de transformação de minerais não metálicos, alcançando igualmente razoável ampliação os setores metalúrgicos e têxteis, ambos acima de 50%.

Todo êste notável progresso manufatureiro, requerendo maior consumo de matérias-primas, bem como quantidade maior de trabalhadores, exigia, naturalmente, maior volume de capital de giro, o que determinava necessidade de expansão do crédito. Tal situação levou a várias modificações no regulamento da Carteira de Redesconto, tornando menos rígidas as condições de crédito.

Não havendo, por outro lado, no comércio exterior, a contrapartida da entrada de divisas pelas exportações feitas, foram emitidas Letras de Exportação, que passaram a circular intensamente e que o Govêrno adquiria⁽⁴⁾.

Nessas condições, as necessidades de papel-moeda aumentaram enormemente, obrigando o Govêrno Federal a emissões caudalosas. Em conseqüência, tomando-se o ano de 1930 = 100, o número-índice do potencial monetário foi de 154 em 1934, de 256 em 1940 e de 851 em 1945. Com isso, o índice do custo de vida elevava-se rapidamente, pois, tomando-se ainda 1930 = 100, êle subiu para 104 em 1934, para 150 em 1940 e para 267 em 1945.

Além disso, as autoridades monetárias vinham, desde a luta contra a depressão, adotando um regime cambial de estímulo às exportações de produtos de preços internos elevados e de acumulação de ouro, para constituir reserva metálica. Para execução dessa política e para incentivar a produção de ouro procedeu-se conscientemente à depreciação da moeda brasileira.

Tinha um nôvo desdobramento assim a inflação que até hoje, enormemente agravada, campeia entre nós. Daí que se tenha consignado em um documento oficial da época: "Foram causas principais da inflação brasileira os *deficits* orçamentários e as compras de ouro e letras de exportação. Com a deflagração da guerra, que suscitou a paralisação do comércio internacional, incrementaram-se todos êstes fatôres"⁽⁵⁾.

(4) O bloqueamento de nossos saldos no exterior constituiu verdadeiro empréstimo forçado aos E. U. A. e Inglaterra, sem render juros e pagos 5 anos depois, com moedas já desvalorizadas, transformando-se assim no fator externo da nossa inflação. Os saldos ingleses foram gastos na compra de estradas de ferro em mau estado de conservação. Ver, a respeito, Humberto Bastos, *Desenvolvimento ou escravidão*, págs. 302 a 305, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1964.

(5) *Relatório do Banco do Brasil, 1945.*

Com o propósito de atender a essa crescente massa de numerário, intensificou-se a criação de estabelecimentos de crédito. Contribuiu igualmente para êsse movimento a prática seguida pelos Institutos, Caixas Econômicas e Autarquias, de efetuarem seus depósitos em bancos particulares, em vista das maiores taxas de juros por êles oferecidas em relação aos estabelecimentos oficiais similares. Calcula-se que tais depósitos teriam atingido a mais de 1 bilhão de cruzeiros (valor da época), e foram utilizados quase que exclusivamente em operações imobiliárias, ocasionando com isso o aparecimento de um setor especulativo, de rápido desenvolvimento, e altamente lucrativo⁽⁶⁾. Em consequência, em 1940, incluindo matrizes, filiais e agências existiam no país 1.360 bancos, e em 1945 êste número subiu para 2.450, ou seja, quase o dôbro. O capital dos bancos, que era de 1.127 milhões de cruzeiros em 1940 ascendeu a 2.885 milhões em 1944, isto é, mais do dôbro.

Outro setor onde se verificou especulação nessa época, foi na pecuária, com os negócios dos zebus, que somente em 1945 absorveram mais de 3 bilhões de cruzeiros, representando quase 60% das aplicações totais da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, naquele exercício.

As imoderadas emissões de papel, que em grande parte destinaram-se a fins especulativos, conforme acabamos de ver, foram, no entanto, atribuídas à ausência de um Banco Central, por faltar ao Banco do Brasil a função de orientação e contrôle do crédito bancário. Surgiu daí o decreto 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, dando nascimento à SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), com as incumbências, entre outras, de delimitar as taxas de juros, fixar mensalmente as taxas de redesconto e juros dos empréstimos a bancos, autorizar a compra e a venda de ouro e de cambiais, autorizar empréstimos a bancos garantidos por títulos do govêrno, orientar a fiscalização dos bancos e a política de câmbio e operações bancárias em geral, promover a compra e venda dos títulos do govêrno federal em Bôlsa e autorizar o redesconto de títulos e empréstimos a Bancos dentro da legislação em vigor.

(6) Ver o mesmo *Relatório do Banco do Brasil*, págs. 35 e 36.

Sua função era preparar o caminho para o Banco Central, sendo, portanto, de duração provisória, mas que persistiu por vinte anos.

Em vista da enorme expansão adquirida pela nossa produção, a fim de atender às necessidades do mercado interno e de exportação, houve um desgaste muito grande de todos os fatores de trabalho, que não podiam ser repostos devido à situação anormal que atravessávamos. Com isso, os componentes de nossa infra-estrutura se tornaram insuficientes para satisfazer o desenvolvimento da produção que se realizava.

Assim, o volume físico do comércio nacional de cabotagem, que era de 2.725 mil toneladas em 1939, elevou-se para 3.030 em 1944. Tomando-se como índice 100 o ano de 1938, passou para 124 em 1944, ou seja, um acréscimo de apenas 24% durante os sete anos em aprêço. Quanto à extensão das linhas férreas, permaneceu praticamente a mesma, pois evoluiu apenas de 34.204 quilômetros em 1934 para 34.602 quilômetros em 1943⁽⁷⁾.

No referente à energia elétrica, a situação apresentava-se mais grave ainda, porque de um total de 1.172.000 kW instalados em 1939, houve um aumento para 1.334.000 kW em 1944, equivalente, em termos percentuais, a apenas 14%⁽⁸⁾.

Esta falta de correspondência da infra-estrutura com o progresso da produção gerou dois "pontos de estrangulamento" de nossa expansão econômica, entorpecendo a evolução do país, ameaçando um sufocamento perigoso e que só recentemente está sendo removido aos poucos.

Foram, portanto, a inflação e o esgotamento da capacidade de nossa infra-estrutura as duas pesadas "heranças" que recebemos da prosperidade dos anos de guerra.

Tais foram, de modo geral e sucinto, as conseqüências do conflito armado mundial de 1939-1945 sobre a nossa economia, particularmente no que diz respeito ao processo da industrialização brasileira.

(7) *Relatório do Banco do Brasil, 1945.*

(8) *Revista Brasileira de Economia, março de 1953.*

PROBLEMAS DO APÓS-GUERRA E NOSSA EXPANSÃO ECONÔMICA

O término da Segunda Guerra Mundial colocou no panorama nacional principalmente dois novos problemas.

O primeiro consistiu na mudança institucional que se operou com a abolição do chamado Estado Nôvo, a revogação da Constituição de 1937 e o fim do governo Getúlio Vargas, que vinha desde a Revolução de 1930. Realizou-se então a reconstitucionalização do país, com a eleição de um Presidente da República e de representantes do povo para a Assembléia Constituinte, que se transformou mais tarde em Poder Legislativo, de acôrdo com a nova Carta Magna aprovada. Era uma transformação político-administrativa que dessa forma se efetuava, abrindo novas perspectivas a todos os setores, tanto no domínio econômico quanto no político e no social.

O segundo problema decorreu do considerável acúmulo de divisas que conseguimos no exterior, em consequência da forte importação reprimida durante os anos de beligerância.

A liberação das aquisições no exterior, com a regularização da sua oferta, elevou bruscamente as importações de 15%, o que pareceu a muitos apenas uma consequência da compressão da procura nos anos anteriores.

Na realidade, porém, representava fenômeno de maior significação, porque espelhava o desejo de elevar os gastos de produtos importados às proporções de 1929, pois os níveis dos preços haviam voltado aos dessa época. No entanto, tal regresso era incompatível com a situação que enfrentávamos então, porque, se a capacidade de importar era a mesma, a renda nacional havia

crescido de 50%, o que conduziria a superar grandemente os recursos de pagamento que possuíamos.

As possibilidades que se apresentavam para enfrentar tal estado de coisas eram duas: desvalorizar substancialmente a moeda, ou estabelecer uma série de contrôles seletivos das importações. Foi adotada esta última alternativa, que teve enorme repercussão em nosso desenvolvimento econômico posterior, particularmente no incentivo à produção industrial.

Foi feita essa opção, no entanto, não conscientemente, buscando êsse fim, mas pelo temor das conseqüências que uma desvalorização monetária acarretaria, majorando os valores das importações, contribuindo para a alta dos preços internos, provocando o desemprego, agravando assim uma situação social que já se mantinha grave. O critério adotado foi o de restringir as importações dos produtos acabados de consumo e facilitar a entrada de bens de capital e matérias-primas, o que vinha favorecer duplamente o setor industrial: porque se reduzia ao mínimo a concorrência externa pelo controle das importações e porque se possibilitava a aquisição de matérias-primas e equipamentos a preços relativamente baixos.

Criava-se dêsse modo uma conjuntura extremamente favorável às inversões nas atividades industriais ligadas ao mercado interno, conjuntura essa responsável pelo aumento da taxa de capitalização e do processo de intensificação do crescimento do após-guerra. Resultava daí que enquanto continuava elevando-se internamente o nível geral dos preços, os bens de capital podiam ser adquiridos a preços praticamente constantes, pois, entre 1945 e 1950, o nível dos preços de importação subiram apenas de 7%, ao passo que os dos produtos manufaturados no país, preços do produtor, se elevaram de 54%. Explica êsse fato que as importações de equipamentos industriais tenham crescido de 338% entre 1945 e 1951, enquanto que o total das importações aumentou somente de 83%. Eis o quadro de nossas principais aquisições no exterior, durante êsse período:

**Importação de bens de produção
e matérias-primas essenciais (1948-1951) (*)**

<i>Itens</i>	<i>1948</i>	<i>1949</i>	<i>1950</i>	<i>1951</i>
1. Máquinas e utensílios	50	66	84	119
2. Veículos de carga e acessórios	89	54	70	140
3. Matérias-primas de origem mineral	120	137	168	215
4. Outras matérias-primas básicas	143	188	258	315
5. Cimento	361	434	404	656
6. Adubos químicos	99	127	273	350
7. Combustíveis (1.000 milhões de calorías)	39.068	41.155	50.829	59.082

(*) 1.000 toneladas e 1.000 milhões de calorías.

FONTE: Banco do Brasil, *Relatório de 1951*.

1. Máquinas para indústrias têxteis, para trabalhar metais, para conservação de estradas, ferramentas, inclusive tornos, cutelarias, ferramentas e utensílios; geradores e motores elétricos, motores Diesel, exclusive para automóveis; tratores, exclusive a vapor, e acessórios.
2. Locomotivas, vagões e acessórios, caminhões, ônibus e ambulâncias e semelhantes, chassis para caminhões, câmaras-de-ar e pneumáticos.
3. Alumínio em lâminas ou placas, chumbo em barras, lingotes, vergalhões, verguinhas, pães e pastas, estanho, cofre eletrolítico, zinco, enxôfre, fôlhas-de-flandres em lâmina.
4. Celulose, barrilha e soda cáustica.
7. Carvão-de-pedra, gasolina, óleos combustíveis e querosene.

Não quer isto dizer que a indústria retivesse para si a totalidade dos benefícios que a situação cambial lhe outorgou, pois, ao aumentar a produtividade, ela transferiu parte dessa melhoria para o conjunto da população por meio de uma relativa baixa de preços. Evidencia-se isso pelo fato de, entre 1945 e 1953, a elevação dos preços de produtos industriais de fabricação interna

ter subido de cerca de 60%, ao passo que o nível geral dos preços cresceu de 130%. Mesmo assim, entretanto, prosseguia de modo muito acentuado a diferença entre os preços internos das mercadorias de fabricação nacional e as de importação.

Se se houvesse optado, no entanto, pela desvalorização monetária, como sucedeu em outros países do Continente, que teria acontecido ?

Em primeiro lugar, a desvalorização monetária teria significado redução do valor real das acumulações feitas pelas empresas industriais durante os anos de guerra, contraindo com isso as possibilidades de ampliação da capacidade produtiva do setor industrial. Teria significado também aumento da renda dos setores ligados à exportação, com repercussões, por conseguinte, em nossa produção cafeeira e influência nos seus preços. Tal acontecimento se refletiria não em nossa capacidade de importação, porém, em sua composição aumentando as aquisições de bens de consumo em detrimento dos bens de capital e matérias-primas. Como isso não se verificou, porém, as importações de manufaturas de consumo que foram de cerca de 11% entre 1938-1939 e de 13% em 1947, reduziram-se para 7% em 1950, com a introdução dos controles seletivos adotados.

A redistribuição da renda assim operada, entretanto, não prejudicou a agricultura, porque os preços agrícolas entre 1939 e 1945 que haviam tido uma melhoria de 30% mantiveram êsse ganho até 1949 e em seguida, a alta brusca do café naquele ano possibilitou melhoria adicional até 1953.

Não prejudicou também aos consumidores em geral, pois como veremos em seguida, além do aumento da capacidade de produção, verificou-se crescimento real dos gastos de consumo entre 1939 e 1954, a preços constantes, no total da população em 130%. Por isso, conclui Celso Furtado, cujas considerações estamos resumindo: "O benefício que usufruíram os empresários industriais através das importações a baixos preços dos equipamentos e das matérias-primas representa não o fruto de uma redistribuição da renda no sentido estático, e sim de uma apropriação por aquêles empresários de parte substancial do aumento da renda real da coletividade que resultou da melhoria das re-

lações de preços do intercâmbio externo. A baixa relativa dos preços dos produtos importados, em vez de beneficiar igualmente a todos os setores, ia concentrar-se no setor industrial, pela simples razão de que este setor era o maior absorvedor de divisas⁽¹⁾. Mas foi isto também que possibilitou manter no mesmo ritmo o impulso de industrialização que se vinha observando em nosso país e de tão grande significado para o processo nacional de desenvolvimento econômico.

Em decorrência dessa situação de progresso que se registrava, todos os índices subiram. Assim, a renda nacional, que é a soma das rendas de toda a população cresceu, como se pode constatar pelos dados abaixo:

Renda nacional (em milhões de NCr\$)(*)

<i>A nos</i>	<i>Índice</i>
1939	35
1947	134
1948	152
1949	172
1950	204
1951	232

(*) Pierre van der MEIREN, *Aspectos do desenvolvimento econômico do Brasil*, Escola de Sociologia e Política, São Paulo, 1953, pág. 4.

Verificou-se, portanto, majoração de sete vezes entre o ano de pré-guerra e 1951, o que não quer que generalizadamente tenha havido um aumento do padrão de vida sete vezes maior, pois incluem-se aí os efeitos da inflação e do desenvolvimento demográfico. Outra demonstração da expansão ocorrida nesse período pode-se obter através dos dados seguintes:

(1) Celso FURTADO, *ob. cit.*, pág. 256.

Índice de produto real (1939 = 100) (*)

<i>A n o s</i>	<i>Produto total</i>	<i>Produção "per capita"</i>
1945.....	118	104
1946.....	130	110
1947.....	133	111
1948.....	141	114
1949.....	152	120
1950.....	160	124
1951.....	166	126

(*) Pierre van der MEIREN, *ob. cit.*, pág. 5.

Pode-se concluir de uma análise do conjunto de dados entre 1939 e 1951 que o acréscimo da produção em termos físicos representou cêrca de 70% do valor inicial, ou uma taxa de aumento de 5,8% ao ano, embora tal crescimento tenha sido desigual nos diversos exercícios. Eliminando-se, contudo, a influência da expansão demográfica, a fim de tornar os dados comparáveis, chega-se a êste resultado:

Taxa anual de crescimento *per capita*

1939-1945	0,6%
1946-1951	4,5%

O índice da renda *per capita* teve êste desenvolvimento:

Índice da renda *per capita* (**)

<i>A n o s</i>	<i>Renda real total</i>	<i>Renda real "per capita"</i>
1945.....	122	106
1946.....	134	114
1947.....	139	116
1948.....	146	119
1949.....	161	128
1950.....	184	142
1951.....	192	145

(**) Pierre van der MEIREN, *ob. cit.*, pág. 7.

O crescimento que evidenciam êstes dados é muito pronunciado e denota ritmo bastante rápido para um país como o nosso. Foi isso, no entanto, em grande parte, consequência de fatores externos, como, por exemplo, a alta do preço do café, a partir de 1949, o que mostra a dependência em que se encontra a nossa economia do mercado mundial.

Mas essa majoração da renda que estamos pondo em relêvo não se distribuiu eqüitativamente pelas diversas regiões do país, como se pode constatar pelo quadro que segue:

Distribuição geográfica da renda nacional em 1950(*)

<i>Regiões</i>	<i>Renda</i> (milhões NCr\$)	<i>População</i> (milhões de hab.)	<i>Renda "per capita"</i> (NCr\$)
Guanabara e São Paulo	101	11,6	8,70
Região Sul	35	7,9	4,50
Resto do país	78	33,1	2,36
BRASIL	214	52,6	4,00

(*) Pierre van der MEIREN, *ob. cit.*, pág. 8.

Tal desequilíbrio na repartição da renda foi consequência do desigual nível de desenvolvimento, sendo que as regiões agrícolas não puderam ser beneficiadas com a melhoria ocasionada pela nossa política econômica durante e após a Segunda Guerra Mundial. Êsse fato torna-se mais claro quando sabemos que, em valor, a origem da renda nacional, que era de 37% da agricultura em 1939, reduziu-se para 31,8% em 1951, ao passo que a originada pela indústria evoluiu, nos mesmos anos, de 17,5% para 19,6%.

Essa situação fêz compreender às diversas regiões a necessidade de se industrializarem a fim de sobrepujar o atraso econômico em que se encontravam e elevar o nível de vida de suas populações. O exemplo mais frizante disso foi a criação, mais tarde,

da SUDENE, cuja programação baseia-se, principalmente, no incremento industrial daquela região nordestina.

O desenvolvimento físico da produção industrial durante o período em exame foi o que mostra este quadro:

Produção física da indústria de transformação (1939 = 100) (*)

<i>Indústrias</i>	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Metalúrgicas	168	248	308	391	463	594
Material de transporte.....	49	139	219	291	363	367
Transformações de minerais não-metálicos.....	221	255	257	304	351	379
Papel.....	127	140	153	168	194	222
Borracha.....	492	549	538	623	761	902
Óleos e graxas vegetais	147	123	123	168	171	190
Couros e peles	85	98	105	114	117	119
Têxteis	143	152	143	153	160	175
Calçados.....	157	163	129	160	176	170
Produtos alimentícios	105	122	130	139	146	149
Bebidas e estimulantes.....	155	183	182	196	188	215
Editoriais e gráficas	114	134	139	144	163	162
TOTAL.....	135	157	162	184	201	218

(*) FONTE: *Revista Brasileira de Economia*, março de 1953, pág. 54.

Os dados *supra* atestam a nossa expansão manufatureira que, em seu conjunto, foi apreciável, pois elevou-se a quase o dôbro, havendo setores, no entanto, como os de borracha, metalurgia, minerais não-metálicos e material de transporte em que o progresso deve ser qualificado de notável.

O fato mais importante, todavia, ocorrido nesse período, foi a inauguração e início de produção da Companhia Siderúrgica Nacional, mais conhecida por Volta Redonda, denominação do lugar da sua localização, no Estado do Rio de Janeiro, perto da estrada de rodagem que une a Guanabara a São Paulo.

Já fizemos menção que Getúlio Vargas, em 1931, em sua visita a Belo Horizonte, suscitou o problema da siderurgia, evi-

denciando sua importância para a nossa economia e o seu desenvolvimento ulterior.

Pouco antes, em janeiro de 1931, havia sido nomeada, no Ministério da Guerra, uma Comissão de Estudo da Capacidade Industrial Militar da Metalurgia Nacional. Tão grande, porém, foi o interesse despertado pelo assunto, que a Comissão recebeu inúmeros documentos e sugestões chamando sua atenção para a necessidade de se organizar a indústria pesada do ferro. Em vista disso, resolveu ela criar um órgão nacional para tratar dessa questão, surgindo assim, em agosto daquele mesmo ano, a Comissão Nacional de Siderurgia, composta de engenheiros de grande nomeada e oficiais do Exército e da Marinha.

A Comissão realizou vários estudos entre os anos de 1931 e 1934, resolvendo, entre outras coisas, separar o problema siderúrgico da exportação de minério de ferro, que até então vinham associados. Entre 1934 e 1937, com a reconstitucionalização do país, o assunto foi amplamente debatido no Congresso Nacional, bem como fora dêle, em entidades profissionais e de classe na imprensa, empolgando a opinião pública, que acompanhava o debate desde o caso da *Itabira*. Tendo a questão ficado afeta ao ministro da Viação e Obras Públicas, enviou êste uma Comissão à Europa, em 1938, para verificar das possibilidades da execução de um programa concreto. Como já se estava em vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial, entretanto, a Comissão transferiu-se para Nova York. Nesta cidade conseguiu ela interessar algumas empresas e personalidades norte-americanas, que enviaram seus técnicos ao nosso país a fim de estudar o problema. Após numerosas negociações e vencidas várias dificuldades, finalmente, em 1941, dez anos depois da criação da primeira Comissão de Estudo, deu-se início à construção da usina. A entrada dos E. U. A. no conflito armado mundial no ano seguinte, porém, veio levantar novos obstáculos ao empreendimento. Em resultado de tôdas estas peripécias, que retardaram sua construção, somente em 1946 entrou Volta Redonda em funcionamento⁽²⁾.

(2) Este resumo foi calcado no trabalho do general Edmundo de Macedo Soares: "O ferro e o carvão na história, na economia e na civilização do Brasil", publicado em *Aspectos da formação e evolução do Brasil*, coletânea de artigos comemorativa do 125.º aniversário do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, 1953. Tôdas as vicissitudes da criação de Volta Redonda encontram-se narradas no bem documentado livro de Humberto Bastos, *A conquista siderúrgica do Brasil*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1959.

Com a entrada em atividade da Companhia Siderúrgica Nacional, a nossa produção de aço adquiriu incremento, como se pode ver por este quadro:

Produção siderúrgica do Brasil (em toneladas)(*)

<i>A n o s</i>	<i>Ferro gusa</i>	<i>A ç o</i>	<i>Laminados</i>
1945	259.909	205.935	165.805
1946	370.722	342.613	230.229
1947	480.929	386.971	296.686
1948	551.813	483.185	403.457
1949	511.715	615.069	505.540
1950	728.979	788.557	623.285
1951	750.000	850.000	700.000

(*) FONTE: Edmundo Macedo SOARES, *ob. cit.*

Pelas cifras acima se constata que a fabricação de aço no país quadruplicou nos anos em exame, após a produção de Volta Redonda, a qual passou, daí por diante, a representar metade mais ou menos do total de aço saído das siderúrgicas nacionais.

Com o funcionamento de Volta Redonda, o consumo de aço entre nós se desenvolveu, estimulando as indústrias mecânicas e metalúrgicas. Tôda a posterior expansão desses setores, bem como a implantação da indústria automobilística e da indústria pesada muito devem à Companhia Siderúrgica Nacional, que inaugurou, pode-se dizer, a era do aço em nosso país. As pequenas usinas existentes alargaram suas atividades e outras mais surgiram, dando origem com isso a um nôvo surto industrial do país.

Tal o papel de Volta Redonda em nossa história industrial.

Em consequência dessa expansão econômica que estamos assinalando, o Recenseamento Geral de 1950 acusava a existência de 92.350 estabelecimentos industriais, com capital aplicado de 53.408.196 contos, ocupando 1.279.184 operários e valor da produção de 118.605.165 contos.

A superioridade de São Paulo é inconteste, com cêrca de metade do valor da produção total, sendo essa supremacia também manifesta nos demais índices, como número de estabelecimentos, capital aplicado, valor da produção e quantidade de operários. Em seguida destacam-se os Estados da Guanabara, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

O exame de conjunto do parque fabril nacional, através dos Recenseamentos de 1940 e 1950, revela a manutenção ainda das características de indústria leve de transformação, com forte preponderância dos setores de alimentação e tecidos. Mas, a produção de artigos de consumo imediato alcançava sua plena expansão, pois já atendia de modo satisfatório ao mercado interno, quer quanto à quantidade quer quanto à qualidade dos produtos. A tal ponto crescera a indústria nacional, que já havíamos exportado tecidos para o exterior durante a guerra em tão apreciável proporção que se tornara na segunda rubrica de nosso comércio internacional.

Este foi o maior significado de nosso desenvolvimento industrial durante a Segunda Guerra Mundial e o período imediato que lhe seguiu. Atingíamos assim uma importante etapa de nossa evolução econômica, encerrando a fase da produção exclusiva de bens de consumo.

Por outro lado, com Volta Redonda e o crescimento da indústria siderúrgica, criávamos as condições para expansão das atividades mecânicas, lançando com isso as bases para a etapa seguinte de nossa industrialização.

Estas as duas conseqüências mais salientes do crescimento industrial nesse período e que muito ajudarão a evolução que se irá registrar na década subsequente.

Foi São Paulo, indiscutivelmente, que mais se beneficiou com o progresso verificado nesse espaço de tempo, devido às condições avançadas que apresentava, porém, outros Estados igualmente progrediram, incrementando suas atividades manufatureiras, expandindo vários setores de trabalho e aproveitando melhor com isso suas matérias-primas e outros recursos materiais e humanos.

TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

A década de 1950 iniciou-se com um nôvo Govêrno. Era a volta de Getúlio Vargas ao poder, mas, desta vez por meio eleitoral, como candidato de oposição. A situação em que se encontrava o país não era nada lisonjeira, apesar dos progressos inegáveis que vínhamos realizando. As divisas conseguidas no exterior durante a guerra se haviam esgotado, o que levava o Govêrno anterior a adotar, em 1948, um regime de licença prévia para as importações e que consistia, na realidade, no estabelecimento de contrôle quantitativo, sob um critério de seletividade.

Uma vasta campanha popular sacudia tôda a nação, de Norte a Sul, concentrada principalmente na Capital da República, em tôrno da nacionalização da exploração do petróleo, que então se iniciava. A profundeza do debate ultrapassava movimentos similares anteriores, como os da *Itabira Iron* e o da instalação da usina siderúrgica.

Os recentes progressos da indústria, com suas repercussões econômicas e sociais, criavam certos ressentimentos nas áreas das estruturas tradicionais, pois, atribuía-se tal expansão à política adotada em detrimento da agricultura, particularmente do café, através do chamado “confisco cambial”.

Além disso, como persistissem os “pontos de estrangulamento”, em conseqüência das deficiências nos setores de energia elétrica e de transportes, supôs-se que a causa básica dessa situação decorresse dos altos custos necessários para sua ampliação, levando o poder público a forçar os produtores internos a reduzir seus preços mediante a fixação da paridade do cruzeiro a um nível extremamente baixo o que redundou em grandes importações e esgotamento das cambiais, sem solucionar os “pontos de estrangulamento”.

Vargas, o chefe da Revolução de 1930, que alijara os fazendeiros de café do poder, e que durante a depressão e a Segunda

Guerra Mundial facilitara a expansão manufatureira, inclusive se batera decididamente pela criação de Volta Redonda, vinha agora disposto a enfrentar as dificuldades que encontrava e a dar-lhes solução. Para isso, criou uma série de instrumentos técnicos, legislativos e financeiros, que se revelaram eficazes e se projetaram mesmo além de sua gestão, influenciando no desenvolvimento econômico do país, particularmente no processo de sua industrialização. Concomitantemente, ocorrências internacionais interferiram em sua ação, como a elevação do preço do café em 1949, aumentando com isso nossa disponibilidade de divisas, e o conflito da Coréia, em 1950, que elevou a cotação das matérias-primas no mercado mundial. Se êste último acontecimento nos favoreceu, por um lado, pela alta dos produtos que exportávamos, por outro nos foi adverso devido aos maiores custos e racionamento impostos a vários produtos minerais de que carecíamos para nossas atividades produtoras.

Vejam agora, brevemente, os instrumentos de ação surgidos no tempo de Getúlio Vargas, ou por êle diretamente criados, para facilitar sua gestão administrativa no domínio econômico e financeiro.

Começou por organizar uma Assessoria Econômica junto à Presidência da República, composta de técnicos jovens e competentes. Foi esta Assessoria que preparou o plano nacional do petróleo, do qual resultou a lei 2.004, de 1953 e mais tarde o decreto 35.308, de 1954, que constituiu a Petrobrás, resolvendo assim a controvertida questão da exploração desse mineral, solução não satisfatória para tôdas as parte, — e que por isso ainda provoca discussões — estabelecendo o monopólio estatal⁽¹⁾. Elaborou também, esta Assessoria, o Plano do Carvão Nacional, de onde resultou a Superintendência do Carvão Nacional, bem como o Plano de Eletrificação, que deu nascimento ao Fundo Federal de Eletrificação, cujo órgão executivo foi recentemente instaurado.

Getúlio Vargas criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial, de que participavam representantes da iniciativa privada, onde surgiu a Subcomissão de Fabricação de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, iniciando o estudo da instalação

(1) Ver, a respeito, o Depoimento de J. Soares PEREIRA em Getúlio VARGAS, *A Política nacionalista do petróleo no Brasil*, Edição Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1964.

da indústria automobilística entre nós, dando origem mais tarde, em 1956, ao GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística).

Em junho de 1952, a lei 1.628 dava nascimento ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) destinado a mobilizar recursos para incentivar as atividades da infraestrutura: transportes, energia elétrica e as indústrias de base.

Um mês depois, em julho seguinte, através da lei 1.649, surgiu o Banco do Nordeste, com a finalidade de ajudar ao incremento da região nordestina, cuja estagnação se vinha evidenciando de vários anos atrás, causando um mal-estar social que ameaçava transformar-se em problema nacional, com perigo até para a integridade do país.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco é inaugurada em janeiro de 1954, com potência de 120.000kW, devendo atingir a 180.000 e podendo chegar a 540.000kW. Hoje, essa usina de energia elétrica consideravelmente ampliada, constitui o principal instrumento da transformação econômica que está ocorrendo no Nordeste.

Em fevereiro seguinte era inaugurado o segundo alto-forno de Volta Redonda, elevando sua produção para 1.200 toneladas diárias, o que representava um acréscimo de sua capacidade em mais 30% sobre o ano anterior.

O tratamento dado ao capital estrangeiro foi alterado em janeiro de 1953, pela lei 1.807, concedendo-se-lhe ampla movimentação, quer para a entrada, quer para a saída.

Foi ainda na segunda gestão presidencial de Getúlio Vargas que se concluíram os trabalhos da Comissão Mista Brasil-E. U. A., também conhecida por Missão Abbink, cujos trabalhos tinham por escopo estudar a situação brasileira e oferecer um programa concreto para o seu desenvolvimento. Disso resultou um protocolo firmado entre os dois países, mas, a subida dos republicanos ao poder, com a eleição de Eisenhower, levou à dissolução da Comissão e anulação do protocolo. Este fato constituiu grave golpe para nós, pois, privou-nos do financiamento norte-americano com que contávamos para expansão de nossas atividades econômicas. O que se aproveitou disso tudo foram os estudos e os levantamentos feitos.

Estes os principais acontecimentos da política econômica que marcaram o último governo de Getúlio Vargas, bem como os instrumentos econômicos e financeiros criados e que tiveram grande repercussão em nosso desenvolvimento ulterior.

Vejamos agora o comportamento da economia nacional durante esse período e o papel desempenhado pela indústria.

Tomando-se a produção agrícola nos anos de 1951 a 1955, em volume físico, para os produtos de consumo interno (batata-doce e inglesa, milho, mandioca, arroz com casca, trigo e feijão) verificou-se aumento de 24.525 mil toneladas para 29.717 mil toneladas, ou seja, tomando-se como índice 100 o ano de 1948, evoluiu de 104 e para 126; para os produtos de exportação (café, algodão em rama, cacau, sisal e carnaúba) houve aumento de 1.616 mil toneladas para 1.847 mil toneladas, ou, com o mesmo índice 100 para 1948, atingiram a 108 e 124, respectivamente⁽²⁾. Os demais setores de produção, como a extrativa vegetal e a mineral, também se ampliaram.

Quanto à exportação, em volume físico, eis o quadro:

Exportação (em 1.000 toneladas) (*)

<i>Classes</i>	1951	1952	1953	1954	1955
Animais vivos(**) ..	40	77	4	99	12
Matérias-primas....	2.891	2.514	2.771	2.960	4.131
Gêneros alimentícios	1.942	1.560	1.599	1.319	2.035
Manufaturas.....	19	17	8	10	20
TOTAL	4.892	4.171	4.382	4.388	6.198

(*) Relatório do Banco do Brasil, 1945, pág. 25.

(**) Em toneladas.

Evidenciam os dados acima uma estagnação ou mesmo retrocesso no concernente às manufaturas, enquanto houve aumento das matérias-primas. Em valor, essa mesma exportação sofreu declínio, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

(2) Relatório do Banco do Brasil, 1945, pág. 14.

Exportação (em NCr\$ 1.000,00)

<i>Classes</i>	1951	1952	1953	1954	1955
Animais vivos	1	2	386(*)	4	2
Matérias-primas	9.676	4.618	6.781	7.248	6.330
Gêneros alimentícios	22.527	21.316	25.006	21.156	19.394
Manufaturas	310	129	260	267	405
TOTAL	32.514	26.065	32.047	28.675	26.131

(*) Em milhares de cruzeiros.

A causa dessa baixa é atribuída principalmente à queda da cotação do algodão, que passou em US\$ cents Lb, em Nova York, de 42.42 em 1951 para 34.59 em 1955⁽³⁾.

A produção industrial adquiriu apreciável desenvolvimento durante êsses anos, como mostra o quadro abaixo:

Produção industrial — Índice (1943 = 100)

<i>Especificação</i>	1951	1952	1953	1954	1955 (2)
Gusa	313	327	355	439	418
Aço	453	480	546	617	609
Laminados	441	455	532	615	639
Carvão mineral	94	94	97	99	109
Câmaras-de-ar para veículos a motor.	358	353	394	456	431
Pneumáticos para veículos a motor.	313	356	391	447	476
Celulose (1)	—	100	158	194(2)	224
Cimento Portland..	195	217	272	332	361
Papel (3)	184	185	205	221	221(*)
Couros e Peles	142	134	142	143	143(*)
Açúcar	186	207	232	245	240
Banha (3)	113	112	112	120	120
Conserva de carne .	138	135	137	140	140(*)
Farinha de trigo . . .	136	123	179	138	138(*)

(*) 1954.

(1) 1952 = 100.

(2) Dados sujeitos à retificação.

(3) 1945 = 100.

FONTE: Banco do Brasil S/A., Relatório de 1955.

(3) Relatório do Banco do Brasil, cit., pág. 5.

De um modo geral, os ramos mencionados no quadro supra acusam expansão de certa importância, com exceção da fabricação de produtos de consumo imediato, como conserva de carne e trigo.

As importações, através de seus vários itens, em percentagens, é o que nos revela êste quadro:

Importação (em tonelagem)
(Percentuais sôbre o total)

<i>Classes</i>	1951	1952	1953	1954	1955
Matérias-primas ...	69	74	66	72	75
Gêneros alimentícios	15	13	17	14	14
Manufaturas	16	13	17	14	11
TOTAL	100	100	100	100	100

Verifica-se assim que a rubrica referente a matérias-primas conseguiu razoável progresso, enquanto permanecia estacionária no que diz respeito aos gêneros alimentícios e regredia a importação de manufaturas, o que constituía reflexo, no comércio exterior, de nosso processo de industrialização.

As emissões de capital no decorrer desse período tiveram o desenvolvimento assinalado no quadro da pág. 384.

Acompanhando a parte correspondente às inversões na indústria, constata-se uma percentagem muito maior do que as aplicadas nos demais setores, variando de 51 a 63%, o que garantia a expansão contínua deste setor e indicava a política econômica seguida. Êste outro quadro das emissões de capital nos permite examinar sob outro aspecto (pág. 385).

No setor industrial, a imensa maioria das emissões provieram de aumento de capital, o que quer dizer que se realizaram pela incorporação de reservas, representando isso lucros acumulados de um para outro exercício. E tão grande foi êsse movi-

Emissão de capital (NCr\$ 1.000,00)

<i>Ramos de atividade</i>	1951		1952		1953		1954		1955	
	<i>Valor</i>	<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
Bancos e Seguros.....	553	5	1.263	8	1.354	8	1.399	5	838	3
Comércio	2.448	22	3.229	20	2.632	16	4.948	17	7.102	23
Imobiliária	269	2	632	4	676	4	813	3	602	2
Industrial	9.554	60	9.153	57	9.984	59	17.809(*)	63	15.972	54
Serviços públicos	633	6	944	6	771	5	774	3	3.386	10
Diversos	539	5	832	5	1.398	8	2.699	9	3.554	11
TOTAL.....	10.996	100	16.053	100	16.815	100	28.442	100	31.454	100

(*) Inclui 4 bilhões de cruzeiros relativos à incorporação da Petrobrás.

NOTA: Os números dos anos de 1951, 1952 e 1953 se referem apenas ao Distrito Federal e ao Estado de São Paulo, os quais representam cerca de 70% do total.

FONTE: Banco do Brasil S/A., *Relatório de 1955*.

Emissão de capitais (NCR\$ 1.000,00)

Ramos de atividade	1951		1952		1953		1954		1955	
	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital
Bancos e seguros	8	545	97	1.166	151	1.203	270	1.129	37	801
Comércio	474	1.974	411	2.818	431	2.201	662	4.286	914	6.188
Imobiliária	146	123	158	474	178	498	186	627	162	440
Industrial	1.019	5.535	1.209	7.944	1.012	8.972	5.392(*)	12.417	1.922	14.050
Serviços públicos	98	535	5	939	547	224	283	491	1.207	2.169
Diversos	259	280	286	546	323	1.075	554	2.145	974	2.580
TOTAL	2.004	8.992	2.166	13.887	2.642	14.173	7.347	21.095	5.226	26.228

(*) Inclui 4 milhões de cruzeiros novos relativos à incorporação da Petrobrás.

OBSERVAÇÃO: Ver nota no quadro anterior.

FONTE: Banco do Brasil S/A., Relatório de 1955.

mento que quase triplicaram as emissões de capital destinadas ao setor industrial no quinquênio em exame. Se uma parte disso pode ser explicada pela inflação então reinante, por outro lado era resultado também dos lucros altos auferidos.

Daí a permanente elevação do custo de vida naqueles anos, bem como o enorme crescimento do meio circulante, o qual dobrou entre 1951 e 1955. Era o desenvolvimento realizado com recursos próprios, sem auxílio externo, que se ia dilatando cada vez mais. Efetuava-se desse modo uma poupança forçada, que o Relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de 1955 considerava ainda insuficiente, pois, segundo suas palavras, a inflação brasileira “encontra sua causa fundamental na insuficiência da poupança para atender às necessidades de recursos para as inversões determinadas pelo dinamismo da economia”⁽⁴⁾.

O que se pode deduzir dos dados estatísticos citados, tanto neste quanto nos capítulos anteriores, é que se estava acelerando cada vez mais o processo de nossa industrialização, transformando-se assim o setor industrial no centro mais importante de nossa economia e o de mais rápida expansão, como demonstra a sua participação crescente na produção global, que evoluiu de 14,8% em 1939 para 18,5% em 1953, enquanto que a da agricultura caiu de 32,7% para 30,6% nos mesmos anos⁽⁵⁾. Operava-se desse modo uma transformação estrutural de extraordinária significação, não só na economia, pela elevação cada vez maior da importância da atividade industrial dentro do conjunto produtor do país, como ainda do ponto de vista social, pelo aumento crescente da classe empresarial e dos trabalhadores fabris. Como decorrência dessa transformação estrutural os centros urbanos se dilatavam de modo considerável, provocando uma série de mudanças de singular relêvo social.

O panorama de nosso comércio exterior alterou-se também sensivelmente, pois começaram a adquirir relêvo cada vez maior em seus itens de importação as máquinas e equipamentos, as matérias-primas e os combustíveis, em lugar dos gêneros alimentícios e produtos manufaturados, que preponderavam antes.

(4) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, “Exposição sobre o Programa de Reparelhamento Econômico”, Exercício de 1955.

(5) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, *ob. cit.*, pág. 5.

Essas mutações em nosso arcabouço de produção não se refletiram, naturalmente, de modo uniforme sôbre tôdas as regiões, sendo mais acentuadas naquelas de maior desenvolvimento manufatureiro, como a região centro-sul do país. Isso elevou consideravelmente o padrão de vida de suas populações, particularmente as dos centros urbanos. Várias cidades, por isso, cresceram enormemente, surgindo uma elite de alta capacidade aquisitiva, composta de grandes industriais, comerciantes e agricultores, técnicos e funcionários e mesmo uma camada de operários qualificados, alterando os costumes sociais, mudando a paisagem cultural e artística do país, enriquecendo-o de outras tonalidades e expressões, aproximando-o em certos requintes e luxos dos grandes centros internacionais.

Eram os benefícios do progresso material que principiavam a se difundir socialmente, como consequência da mudança estrutural que se estava realizando.

A ERA DAS INDÚSTRIAS DE BASE

A segunda metade da década de 1950 transcorreu tóda ela sob o signo do Programa de Metas, que deu um notável impulso à nossa industrialização, implantando uma série de atividades novas e incrementando outras já existentes, de modo a iniciar a era das indústrias de base entre nós.

No quinquênio anterior haviam surgido críticas de várias procedências a respeito da ausência de programação em nossa política econômica, atribuindo-se a essa ausência o crescimento desordenado que nos caracterizava, o aparecimento dos “pontos de estrangulamento”, as desigualdades regionais existentes, o desequilíbrio entre os diversos setores de atividades.

Levando em consideração, naturalmente, essas observações, Juscelino Kubitschek, ao apresentar-se candidato à Presidência da República para o quinquênio 1956-1960, ofereceu um plano de desenvolvimento econômico, que tomou o nome de Programa de Metas. Baseou-se, para isso, em estudos, projeções e estimativas de nossa expansão futura, realizados pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL e publicado em 1955, sob o título de *Esbôço de um Programa de Desenvolvimento para a Economia Brasileira*.

Como foi mais tarde explicado no Relatório do Conselho de Desenvolvimento, “o Programa de Metas se originou da necessidade de substituir algumas das importações mais dispendiosas pela produção interna, em virtude das limitações impostas pela capacidade de importar; e da necessidade de se criarem as indispensáveis “economias externas”, eliminatórias dos “pontos de estrangulamento”, pela expansão da energia elétrica e do serviço de transporte”. Dentro destes princípios norteadores, os investimentos do Programa de Metas se distribuíram pelos cinco setores principais, que são os seguintes:

Estimativa do investimento total
1957-1961

<i>S e t o r e s</i>	<i>Valôres estimados dos bens e serviços produzidos no país, em bilhões de cruzeiros</i>	<i>Valor estimado dos bens e serviços importados</i>		<i>Investimento global estimado em bilhões de cruzeiros</i>	<i>Porcentagem do total</i>
		<i>Expresso em milhões de dólares</i>	<i>Equivalência em bilhões de cruzeiros (*)</i>		
a) Energia.....	110,0	862,2	69,0	179,0	42,4
b) Transportes.....	75,3	582,6	46,6	121,9	28,9
c) Alimentação.....	4,8	130,9	10,5	15,3	3,6
d) Indústrias de base..	34,6	742,8	59,2	93,8	22,3
e) Educação.....	12,0	—	—	12,0	2,8
Total dos investimentos...	236,7	2.381,5	185,3	422,0	—
Porcentagem do total. ...	56,1		43,9		100,0

(*) Convertidos à taxa de Cr\$ 80/US\$ 1.

FONTE: Conselho do Desenvolvimento — Programa de Metas, 1959.

Do exame do Quadro acima, verifica-se que 56,1% da estimativa do custo total do Programa de Metas se referem aos custos dos bens e serviços internamente produzidos, ao passo que 43,9% correspondem ao valor dos bens e serviços importados, durante o período de 1957 a 1961. Além disto, verifica-se que 42,4% dizem respeito aos dispêndios de investimento no setor de energia, e 28,9% no dos transportes. As indústrias de base absorverão 22,3% desse total, do qual 6,4% são relativos aos setores de alimentação e educação. Assim, 71,3% do investimento global do Programa de Metas se concentram nos setores de infra-estrutura da economia nacional, energia e transportes. Isto possibilitará a expansão das indústrias de base, na maior parte geridas pela iniciativa privada e que constituem o elemento de propulsão do desenvolvimento econômico, no quadro institucional brasileiro.

Vejamos agora o panorama de nosso progresso industrial durante os cinco anos em aprêço, através dos seus fundamentais setores de produção e que correspondem, sob muitos aspectos, às realizações do próprio Programa de Metas (quadro da pág. 390).

O setor de maior relêvo nessa expansão foi inegavelmente o petrolífero, o qual de uma produção inexpressiva passou a abastecer o consumo nacional em cêrca de 35% de suas necessidades, apesar de êsse consumo ter dobrado no último quinquênio. Com tal produção conseguimos baixar a percentagem de importação dos produtos petrolíferos, dentro do total nacional, de 25% em 1955 para 16% em 1959. A fabricação dos vários derivados do petróleo pelas refinarias nacionais, que somavam a 180.022 barris em 1955, elevou-se para 256.570 barris em 1960, de onde resultava que já podíamos atender às demandas do consumo nacional em 100% de solventes, 98% de asfalto, 79% de gasolina comum, 73% de gás liquefeito, 58% de querosene e 39% de óleo diesel. A indústria petroquímica produzia eteno, propeno e negro de fumo, e no terreno dos adubos fabricávamos amônia, ácido nítrico e nitrocálcio.

Produção industrial brasileira (principais indústrias)

<i>Discriminação</i>	<i>Quantidade</i>	1960	1962	1964	1966	1968	1969	1960
INDÚSTRIAS BÁSICAS								
Petróleo	1.000 barris	338	750	992	4.059	18.923	23.590	29.613
Gusa	1.000 toneladas	729	812	1.089	1.152	1.384	1.479	(*) 1.600
Fôlhas-de-flandres	"	37	42	41	77	79	90	94
Trilhos	"	—	77	53	123	57	53	14
Cimento	"	1.386	1.619	2.490	3.275	3.790	3.841	4.447
Carvão mineral	"	1.959	1.960	2.055	2.234	2.240	2.330	(*) 2.500
Soda cáustica	"	—	—	—	30	60	64	—
Geradores elétricos	1.000 unidades	—	—	—	7	9	(*) 10	(*) 10
Motores elétricos	"	—	—	—	384	484	(*) 500	(*) 500
Caminhões	"	—	—	—	—	36	48	51
Automóveis para passageiros	"	—	—	—	—	2	12	37
INDÚSTRIAS LEVES								
Pneumáticos para veículos a motor	1.000 unidades	1.354	1.635	2.054	1.919	2.141	2.738	(*) 2.800
Câmaras-de-ar para veículos a motor	"	883	988	1.257	1.257	1.547	1.774	(*) 1.800
Papel	1.000 toneladas	248	262	314	380	416	(*) 450	(*) 500
Celulose	"	—	33	—	110	170	(*) 177	467

(*) Estimativa.

FONTE: Banco do Brasil S/A., Relatório de 1960.

Setor novo, aparecido nessa época, foi o da fabricação de veículos a motor, cuja produção no período, foi a seguinte:

<i>A n o s</i>	<i>Total</i>
1957.....	30.700
1958.....	61.120
1959.....	96.243
1960.....	133.078

Sua importância, entretanto, não reside apenas na criação de um setor de atividade, antes inexistente, nem no fato de ter quadruplicado sua produção nos quatro primeiros anos em aprêço, mas no seu efeito multiplicador sobre diversos outros, como na fabricação de aço, de autopeças, de pneus e câmaras-de-ar, de tintas, de vidro e outros mais.

A multiplicação de fábricas e oficinas que daí se originou e se estendeu também a outros ramos produtores, deu extraordinário impulso à indústria de máquinas, expressa no quadro abaixo:

Produção de máquinas

<i>A n o s</i>	<i>Unidade</i>
1955.....	7.200
1956.....	9.600
1957.....	10.400
1958.....	11.900
1959.....	17.000

Em consequência do desenvolvimento de nossa indústria de máquinas, segundo levantamentos feitos pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Associação Brasileira para Indústria de Base (ABDIB) na época, já se achava ela em condições de atender às necessidades nacionais de equipamentos num conjunto de 87%, para os anos de 1961-1970, quanto ao valor, compreendendo os seguintes setores: petróleo e derivados, energia elétrica, siderurgia, cimento, papel e celulose. Para alguns

dêles, como energia elétrica, essa capacidade de fornecimento de equipamentos atingia a 93,3% e a menor era para a siderurgia, em 61,8%.

Outros setores, como os de produção de metais não ferrosos, aparelhos elétricos, geradores e transformadores elétricos, etc. fizeram igualmente grande progresso, acompanhando essa expansão geral, elevando, com isso, de maneira apreciável nossa capacidade produtora de máquinas e equipamentos, bem como de vários metais e suas ligas.

Quanto aos setores responsáveis pelos "pontos de estrangulamento", a capacidade instalada de energia elétrica evoluiu de 3.148.000kW em 1955 para 4.596.000kW em 1960, representando um acréscimo de 1.400.000kW para o lapso de tempo em exame. No domínio ferroviário, o progresso foi insignificante, pois, a extensão da rede elevou-se de 37.049 quilômetros em 1956 para 37.271 quilômetros em 1959. O número de vagões ampliou-se de modo mais significativo, passando de 62.355 em 1955 para 63.132 em 1959, elevando o transporte de mercadoria por tonelada-quilômetro de 9.252 em 1954 para 12.034 em 1959. O volume do comércio de cabotagem desenvolveu-se de 5.404.000 toneladas em 1955 para 7.231.000 em 1959. A extensão rodoviária, que era de 459.714 quilômetros em 1955, passou para 475.270 quilômetros em 1959. A abertura de novas rodovias, calculada em 10.000 quilômetros pelo Programa de Metas, ultrapassou para 18.000 quilômetros e o asfaltamento, que deveria ser de 3.000 quilômetros, na realidade alcançou a 5.800 quilômetros, isto é, quase o dóbros⁽¹⁾.

Além de seus pontos básicos iniciais, o Programa de Metas foi acrescido de mais dois itens importantes: a construção de Brasília, a nova Capital do País e a OPENO (Operação Nordeste), de onde saiu a SUDENE.

O Programa de Metas realizou de modo bastante satisfatório os seus objetivos, em alguns casos tendo ido além dos projetos propostos e em outros não atingindo os planos, como nos referentes às produções de trigo e de carvão mineral. Sua importância, todavia, consistiu em ter proporcionado considerável impulso à nossa economia, particularmente aos setores que compõem

(1) Relatório do Banco do Brasil, 1960.

as indústrias de base e em ter sido a experiência de um planejamento que, pela primeira vez, se levou à prática entre nós.

Não obstante seus inegáveis lados positivos, foi ele objeto de críticas, mesmo de técnicos responsáveis pela sua execução. Assim, um deles achou que a programação apoiou-se excessivamente em dólares (43% como vimos antes), moeda escassa entre nós, dizendo constituir isso um erro, pois "a regra de ouro de todo projeto é *poupar recursos escassos e mobilizar recursos abundantes*. Em outras palavras, *o programador no Brasil deve raciocinar essencialmente em cruzeiros e secundariamente em dólares*"⁽²⁾.

Outra crítica levantada refere-se à adoção no programa de algumas usinas elétricas gigantes, quando, se fôsse planejadadas em dimensões mais modestas, embora em maior número, poderiam ter-se utilizado equipamentos nacionais em maior quantidade, poupando assim divisas escassas.

A terceira ordem de crítica partiu da corrente adepta da economia ortodoxa, referindo-se ao aumento desmesurado do volume de emissões, aumentando com isso os fatores inflacionários já vigorantes no país. O desenvolvimento desses fatores, durante toda a década, pode ser visto no quadro da pág. 395.

Os dados evidenciam que, a partir da segunda metade do decênio, todos os índices foram agravados de maneira bastante considerável (tempo de execução do Programa de Metas). Mas, trata-se de assunto de que nos ocuparemos mais adiante, ao realizar o balanço de nossa industrialização.

Como vimos, o Programa de Metas dedicou mais de dois terços de seus recursos em incrementar a infra-estrutura, ou seja, energia e transporte, porque eram os dois setores de maior retardo em nossa expansão, comprometendo assim o próprio desenvolvimento futuro. Em vista disso, o poder público passou a projetar e a construir as usinas elétricas de que carecíamos, pois as concessionárias desses serviços, empresas estrangeiras em sua quase totalidade, se desinteressavam completamente por elas, alegando as baixas tarifas cobradas. Por outro lado, tendo o Governo comprado as estradas de ferro pertencentes às companhias

(2) Guerreiro RAMOS, *O problema nacional brasileiro*, Editora Saga, Rio de Janeiro, 1960, pág. 196. Os grifos são do autor.

Pressão inflacionária (1950-1960)

A n o s	"Superavit" ou "deficit" orçamentário da União	"Superavit" ou "deficit" no balanço de pagamentos	Custo de vida (1)	Aumento de meio circulan- te	Meios de pagamento	CURSO DE CÂMBIO (2)	
						Mercado livre	Dólar de Im- portação (3)
						Cr\$ 1.000.000	US\$ 1.000.000
			1951=100	Cr\$ 1.000.000	1951=100	Cr\$	US\$
1950.....	- 4.297	+ 52	95	7.160	86	—	—
1951.....	+ 2.819	- 291	100	4.114	100	—	—
1952.....	+ 2.279	- 615	123	3.963	115	—	—
1953.....	- 2.868	+ 16	150	7.722	137	43,32	—
1954.....	- 2.711	- 203	177	12.037	167	62,18	—
1955.....	- 7.616	+ 17	212	10.299	196	73,54	—
1956.....	- 32.945	+ 194	258	11.479	240	73,59	—
1957.....	- 32.924	- 180	308	15.756	321	75,67	62,46
1958.....	- 30.662	- 253	355	23.239	389	130,06	163,63
1959.....	- 26.446	- 154	488	34.807	552	159,83	181,53
1960.....	- 31.623	- 412	657	51.519	763	189,90	203,43

(1) Cidade de São Paulo: classe operária.

(2) Média das cotações diárias.

(3) Categoria geral.

FONTE: Banco do Brasil S/A., *Relatório de 1960*.

particulares alienígenas, que as haviam construído e gerido até pouco depois do último após-guerra, e se encontravam em deplorável estado de desgaste, passou a administrá-las, conjuntamente com outras que já possuía. Elaborou e pôs em execução um programa para seu reequipamento e modernização.

Concomitantemente, além de ampliar a produção de Volta Redonda, o Governo estimulou e ajudou à construção da USIMINAS e da COSIPA, a fim de elevar a nossa capacidade produtora de aço, tão necessária ao desenvolvimento nacional.

Tudo isso, como é natural, elevou sua participação dentro da formação do capital fixo, como se comprova através do quadro abaixo:

Participação do governo e do setor privado
na formação bruta do capital fixo
(em NCr\$ milhões)

<i>A n o s</i>	<i>Setor Privado</i>	<i>Govêrno</i>
1955.....	76,9	22,3
1956.....	90,2	26,8
1957.....	90,5	47,4
1958.....	112,5	68,5
1959.....	202,5	85,5
1960.....	273,2	126,5

FONTE: A Economia Brasileira e suas Perspectivas, julho 1969
— Edições APEC.

Dessa crescente participação do Governo na formação do capital fixo vem decorrendo muita censura ao Poder Público, acusado de intromissão do Estado na economia, de permitir um estatismo agigantado ou de preparar a nacionalização da economia. A nosso ver, tais acusações carecem de bases sólidas, pois, o que vem acontecendo é aumento da participação do Poder Público em setores pelos quais a iniciativa privada vem demonstrando desinteresse, como os de energia elétrica e transporte, ou que são pouco atrativos, como o de siderurgia, devido aos imensos gastos

iniciais e remuneração lenta que oferece. No entanto são atividades indispensáveis ao desenvolvimento, cujo atraso causa perturbação ao funcionamento da produção, como já aconteceu com os famosos “pontos de estrangulamento”. Não são, portanto, formas competitivas com a iniciativa privada que realiza, mas complementares, pois facilita-lhes os fatores para a sua expansão.

O que não se pode negar, contudo, é que apesar das objeções que se possam levantar, o período de nossa economia que estamos examinando apresenta-se como o de maior crescimento da história, cabendo ressaltar ainda sua importância na implantação e desenvolvimento das indústrias de base, levando-nos com isso a transpor etapa cheia de imenso relêvo, fazendo-nos passar da fase de fabricação de bens de consumo para a de bens de produção, o que nos permitirá sobrepujar o nível do subdesenvolvimento, para atingirmos as condições de uma economia madura, de país avançado.

A nossa pauta de produção enriqueceu-se consideravelmente com nova gama de artigos que antes importávamos, o que representa progresso de nossa capacidade produtora e incorporação de nova tecnologia, ou seja, apropriação de conhecimentos acumulados durante dezenas de anos muitas vezes sobre novas ligas, modelos originais, combinações químicas, processo e métodos de fabricação, novas especificações, tolerâncias e contrôles, implicando isso tudo patentes, invenções, *know how*, com modernos métodos de produção industrial.

Entre 1955 e 1960, a nossa produção industrial de bens de consumo cresceu de 63% e a de bens de produção de 370%, o que nos possibilitou manter uma taxa média de crescimento de 10% ao ano, da produção industrial, embora permanecesse estacionária a importação de equipamentos, apoiando-se em forma cada vez maior na produção interna de equipamentos, o que também assegurou os serviços básicos de transporte e energia, proporcionando isso tudo alta taxa de desenvolvimento de 5% ao ano para o conjunto da economia brasileira⁽³⁾.

O Recenseamento de 1960 demonstrava a existência de 110.339 estabelecimentos industriais, ocupando 1.509,713 operá-

(3) Celso FURTADO, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, págs. 243 e 244.

rios, com valor da produção calculado em 1.186.933.228 cruzeiros da época.

Do ponto de vista geográfico, pode-se observar em nosso panorama fabril certa distribuição característica. Assim, no Nordeste predominam a produção açucareira e fabricação têxtil de algodão. Em Minas Gerais e Estado do Rio se concentra a produção siderúrgica. Na Guanabara e seus arredores está instalada a indústria de construção naval. Em São Paulo se localizam as fábricas de automóveis e petroquímicas, além de uma variedade muito grande de atividades de artigos de consumo imediato. No Paraná se encontra nossa maior fábrica de papel de imprensa. O Rio Grande do Sul se caracteriza pela produção de metalurgia leve, tecidos de lã, curtumes e artigos de couro e produtos alimentícios como vinhos, frigoríficos e doces.

Dessa forma, a região centro-sul não é somente a mais importante do país do ponto de vista quantitativo, como o é também do ponto de vista qualitativo, ou seja, em relação às atividades de maior magnitude industrial.

Este, de modo muito sucinto, nosso panorama industrial de 1960, que assinala a primeira década da segunda metade do século que estamos atravessando.

CAPITAIS ESTRANGEIROS NA INDÚSTRIA

Já tivemos ocasião de mencionar antes que, logo após a Primeira Guerra Mundial, uma série de emprêsas norte-americanas abriram aqui filiais ou subsidiárias, representando várias e importantes firmas (vide quadro da pág. 342). Eram emprêsas montadoras de veículos, companhias cinematográficas, bancos e seguros, filiais de fabricantes de remédios e de perfumarias que assim procediam. Estabelecia-se dêsse modo uma nova forma de ligação comercial, para melhor aproveitamento do mercado nacional, utilizando para isso determinadas facilidades alfandegárias então vigorantes. Dessa maneira as peças ou partes complementares fabricadas na matriz encaminhavam-se ao nosso país, terminando-se aqui a elaboração do produto.

Após a Segunda Guerra Mundial, ou mais exatamente, a partir da década de 1950, uma nova fase tinha lugar nessas relações, quando as fábricas estrangeiras começaram a produzir dentro do território nacional os produtos que antes nos mandavam acabados ou as peças para a sua montagem. Para isso importantes firmas internacionais nos enviaram maquinarias e equipamentos, aqui construindo suas fábricas. Nessas condições, grande número de renomadas fábricas norte-americanas e européias se instalaram entre nós em curto espaço de tempo.

Esta fase teve início, sobretudo, com a entrada em execução da Instrução 113, elaborada e posta em vigor no govêrno que concluiu a gestão de Getúlio Vargas, depois do seu dramático suicídio, em 1954. Consistia essa Instrução na permissão de entrada de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

1 Objetivava tal providência a liberação da entrada de bens de capital no país, propiciando com isso a instalação de fábricas

das mais diversas atividades a fim de impulsionar nossa industrialização de maneira bastante acelerada.

Assim, além dos recursos estrangeiros compreendidos no Programa de Metas, que provieram em sua maior parte do *Export-Import Bank* e do Banco Internacional, ingressavam agora êstes investimentos particulares em proporções consideráveis.

Tais recursos, naturalmente, não eram em dinheiro, mas consistiam em máquinas e equipamentos, tendo havido na época muita acusação de tratar-se de materiais usados e serem aqui registrados como novos, de onde resultavam a sua supervalorização.

Êste fato ocorreu, evidentemente, devido à nossa escassez de capitais, pois os aqui conseguidos eram insuficientes, conforme indicamos antes, para atender a tão acelerado processo.

A decorrência dessa situação se devia às novas condições criadas no após-guerra. Com efeito, o nosso mercado interno se havia ampliado de modo extraordinário e se havia elevado concomitantemente de forma substancial a sua capacidade aquisitiva. Constituía isso formidável atrativo aos investimentos estrangeiros. Paralelamente a êsse crescimento interno, os recursos nacionais em divisas eram muito reduzidos e sem perspectivas de rápido aumento. Formava-se então uma situação dentro da qual os produtos não produzidos internamente tinham aquisição limitada. Surgiu dêsse modo, com as facilidades criadas pela Instrução 113, a possibilidade para os fornecedores de mercadorias que tinham suas aquisições limitadas de continuarem a participar de nosso mercado, que apresentava ainda perspectiva de alargamento contínuo, mediante a instalação de suas fábricas em nosso país.

Nesse sentido, desempenhou papel de imenso relêvo a transferência para cá da indústria automobilística, pois, os veículos a motor constituíam uma das principais rubricas de nossas compras no exterior. Primeiramente vieram as emprêsas européias e mais tarde as norte-americanas, particularmente as duas mais famosas firmas fornecedoras dos carros motorizados em maior uso no país, a fim de assegurarem as posições que mantinham para os seus produtos.

Juntamente com as fábricas de automóveis ou depois delas vieram outras mais, produtoras de grande variedade de artigos.

Eis os investimentos estrangeiros entrados no país, através da Instrução 113, entre os anos de 1955 e 1959, pelas fontes de origem⁽¹⁾:

<i>Países</i>	<i>Milhões de dólares</i>	<i>Porcentagem</i>
E.U.A.	192,5	48,8%
Alemanha	73,2	17,8%
Suíça	27,0	6,0%
França	17,6	4,1%
Inglaterra	16,1	3,9%
Itália	11,2	3,5%
Outros países europeus	19,1	6,2%
Canadá	10,6	2,7%
Outros países americanos	11,4	2,9%
Japão	15,9	4,0%
Outros países orientais	1,1	0,3%
TOTAL	395,7	100,0%

Como se pode verificar, trata-se de um montante apreciável, de quase 400 milhões de dólares para o período de um quinquênio apenas.

A preponderância norte-americana é absoluta, com cêrca de metade do total, vindo depois a Alemanha (Occidental), que se estava refazendo da sua perda de guerra, englobando ambas estas nações quase 70% do total das aplicações naquele período, ou seja, aproximadamente dois terços. É interessante observar também a participação do Japão, outro país derrotado na guerra, seguindo de perto a França e a Inglaterra, que, de há muito, possuíam sólidos interesses em nossa economia.

A superioridade norte-americana nada tem de estranho, não somente devido aos fortes laços econômicos e políticos que nos uniam, como igualmente em decorrência do papel de imenso relêvo que desempenhou durante o conflito armado mundial em nossas relações comerciais.

(1) Serviço Banas, Brasil, 1959/60.

Outro quadro, mostrando as aplicações desses investimentos, será bastante revelador, por colocar em destaque os setores para os quais êles se encaminharam, sendo assim os de maior preferência⁽²⁾:

Aplicação pela Instrução 113 (1955-1959)

<i>Setores de atividade</i>	<i>Milhões de dólares</i>	<i>Porcentagem</i>
Não-manufatureiro	1,7	0,43
Serviços públicos	0,3	0,08
Mineração	14,2	3,59
Siderurgia-metalurgia.....	41,8	10,56
Máquinas-automóveis	213,3	53,90
Material de construção.....	9,1	2,30
Têxtil	17,9	4,52
Química-farmacêutica	41,5	10,49
Madeira-borracha	26,6	6,72
Papel.....	11,0	2,78
Alimentos.....	11,4	2,88
Diversos	2,0	0,51
Plásticos	4,9	1,24
TOTAL.....	395,7	100,00%

A preferência pelo setor máquinas-automóveis torna-se nítida, pois absorveu quase 54% do total das aplicações, vindo a seguir os de siderurgia-metalurgia e química-farmacêutica, abrangendo êles mais de 75% de todos os investimentos.

Por essa forma, poderosas firmas de caráter internacional se transferiram para cá, instalando em nosso meio seus parques de produção, participando do mercado interno brasileiro, concorrendo de modo sensível para ampliação do parque fabril instalado no país, dando-lhe com isso novas dimensões.

É interessante agora, a fim de ter uma visão dos resultados desses investimentos, conhecer a posição dos capitais particulares

(2) Serviço Banas, *ob. cit.*, pág. 10.

nacionais, dos capitais particulares estrangeiros e os do Governo nos principais setores industriais de nossa economia, como nos mostra o quadro abaixo⁽³⁾:

Participação nos diversos setores industriais

<i>Indústrias</i>	<i>Poder Público</i>	<i>Capital particular brasileiro</i>	<i>Capital estrangeiro</i>
Celulose.....	—	78%	22%
Papel.....	—	85%	15%
Farmacêutica....	—	38%	62%
Siderurgia.....	47%	36%	17%
Máquinas.....	—	62%	38%
Autopeças.....	—	43%	57%
Automóveis.....	—	31%	69%
Química.....	10%	53%	37%
Plástica.....	32%	40%	28%

A participação expressiva do Poder Público no setor siderúrgico se deve principalmente ao seu papel desempenhado como detentor majoritário das ações de Volta Redonda. Quanto aos setores de química e plástico, resultou do controle exercido sobre as refinarias de petróleo e o conseqüente fornecimento de matérias-primas para tais atividades.

Com referência ao capital estrangeiro, é visível a influência preponderante sobre determinados setores, como os de fabricação de automóveis, de produtos farmacêuticos e de autopeças, sendo também de certo relêvo em alguns mais.

Além destes aqui mencionados, em vários outros setores a participação do capital estrangeiro é ainda significativa e importante, como na produção de energia elétrica, de cigarros, de cimento, etc., para nos limitarmos ao campo industrial.

Em conjunto, a participação estrangeira que em 1957 representava 25% do capital investido no comércio e na indústria

(3) Serviço Banas, *Capitais estrangeiros no Brasil, 1961*.

(sendo insignificante na agricultura), passou para 31% em 1959, alcançando a 32% em 1960, o que se deve fundamentalmente à entrada maciça desses investimentos pela Instrução 113⁽⁴⁾.

O que a observação destes dados nos permite deduzir, é que os investimentos estrangeiros dos últimos anos, particularmente os entrados através da Instrução 113, deixaram de lado os velhos setores da indústria leve, como tecidos, alimento e outros, a não ser em pequenas proporções, desprezando até setores onde possuíam praticamente o monopólio, como o da eletricidade, o mesmo se podendo dizer no concenrente aos Serviços Públicos, pelos quais, no entanto, no passado mostraram especial preferência. Operava-se portanto, nesse sentido, um deslocamento de orientação. A preferência foi dada aos setores novos e mais remunerativos, como os de automóveis, química-farmacêutica, metalurgia, máquinas, etc., que constituíam atividades antes inexistentes ou de pequenas dimensões. Eram produtos que adquiríamos no exterior, realizando-se dessa forma o processo de substituição das importações a que nos referimos antes, e que caracteriza primordialmente o atual estado de nosso desenvolvimento industrial.

Para isso tivemos de adquirir fora não somente máquinas e equipamentos, mas igualmente patentes, inventos, modelos e outros métodos de produção, bem como *know how*, que ajudaram a elevar nossa tecnologia a níveis superiores. Tivemos ainda que ampliar quantitativa e qualitativamente nossos quadros de técnicos, de operários qualificados, de engenheiros especializados, de mestres, etc. Todo um mundo de conhecimentos de novos métodos vinha reforçar nossa capacidade existente nesse setor.

Essa incorporação de nova tecnologia e de capital causou certo transtorno no mercado financeiro nacional, dada a reduzida capacidade que possuíamos, pois, muitas emprêsas para aqui transferidas vinham desacompanhadas do capital de giro, que deveria ser conseguido aqui.

Por outro lado, com êsse enorme afluxo de investimentos aumentaram nossos encargos exteriores, porque tôdas as emprêsas estrangeiras aqui instaladas têm a responsabilidade da remuneração do seu capital empatado, tanto em dividendos e juros,

(4) Serviço Banas, *Capitais estrangeiros no Brasil*, 1961.

quanto em amortizações, em pagamento dos *royalties*, de serviços técnicos e dos custos de administração aqui utilizados. Isso, naturalmente, onera o balanço de pagamentos, aumentando-lhe as obrigações.

A transferência das unidades produtoras alienígenas para o nosso país não representou por certo sua integração em nossa economia, mas apenas sua participação em nosso mercado, porque suas matrizes permaneciam no exterior e, assim sendo, os seus postos de comando também.

Tal situação corresponde ao estágio de desenvolvimento que atingimos, sendo resultante do processo de industrialização adotado por nós.

Esta é, em forma muito breve, a contribuição do capital estrangeiro para o nosso desenvolvimento manufatureiro e seus reflexos na economia do país.

ETAPAS E FATÔRES DINÂMICOS DE NOSSA INDUSTRIALIZAÇÃO

Lançando-se um olhar retrospectivo pela história de nossa industrialização durante o período republicano, constataremos que seu processo não foi uma linha reta ascensional, mas cheia de sinuosidades, constituindo-se a sua evolução em etapas de avanços periódicos.

Seu início tem lugar no Encilhamento, quando uma série de medidas impulsiona um movimento empresarial de modo quase desesperado, eivado de especulações, fortemente colorido de aventureirismo, como aconteceu em outros países.

A seguir vem a época da Primeira Guerra Mundial, dentro da qual o surto manufatureiro adquire proporções admiráveis e projeção de larga envergadura.

Seguem-lhe os anos da Grande Depressão em que, devido à extraordinária restrição do comércio exterior, tivemos nós próprios de suprir o mercado nacional de artigos fabris.

A Segunda Guerra Mundial, desencadeada mais tarde, teve efeito bem maior do que a Primeira, encontrando-nos, porém, melhor aparelhados para enfrentar a difícil situação criada por aquela emergência. Durante seu transcurso completamos o parque nacional produtor de bens de consumo imediato, capaz de satisfazer à demanda interna, possibilitando-nos mesmo a exportação de alguns dêles.

A década 1950-1960 leva-nos a um estágio superior desse processo evolutivo, permitindo-nos complementar a fase da produção de bens de consumo com a criação das indústrias de base.

Num esquema muito grosseiro, estas são as fases marcantes de nossa evolução industrial.

Se excluirmos a primeira fase, a do Encilhamento, em que o gênio de Rui Barbosa quis imprimir um impulso consciente à expansão fabril, tôdas as demais etapas ocorreram em consequência de fatores indiretos, ou seja, como resultado da busca de outros objetivos.

Assim, no período que vai do Encilhamento à Primeira Guerra Mundial, o progresso manufatureiro que se verifica decorre principalmente da política seguida pelos governos, os quais, procurando maiores receitas para o Tesouro, elevavam constantemente as tarifas alfandegárias de um modo geral que constituíam então a principal fonte de receita tributária, resultando daí alta dos produtos importados e dessa forma estímulo para a sua fabricação interna.

Com a Primeira Guerra Mundial nossas importações de artigos industrializados baixam bruscamente e tornava-se muito difícil seu fornecimento. Com isso, criaram-se condições objetivas para atender às necessidades nacionais com a produção interna que começava a crescer.

A Grande Depressão, reduzindo-nos a um quase confinamento dos negócios, pela semiparalisação do mercado internacional, colocou-nos na emergência de procurarmos com nossos próprios recursos os suprimentos que não podíamos adquirir fora.

A Segunda Guerra Mundial agrava esta situação, tornando mais difícil ainda as compras externas, o que fez com que as possibilidades materiais existentes se voltassem para a produção doméstica a fim de atender ao mercado interno em expansão. Dessa forma completava-se a primeira etapa de nossa industrialização, a da produção de bens de consumo imediato, preparando-nos para a fase posterior.

No segundo após-guerra dois fatores, principalmente, contribuíram para o nosso desenvolvimento industrial. O primeiro foi a taxa cambial baixa, que propiciou a aquisição de máquinas e equipamentos em condições vantajosas, reforçando assim nossos fatores de produção fabril. Logo em seguida, o estabelecimento da "licença prévia", isto é, medidas de controle quantitativo e de seletividade das importações que permitiam um bom resguardo contra a concorrência estrangeira às manufaturas nacionais. Estas providências, porém, como salientamos antes, não foram tomadas

com esta finalidade consciente de impulso à industrialização, mas objetivavam impedir um agravamento da situação interna, que a volta dos negócios externos aos níveis da pré-crise provocaria.

Quanto ao fator inflacionário, a sua explicação ou mesmo justificação vai exposta com clareza nestas linhas de um estudo dos problemas econômicos nacionais: "O papel da inflação consistiu em abrir caminho contra as resistências organizadas e ideologicamente predominantes. Assim, a elevação da rentabilidade relativa ao setor industrial nos anos trinta, levou muita gente a "crer" na indústria nacional, porque nela pôde ganhar tanto ou mais dinheiro quanto no velho setor exportador. No primeiro decênio do após-guerra, a inflação foi o instrumento que canalizou para as indústrias o fruto da melhora abrupta nas relações de preço do intercâmbio. Na segunda metade dos cinquenta, a inflação decorreu da aceleração dos investimentos nos setores básicos, aceleração essa que era mais importante nessa etapa que outro qualquer objetivo econômico. Teria sido possível alcançar êsse objetivo, sem inflação? Provavelmente não, pois ainda não se havia formado uma clara consciência da natureza do problema do seu desenvolvimento. A causa última da inflação não estêve no desenvolvimento, e sim na ausência de uma política autêntica de desenvolvimento. Ora, a estrutura política do país, favorecendo a permanência dos grupos ligados aos interesses agrários-exportadores nas posições de liderança, dificultava a ascensão dos elementos representativos das novas forças em progresso e mais capacitados para captar a nova realidade. Explica-se, assim, que uma autêntica política de desenvolvimento, apoiada na industrialização, encontrasse enormes dificuldades para abrir caminho contra a persistência das velhas ideologias que prevaleciam nas esferas dirigentes do país. Por conseguinte, a tese de que o desenvolvimento se poderia ter feito sem inflação e, portanto, com menor custo social, torna-se acadêmica. Em realidade, a formulação dessa tese é uma última manifestação de descontentamento daqueles espíritos formados na tradição espiritual da velha economia "reflexa" de exportação"(1).

Êsses os fatores que impulsionaram nossa evolução industrial nos últimos anos.

(1) Celso FURTADO, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, págs. 254 e 255.

Qual foi o sentido de nossa industrialização ?

Conforme já tivemos ocasião de indicar, a industrialização brasileira se realizou sobretudo com a finalidade de substituir as importações. Tratava-se por conseguinte de substituir produtos num mercado criado pela economia de exportação. Daí que seus surtos se tenham realizado precisamente nas épocas em que as economias de exportação entravam em crise.

Disso resultou algumas peculiaridades que caracterizam nosso desenvolvimento industrial. Uma delas foi a falta de orientação na política de industrialização, decorrendo daí certas falhas graves, como a ausência de uma infra-estrutura suficientemente forte, capaz de garantir uma expansão equilibrada da economia. Outra peculiaridade foi a concentração em atividades menos "essenciais", procurando atender a satisfação dos produtos de maiores dificuldades de importação, que eram justamente os de menor essencialidade, porque eram também os produtos de maior lucratividade, pois destinavam-se ao consumo de uma elite de elevado padrão de vida. Isso retardava a produção de bens de capital. Também caracterizou a nossa formação industrial a tendência de sobrecapitalizar e sobremecanizar as atividades fabris, em virtude das facilidades de aquisição de equipamentos surgidos depois da Segunda Guerra Mundial, como já demonstramos anteriormente. Criaram-se, dessa forma, em nosso parque manufatureiro, margens muito grandes de capacidade ociosa em certos setores, enquanto que se manifestam subprodução em outros, como no de siderurgia, provocando com isso uma distorção no processo de nossa industrialização⁽²⁾.

Tudo isso, naturalmente, ocorreu porque a nossa industrialização não seguiu os moldes clássicos, ou seja, a da passagem gradual de uma economia artesanal para um sistema capitalista, mas devia preencher um vazio criado pela economia de exportação, apoiado em mercado previamente estabelecido, fundamentalmente destinado a substituir importações.

Estas características de nossa formação manufatureira explicam muitas das distorções que assinalamos ao expor a história do desenvolvimento industrial do Brasil que estamos tentando aqui.

(2) Estes aspectos foram muito bem focalizados na conferência de Celso FURTADO no Royal Institute of Foreign Affairs de Chatham House, Londres, e publicadas no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, de 21 a 25 de fevereiro de 1965, sob o título de "Obstáculos políticos ao desenvolvimento do Brasil".

Passemos agora a um exame retrospectivo nesse domínio, tanto quanto nos permitem os dados proporcionados pelos resultados dos Censos efetuados entre nós:

Estatística industrial através dos censos,
1919, 1939, 1949 e 1958 (*)

<i>Discriminação</i>	<i>Milhões de cruzeiros</i>			
	<i>1919</i>	<i>1939</i>	<i>1949</i>	<i>1958</i>
Estabelecimentos (n.º).....	13.336	40.983	82.154	124.769
Pessoal em 31/XII (milhares):				
TOTAL.....	313,2	815,0	1.309,6	1.757,8
Operários	275,5	669,3	1.095,1	1.423,6
Média mensal dos operários ..			1.142,2	1.415,4
Salários e vencimentos				
TOTAL.....	350	1.849	13.489	102.154
Operários			10.935	73.742
DESPESAS CONSUMO	1.687	9.220	58.898	436.001
Matérias-primas			53.423	396.310
Embalagem			3.027	20.646
Combustível e lubrificante....			1.799	14.571
Energia elétrica			649	4.474
VALOR DA PRODUÇÃO.....	2.989	15.643	107.129	787.403
VALOR ADICIONADO	1.302	6.423	48.231	271.482

Obs.: 1919, 1939 e 1949 — Censos Econômicos; 1958, apurações do "Registro Industrial". Compreende todos os estabelecimentos industriais.

(*) FONTE: *Desenvolvimento & Conjuntura*, julho de 1961.

Este conjunto de dados, apesar do defeito capital que apresenta, quando se trata de medir os valores monetários nas diversas épocas, em decorrência da inflação monetária ocorrida no país revelam, no entanto, tomando-se em conta outros índices, como os relativos ao número de estabelecimentos fabris e o total de

operários e pessoal empregado, um crescimento evidente. Tal crescimento, por sua vez, correspondia a uma constante ampliação do mercado interno a que devia atender, quer em consequência do aumento demográfico, quer pela elevação da capacidade aquisitiva de largas camadas das populações de vários centros urbanos, devido em grande parte ao próprio desenvolvimento industrial.

O quadro da pág. 412, organizado por firma particular, coloca em evidência os principais setores de produção industrial durante as três derradeiras décadas.

Desprezando-se os valores monetários expressos no quadro, devido à interferência perturbadora da inflação que contém, observe-se a participação percentual de certos setores produtores de bens de capital e verificar-se-á o progresso por eles realizados no período em exame. Assim, o conjunto químico e farmacêutico, que abrangia também matérias plásticas e produtos de perfumaria, de 8,1% que era em 1940, dentro do total da produção, elevou-se para 13% em 1960. A participação do setor de metalurgia dobrou entre os mesmos anos. Bem significativos são ainda os progressos registrados nos setores de material elétrico e borracha. Isso tudo fez subir a contribuição das indústrias de bens de capital a um nível muito alto em seu conjunto, modificando com isso o período anterior, no qual tinham destaque somente os bens de consumo, como os setores alimentares e têxtil.

Em consequência dessa alteração na importância dos vários setores produtores dentro do conjunto industrial e em razão do crescimento deste conjunto dentro da economia do país, a participação da indústria na formação da renda nacional aumentou de 17,9% em 1939 para 21,9% em 1949, alcançando a 30,5% em 1958⁽³⁾.

Estas transformações estruturais modificaram, naturalmente, pela quantidade e pela qualidade, a composição das diversas classes sociais, mudando seu comportamento ante os vários problemas, de acordo com a nova correlação de forças que se estabelece. Por outro lado, os velhos setores que sentem suas posições diminuídas e seus privilégios em perigo, reagem contra o novo

(3) Ver, a respeito, a revista *Desenvolvimento & Conjuntura*, julho de 1961, pág. 5.

Alteração da estrutura da indústria brasileira
(valor de produção em Cr\$ milhões) (*)

	1940		1950		1960	
TOTAL.....	17.479	100%	108.391	100%	1.186.933	100%
Indústria Extrativa	312	1,8	927	0,9	14.365	1,2
Minerais	584	3,3	4.806	4,4	53.396	4,5
Metalurgia	988	5,7	8.137	7,5	123.894	10,4
Mecânica	166	0,9	1.719	1,6	33.615	2,8
Material Elétrico	144	0,8	1.502	1,4	45.250	6,2
Material de transporte	463	2,6	2.477	2,3	79.328	6,7
Madeira	440	2,5	3.634	3,4	31.207	2,6
Mobiliário	251	1,4	1.781	1,6	21.737	1,8
Papel	275	1,6	2.132	2,0	35.255	3,0
Borracha	92	0,5	1.722	1,6	25.524	2,2
Couros	296	1,7	1.630	1,5	12.778	1,1
Química						
Produtos farmacêuticos.....	1.424	8,1	2.077	1,9	23.082	1,9
Produtos de perfumaria			1.859	1,7	17.974	1,5
Matérias plásticas			214	0,2	7.758	0,7
Têxtil	3.619	20,7	20.026	18,5	147.481	12,4
Vestuário, calçados	730	4,2	4.649	4,3	40.206	3,4
Bebidas	408	2,3	3.397	3,1	27.974	2,4
Produtos alimentares	4.927	28,2	24.314	31,7	285.151	24,0
Fumos	279	1,6	1.475	1,4	13.167	1,2
Gráfica	411	2,4	3.031	2,8	26.917	2,3
Diversos	146	0,8	1.316	1,2	14.375	1,2

(*) FONTE: *Análise e Perspectiva Econômica*, ano II, 20-2-64, n.º 43.

estado de coisas que se vão estabelecendo, criando-se assim fontes de atritos e tensões sociais. Daí surge a necessidade de reformas de base, que a Conferência de Punta del Este reclamava para tôda a América Latina, como uma necessidade inadiável ante as condições vigentes e a inexorabilidade do progresso.

Tal é a repercussão social das transformações econômicas.

Quanto ao impacto sôbre a teoria econômica dominante, não é menos violenta. Os princípios ortodoxos não correspondem às necessidades do desenvolvimento que se realizam, quebrando todos os postulados por êles estabelecidos, provocando enérgica reação de uns e crítica de outros, mas de qualquer maneira invalidando, na realidade, o caráter absoluto que lhes atribuem seus adeptos fervorosos. Por isso recomenda o antigo Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina: "En las teorías que hemos recibido de los grandes centros hay con frecuencia una falsa pretensión de universalidad. Nos toca esencialmente a nosotros, hombres de la perifería, contribuir a corregir esas teorías e introducir en ellas los elementos dinámicos necesarios para acercarse a nuestra realidad"⁽⁴⁾.

Essa contribuição está sendo dada, sem dúvida, através da experiência que estamos efetuando com o nosso progresso econômico e social, que tem como centro dinâmico por excelência a industrialização do país, cujos aspectos de sua evolução procuramos mostrar nestas páginas, na forma mais objetiva de que fomos capazes.

(4) Raul PREBISCH, *Hacia una dinámica del desarrollo latino-americano*, Fondo de Cultura Económica, 1963, pág. 19.

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

- Abertura dos portos, conseqüências da, 135, 139, 140, 141, 182, 299
- Abolição da escravatura, 235-47
 conseqüências da, 234, 239
 influência inglesa na, 142, 236, 237
 no Nordeste, 243
 no Sul, 243
 principais etapas da, 239
 resistências à, 235
- Acórdos comerciais Brasil-Inglaterra, desigualdades dos, 141, 142
- Açúcar, causas da crise do, 199
 crises do, 31
 exportação da Colônia, 31, 32
 exportação de 1891 a 1930, 301
 fabrico intencional do, 28
 irrecuperável colapso do, 199
 núcleo fundamental de nossa economia, 25
 origens do, 28, 29
 preços no período colonial, 32
 primeira aristocracia rural e o, 35
 produção de, 25-36
 qualidade do, 31
 queda de preço do, 198-99
- Algodão, causas da crise do, 199
 em Minas Gerais, 55, 56
 em outras regiões, 58
 fiação do, 62
 no Ceará, 50
 no Maranhão, 49
 no Pará, 48-9
 nossos indígenas e o, 48
 operação de bater o, 61
 queda de preço do, 199
- tintura do, 62
- Alvará de 1808, 156
- Alvará de 1785, intuito do, 156
- Anil, produção na Colônia, 85-6
- Após-guerra, problemas do, 367-77
- Azeite de baleia, na Colônia, 86-8
- Balanco de pagamentos, café e o, 306
deficit do, 259
 ônus do, 304
- Banco do Brasil, alvará de criação do, 147
 críticas ao, 150
 discussões parlamentares sobre o, 191-92
 dívidas do, 189
 durante o Primeiro Império, 189-93
 liquidação do, 189-93
 operações até 1821, 149
 primeira crise do, 148-49
 primeiras ações do, 148
- Bicho-da-sêda, criação na Colônia, 85
- Bill Aberdeen*, 236
- Borracha, exploração da, 299-300
- Brasil, exportação (1951-55), 381-82
 importação (1951-55), 383
 transformação estrutural do, 378-87
- Burguesia urbana, surgimento da, 272

- Cacau, história do, 300
 Cachaça, consumo na Colônia, 83
 Café, aristocracia do, 233
 aumento do consumo mundial de, 201
 destruição do, 356
 e imigração estrangeira, 241
 exportação (1891-1930), 302
 fazenda do, 298
 fim do predomínio do, 303
 fôrça econômica do, 228-34
 início das plantações de, 201
 início das vendas aos E.U.A., 203
 maquinaria do, 232
 preços (1841-90), 229
 primeiras regiões de plantio do, 201, 217
 produção (1841-90), 228
 queda dos preços do, 311
 Cana-de-açúcar, introdução no Brasil, 28, 29, 29n
 Capital, emissão entre 1951-55, 384
 85
 Capital estrangeiro, v. *Investimentos estrangeiros*
 Carne-sêca, produção colonial de, 89
 Carvão mineral, deficiência do nosso, 211-12
 Ciclos monoprodutores, 134
 Classe média, formação da, 272-73
 Cobre, valorização monetária do, 191
Coffea arabica, v. *Café*
 Colonato, início do regime de, 240-41
 Colônia, artífices na, 93, 94
 atividades artesanais na, 101-13
 balanço da época da, 114-26
 carpinteiros na, 94
 comércio externo na, 136-38
 comércio interno na, 135-36
 construção civil na, 94-7
 construção naval na, 67-80
 explorações siderúrgicas na, v. *Ferro*
 fim do sistema de, 129-33
 manufaturas têxteis na, v. *Algodão e Tecidos*
 mobiliário na, 90-93
 obras portuárias na, 98-100
 produção de açúcar na, v. *Açúcar*
 Colonização alemã, 244
 Colonização italiana, 244
 Comércio de cabotagem, 73
 Comércio inglês no Brasil, 138-41
 consequências do, 141-43
 Comércio internacional, início do nosso, 134-43
 Comércio negreiro, v. *Tráfico negreiro*
 Constituição de 1891, discussão da, 295-97
 promulgação da, 292-93
 Construção naval, na Colônia, v. *Colônia*
 início do grande impulso de, 72
 Cordas, fabricação na Colônia, 81-82
 Couros, queda de preços dos, 200
 Crescimento das cidades, 175
 Crises européias, reflexos no Brasil, 258

 Dívida externa, início da, 194-97
 D. João VI, balanço da administração de, 173-79

 Economia clássica, críticas à, 318-19
 Economia nacional, sistema de, 317-18
 Embarcações da Colônia, 68-70
 Empresas estrangeiras, e comércio interno, 250
 no Brasil (1860-89), 248-49
 Empréstimos externos, 252-57
 Encilhamento, 291

- Engenhos, descrição de Antonil, 33
 descrição de Capistrano de Abreu, 33-34
 descrição de S. B. de Holanda, 35
 lavrador nos, 27
 morador nos, 27
 número de, 29-30
- Engenhos de ferro, descrição de, 40-42, 46
- Escravidão, v. *Abolição da escravidão*
- Escravidão, questão nevrálgica do Império, 235
 v. também *Abolição da escravidão*
- Escravos, aumento da importação de, 236
 importação interna de, 239-40
 percentagem na população, 213
 preços dos, 236
 quantidade no século XIX, 237
- Estabelecimentos comerciais ingleses, 138-39
- Estaleiros coloniais, 71, 73, 74
- "Estilos" coloniais, 93
- Estradas de ferro, v. *Ferrovias*
- Expansão cafeeira, resultados da, 271-72
- Exportação e importação (1808-19), 138
- Expulsão dos holandeses, causa da, 26n
- Fabricação de marmelada na Colônia, 84
- Ferro, dificuldades na forja do, 45
 duração da exploração do, 42
 exploração do, 37-47
 infidentes mineiros e o, 37
 primeiras descobertas de, 37, 38
- Ferrovias, datas das primeiras, 231-32
- "Fico", e a Independência, 186
- Filosofia cristã, 275-76
- Finanças, crises das, 255-60
- Funding Loan*, conseqüências do, 312-13
- Governo Campos Sales, *Funding Loan* e o, 312
- Governo Floriano Peixoto, medidas do, 309-10
- Governo Provisório, medidas do, 290-92
- Governo Prudente de Moraes, medidas do, 310-11
 reforma tarifária do, 311
- Governo Rodrigues Alves, finanças no, 314
- Guerra de Secessão, 256
- Guerra do Paraguai, despesas da, 256
- Hidromel, fabricação na Colônia, 83
- Ideologia e sociedade, 271-84
- Importações, aumento das, 323
- Independência, fatores econômicos da, 181-88
 reconhecimento pela Inglaterra, 236
- Índigo, cultivo da Colônia, 85
- Indústria, conceito de, 25
 em 1907, 324
- "Indústria artificial", defesa da, 315
- Indústria nacional, capital estrangeiro na, 399-405
 combate à, 314
 investimentos norte-americanos na, 340-46
- Primeira Guerra e a, 317, 327-34
 produção (1945-50), 374
 produção (1950-60), 391

- Industrialização, causas do atraso da, 261
 esforços para a, 261-70
 fatores dinâmicos da, 406-13
 livre-cambismo e, 262
 no período republicano, 308-20
- Indústrias de base, era das, 388
- Inflação (1950-60), 395
- Inglaterra, comércio com o Brasil, 138-41
 conseqüências da crise da, 204-05
 crise de 1825 na, 204
 tratado de comércio com o Brasil, 156
- Introdução da cultura de cochoni-lha, 84
- Investimentos estrangeiros, 248-54, 399-405
- Lã, produção de, 54, 55
- Latifúndios, e subdesenvolvimento, 214
 permanência dos, 244
- Linhas ferroviárias, v. *Ferrovias*
- Lojas maçônicas, campanha de João VI contra as, 187
 papel na Independência, 187
 reaparecimento das, 186
- Luta anti-escravagista, etapas da, 239
- Maçonaria, membros da, 188
 papel na Independência, 187, 188
- Majoridade, golpe da, 223-27
- Manufaturas e artesanatos, 166-72
- Marinha, reorganização do arsenal de, 151-55
- Medidas monetárias de D. João VI, 146, 147
- Militares, início da influência dos, 273
- Mineração brasileira, declínio e conseqüências em Portugal, 144
- Moeda portuguesa, evasão da, 144
- Navegação fluvial, 67-68
- Nordeste, subdesenvolvimento do, 214
- Oligarquias, nascimento das, 226
 queda das, 282
- Oligarquias estaduais, domínio das, 294
- Operações financeiras no exterior, quadro do Primeiro Império, 196
- Papel-moeda, desvalorização no Pri-meiro Império, 190-91
- Partido Liberal, programa do, 282-83
- Partido Republicano, programa do, 283
 reivindicações do, 283-84
- Partidos políticos, no Primeiro Im-pério, 219-21
- Peles, queda de preço das, 200
- Pesca da baleia, na Colônia, 86
- Pesca do cachalote, na Colônia, 86
- Piaçaba, exploração na Colônia, 82-3
- "Política dos Governadores", 293
- População negra, no Brasil, 213
 nos E.U.A., 213
- Positivismo, influência na Escola Militar, 281, 289
 raízes do, 281
- Primeira Guerra, progresso indus-trial e, 330
 queda de importações e, 328
 reflexos no Brasil, 327-29, 332, 335-39
- Primeiro Banco do Brasil, 144-50
- Primeiro Império, balanço de impor-tação-exportação no, 200
 crise e transição do, 215-21
 depressão econômica do, 198-205
 empréstimos durante o, 196
 "erro financeiro mais grave" do, 193

- manufatura e artesanato no, 206-15
partidos do, 219-21
revoltas durante o, 218
- Primeiro surto industrial, 308, 320-26
fatores do, 320-21
- Primeiros tecelões, 53, 54
- Proclamação da República, surpresa da, 288
v. também *República*
- Produção industrial, cerceamento da, 156
- Programa de metas, realizações do, 393
- Projeto João Luís Alves, 316-17
- Proletariado rural, aumento do, 272
- Proletariado urbano, surgimento do, 272
- Propaganda republicana, 288-89
- Protecionismo, partidários do, 314
- Protecionismo e industrialização, 308-20
- Queda da taxa de câmbio, 270
- Queda do trono, causas da, 273
- Questão Militar, 277
- Questão Religiosa, 273, 277
a Igreja e a, 277, 278
- Recolonização, tentativa de, 184-86
- Rêde, importância social da, 50, 51
- Regência, balanço de importação-exportação na, 200
crise e dissolução da, 224-26
empréstimo durante a, 197
- Relações comerciais, princípios das, 134
- Remessas de lucros, no século XIX, 257
no século XX, 303-04
- Renda, fabrico da, 51-53
origens da, 52
- Renda nacional, em 1950, 373
- Renda *per capita*, desenvolvimento da, 271-72
de 1945 a 1951, 372
- Rendeiras, 52
- República, aspectos relevantes da, 290-93
bancos e a, 321
encilhamento e a, 291, 321
indústrias e a, 321
Positivismo e a, 281
proclamação e rumos da, 287-307
- República do café, 287-319
- Revolução de 30, 347-52
conseqüências da, 353
- Revolução do Pôrto (1820), 181, 183
e a Independência brasileira, 184
- Revolução Industrial, reflexos no Brasil, 179
- Revoluções pernambucanas, 187, 279-80
- Roca, descrição de, 61-62
- Sal, e revoltas populares, 90
extração na Colônia, 88, 89
fim do monopólio do, 89
monopólio na Colônia, 89
- Sêca do Ceará (1877-80), gastos da, 256-57
- Segunda Guerra, reflexos no Brasil, 360-66
- Segundo Império, causas do progresso do, 248
deficit orçamentário do, 255-56
Igreja no, 275-76
imprensa e literatura no, 274-75
indústrias no, 268-69
início abrupto do, 223
tarifas alfandegárias do, 262-66

- Senhor de engenho, 25
 classes e, 25-6
- Setor privado, govêrno e o, 396
- Siderurgia, nacionalização da, 355
 primórdios da, 156-65
 produção de 1945 a 1951, 376
- Socialismo europeu, emergência do, 275, 276
- Sociedade, ideologia e, 271-84
 transformação da, 273-74
- Sociedade brasileira, divisão da, 26, 272-73
- Sociedade colonial, classes da, 26-7
- Subdesenvolvimento, raízes do, 214, 315
- Submissão portuguesa à Inglaterra, 140, 141
- SUDENE, surgimento da, 393
- Surto cafeeiro, conseqüências do, 271-73
- Surto cafeeiro paulista, causas do, 231
 conseqüências do, 301-02
- Tarefas mecânicas, divisão das, 210-11
- Tarifa Alves Branco, implicações da, 262-63, 270
- Tarifas alfandegárias, 262-66
 críticas às, 266-68
- Tear de Cartwright, 60
 na Colônia, 60, 61
- Tecelões, descrédito aos, 62-3
- Tecidos, importação de, 59
 interdição à produção de, 56, 57, 64-6
 produção na Colônia, 48-66
 v. também *Algodão*
- Terras minerais, regimento das, 40
- Tipografias no Rio de Janeiro (século XIX), 208
- Trabalho servil, e transição para o livre, 235-47
 v. também *Abolição da escravidura*
- Tráfico negreiro, abolição do, 237
 conseqüências da abolição do, 238-39
 renda do, 238
- Tratado de comércio com a Inglaterra, 156
- Unificação italiana, reflexos no Brasil, 242
- Velas de espermacete, na Colônia, 86-7
- Vinho colonial, interdição de fabricação do, 83